



A DEFESA NACIONAL

VISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

PROPOSTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE
UMA DOUTRINA MILITAR BRASILEIRA

Gen. Cazy Pizzotti Minervino



Nº 723
JAN/FEV - 86

POR QUE ANUNCIAR EM “A DEFESA NACIONAL”?

A vida de um anúncio, nesta Revista, é maior do que em outra publicação qualquer, porque:

- Ela circula em todos os Estados do Brasil e no Exterior;
- Seus exemplares passam por muitas mãos e são lidos, pelo menos, por dez vezes mais leitores que o número regular de seus assinantes;
- Depois de lida, ela constitui fonte permanente de informações. Sendo uma revista de estudo de problemas brasileiros e que também focaliza os mais palpitantes temas militares, políticos, econômicos e sociais da atualidade internacional, ela é colecionada por todos, o que não acontece com as revistas simplesmente noticiosas.
- Circula num meio ponderável de capacidade aquisitiva e de poder decisório.

Anuncie em A DEFESA NACIONAL. São 72 anos de serviços prestados ao Brasil, às Forças Armadas e ao progresso nacional.



**A DEFESA
NACIONAL**

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Palácio Duque de Caxias - térreo, Praça Duque de Caxias, 25
Tel: 283-3030 - CEP 20.455 - Rio de Janeiro - RJ



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

SUMÁRIO

POLÍTICA, GEOPOLÍTICA, ESTRATÉGIA

"QUO VADIS", ONU?	
Profª Therezinha de Castro	72
A ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA NO VIETNÃ	
CMG João Alfredo Poeck	107

ORGANIZAÇÃO, TÉCNICAS E TÁTICAS MILITARES

PROPOSTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA	
Cel Oazyr Pizzoti Minervino	5
PLANO DIRETOR DO EXÉRCITO: APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AO PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO	
Cel Marcus Aurelius Minervino	56
O DESENVOLVIMENTO DO EXÉRCITO E O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR	
Cel R/1 Davis Ribeiro de Sena	122
EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DE OFICIAIS	
Gen Bda Clarke M. Brintnall (EUA)	141

ESTUDOS HISTÓRICOS, JURÍDICOS E SOCIAIS

REVOLUÇÃO FARROUPILHA — DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS	
Cel Cláudio Moreira Bento	90
A INVASÃO DO MATO GROSSO (1864 — 1965)	
Maj Inf QEMA José Messias de Britto Filho	157

INFORMAÇÕES	170
LIVROS	173
REGISTROS	175
INFORMAÇÕES	170
LIVROS	173
REGISTROS	175

A DEFESA NACIONAL Nº 723

Rio de Janeiro — Brasil

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redacção — Prímios Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e Z. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I.

Grupo mantenedor: Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho, Joaquim de Souza Reis (redactores); Francisco de Paula Cidade, Mario Clementino, Lima e Silva, Parça Rodrigues, Jorge Pinheiro, Pompão Cavalcante, Euclydes Figueiredo, Taborda, Amaro Villa Nova, Maciel da Costa.

(Fac-símile da portada do N. 1, Ano I - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)

ÍNDICE DOS ANUNCIANTES

Avibrás — Indústria Aeroespacial S.A.	4ª Capa
Sistemas Ferranti do Brasil	4
Tristão Companhia de Comércio Exterior	55
Motoravia Representações Aeronáuticas Ltda	71
Haegler S.A.	89
Bibliex.	120/121
Baneb — Banco do Estado da Bahia	139



NOSSA CAPA

Primeiro caça táctico brasileiro AMX, montado nas dependências da EMBRAER.

Desenvolvido em consórcio com as Empresas Italianas Aeritalia e Aermacchi, o AMX entrará em escala industrial no final deste ano, prevendo-se para fins de 1987 e início de 1988 as primeiras entregas do jato subsónico às Forças Aéreas do Brasil e da Itália.



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente: Gen Div Anapio Gomes Filho
Diretor-Secretário: Cel José Fernando Maya Pedrosa
Diretor-Administrativo: Cel Sady Nunes
Diretor Tesoureiro: 1º Ten Zilton de Oliveira Victório
Conselheiros: Cel Celso José Pires
Cel R/1 Asdrubal Esteves
Conselho Fiscal: Cel Ayrton L. Bragança Tourinho de Bittencourt
Cel Lino Palha de Castro
Ten Cel Hiram de Freitas Câmara

Revista "A DEFESA NACIONAL"

Redator-Chefe: Gen Div Anapio Gomes Filho
Redator-Executivo: Cel José Fernando Maya Pedrosa
Coordenação Editorial: José Livio Dantas
Conselho Editorial: Gen Bda Taunay Drummond Coelho Reis
Cel R/1 Virgílio da Veiga
Cel Claudio Moreira Bento
CMG José Correia de Sá e Benevides
Professor Jorge Boaventura
Publicidade: Edison Alves de Azevedo
Revisão: Márcia Irene Pignataro Cleto
Expedição: Raimundo dos Santos Pereira

PUBLICAÇÃO BIMESTRAL

Assinatura anual (6 números) — Cr\$ 67.200

Exterior — US\$ 50

Número avulso — Cr\$ 15.000

As importâncias deverão ser enviadas por cheque ou vale postal.

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias, Praça Duque de Caxias, 25
Cep 20445. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 253.4628

A Revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas, nem pelos conceitos emitidos em artigos assinados.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial dos artigos originais ou notas publicadas em "A Defesa Nacional", desde que citada a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

Detalhes Produções Gráficas e Publicidade Ltda.

Rua México, 148 — Gr. 501

Cep: 20031. Rio de Janeiro, RJ, Brasil — Tel.: (021) 240.1530

Os sistemas modulares projetados pela Ferranti são utilizados pelas Forças Armadas de inúmeros países que acompanham a evolução das modernas técnicas militares.

Estes sistemas, nucleados em computadores militares das séries FM, Argus e F 100, encontram-se instalados em navios, em aeronaves de patrulha e ataque, em unidades de controle aéreo, assim como em blindados e unidades fixas e móveis de controle de tiro.

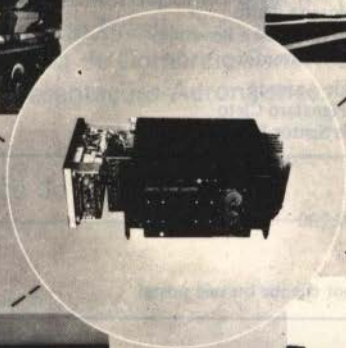
O Brasil também faz parte desta elite.

As fragatas brasileiras Classe Niterói já operam com Sistemas de Informações de Combate e Controle de Armas projetados pela Ferranti, e nucleados em Computadores da série FM.

Novos navios brasileiros estarão também equipados com sistemas modulares Ferranti, nucleados em computadores FM 1600 E.

O treinamento, essencial para o uso econômico de Sistemas que empregam tecnologia tão avançada, é ministrado com facilidade e proficiência em treinadores táticos e simuladores projetados pela Ferranti e nucleados pelos mesmos computadores. **Simplicidade, flexibilidade e eficiência** três palavras que definem os mais modernos sistemas militares do mundo: Os Sistemas Ferranti.

SISTEMAS MILITARES FERRANTI, RECONHECIDOS POR MAIS DE 20 PAÍSES. INCLUSIVE O NOSSO.



FERRANTI

SÍMBOLO DE TECNOLOGIA

Sistemas Ferranti do Brasil
Rua Bispo Lacerda, 25 - Del Castilho - RJ
Tel.: (021) 581-0996 - 201-0343
Telex (021) 32824 SSFB BR



PROPOSTA PARA A CONSOLIDAÇÃO DE UMA DOCTRINA MILITAR-BRASILEIRA

Oacyr Pizzoti Minervino

O ensaio ora apresentado apóia-se em observações e estudos realizados ao longo de vários anos. Propõe-se basicamente a sugerir um instrumento para a formulação de uma Doutrina Militar, a partir do Método Científico. Também tem em vista oferecer algumas idéias para a organização de um Sistema de Doutrina Militar que, utilizando-se do método exposto, seja capaz de atingir uma Doutrina Militar Brasileira genuína, coerente, atual, eficiente e eficaz. O tema é apresentado a partir de um ponto de vista pessoal e não pretende monopolizar a verdade ou esgotar o assunto. Com a publicação deste ensaio, *A Defesa Nacional* objetiva trazer algumas contribuições a um campo onde poucas são as obras de autores nacionais.

A natureza do assunto impede que o autor possa relacionar experimentos práticos, a fim de provar suas teses. A proposição formulada

passa a ser, assim, um modelo que necessitaria de comprovação para verificar sua validade, condição inerente ao próprio tema. Inicialmente, são abordados os conceitos básicos da Doutrina Militar, o seu posicionamento no tempo e os fatores intervenientes e conseqüentes a serem considerados durante a sua formulação. O estudo vale-se, de forma genérica e simplificada, do método científico e sua adaptação, para a elaboração da Doutrina Militar. Finalmente, sugere um sistema para a formulação e acompanhamento da Doutrina Militar, antecedido de conceituações acerca dos princípios básicos que regem um sistema.

As idéias referentes ao método, para criar ou atualizar a Doutrina Militar, são totalmente originais e o autor confessa não ter tomado conhecimento de nada similar a respeito. Reconhece que muitas das sugestões aqui propostas poderão revelar-se incorretas

ou de aplicação inviável. No entanto, o que ele espera do leitor é uma atitude semelhante à que o Marechal Castello Branco descreveu ao desenhar o perfil do Oficial de Estado-Maior:

*"Deve-se lutar contra o conservantismo, tornando-se permeável às idéias novas, a fim de que possa escapar à cristalização, ao formalismo e à rotina. Se tiver medo de uma nova idéia, a sua mentalidade se torna vazia de todo, contendo, apenas, um fundamento tradicionalista e nada positivo. Será mesmo um espírito militar de evasão e de demissão. Não deve vacilar então e, sim, lançar-se sempre para o futuro, pelas abertas de sua época."*¹

A Direção de A Defesa Nacional crê estar contribuindo para a evolução do pensamento militar brasileiro ao divulgar o trabalho do Cel Pizzoti, em especial por serem válidos o método e os princípios nele propostos, e por poderem ser aplicados na elaboração ou atualização das Doutrinas das Forças Singulares, quando consideradas como um todo ou nos diversos escalões que as compõem.

A Redação

1ª PARTE DOCTRINA MILITAR

CONCEITUAÇÃO

Utilizando-se o significado amplo da palavra doutrina, pode-se definir Doutrina Militar como o conjunto de princípios que servem de base ao sistema militar. O Manual FA-E-02 define Doutrina Militar como sendo: "Conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades das Forças Armadas da Nação."²

A ESG conceitua como: "Um conjunto de valores, de princípios gerais, de conceitos básicos, de concepções estratégicas, de normas, de métodos e processos, que tem por finalidade estabelecer as bases para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas."³

Segundo o Marechal Castello Branco:

"É um corpo de princípios e processos, retirados quase sempre de dados de uma teoria, ou de várias teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de uma nação para organizar suas forças, prepará-las para a guerra, levá-las a operações admi-

¹ Castello Branco, Humberto de Alencar apud Santos, Francisco Ruas. *Marechal Castello Branco, Seu Pensamento Militar*. Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1968. p. 188.

² Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA). *Glossário Contendo Vocábulos e Expressões para Uso das Forças Armadas*. Brasília, EMFA, 1977, p. 40.

³ Escola Superior de Guerra (ESG). *Manual Básico*. Rio de Janeiro, ESG, 1983. p. 184.

das e previstas. Além de adaptar dados teóricos, pode ainda criar elementos doutrinários próprios, tendo em vista atender às particularidades da nação e de seus prováveis contendores."⁴

Moltke afirmou: "A estratégia ensina quando e onde se deve combater; a tática ensina como se deve combater."⁵ Adotando-se uma conceituação mais ampla, sugere-se que a palavra tática, da citação de Moltke, seja substituída por doutrina. A esta, cabe o encargo de estabelecer o *como planejar, como organizar, como adestrar e como empregar* o poder militar. A utilização da tática mais adequada, para fazer face à determinada circunstância, está contida na parte da doutrina que estabelece os princípios de *como empregar* o poder militar, uma vez que a tática compreende somente a "arte de dispor, movimentar e empregar as forças militares em presença do inimigo ou durante a batalha (EMFA)."⁶ Para se chegar a este ponto é preciso passar por todos os outros *como* abrangidos pela doutrina.

Observa-se que a concepção da Doutrina Militar depende de quem a conceitua e a sua interpretação varia com a evolução do tempo. É fato incontestável, no entanto, que a sua formulação é indispensável,

para fornecer unidade de ação entre as Forças Armadas (FA) e dentro de cada uma delas. É o instrumento pelo qual se obtém a uniformização dos procedimentos entre os componentes de uma força militar, do Comandante ao Soldado.

A Doutrina Militar não é fruto de concepção isolada. Deve estar contida na Doutrina de Guerra. Esta, por sua vez, está enquadrada nos conceitos preconizados pela Doutrina de Segurança Nacional.

Entende-se como Doutrina de Segurança Nacional "o conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, de valores, de normas e de métodos que permitem a sistematização dos estudos, a formulação e os desdobramentos da Política de Segurança Nacional, visando a garantir a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes e a orientar as estratégias decorrentes."⁷

A Doutrina de Guerra é o "conjunto de conceitos básicos, princípios gerais, valores, normas, métodos e concepções estratégicas que permitem nortear e sistematizar os estudos, a formulação e os desdobramentos de uma Política de Guerra e orientar as estratégias decorrentes."⁸

COMPONENTES DA DOCTRINA MILITAR

A Doutrina Militar é composta por normas, princípios, processos,

⁴ Castello Branco, *ibid* p. 245.

⁵ Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). *Dicionário de Estratégia*. Rio de Janeiro, ECEME, 1973. p. 9.

⁶ EMFA, *ibid*. p. 94.

⁷ ESG, *ibid*. p. 207.

⁸ ESG, *ibid*. p. 209.

valores e conceitos comuns às Forças Singulares e pelas respectivas doutrinas peculiares às Forças Naval, Terrestre e Aeroespacial. A doutrina de cada uma das FA, por sua vez, possui elementos comuns às demais e é composta, também, pela doutrina de emprego dos seus diversos escalões, especialidades e Armas.

A Fig. 1 procura expressar, de forma gráfica simplificada, a miríade das doutrinas e seu posicionamento relativo, levando em con-

ta o caso particular da Força Terrestre.

A Doutrina Militar vai buscar suas fontes de inspiração nas conjunturas nacional e internacional, particularmente a dos aliados e inimigos prováveis previstos nas diversas Hipóteses de Guerra (HG). Segundo o Marechal Castello Branco, "uma Doutrina Militar é delineada para uma época e sua evolução decorre da influência da ciência e da técnica, do aparecimento de novos meios e da muta-

CONJUNTURA

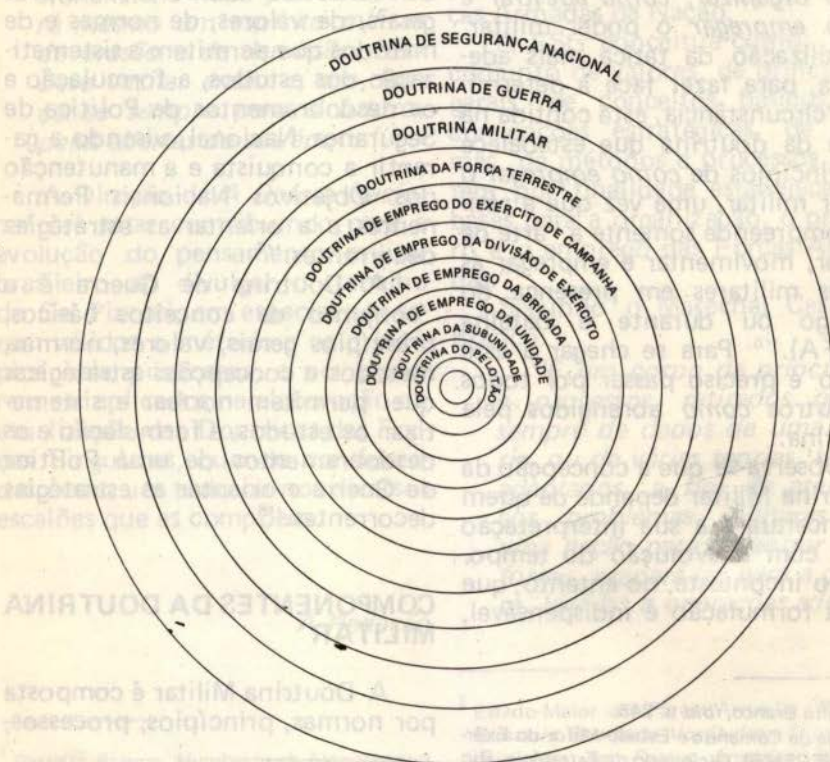


Fig. 1 — Posição relativa da miríade doutrinária

ção da política de Segurança Nacional. Não é estabelecida para uma guerra qualquer e, sim, para um conflito ou conflitos que uma nação pode admitir em seus antagonismos, na vigência de determinadas hipóteses de guerra."⁹

Os fatores componentes da conjuntura são os geográficos, políticos, psicossociais, econômicos e militares. Como a conjuntura está contida em um espaço geográfico e evolui dia a dia, deduz-se que a doutrina sofre a influência dos fatores espaço e tempo, não podendo, portanto, ser estática. Esta é a parte da doutrina ligada à realidade presente.

A Doutrina Militar tem que satisfazer a várias condicionantes simultaneamente. Orientada pelo Conceito Estratégico Nacional, deve ainda ser permeada pelos princípios de guerra e pela tradição histórica do País. Por outro lado, tem que responder de forma adequada às diversas Hipóteses de Guerra, acumulando aspectos peculiares para o atendimento a cada uma delas. Os conceitos, valores, princípios e condicionantes fundamentais sedimentados após a filtragem realizada através de todo este processo vão compor o que se denomina Bases para a Doutrina Militar. Estas atuam como um alicerce sobre o qual a Doutrina Militar e a doutrina de cada Força Singular irão se apoiar. As Bases para a Doutrina funcionam como os limites e o objetivo que simulta-

neamente restringem e orientam a Doutrina Militar.

As Bases para a Doutrina representam assim a concepção filosófica da Doutrina Militar. Mas é necessário explicitá-la de forma prática e objetiva, para que todo o conjunto doutrinário seja orientado para uma única direção. Para atingir esta finalidade, neste trabalho preconiza-se que seja organizada a Doutrina Básica Militar, onde seriam explicitados conceitos fundamentais extraídos das Bases da Doutrina Militar e abordando os temas:

— Conceituação da Doutrina Básica Militar;

— Concepção da Guerra;

— Missão das Forças Armadas;

— Concepção Militar da Guerra;

— Sistema Militar;

— Emprego Combinado e Conjunto das Forças Armadas;

— Estrutura Militar;

— Ensino, Liderança e Comando;

— Planejamento Estratégico Militar;

— Prescrições Diversas.

A Doutrina Básica Militar estabelece os princípios, valores e normas que orientarão a doutrina comum às Forças Singulares e àquelas peculiares a cada uma delas. Assim, sobre ela se assenta o Corpo da Doutrina de cada Força Armada, que é explicitado através dos respectivos manuais e documentos normativos de emprego do poder militar da Força Singular.

A Fig. 2 expressa, de forma gráfica, as idéias centrais ora apresentadas.

⁹ Castello Branco, *ibid.* p. 245.

CONJUNTURAS NACIONAL E INTERNACIONAL (ALIADOS E INIMIGOS)

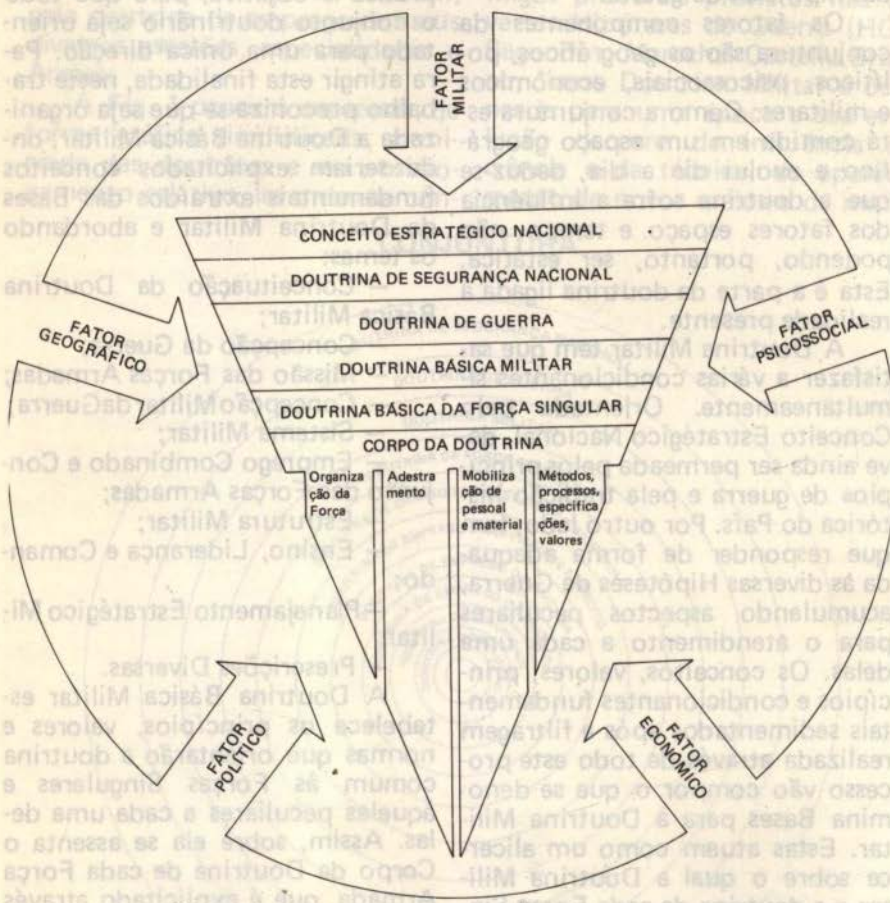


Fig. 2 — Fatores condicionantes, posição relativa e elementos integrantes da Doutrina de uma Força Singular

As Hipóteses de Guerra e a Doutrina Militar

Em cada Hipótese de Guerra, as Forças Armadas são empregadas em uma área estratégica. Dispõem de meios, enfrentam um inimigo e recebem missões que são peculiares àquela Hipótese e que podem divergir ligeira ou profundamente das demais.

Cada uma das Hipóteses de Guerra tem que ser estudada, detalhadamente, para se formular uma doutrina que atenda, de forma adequada, ao problema proposto. Os princípios, normas, valores, métodos e processos para ela assentados poderão ser bastante semelhantes e concomitantes em relação aos estabelecidos para outra Hipótese de Guerra. Isto irá depender da maior ou menor similitude entre as Hipóteses levantadas. A utilização de exemplos facilita a compreensão destes conceitos. Imaginem-se quatro Hipóteses de Guerra levantadas pelo país "A", da América do Sul:

- 1) Guerra contra o país vizinho "B";
- 2) Guerra contra uma aliança dos países vizinhos "B", "C" e "D";
- 3) Guerra em outro continente (nuclearizado), em apoio a um aliado "E";
- 4) Guerra contra o inimigo interno.

A elaboração da Doutrina Militar deste país partirá sempre da mesma conjuntura. A estratégia utilizada para cada Hipótese de Guerra será diferente, modifican-

do, portanto, o *quando*, o *onde* e o *como* empregar o poder militar.

No caso das Hipóteses de Guerra 1 e 2, provavelmente, poder-se-ia utilizar procedimentos, normas e princípios muito semelhantes. Suponha-se que o país "B" tenha um terreno predominantemente plano ou pouco movimentado e possua fronteiras marítimas. Já no país "C" predominam grandes montanhas e trata-se de um país interior. Para fazer face à Hipótese 1, o emprego do Poder Naval será importante, mas não há necessidade de se planejar, organizar e treinar tropas especializadas no combate em montanha. Já na Hipótese 2, isto torna-se necessário, fluindo, portanto, na Doutrina da Força Terrestre do país "A", enquanto que a influência sobre a Doutrina da Força Naval será mínima.

A Hipótese de Guerra 3 exige que sejam formulados princípios bastante diversos dos anteriores. Certamente, terão que ser feitas profundas modificações na organização, no treinamento e na técnica de emprego da força militar, para ajustar-se ao ambiente de guerra nuclear. O Apoio Administrativo (Logístico) sofrerá profundas modificações. Provavelmente, parte dele deverá ser prestada pelo país "E" e parte por "A". Portanto, sofrerá a influência da doutrina de "E" e terá que enfrentar as grandes distâncias que separam os continentes. Esta Hipótese de Guerra traz condicionantes e imposições que repercutem, profundamente, na organização e empre-

go das Forças Navais, Terrestres e Aeroespaciais.

A Hipótese de Guerra 4 possui características muito especiais. O país "A" tem que fazer face a uma guerra irregular. O inimigo reveste-se de peculiaridades muito especiais. Somente este fator já faz com que a doutrina a ser formulada, para esta Hipótese, tenha características bastante diferentes das anteriores.

OS PRINCÍPIOS DA SIMPLIFICAÇÃO E O DO LIMITE DE AJUSTAMENTO

Simplificação

Há a tendência de se buscar a simplificação e unificação das normas, princípios, procedimentos, processos e técnicas que compõem o corpo da doutrina. Visa-se, assim, a obter maior facilidade de emprego e redução dos custos de manutenção das forças militares. Este procedimento permite, ainda, diminuir o número de tipos de subunidades, de unidades e de grandes unidades, facilitando o suprimento, o adestramento e a mobilização. As restrições financeiras e a limitação de efetivos militares, enfrentadas por todas as FA, reforçam esta necessidade. Denomina-se esta tendência de Princípio da Simplificação.

O Princípio da Simplificação deve estar sempre presente na elaboração da doutrina. Na prática, isto é obtido através do estabelecimento de um número mínimo de tipos de unidades, navios,

aviões, grandes unidades, sistemas, subsistemas que, com treinamento tão menos diversificado quanto possível, possam fazer face, com sucesso, ao amplo espectro de situações vislumbradas nas Hipóteses de Guerra.

O ideal máximo do Princípio da Simplificação seria poder-se dispor de unidade militar que:

- tivesse uma só organização;
- dotada sempre dos mesmos meios; e
- com treinamento e adestramento de curta duração, fosse capaz de combater, com êxito, em cada respectiva Força Armada:
- em qualquer ambiente operacional (planície, montanha, frio intenso, deserto, rios, oceanos, etc.);
- utilizando todos os meios de transporte (motorizado, blindado, aerotransportado, aeroterrestre, marítimo, fluvial etc.);
- em qualquer tipo de operação (movimento retrógrado, aproveitamento do êxito, segurança, reconhecimento, ataque coordenado, operações de bloqueio, de esclarecimento, de minagem, de interceptação, de defesa aérea, bombardeio estratégico etc.);
- utilizando qualquer vetor de combate (navio fluvial, oceânico, avião de caça, bombardeio, interceptação, carro de combate, de reconhecimento etc.).

Limite de Ajustamento

As diferentes condições que envolvem cada uma das Hipóteses de Guerra, a necessidade da divi-

são de trabalho e a conseqüente especialização que se faz necessária, nos diversos escalões das forças militares, provocam tendências que se opõem às necessidades de simplificação da doutrina. Estas tendências constituem o princípio do Limite de Ajustamento. Assim, ao se elaborar a Doutrina Militar, deve-se levar em conta a existência do confronto entre os princípios opostos da Simplificação e do Limite de Ajustamento. Torna-se, então, necessário buscar um ponto de equilíbrio que corresponda à situação na qual o grau de simplificação adotado, para a organização, o adestramento e o emprego de um elemento de combate não influa negativamente, a ponto de dificultar ou impedir o desempenho eficaz da aplicação da força militar, para a qual se está elaborando a doutrina. Por isso, as subunidades, unidades, navios, esquadrilhas, esquadrões, grandes unidades etc. organizadas através da adoção do Princípio da Simplificação devem ter, na sua composição, preparo e instrução, um Limite de Ajustamento em função das diferentes Hipóteses de Guerra que foram estabelecidas.

Exemplos de erros de cálculo no Limite de Ajustamento são freqüentemente encontrados no curso da História Militar. Na luta contra as forças de guerrilha, muitas foram as tropas regulares que amargaram sérios fracassos, porque a sua doutrina de emprego não preconizava a reorganização dos meios, a utilização de técnicas especializadas de combate e treinamento adequados às contingências

da guerra irregular. Neste tipo de conflito, os grandes sucessos têm sido obtidos através do emprego de doutrina similar à dos guerrilheiros, que difere, profundamente, da empregada na guerra convencional.

Portanto, não estaremos longe da verdade absoluta ao deduzirmos que os Princípios da Simplificação e do Limite de Ajustamento, quando bem dosados na formulação da Doutrina Militar, permitem que, com uma organização pouco diversificada, as Forças Armadas possam responder, de forma adequada, às Hipóteses de Guerra levantadas.

Doutrina — passado, presente e futuro

Como pressionar a doutrina no tempo? Talvez seja este um dos assuntos mais sutis, para a análise e formulação da Doutrina Militar.

O resultado de uma guerra atrai de forma quase irresistível os cérebros militares, para a análise dos fatores que proporcionaram o triunfo a um dos contendores. Esta atração é tão mais intensa quanto mais retumbante for a vitória. Levantadas as normas, princípios, valores, organizações, procedimentos e técnicas empregados pelo vencedor, ocorre a tendência de incorporá-las à Doutrina Militar do país. A partir daí, passam a ser consideradas como verdades incontestes.

Organizações, princípios, normas e procedimentos que se mostraram eficazes e verdadeiros para

vencer uma guerra não significam que permanecerão válidos no futuro. Ao utilizar a doutrina empregada com sucesso, anteriormente, as Forças Armadas estão-se preparando para vencer a guerra passada, mas não a que está por vir.

O fato exposto a seguir exemplifica a idéia apresentada. No primeiro dia da Guerra dos Seis Dias, a Força Aérea israelense eliminou quase completamente a sua opositora, a egípcia. Dessa forma, Israel pôde empregar suas aeronaves como eficiente elemento de apoio de fogo às forças de superfície, particularmente porque a Artilharia Antiaérea do Egito não dispunha de meios capazes para abater os alvos inimigos. Assim, a Artilharia de Campanha de Israel ficou parcialmente ociosa. A Força Aérea demonstrou maior flexibilidade para o apoio de fogo, adequando-se muito bem à velocidade empreendida pelos blindados naquela guerra. Em face disso, a doutrina militar de Israel minimizou a importância da Artilharia de Campanha, diminuindo os recursos a ela destinados e, em vez de empregá-la de forma centralizada, passou a atribuí-la aos elementos de manobra, a fim de obter maior presteza no seu emprego. Na Guerra de *Yom Kippur*, a Artilharia Antiaérea egípcia demonstrou uma eficiência invejável. Além disto, o Egito possuiu uma Força Aérea capaz de fazer face à de Israel. Estas condicionantes diminuíram, drasticamente, as possibilidades da Força Aérea israelense de prestar o apoio de fogo necessário à Força Terrestre. Tornou-se imperativo

que, durante a guerra, se modificasse esta parte da doutrina, voltando-se a centralizar a Artilharia de Campanha. Foi também necessário que aviões de suprimento norte-americanos fizessem uma ponte aérea para transportar munição de Artilharia para Israel, desembarcando-a tão próximo das posições de Artilharia quanto possível, porque este país não havia estocado a munição nas quantidades necessárias.

A formulação da Doutrina Militar tem que se apoiar em experiências obtidas nas guerras passadas. Mas é preciso atualizá-las constantemente, levando-se em conta as novas condicionantes, resultantes da evolução dos acontecimentos conjunturais.

A formulação da Doutrina Militar não pode, também, ficar restrita à conjuntura atual. A eclosão de uma guerra, de modo geral, não ocorre inesperadamente. Normalmente, há um período de tensões ou ocorrências que, devidamente interpretadas pelos órgãos de informações, indicam a possibilidade da eclosão do conflito. É possível, portanto, que, antes do início ou nas fases iniciais da guerra, haja um período de tempo que permita aos beligerantes ampliarem os seus meios para a guerra, através da mobilização dos recursos próprios, de aquisições externas ou alianças com outras nações. Os formuladores da Doutrina Militar têm que considerar estes fatos, fazendo previsões adequadas, de forma que a doutrina ao ser utilizada seja coerente com as condições existentes na oportunidade de em-

prego das Forças Armadas.

O quadro que se segue busca apresentar uma visão sintética do

relacionamento da Doutrina Militar com o passado, o presente e o futuro.

PASSADO	RESULTANTE	PRESENTE	RESULTANTE	FUTURO	RESULTANTE
História Militar	Princípios básicos. Técnicas bem sucedidas.	Conjuntura. Conhecimentos militares atuais.	Dinâmica Doutrina Militar com a permanente atualização.	Hipóteses de Guerra	Concepção do ambiente que ocorrerá a próxima guerra.

É bom sempre ter em mente o princípio de que a Doutrina Militar deve visar a ganhar a guerra do futuro e não a passada.

A Doutrina e a tecnologia

Até recentemente, a Doutrina Militar vinha sempre a reboque das inovações tecnológicas. Foi inventado o avião e se passou a elaborar as regras para empregá-lo na guerra. A invenção da metralhadora prolongou a I Guerra Mundial até que se formulasse uma doutrina capaz de enfrentar as novas condicionantes impostas ao campo de batalha por esta arma. Estes são dois exemplos, entre muitos, que podem ser citados.

A partir da II Guerra Mundial, houve uma inversão de posições. Em função do levantamento antecipado dos problemas a enfrentar em uma Hipótese de Guerra, a doutrina deve antever a criação de armamentos e equipamentos que

os superem. Desta forma, a doutrina já se posiciona à frente da tecnologia. Faz dela um dos seus instrumentos para a aplicação correta do poder militar no campo de batalha. Por exemplo: se uma força tem que combater em um ambiente em que está presente a radiação nuclear, é necessário que a tropa esteja protegida contra esta ameaça. Assim, os responsáveis pela doutrina, antevendo este problema, preconizam a pesquisa, o planejamento e a fabricação de abrigos, viaturas e roupas que forneçam a proteção necessária ao combatente. Após o recebimento destes novos equipamentos, são elaborados as técnicas, procedimentos e normas que permitam obter deles o melhor rendimento possível. Este conjunto de conhecimentos, por sua vez, passa a fazer parte da doutrina de emprego de tropas em ambiente nuclear.

É importante ressaltar que a idéia de a doutrina se antecipar à tecnologia não deve ser entendida de forma absoluta. A compreen-

são mais precisa é de que, uma vez desenvolvida uma tecnologia ou mesmo vislumbrada a possibilidade do seu desenvolvimento, devem ser envidados esforços no sentido de dirigir estes conhecimentos para fins de Segurança Nacional. Para isto, é necessário que os encarregados da formulação doutrinária orientem os técnicos no sentido de estabelecer os objetivos que devam ser atingidos no desenvolvimento daquela tecnologia.

Para que a Doutrina Militar possa se antecipar à tecnologia, os responsáveis pela elaboração da doutrina têm que acompanhar de perto a evolução científica e estar sempre atentos às possibilidades de desenvolvimento de novas tecnologias. No entanto, no dia-a-dia, por razões diversas, nem sempre é possível obter essa antecipação. Por isso, deve existir uma íntima integração entre os quadros técnicos e operacionais das Forças Armadas, a fim de reduzir a índices mínimos a deficiência anteriormente apontada.

A Doutrina e o estudo da situação

A Doutrina Militar é desenvolvida partindo-se da Doutrina da Guerra. Está inserida na situação conjuntural do país e visa a atender as Hipóteses de Guerra levantadas. Está condicionada por estes elementos e deve ser formulada tendo-os como moldura do quadro a ser pintado. A seguir, partindo-se destas condicionantes, analisam-se os velhos e conhecidos fatores da decisão — missão, terreno, ini-

migo e meios — que são considerados no estudo de cada uma das Hipóteses de Guerra. À primeira vista, pode parecer que o Método do Estudo de Situação é o mais adequado para a elaboração da doutrina. Este processo, no entanto, possui determinadas nuances que lhe são peculiares e o diferenciam, em parte, do Estudo de Situação utilizado para planejar o emprego das Forças Armadas. Neste último caso, já se dispõe de elementos organizados, treinados, com dotação específica de material e de regras e procedimentos preestabelecidos, indicando o caminho a seguir. Todos estes elementos foram definidos quando da formulação doutrinária.

Conceitos fundamentais

As instituições e indivíduos que têm o encargo de elaborar e atualizar a doutrina, tendo em vista aplicar o poder militar em qualquer escalão, devem estar atentos para não se afastarem de alguns preceitos básicos que são necessários, para tornarem a Doutrina Militar eficaz e eficiente. São idéias-força que condensam os conceitos expressos até o momento e são apresentados a seguir:

— A Doutrina Militar busca a experiência no passado, atualiza-se utilizando os dados do presente e projeta esses elementos, numa visão prospectiva, visando a elaborar um conjunto de conhecimentos que permitirão vencer uma guerra futura.

— O conjunto de normas, princípios, valores, técnicas, procedimentos, concepções estratégicas que compõem a Doutrina Militar deve formar um todo harmônico e possibilitar a coordenação e controle do emprego das Forças Armadas. Simultaneamente, deve proporcionar o máximo de iniciativa aos participantes do combate, permitindo o desempenho homogêneo de todos os seus integrantes, de acordo com as intenções do seu Comandante.

— A Doutrina Militar somente torna-se um instrumento útil quando concebida dentro do contexto das Doutrinas de Segurança Nacional e de Guerra e levando em conta os fundamentos jurídicos, filosóficos e éticos básicos que caracterizam a Nação.

— A Doutrina Militar proporciona grande flexibilidade no emprego das forças militares, pois permite a um Comandante tomar decisões adequadas e oportunas sem ter a necessidade de consultar o escalão superior.

— Por derivar-se da conjuntura, a Doutrina Militar é dinâmica, não dogmática e modifica-se de acordo com as evoluções da situação conjuntural e das Hipóteses de Guerra.

— Os conceitos e a terminologia adotados em uma Doutrina Militar devem ser estabelecidos de forma precisa, para permitir uma compreensão única a todos os integrantes das Forças Armadas, cooperando, assim, para a homogenei-

zação dos procedimentos, facilitando a coordenação de esforços.

— A evolução tecnológica desempenha, hoje, papel preponderante na formulação da Doutrina Militar. Sempre que possível, esta deve se antecipar ao desenvolvimento da tecnologia, buscando dirigir e incentivar esta evolução, tendo em vista empregar os meios mais modernos de combate de forma adequada.

— A Doutrina Militar deve buscar a unificação e a simplificação dos princípios, normas, processos, técnicas e procedimentos dentro dos limites possíveis, para que, com um mínimo de tipos de organizações militares, possa fazer face às diversas Hipóteses de Guerra.

— O emprego da força militar pressupõe que o homem ponha em risco o que possui de mais valioso — a vida. Por isso, é fundamental que a Doutrina Militar leve em conta os valores, princípios e características fundamentais do homem e do povo que irão aplicá-la.

— A guerra só é vencida através do esforço coordenado de todos os elementos componentes da nação. Destaca-se neste contexto a imperiosa necessidade de atuação sincronizada de cada uma das Forças Singulares. Portanto, a Doutrina Militar deve ser elaborada tendo em vista envidar todos os esforços na busca incessante da união, integração e compreensão mútua das Forças Armadas.

O MÉTODO CIENTÍFICO

Graças à experimentação, pre-
nizada por Galileu, em 1623 em
seu livro *O Ensaísta* (*Saggiatore*),
da sua sistematização por Fran-
cis Bacon (1561/1626) em *Novum
Organum*, foi possível o apareci-
mento das ciências. A aplicação
destes instrumentos ao comporta-
mento e ao relacionamento hu-
manos deu origem às Ciências So-
ciais, que vêm obtendo enorme
progresso, a partir do século passa-
do. Parece válida, portanto, a ten-
tativa de adequação do método
científico à elaboração da Doutri-
na Militar.

Quanto mais bem sucedido for
este empreendimento, mais a guer-
ra deixará de ser uma Arte para se
aproximar da Ciência.

Observemos, pois, alguns as-
pectos essenciais para a compreen-
são do método:

“Método deriva do grego *mé-
thodos* (meta) e *hodos* (via, cami-
nho). Ordem que se segue na in-
vestigação da verdade, no estudo
de uma ciência ou para alcançar
um fim determinado.”¹⁰

O método consiste em estabele-
lecer um procedimento ou um
conjunto deles, para que funcione
como um meio de atingir os fins
de uma investigação. Para se che-
gar à solução de uma questão, po-
dem ser empregados caminhos di-
versos. Portanto, há a possibilida-
de de utilizar métodos diferentes.

A busca do estabelecimento do
método adequado, para se resolver
um determinado tipo de proble-
ma, visa a apontar um caminho pa-
ra o raciocínio lógico a percorrer.
Desta forma, economiza-se tempo
e, simultaneamente, assegura-se ao
investigador uma probabilidade
maior de chegar a uma boa conclu-
são.

Cada ciência, ao longo da sua
evolução, vem estabelecendo o
método que melhor se adapta à
problemática que lhe é peculiar,
facilitando as investigações. O mé-
todo passou a ter essencial impor-
tância, a ponto de alguns autores
sustentarem que o seu estabeleci-
mento define uma disciplina. No
entanto, é preciso destacar que o
método não é uma panacéia. Não
resolve por si só uma questão pro-
posta. Seus resultados, bons ou
maus, dependem de quem o apli-
ca. Deve estar sempre presente a
idéia de que ele é um *meio*. Al-
guns analistas ficam por demais
apegados aos procedimentos, es-
quecendo-se dos fins que preten-
dem atingir.

O método é uma condição ne-
cessária para se atingir bons re-
sultados, mas não é suficiente. A
inteligência, a criatividade e a re-
flexão do homem, associadas ao
raciocínio lógico proporcionado
pelo método, irão propiciar as
condições favoráveis para a obten-
ção da verdade científica.

Metodologia

“Metodologia é o estudo dos
métodos e, especialmente, dos mé-

¹⁰ Cunha, A. G. *Dicionário Etimológico da
Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova
Fronteira, 1982.

todos das ciências.”¹¹ A metodologia tem por finalidade analisar os diversos métodos, de forma a avaliar as suas vantagens, desvantagens, limitações e estabelecer quais são as condições adequadas para o seu emprego e a consequência da utilização dos mesmos.

O Método Científico

Há um sem-número de interpretações e procedimentos preconizados para o método científico. Para cada Ciência, ele veste uma roupagem especial, adaptando-se às contingências de cada área do conhecimento humano. As ciências sociais apresentam dificuldades à utilização do método científico. No estudo da metodologia mais adequada a cada uma delas, os cientistas não perdem de vista que o método útil é aquele que pode ser empregado de forma objetiva, visando a atingir nos resultados o “ser”, evitando o “dever ser”.

A utilização do termo método científico para denominar raciocínios lógicos diferentes pode, à primeira vista, parecer uma incoerência. Isto, porém, não é real. A metodologia científica tem sempre presentes algumas fases comuns. Basicamente, ela preconiza os seguintes procedimentos:

- pesquisa;
- elaboração da(s) hipótese(s);
- experimentação.

Pesquisa

Não há um conceito de pesquisa sobre o qual se obtenha unanimidade de aceitação. A interpretação do termo é tão ampla a ponto de muitos autores chegarem a utilizar a expressão pesquisa científica como sinônimo de método científico. Outros empregam pesquisa como uma simplificação das expressões pesquisa experimental ou pesquisa aplicada. Neste caso, o seu significado refere-se ao ato de observar os fatos e os dados decorrentes da experimentação de uma hipótese. Neste ensaio utiliza-se para esta fase do método científico os termos experimentação e observação da experimentação. Pesquisa será aqui empregada com o sentido de busca, coleta, tabulação, processamento e análise de fatos e dados visando a um determinado fim.

Elaboração da(s) Hipótese(s)

Do grego *hypo* (debaixo de, em posição inferior) e *thesis* (tese). É uma suposição duvidosa, mas não improvável, relativa a um fato ou fenômeno, pela qual se antecipa um conhecimento, e que poderá ser posteriormente confirmada, direta ou indiretamente.

O processo de elaboração de uma hipótese é longo e difícil. É na sua formulação que o investigador coloca toda a capacidade de análise e percepção na compreensão do assunto em estudo. Consiste em estabelecer como os dados e fatos que dispõe se interrelacio-

¹¹ Ferreira, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

nam e explicar como e por que o fenômeno ocorre. Elabora, a partir daí, uma suposição que *terá que ser comprovada posteriormente*. Uma hipótese formulada sem a possibilidade de ser confirmada deixa o campo da Ciência para entrar no da Metafísica.

Há métodos que proporcionam muito bons resultados para verificar a hipótese. Técnicas evoluídas que explicam como processar os dados e como proceder a uma pesquisa. Porém, até o momento, ninguém conseguiu descobrir a fórmula para se ter boas idéias. Daí a dificuldade da elaboração da hipótese. Esta capacidade é a que distingue os grandes cientistas dos demais.

A História demonstra que o surgimento de idéias para formular uma hipótese pode ter as origens mais diversas. Não poucas vezes decorreram da observação de fatos ocasionais, como ocorreu com a descoberta da penicilina; muitas surgiram do fracasso de outras hipóteses que demonstraram ser falsas quando da sua experimentação, como foi o caso da lâmpada elétrica.

Experimentação

Experimentação, pesquisa experimental, pesquisa aplicada, observação científica ou pesquisa são palavras ou expressões frequentemente encontradas na literatura da metodologia científica, utilizadas para expressar um único conceito. Armando Asti Vera, na sua obra *Metodologia da Pesquisa*

Científica, define como "a busca deliberada e controlada de objetos, fatos e fenômenos sob certas condições previamente determinadas, a mais importante das quais é a 'intersubjetividade'. A objetividade da Ciência — no campo empírico — baseia-se na possibilidade de que a observação seja realizada por qualquer observador colocado numa posição análoga."¹²

A experimentação consiste em provocar, artificialmente, uma situação, para controlar as variáveis por ela produzidas, visando a determinar a veracidade de uma hipótese. É necessário que a experimentação seja realizada de forma a reproduzir as condições ambientais reais, na qual a suposição estabelecida pela hipótese ocorre na natureza. Como consequência, deve haver um rigoroso controle das variáveis, de forma que os fatores causais possam ser apontados pelos eventos consequentes. Nas ciências materiais denominadas fácticas, como a Física e a Química, é possível cumprir-se esta condição estabelecida para a experimentação. Entretanto, em diversas ciências, particularmente nas sociais e humanas, como, por exemplo, a Sociologia e a Economia, frequentemente não é possível reproduzir as mesmas condições ambientais. Para a realização da experimentação, há necessidade de usar métodos de investigação e de prova.

¹² Asti Vera, Armando. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Porto Alegre, Globo, 1978. p. 131.

Observação

Tanto na pesquisa como na experimentação, o investigador necessita observar fatos, acontecimentos e fenômenos naturais ou artificiais. A observação é a origem do processo que vai permitir a tabulação, elaboração e análise dos mesmos. Mas observar não é tão simples quanto parece. Uma experiência muito comum nos cursos que ministram assuntos ligados à comunicação humana de massa consiste em apresentar, através de vídeo ou filme, um acontecimento com duração de alguns segundos e mandar que os presentes o descrevam por escrito. Os resultados são surpreendentes. É normal não encontrar mais que 20% de pessoas que descrevam o fato com pequenos erros. Cerca de 50% das pessoas criam detalhes inexistentes na estória original. Há, também, uma probabilidade muito alta de ocorrerem falhas (chamadas, na teoria da Comunicação, de "ruídos") na transmissão das informações referentes à observação. Daí, ressalta a importância que o investigador deve dar à observação e à transmissão das informações, particularmente nos casos em que é obrigado a delegar a outras pessoas a responsabilidade por estas atividades.

Nas ciências fáticas, o investigador normalmente utiliza a observação dirigida. Planejada com antecedência, sabe-se exatamente o quê, o onde, o como, o quando e o porquê da observação. Nas ciências sociais, muitas vezes, tem que se empregar as observações natu-

rais e espontâneas, o que dificulta, em parte, o processo científico.

Em virtude da importância da observação no estudo das ciências, faz-se necessário treinar e avaliar os observadores, a fim de diminuir a probabilidade de erros derivados de má observação.

FASES DO MÉTODO CIENTÍFICO

Compreensão do Processo Científico

Cada ciência possui um método com características peculiares que permite a aplicação dos procedimentos comuns ao processo científico. Eles se apóiam nos mesmos princípios básicos e têm uma finalidade comum — alcançar a certeza científica.

Neste trabalho, busca-se, de forma simplificada, apresentar, em uma seqüência lógica, as fases comumente presentes nos diversos métodos. A realidade é que nem sempre é possível ao pesquisador seguir a ordem estabelecida. O trabalho científico envolve um sem-número de idas e vindas ao longo do caminho apontado pelo método. As fases não são, portanto, estanques. Quando se faz necessário retornar às fases anteriores, há uma constante realimentação entre elas. Muitas vezes é preciso voltar à fase inicial para buscar dados não previstos inicialmente e que provaram ser importantes durante a evolução do processo. Algumas ciências não permitem que partes importantes de método científico

co se processem. Como fazer experimentos na História e na Astronomia, por exemplo?

Pesquisa preliminar ou inicial

Normalmente, o método científico parte de uma pesquisa preliminar. O ponto de origem do processo consiste na tomada da consciência da existência de um problema genérico a ser resolvido. Passa-se a determinar os campos de conhecimento dentro dos quais o problema está inserido. A pesquisa bibliográfica inicial auxilia na delimitação do assunto e na formulação precisa do problema. Estando este perfeitamente definido, passa-se à elaboração do Plano de Investigação, onde são determinados o que, quando, onde, como e a finalidade dos fatos e dados a serem coletados. Devem, também, ser preconizadas as técnicas para a tabulação e o processamento dos dados.

Uma vez dispostos os dados de forma racional, passa-se à análise, procurando-se estabelecer o relacionamento e a posição relativa dos mesmos. É uma fase importante do processo, pois permite o conhecimento aprofundado das diversas variáveis que proporcionarão, no futuro, o estabelecimento da hipótese.

Em síntese, os passos da pesquisa preliminar são:

- a determinação do assunto;
- a pesquisa bibliográfica;
- a formulação do problema;
- a elaboração do plano de investigação;

— a coleta, tabulação e processamento dos dados;

— a análise dos dados.

Formulação da Hipótese

A hipótese decorre da pesquisa preliminar e sua formulação está inteiramente ligada ao conhecimento, experiência, inteligência e intuição do investigador que a propõe. Ela estabelece previsões factíveis de confirmação e descreve as variáveis que devem ser consideradas.

É difícil a formulação, na primeira tentativa, de uma hipótese, que atenda a todos os requisitos que lhe são intrínsecos. O normal é a elaboração de uma pré-hipótese ou hipótese-piloto que, após experimentos simulados, possibilite levantar novas idéias, as quais proporcionarão o seu aprimoramento, atingindo-se, assim, a hipótese definitiva. O uso dos modelos, como representação da hipótese, é um exemplo que bem caracteriza esta afirmativa.

Na ciência moderna, é comum o emprego do modelo como forma de apresentação da hipótese. Trata-se da cópia de um objeto, fato ou fenômeno real. Procura-se reproduzir, exatamente, no modelo as variáveis do elemento que lhe deu origem. Em virtude da impossibilidade da reprodução idêntica de todas as variáveis encontradas na natureza, os modelos deixam de considerar, em uma primeira aproximação, aquelas que influem secundariamente na experimentação que se tem em vista.

Os modelos só são válidos se, submetidos à experimentação, reproduzem as previsões estabelecidas quando de sua confecção. Após a experimentação, quando um modelo é aprovado, ele pode ser empregado para a melhor compreensão de uma teoria científica, pela análise do seu comportamento, através do controle das diversas variáveis nos diferentes testes a que pode ser submetido.

A hipótese é, assim, a diretriz que orienta a experimentação científica.

Sinteticamente, pode-se assim descrever os passos para a formulação de uma hipótese:

- promoção das idéias;
- levantamento das variáveis;
- estabelecimento da pré-hipótese ou modelo-piloto;
- redação da hipótese ou construção do modelo.

Experimentação

A experimentação visa a buscar a certeza científica. Sua conceituação e finalidade foram descritas anteriormente, quando ela foi abordada como uma fase característica, comum aos diversos métodos científicos.

O objetivo da Ciência é descobrir as leis que regem os fenômenos. Estas podem ser obtidas através de dois métodos de raciocínio preconizados pela Lógica: o *dedutivo* e o *indutivo*. No método *dedutivo*, parte-se de premissas gerais dispostas de forma ordenada e chega-se a uma conclusão particular, em relação às iniciais.

Exemplo:

— Todo homem é mortal (premissa geral).

— João é homem.

— João é mortal.

O método do Estudo de Situação, utilizado em grande número de Forças Armadas, é *dedutivo* e denominado cartesiano. O nome deriva-se de Descartes, seu criador, que publicou em 1637 o livro *Discurso sobre o Método*. Nele, são preconizados quatro preceitos:

— nunca aceitar como verdadeira uma coisa que não se conheça evidentemente como tal;

— dividir cada uma das dificuldades que se deva examinar em tantas partes quanto possível e necessário para resolvê-las;

— pôr em ordem o pensamento a começar pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para chegar, aos poucos, gradativamente, ao conhecimento dos mais complexos, e supondo, também, naturalmente, uma precedência de uns em relação aos outros;

— fazer, para cada caso, enumerações completas e revisões amplas, para ter a certeza de não haver omitido nada.

Descartes justificou a simplicidade do seu método apoiado no seguinte pensamento: "Como o excesso de leis fornece, frequentemente, escusas ao vício, um Es tado é muito mais bem organizado quando, só possuindo poucas, elas são estritamente observadas."¹³

¹³ Descartes, R. *Discurso Sobre o Método*. Rio de Janeiro, Athena, 1939.

No método *indutivo*, parte-se de enunciados particulares para se chegar a conclusões amplas. Neste processo ocorre o chamado salto indutivo. Se um fenômeno repetido exaustivamente, dentro das mesmas condições, apresenta sempre os mesmos resultados, a indução indica que, todas as vezes em que se promover a repetição, serão obtidos os mesmos resultados. Desta suposição é extraída uma conclusão genérica. A indução científica descobre a relação entre as causas dos fenômenos e a generaliza transformando-a em lei. Daí são elaboradas predições que, submetidas a novas experimentações, têm que se mostrar verdadeiras.

Como o salto indutivo não permite atingir a verdade absoluta, a certeza científica obtida por este método pode mostrar-se falsa ao longo do tempo, caso a realização de uma nova experimentação mostre a sua incoerência.

Experimentação de Modelos

O grande número de variáveis presentes na formulação de um modelo torna difícil elaborá-lo sem que seja produzido antes um modelo-piloto. Este sofre, inicialmente, uma verificação lógica para testar a sua coerência. Em seguida, é submetido a testes técnicos. Feitas as adaptações necessárias e aprovado nestas duas fases, dispõe-se, então, do modelo, que será submetido à experimentação.

O fluxo da Fig. 3 apresenta os passos comumente dados na elabo-

ração de um modelo. Mesmo após a obtenção do modelo definitivo, ele continua sendo submetido a novas experimentações, em condições diversas, de forma a obter dados que contribuam para o aprimoramento da teoria científica.

Na construção dos modelos é necessário fazer abstrações de determinadas variáveis. Por isso, não deve haver uma supervalorização que conduza a exageros, quando da adoção das conclusões obtidas com o seu uso. A realidade da natureza é complexa e toda observação pode induzir a erros. Apesar da exaustiva experimentação com modelos na construção de aviões, não são poucos os exemplos de fracassos. A probabilidade do sucesso será tanto maior quanto mais o modelo se aproximar da realidade que copia.

Formulação da Teoria

As hipóteses confirmadas são, por indução, transformadas em leis. O conjunto destas, dispostas de forma ordenada e coerente, forma um sistema teórico, que caracteriza uma ciência. A teoria enuncia uma série de princípios através dos quais é possível estabelecer previsões, que deverão ser confirmadas ou contrariadas pelos fatos. Uma vez observada uma contradição das previsões teóricas com a realidade, faz-se necessária a revisão de todo o sistema.

Asti Vera, em seu livro já citado anteriormente, define teoria como "um sistema de leis científicas".

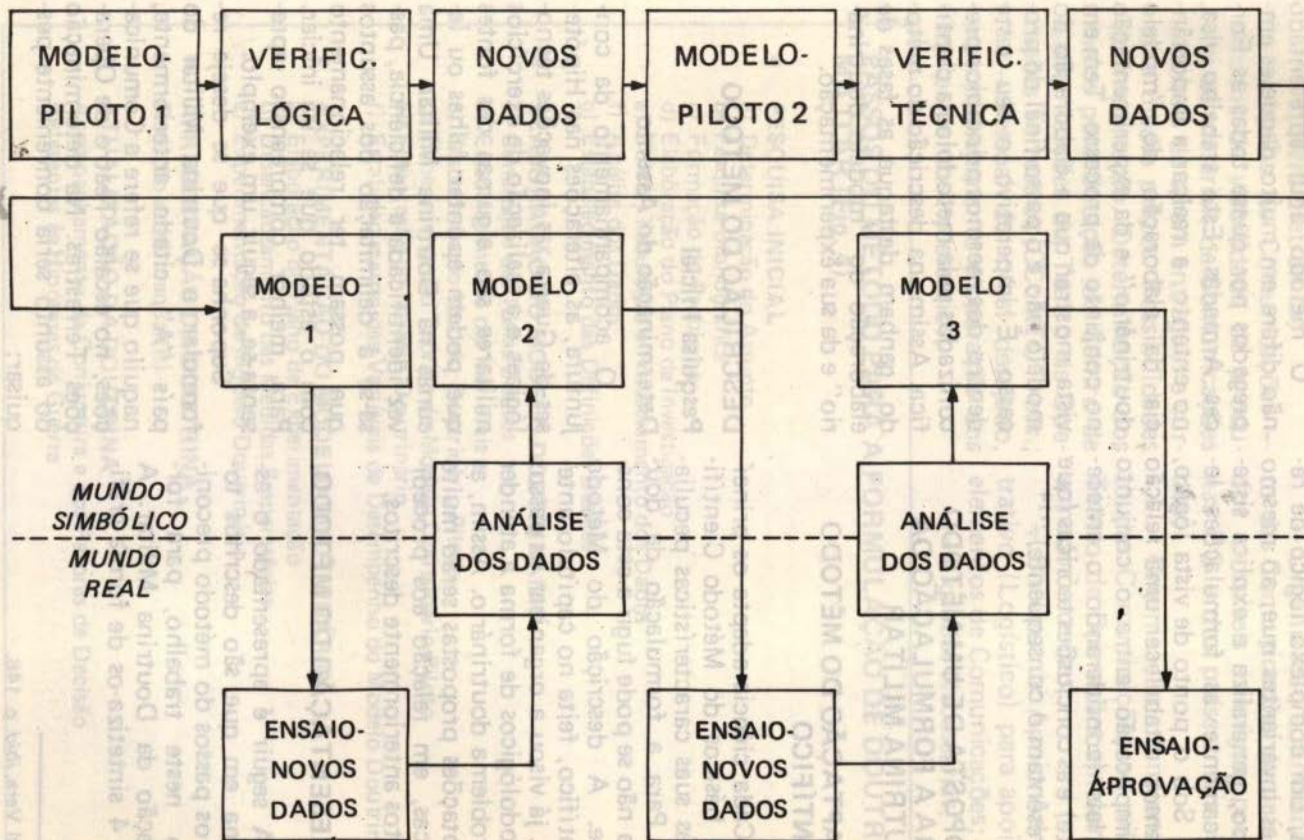


Fig. 3 — Fluxo da elaboração de um modelo.

ficas, um complexo lógico de relações invariantes que, ao mesmo tempo, generaliza e explica sistematicamente as formulações legais. Sob o ponto de vista lógico, podemos estabelecer uma relação de implicação entre o conjunto das leis (considerando o antecedente) e as conclusões teóricas (que representam o conseqüente)."¹⁴

PROPOSTA DE UM MÉTODO PARA A FORMULAÇÃO DA DOCTRINA MILITAR

ADAPTAÇÃO DO MÉTODO CIENTÍFICO

Cada ciência adapta os princípios básicos do Método Científico às suas características peculiares. Para a formulação da doutrina não se pode fugir a esta constante. A descrição do Método Científico, feita no capítulo anterior, já visou a organizar os passos metodológicos de forma a atender o problema doutrinário. Assim, as adaptações propostas serão muito poucas, em relação aos procedimentos anteriormente descritos.

APRESENTAÇÃO DO MÉTODO

A seguir é apresentado o esquema em que são descritos todos os passos do método preconizado neste trabalho, para formulação da Doutrina Militar. A Fig. 4 sintetiza-os de forma gráfica.

¹⁴ Asti Vera, *ibid.* p. 146.

O método aqui apresentado não difere em muito daqueles empregados por quase todas as Forças Armadas. Este trabalho visa, no entanto, a realçar a importância da elaboração do "modelo doutrinário" e da experimentação no conjunto de processo. Tem em vista mostrar que a elaboração do modelo não é o passo final do processo. É imperativo o seu teste dentro dos mesmos princípios preconizados pela metodologia científica. Assim, na descrição do método, ganham destaque as fases de elaboração do "modelo doutrinário" e da sua experimentação.

DESCRIÇÃO DO MÉTODO

Pesquisa Inicial

Determinação do Assunto

O acompanhamento da conjuntura, as alterações nas Hipóteses de Guerra, as inovações tecnológicas e a realização de exercícios militares são algumas das fontes que podem apontar falhas ou lacunas na Doutrina Militar. Uma vez identificada a deficiência, passa-se à delimitação dos assuntos que possam ter relacionamento com o estudo que se irá iniciar. Para melhor compreensão apresenta-se, a seguir, um exemplo.

Suponha-se que se deseje reformular a Doutrina Militar do país "A", citado anteriormente, naquilo que se refere a Comunicações, no escalão Teatro de Operações Terrestres. Na determinação do assunto seria conveniente pesquisar:

- Guerra Eletrônica;
- Meios de Comunicações — estudos de viabilidade de produção de materiais de Comunicações passíveis de serem entregues a curto e médio prazos. Possibilidades de importação. Determinação dos meios para dotação do Centro de Comunicações do Teatro de Operações Terrestres (CComTOT) etc.;
- Pessoal do nível desejado, para planejamento e operação dos equipamentos necessários;
- Organização e funcionamento das Comunicações do país "A", dos possíveis inimigos previstos nas HG e dos países mais evoluídos;
- Organização e funcionamento das Comunicações ao nível de Teatro de Operações em conflitos armados recentes;
- Sistema de Apoio Administrativo (Logístico) para apoio aos elementos de Comunicações;
- Ligações Necessárias;

PASSOS DO MÉTODO PARA A FORMULAÇÃO DE DOCTRINA MILITAR (Fig. 4)

● PESQUISA INICIAL

- a) Determinação do Assunto
- b) Pesquisa Bibliográfica
- c) Formação do Problema
- d) Elaboração do Plano de Investigação
- e) Coleta, Tabulação e Processamento dos Dados
- f) Análise dos Dados
- g) Estabelecimento das Definições Básicas

● ELABORAÇÃO DO MODELO DOCTRINÁRIO

- a) Concepção das Idéias Básicas
- b) Estabelecimento das Variáveis
- c) Elaboração do Modelo Doutrinário-Piloto
- d) Experimentação Teórica do Modelo Doutrinário-Piloto
- e) Elaboração do Modelo Doutrinário
- f) Estabelecimento das Variáveis de Desempenho do Modelo Doutrinário

● EXPERIMENTAÇÃO DO MODELO DOCTRINÁRIO

- a) Elaboração do Plano de Experimentação
- b) Desencadeamento das Medidas Preparatórias
- c) Experimentação do Modelo Doutrinário

● APRESENTAÇÃO DA DOCTRINA

Redação do(s) manual(is)

● ATUALIZAÇÃO DA DOCTRINA

Acompanhamento da Conjuntura e dos Fatores da Decisão
Referentes às Hipóteses de Guerra

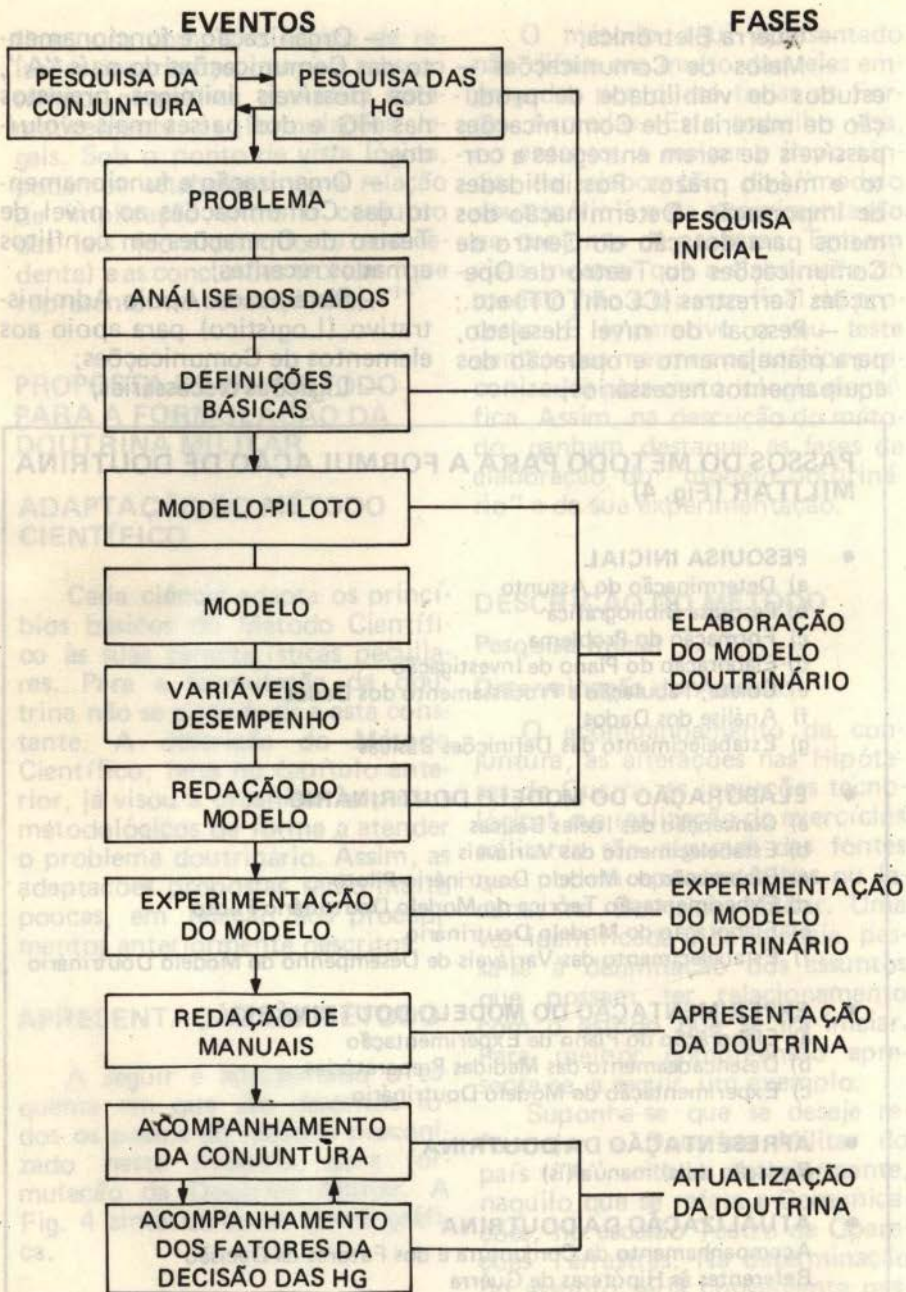


Fig. 4 – Esquema simplificado dos passos do método para formulação doutrinária

— Atividades afins de Comunicações nas Forças Armadas;

— Emprego das Comunicações, neste escalão, nas guerras mais recentes.

Muitos outros assuntos devem ser levantados, no estudo da elaboração da doutrina de Comunicações para o Teatro de Operações Terrestres do país "A". Este exemplo visa a dar uma visão prática dos objetivos a serem atingidos neste passo do método.

Pesquisa Bibliográfica

Uma vez delimitado o assunto da pesquisa, é feito o levantamento bibliográfico de todos os documentos nacionais ou internacionais que tragam informações oportunas e dos quais possam ser extraídos os dados básicos para a formulação do problema. Tal atividade poderia ser iniciada, por exemplo, pela busca bibliográfica em um centro de recuperação de informações como o Centro de Informações Científicas e Tecnológicas do Exército (CICTEX) ou o Centro de Informações Nucleares da Comissão Nacional de Engenharia Nuclear (CIN).

Formulação do Problema

Neste ponto do trabalho, já se dispõe dos dados necessários para definir, com precisão, o problema. A importância de passar pelas fases anteriores está relacionada ao fato de que, na prática, as deficiências doutrinárias não são per-

cebidas como um todo. Normalmente, apresentam-se parcialmente para cada um dos elementos que as analisa. Quem estuda o Apoio Administrativo vê as falhas por um ângulo. Para o pessoal de Comunicações, a problemática é vista por um prisma diferente etc. Somente um estudo global é capaz de fazer surgir a causa real, o problema.

Voltando-se ao exemplo das Comunicações no Teatro de Operações Terrestres, o problema poderia ser assim definido:

— Elaborar um novo sistema de Comunicações para o TOT, propondo, se for o caso, as medidas necessárias para a adaptação das atuais doutrinas de Comunicações da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Formular, também, o sistema de Apoio Administrativo (Logístico) para apoiar as Comunicações no TOT. Finalmente, elaborar as normas necessárias à padronização dos meios de Comunicações comuns às Forças Armadas.

Elaboração do Plano de Investigação

Nesta fase, determina-se "o que" deve ser pesquisado. São, então, repassados todos os fatores da decisão referentes às HG. Por exemplo, verificar se houve alguma mudança nas missões das Forças Singulares; as informações sobre o terreno; a nova estrutura que está sendo preconizada para as Forças Armadas dos prováveis inimigos e quais os novos armamen-

tos e meios de Comunicações que estão sendo por eles adquiridos; os materiais de Comunicações que podem ser comprados pelo país nos mercados interno e externo etc. Determina-se, também, o "quando", o "onde" e o "como" vão ser buscadas as informações necessárias. Por exemplo: contactar, imediatamente, as empresas fabricantes de materiais de Comunicações solicitando que apresentem informações sobre tal equipamento com prazo de "x" dias etc.

O plano deve indicar, ainda, como os dados serão tabulados. Exemplo: os dados coletados serão organizados dentro dos seguintes assuntos: Eletrônica, Armamento, Processamento de Dados, Doutrina etc.; disporão dos seguintes códigos para permitir a fácil recuperação da informação: xx, yy etc.

Sempre que possível, deve ser previsto o processamento automático de dados, para obter maior precisão e rapidez na utilização das informações.

Coleta, Tabulação e Processamento dos Dados

Consiste na execução do plano de investigação. Muitas vezes será necessário que se realizem provas experimentais, para a obtenção precisa de informações. Os dados contidos em catálogos são estabelecidos para condições médias gerais. Um radiotransmissor, por exemplo, pode atender em boas condições as necessidades do CComTOT, quando observadas as características constantes no ca-

tálogo do material. No entanto, se colocado no campo, dentro das condições normais de emprego do CComTOT, ele pode mostrar-se frágil ou sofrer influência do terreno e de outro equipamento, prejudicando o seu funcionamento e diminuindo sua eficiência.

Análise dos Dados

Os dados são extraídos da conjuntura atual, levando-se em consideração as possibilidades futuras a curto ou médio prazos. Os elementos que orientam o levantamento dos dados são as HG. Cada uma destas deve ser estudada de per si. Porém, pelo princípio da simplificação, busca-se, sempre que possível, uma organização básica que possa fazer face às diversas HG.

O CComTOT pode ajudar como exemplo. A análise dos dados disponíveis poderia levar a concluir que ele deva ser organizado com materiais nacionais e dotado de meios eletrônicos que permitam um eficiente funcionamento, mesmo quando sujeito às ações de Guerra Eletrônica; disponha de equipamentos que permitam grande credibilidade; seja dotado de materiais capazes de atuar nas várias HG com um mínimo de modificações; os equipamentos sejam compatíveis com os empregados pelas Forças Singulares; seja dotado de armamentos e equipamentos que tenham possibilidade de ser fabricados no país a curto prazo etc.

Estabelecimento das Definições Básicas

Nesta fase é estabelecida a conceituação dos termos para os quais ainda não exista uma definição consagrada nos manuais em vigor. Assim, quando empregados, haverá uma compreensão única por todos aqueles que estão envolvidos na solução do problema.

No caso do CComTOT, um exemplo de expressão que mereceria definição seria "Sistema de Comunicações do TOT". Haveria necessidade de definir quais seus componentes, o funcionamento, a forma de realimentação etc.

Elaboração do Modelo Doutrinário

Concepção de Idéias Básicas

As idéias básicas são o resultado da análise dos dados. No caso do CComTOT, que vem servindo de exemplo, além dos aspectos já destacados anteriormente, poder-se-ia levantar idéias para dotá-lo de:

- Equipamentos diversificados — rádio, teletipo, radiofoto etc. com possibilidade de atender à capacidade de tráfego dos diferentes ambientes operacionais onde atuam as Forças Singulares;

- Equipamentos com alcances diversos de forma a ligar órgãos situados a distâncias diferentes e com características diversas;

- Equipamentos aptos a serem dados em reforço aos escalões subordinados;

- Equipamentos de criptografia compatíveis com aqueles utilizados nas Forças Singulares;

- Materiais com capacidade de fazer face à Guerra Eletrônica;

- Materiais que forneçam credibilidade ao sistema.

Estabelecimento das Variáveis

Consiste em determinar os elementos que devam ser considerados, a fim de se atingir a solução do problema. A seguir, estabelece-se para cada um deles um valor que, em conjunto com os demais, permite solucionar o problema como um todo.

No exemplo do CComTOT, algumas das variáveis que poderiam ser levantadas são:

- X1 — Capacidade de tráfego dos equipamentos;

- X2 — Possibilidade de compatibilização entre os equipamentos;

- X3 — Distâncias máximas entre os elementos a serem ligados;

- X4 — Tempo máximo para instalação dos equipamentos e início de operação de cada um dos elementos componentes do CComTOT;

- X5 — Índice de credibilidade dos diversos equipamentos em função do tráfego previsto;

- X6 — Índice de indisponibilidade dos diversos equipamentos funcionando dentro do tráfego previsto;

- X7 — Quantidades de peças de reposição necessárias em esto-

que e o intervalo de reposição das mesmas;

— X8 — Capacidade dos equipamentos de manutenção;

— X9 — Preço dos equipamentos;

— X10 — Índice homem/hora para operação dos equipamentos, dentro do tráfego previsto.

Elaboração do Modelo Doutrinário-Piloto

Ciências afins

A elaboração de modelos vem tendo valorização crescente nos últimos 50 anos. A vantagem da sua aplicação consiste na possibilidade de antecipar resultados que, de outra forma, seriam de impossível previsão. Tal é a sua importância que deu origem a uma nova ciência — a Pesquisa Operacional. Ela visa, basicamente, a elaborar modelos matemáticos que buscam representar uma realidade existente. De posse deles, é possível antever os resultados que serão obtidos, quando introduzidos os valores de um determinado conjunto de variáveis. Possibilita, também, compreender como as modificações feitas nas variáveis afetam os resultados, permitindo a melhor compreensão dos fenômenos envolvidos na realidade em estudo.

A solução dos modelos matemáticos formulados pela Pesquisa Operacional implica cálculos de grande complexidade. Daí a razão do seu íntimo relacionamento com o processamento eletrônico de dados, que lhe dá agilidade para

que seus modelos matemáticos possam ser realmente úteis na vida prática.

A diversidade e dificuldades dos conhecimentos abarcados pelas Pesquisa Operacional, Informática, Matemática e Administração, associadas à ampla aplicação destas ciências no campo militar, indicam que a formulação de uma doutrina moderna e adequada às condicionantes existentes nos nossos dias tem que ser montada por pessoal especializado. Somente equipes compostas por Oficiais de Estado-Maior, profundamente conhecedores das Operações Militares, experientes no campo da formulação doutrinária, trabalhando em conjunto com especialistas nos campos da Matemática, Pesquisa Operacional, Engenharia de Sistemas e Organização e Métodos, podem levar a bom termo a tarefa da elaboração da Doutrina Militar.

A criatividade associada à experiência

Definidas as variáveis e estabelecidos seus valores, busca-se obter os resultados pré-impostos, através da aplicação do poder militar da organização criada para resolver a questão. A fase da formulação do modelo é a mais criativa de todo o processo. Exige profundo conhecimento dos materiais, das técnicas, dos métodos de combate e da aplicação dos Princípios de Guerra. O militar envolvido neste campo deve possuir experiência anterior e, sempre que possível, ser um veterano, seja como combatente

ou observador. É necessário, também, que possua a mente aberta e coragem para aceitar e adotar novas soluções.

Voltando-se ao exemplo do CComTOT, faz-se necessário, neste ponto, propor uma organização e estabelecer o seu funcionamento, de forma a que possa atingir as variáveis X1 a X10, estabelecidas anteriormente.

Experimentação Teórica do Modelo Doutrinário-Piloto

Elaborado o modelo-piloto, em todos os seus detalhes, chega o momento de colocá-lo em experimentação. Há, no entanto, dois aspectos importantes a considerar nesta tarefa:

- os inúmeros fatores envolvidos na sua formulação, normalmente, fazem surgir grande número de falhas durante o teste prático;

- o alto custo que envolve a experimentação.

Decorre, então, a necessidade de testar o modelo-piloto, exaustivamente, através de experiências teóricas.

As formas mais comuns para fazer o teste teórico de uma doutrina militar são:

- montar tema tático que empregue a nova organização, dentro de situação tão real quanto possível;

- aplicar o modelo-piloto em um jogo de guerra;

- submeter o modelo-piloto a uma equipe de especialistas, dife-

rente da que o elaborou, para realizar uma análise detalhada.

Provavelmente, após a experimentação teórica, devem surgir algumas falhas do modelo-piloto. Dependendo da amplitude, este poderá ser reformulado ou invalidado.

Suponha-se que no CComTOT do exemplo, após o teste teórico, ficou comprovada a inviabilidade de se atingir os valores das variáveis X3 (distâncias máximas entre os elementos a serem ligados) e X4 (tempo máximo para instalação dos equipamentos e início de operação de alguns componentes do CComTOT). É o caso, então, de se reformular os elementos do modelo-piloto responsáveis pela incorreção. Seria, então, necessário estudar o emprego de novos equipamentos que permitissem atingir os valores estabelecidos para as variáveis X3 e X4.

Elaboração do Modelo Doutrinário

Uma vez determinadas as variáveis que não atingiram os resultados previstos, durante o teste teórico do modelo-piloto, passa-se à sua reformulação.

O modelo-piloto é testado teoricamente e reformulado tantas vezes quantas for preciso, até que suas saídas correspondam aos resultados esperados. Quando se atinge esta situação, está pronto o modelo doutrinário.

Estabelecimento das Variáveis de Desempenho do Modelo

O estabelecimento de variáveis de desempenho é um processo complexo. Nas fases iniciais do trabalho, nem sempre é possível formular um modelo que atinja todos os fatores estabelecidos para as variáveis. Por isso, antes de passar à fase seguinte, é feita cuidadosa revisão de cada variável a ser testada. Mas, em tática, os valores dificilmente são absolutos. Em virtude desta realidade, estabelece-se uma faixa de variação de desempenho para cada variável. Também deve-se levar em conta que, provavelmente, a cada tipo de operação, deverá corresponder uma faixa de valores diferentes.

As variáveis são deduzidas das observações e da análise realizada na pesquisa inicial. Os valores estabelecidos para cada uma delas deve merecer estudo metódico. O conjunto destas variáveis representa aquilo que se deseja atingir na solução do problema. Os valores estipulados significam os resultados almejados para a doutrina que se deseja elaborar. É interessante ressaltar que os índices a serem estabelecidos não são absolutos, uma vez que, normalmente, as variáveis mantêm um íntimo relacionamento.

Observe-se este exemplo que demonstra o inter-relacionamento das variáveis. Se for estabelecido o alcance máximo "W" para os equipamentos do CComTOT, o tempo máximo para a instalação dos equipamentos e início de operação será "W1", o preço de compra

"W2". Se for estabelecido que se deseja obter o dobro do alcance "2W" deverá ocorrer um aumento das variáveis "W1" e "W2". Para maiores alcances, necessita-se de equipamentos mais complexos e de maior porte, que exigem cuidados especiais para a instalação, formação de pessoal mais dispendiosa, e que retardam o início da utilização dos meios disponíveis. Por outro lado, aqueles fatores implicam que os preços de compra dos equipamentos sejam mais altos.

Redação Explicativa do Modelo

Consiste em elaborar a documentação da doutrina até então formulada, de forma tão detalhada quanto possível. Não se trata, ainda, da redação de manuais. O que se tem em vista é estabelecer como se imagina que o modelo irá reagir face à experimentação. Merecem realce nesta descrição as variáveis e seus respectivos valores, estabelecidos no passo anterior do método. Não podem ser esquecidos os enlaces do modelo doutrinário em teste com os demais elementos estabelecidos pela Doutrina Militar.

EXPERIMENTAÇÃO DO MODELO

Importância da Experimentação da Doutrina

Esta é a fase que, realmente, mais caracteriza o método proposto neste trabalho, para formu-

lação de doutrina. Sabe-se que todas as Forças Armadas do mundo sofrem uma restrição fundamental — não podem testar seu desempenho a não ser no combate real. Por isso, a História mostra que não foram poucos os grandes debates provocados por correntes diversas, em uma Força Armada, quanto à melhor doutrina de emprego deste ou daquele armamento. Só a guerra tem sido, até hoje, o instrumento capaz de provar qual a corrente de opinião que estava próxima da realidade. Provavelmente, esta circunstância permanecerá sempre verdadeira através dos séculos, apesar do desenvolvimento científico da humanidade.

Torna-se, portanto, necessário pesquisar um método que permita formular uma doutrina que se apoie em bases consistentes, e que ofereça uma taxa de credibilidade alta, de forma a conduzir as Forças Armadas à vitória. Não se tem em mira elaborar uma doutrina infalível, mas sim aquela que deixe a menor margem de dúvida quanto à sua eficiência, eliminando as discussões estéreis, apoiadas em princípios sem suporte experimental. A experimentação realizada dentro dos moldes preconizados pelo método científico parece ser um poderoso instrumento para a conquista deste objetivo.

A Experimentação da Doutrina Militar nos Países em Desenvolvimento

De um modo geral, tudo o que foi preconizado até este ponto do

trabalho é feito por todas as Forças Armadas que possuem doutrina própria. No entanto, particularmente nos países em desenvolvimento, a elaboração da doutrina termina na fase anterior. A fase da redação explicativa do modelo coincide com a redação dos manuais.

Em algumas das Forças Armadas dos países em desenvolvimento são feitos testes experimentais das unidades de combate. Há, no entanto, uma concepção incorreta do que seja experimentação. Esta só é válida quando são reproduzidas, com rigor, as condições previstas no modelo. De que adianta testar um Batalhão de Infantaria que não tem o efetivo, os armamentos e os equipamentos previstos nos manuais? E atuando contra um inimigo simulado que não corresponde a nenhum daqueles levantados nas HG? Fatalmente, os resultados conduzirão a concepções errôneas.

Outra falha observada, com frequência, consiste em que os testes experimentais, muitas vezes, restringem-se a partes do conjunto e, neste caso, normalmente os apoios administrativo (logístico) e ao combate são relegados a plano secundário.

Importância da Coleta dos Dados Experimentais

De nada adianta cuidar minuciosamente do modelo a ser testado se não for dada, ainda, maior atenção aos instrumentos de medida. Os elementos responsáveis pela

Estabelecimento das Variáveis de Desempenho do Modelo

O estabelecimento de variáveis de desempenho é um processo complexo. Nas fases iniciais do trabalho, nem sempre é possível formular um modelo que atinja todos os fatores estabelecidos para as variáveis. Por isso, antes de passar à fase seguinte, é feita cuidadosa revisão de cada variável a ser testada. Mas, em tática, os valores dificilmente são absolutos. Em virtude desta realidade, estabelece-se uma faixa de variação de desempenho para cada variável. Também deve-se levar em conta que, provavelmente, a cada tipo de operação, deverá corresponder uma faixa de valores diferentes.

As variáveis são deduzidas das observações e da análise realizada na pesquisa inicial. Os valores estabelecidos para cada uma delas deve merecer estudo metódico. O conjunto destas variáveis representa aquilo que se deseja atingir na solução do problema. Os valores estipulados significam os resultados almejados para a doutrina que se deseja elaborar. É interessante ressaltar que os índices a serem estabelecidos não são absolutos, uma vez que, normalmente, as variáveis mantêm um íntimo relacionamento.

Observe-se este exemplo que demonstra o inter-relacionamento das variáveis. Se for estabelecido o alcance máximo "W" para os equipamentos do CComTOT, o tempo máximo para a instalação dos equipamentos e início de operação será "W1", o preço de compra

"W2". Se for estabelecido que se deseja obter o dobro do alcance "2W" deverá ocorrer um aumento das variáveis "W1" e "W2". Para maiores alcances, necessita-se de equipamentos mais complexos e de maior porte, que exigem cuidados especiais para a instalação, formação de pessoal mais dispendiosa, e que retardam o início da utilização dos meios disponíveis. Por outro lado, aqueles fatores implicam que os preços de compra dos equipamentos sejam mais altos.

Redação Explicativa do Modelo

Consiste em elaborar a documentação da doutrina até então formulada, de forma tão detalhada quanto possível. Não se trata, ainda, da redação de manuais. O que se tem em vista é estabelecer como se imagina que o modelo irá reagir face à experimentação. Merecem realce nesta descrição as variáveis e seus respectivos valores, estabelecidos no passo anterior do método. Não podem ser esquecidos os enlaces do modelo doutrinário em teste com os demais elementos estabelecidos pela Doutrina Militar.

EXPERIMENTAÇÃO DO MODELO

Importância da Experimentação da Doutrina

Esta é a fase que, realmente, mais caracteriza o método proposto neste trabalho, para formu-

lação de doutrina. Sabe-se que todas as Forças Armadas do mundo sofrem uma restrição fundamental — não podem testar seu desempenho a não ser no combate real. Por isso, a História mostra que não foram poucos os grandes debates provocados por correntes diversas, em uma Força Armada, quanto à melhor doutrina de emprego deste ou daquele armamento. Só a guerra tem sido, até hoje, o instrumento capaz de provar qual a corrente de opinião que estava próxima da realidade. Provavelmente, esta circunstância permanecerá sempre verdadeira através dos séculos, apesar do desenvolvimento científico da humanidade.

Torna-se, portanto, necessário pesquisar um método que permita formular uma doutrina que se apóie em bases consistentes, e que ofereça uma taxa de credibilidade alta, de forma a conduzir as Forças Armadas à vitória. Não se tem em mira elaborar uma doutrina infalível, mas sim aquela que deixe a menor margem de dúvida quanto à sua eficiência, eliminando as discussões estéreis, apoiadas em princípios sem suporte experimental. A experimentação realizada dentro dos moldes preconizados pelo método científico parece ser um poderoso instrumento para a conquista deste objetivo.

A Experimentação da Doutrina Militar nos Países em Desenvolvimento

De um modo geral, tudo o que foi preconizado até este ponto do

trabalho é feito por todas as Forças Armadas que possuem doutrina própria. No entanto, particularmente nos países em desenvolvimento, a elaboração da doutrina termina na fase anterior. A fase da redação explicativa do modelo coincide com a redação dos manuais.

Em algumas das Forças Armadas dos países em desenvolvimento são feitos testes experimentais das unidades de combate. Há, no entanto, uma concepção incorreta do que seja experimentação. Esta só é válida quando são reproduzidas, com rigor, as condições previstas no modelo. De que adianta testar um Batalhão de Infantaria que não tem o efetivo, os armamentos e os equipamentos previstos nos manuais? E atuando contra um inimigo simulado que não corresponde a nenhum daqueles levantados nas HG? Fatalmente, os resultados conduzirão a concepções errôneas.

Outra falha observada, com frequência, consiste em que os testes experimentais, muitas vezes, restringem-se a partes do conjunto e, neste caso, normalmente os apoios administrativo (logístico) e ao combate são relegados a plano secundário.

Importância da Coleta dos Dados Experimentais

De nada adianta cuidar minuciosamente do modelo a ser testado se não for dada, ainda, maior atenção aos instrumentos de medição. Os elementos responsáveis pela

obtenção dos resultados da experimentação devem ser especialmente treinados para a função. O levantamento minucioso do "o que", do "como", do "porquê" e do "quando" medir é um outro aspecto de fundamental importância para o sucesso do teste.

A experimentação de um modelo doutrinário apresenta resultados altamente compensadores, apesar dos custos elevados necessários para a sua realização. O principal consiste em se dispor de valores concretos, que atestam a eficiência do modelo adotado, nas condições mais semelhantes ao combate quanto é possível reproduzir. Além disto, fornece dados precisos, resultantes das medições realizadas, que servem de pontos de apoio para a elaboração ou para verificação da doutrina de outros escalões. Paralelamente, permite o adestramento de um grande número de militares, contribuindo para a melhor eficácia da Força Armada. Permite, ainda, estabelecer os processos de treinamento e adestramento que oferecem melhores rendimentos para o tipo de organização em estudo. Provoca, também, uma mudança de mentalidade, fazendo com que o pessoal envolvido passe a raciocinar com dados concretos, em vez de suposições metafísicas. Isto estimula a pesquisa, preparando um terreno fértil para a criação de novas idéias.

Convém acrescentar que as experimentações apontarão a necessidade da criação de novos equipamentos, técnicas e armamentos que, uma vez produzidos, irão gerar novas doutrinas. Isto fará com

que a doutrina possa se antecipar à tecnologia e não ficar a reboque desta, como vinha ocorrendo até recentemente. A experimentação dos modelos, certamente, é um dos fatores que mais contribui para colocar a tecnologia a serviço da doutrina.

Deve-se sempre ter em mente realizar a experimentação dos modelos doutrinários. Nos escalões onde se dispõe de organizações com constituição fixa, não é problemático realizar, no terreno, no mar ou ar a experimentação, cujo custo e complexidade serão, certamente, proporcionais ao tamanho da estrutura organizacional. No entanto, nas organizações para as quais não há constituição fixa e naquelas muito volumosas e complexas (normalmente pertencentes aos mais altos escalões das Forças Armadas), não é viável realizar tais experimentos no terreno. Mesmo nestes casos, há possibilidade de se obter valores bastante precisos, utilizando-se o jogo de guerra. A credibilidade dos resultados depende dos valores que serviram de base para elaborá-lo. Se os dados empregados são resultantes da experimentação no terreno dos vários elementos que compõem a organização em estudo, provavelmente os resultados serão confiáveis.

Elaboração do Plano de Experimentação

O Plano de Experimentação estabelece todas as medidas necessárias para garantir o sucesso do

teste do modelo doutrinário. Prevê os instrumentos de medida empregados e determina a precisão dos mesmos. Seleciona as técnicas que serão empregadas. Localiza a experimentação no tempo e no espaço. Especifica os elementos que aplicam o modelo, determinando, em detalhes, o seu treinamento e adiestramento. Estabelece as várias circunstâncias em que as variáveis serão testadas.

Para o teste do modelo do CComTOT, que vem sendo utilizado como exemplo, dentre outras medidas, poderiam ser estabelecidas: as unidades de Comunicações e demais elementos das Forças Singulares que tomariam parte na experimentação; as condições e a duração do adiestramento das mesmas, uma vez que o teste só teria validade se os militares nele envolvidos manusearem os materiais empregados no CComTOT com grande habilidade; os locais e as datas do exercício; as unidades que fariam a figuração inimiga de Guerra Eletrônica e o seu respectivo programa de adiestramento etc. Todas as providências preconizadas no teste do CComTOT deveriam estar sempre orientadas para as situações previstas nas HG. Poderiam ser efetuados experimentos para diferentes HG.

Desencadeamento das Medidas Preparatórias

Este passo do método consiste, basicamente, em:

- treinar os observadores;
- treinar e adiestrar o pessoal

encarregado de aplicar o modelo doutrinário;

- testar e avaliar os instrumentos de medida;

- tomar as providências administrativas necessárias à aplicação do modelo doutrinário.

Trata-se da execução das medidas preparatórias previstas no Plano de Experimentação.

EXPERIMENTAÇÃO DO MODELO DOUTRINÁRIO

O Processo

A experimentação do modelo doutrinário consiste em colocar em execução as medidas preconizadas pelo Plano de Experimentação. O objetivo fundamental desta fase é constatar se a doutrina, montada e experimentada teoricamente, responde às previsões feitas quando da sua elaboração. Apesar de não ser possível reproduzir, exatamente, as circunstâncias do combate, as condições estabelecidas para o teste procuram aproximar-se ao máximo daquela realidade. Por isso, poder-se-á obter resultados bastante fidedignos. A credibilidade dependerá diretamente da arte e engenho da equipe que elabora a experimentação.

A imaginação ganha destaque nesta fase dos trabalhos. Há que se ter criatividade para reproduzir, com fidelidade, as condicionantes do combate. Da mesma forma que uma fábrica de automóveis não pode pedir a um cliente para dirigir um carro em alta velocidade contra uma parede, para verificar

o funcionamento dos dispositivos de segurança do modelo em teste, os militares não podem solicitar ao hipotético inimigo para construir uma organização do terreno (OT) e guarnecê-la, a fim de verificar quantos tiros de artilharia de determinado calibre serão necessários para neutralizá-la ou destruí-la.

A finalidade geral do teste do modelo doutrinário é verificar se os valores das variáveis, estabelecidos teoricamente, são confirmados. No entanto, deve-se passar por diversas fases, para se chegar a este resultado final. Uma sugestão da sequência a ser percorrida é a seguinte:

- controlar a relação entre as variáveis;

- relacionar as variáveis interdependentes;

- relacionar os valores previstos das variáveis com os obtidos;

- verificar se o modelo responde ao desempenho previsto;

- estabelecer normas, regras, princípios, técnicas, organizações, prescrições, processos etc.;

- estabelecer previsões quanto ao desempenho do modelo em relação a situações diversas (generalização);

- fazer novos experimentos de forma a confirmar as generalizações estabelecidas;

- fazer relatório do teste do modelo.

Experimentação

A elaboração da doutrina de qualquer escalão envolve um processo longo e complexo, no qual

colabora um grande número de pessoas com especialidades diferentes. A quantidade de variáveis envolvidas também não é, normalmente, pequena. Por todos estes motivos, freqüentemente, a experimentação do modelo não corresponde exatamente às previsões estabelecidas. É normal que sejam feitos vários experimentos de modo a permitir a realização dos reajustamentos necessários. Os testes podem se suceder imediatamente ou, se necessário, haver um intervalo de tempo entre eles.

Um mesmo modelo doutrinário, quando aprovado e incorporado à Doutrina Militar, tem que cumprir diferentes missões, atuar em terrenos variados, sob diversas condições meteorológicas e fazer face a inimigos diferentes. Para se obter maior credibilidade na experimentação do modelo, este deve ser submetido, sempre que possível, a situações semelhantes àquelas que imitam a realidade. No entanto, não é preciso se produzir todas as situações. Como pode ser observado nos diversos passos preconizados para a experimentação, há uma fase em que é feita uma generalização dos princípios confirmados durante os experimentos. Este passo do método corresponde ao salto indutivo da metodologia científica.

Os cientistas, com freqüência, repetem a experimentação de uma mesma hipótese, introduzindo modificações nos testes, de forma a melhor compreender o relacionamento entre as variáveis em estudo. Da mesma forma, as experimentações de um mesmo modelo

doutrinário podem e devem prosseguir mesmo depois de introduzido no Corpo da Doutrina Militar. Este é um dos processos que mais irá contribuir para a atualização e evolução da doutrina, além de, paralelamente, aprimorar o treinamento e o adestramento da força como um todo.

Por Onde Começar a Experimentação

A Doutrina Militar compõe-se do conjunto de doutrinas das diversas Forças Singulares. Estas devem compor um quadro de princípios, métodos, técnicas, organizações e processos intimamente interligados e concordantes, de modo a criar um todo lógico e coerente. Por outro lado, o método em estudo preconiza que seja testada, experimentalmente, cada uma das organizações propostas, para compor o quadro doutrinário. Surge, então, a dúvida: por onde começar a experimentação?

A elaboração da Doutrina Militar deve se iniciar a partir da concepção geral dos grandes comandos que irão aplicar o poder militar. Fruto do que se espera destes elementos, montam-se as unidades e grandes unidades que irão cumprir cada uma das missões particulares, a fim de que os grandes comandos possam atingir as finalidades para as quais foram criados. Observe-se que, normalmente, os grandes escalões não têm constituição fixa. Por isso, utilizou-se o termo "concepção geral" e não organização. O que se busca na fa-

se inicial são as linhas-mestras de como aplicar a Força Armada. Para se chegar à concepção geral utiliza-se o método dedutivo.

Na experimentação utiliza-se o método indutivo. Torna-se, então, necessário iniciar o processo no sentido inverso. Os pequenos escalões são os primeiros a serem testados. Parte-se do Pelotão, Seção etc. Os dados experimentais obtidos do teste são os alicerces que vão fundamentar a reorganização do modelo teórico das Companhias, Baterias, Esquadrilhas, Esquadrões etc. Das Subunidades passa-se às Unidades, dos navios à força e daí às grandes unidades que possuem organização fixa. A partir deste nível, os testes práticos tornam-se muito caros e complexos; por isso, sua possibilidade de aplicação vai diminuindo, cedendo terreno para o teste simulado proporcionado pelo jogo de guerra. Este processo, como já vimos, pode oferecer resultados bastante confiáveis, se for estruturado com dados extraídos dos testes experimentais no terreno, no mar e no ar. O grau de precisão pode ser conseguido através da comparação dos resultados obtidos pelo jogo e pela experimentação prática, no emprego de uma unidade em uma situação tática.

Relatório da Experimentação

O relatório do teste do modelo deve ser detalhado, preciso e claro. É a fonte onde serão buscadas as explicações dos "porquês". Por que usar este e não aquele pro-

cedimento? Por que a frente máxima do Batalhão é de "r" e não de "n" quilômetros? E, também, fonte obrigatória de consulta para a elaboração dos manuais e montagem de experimentos futuros.

APRESENTAÇÃO DA DOUTRINA

A apresentação da doutrina corresponde, no método científico, à fase da formulação da teoria. Uma vez aprovado o modelo doutrinário, são estabelecidos os princípios básicos obtidos ao longo do processo. É possível, através destes, fazer deduções de desempenho dos elementos estabelecidos pela doutrina, que devem ser confirmadas nos exercícios de operações navais, aéreas e de campanha e no combate real. Uma vez contrariado um princípio, o corpo da doutrina deve ser previsto, a fim de detectar as falhas e, através delas, reorientar a sua reformulação.

É nesta fase que são redigidos os manuais, que espelham toda a experiência obtida até este ponto do trabalho. Aí, é teorizada toda a vivência obtida nas experimentações. E, também, o ponto de convergência dos raciocínios dedutivos, que deram origem à concepção dos grandes comandos, e dos indutivos, resultantes da experimentação dos menores escalões.

ACOMPANHAMENTO E ATUALIZAÇÃO DA DOUTRINA

O processo de formulação da doutrina é extremamente dinâmi-

co. A sua evolução é fruto, basicamente, das modificações das conjunturas nacional e internacional. As alterações aí ocorridas repercutem nas HG e nas condicionantes para as quais a Doutrina Militar foi montada, forçando a sua reestruturação. As correções de rumo da doutrina não implicam sua reformulação geral. Há princípios básicos que permanecem válidos ao longo dos tempos e que estão presentes em todas as campanhas vitoriosas registradas na História. É o caso dos princípios de guerra. Por outro lado, grande parte dos procedimentos, rotinas e técnicas, presentes no corpo doutrinário de qualquer país, têm vida curta. São aqueles estabelecidos em função do tipo de armamento, equipamento e tecnologia da época. Uma mudança mais profunda em um destes elementos tem grande repercussão no campo doutrinário. Quem não se lembra das inovações resultantes do emprego da metralhadora na I Guerra Mundial, do avião e do carro de combate na II Grande Guerra, do armamento nuclear e dos equipamentos de visão noturna em nossos dias?

Várias vezes já se abordou o tema da reformulação doutrinária. Foram também citados alguns dos indícios que apontam a necessidade de um estudo mais apurado do problema, visando à revisão de uma parte do corpo doutrinário. Mas, nesta área, o ponto mais importante é dispor de capacidade de percepção para indicar, com relativa precisão, a oportunidade adequada para proceder à modificação.

SISTEMA DE ADESTRAMENTO E DOCTRINA (SAD)

Características do SAD

A aplicação do método de formulação de doutrina, dentro da forma pela qual é preconizada neste trabalho, exige o envolvimento de grande número de instituições e organizações. Estas, por sua vez, variam de acordo com o projeto em desenvolvimento. Há, também, que se levar em conta o grande número de especialistas a serem consultados em fases diferentes de um mesmo projeto. Todos estes fatores indicam a inviabilidade de se montar uma estrutura organizacional pesada e fixa, para se dedicar exclusivamente à formulação doutrinária.

A constante necessidade de variar os elementos que cooperam na elaboração da doutrina e a íntima ligação e interação que deve existir entre eles, para ser atingido o objetivo final, sugerem que se dê um tratamento sistêmico à solução do problema da aplicação do método preconizado.

A Teoria Geral dos Sistemas é muito empregada, atualmente, em todos os ramos da Ciência. Apesar disto, nem sempre os conceitos básicos a respeito deste assunto são bem conhecidos do público em geral. Far-se-á, por isso, uma síntese das peculiaridades sistêmicas, abordando-se, unicamente, os aspectos fundamentais relacionados com o sistema proposto a seguir, a fim de facilitar a perfeita com-

preensão do funcionamento do mesmo.

A TEORIA DOS SISTEMAS

Conceituação

Entende-se como sistema um conjunto de componentes que, ligados entre si, são capazes de interagir, transformando um conjunto de entradas num conjunto de saídas, com valor relativo maior do que se estas fossem obtidas pela atuação independente de cada uma das partes, para atingir um objetivo, segundo um plano.

Quanto à natureza, os sistemas podem ser de dois tipos. Os sistemas fechados não têm entradas ou saídas para o meio que os cercam. Os sistemas abertos são os que têm intercâmbio com o meio ambiente, adaptando-se, constantemente, a ele. Estes últimos apresentam interesse para a formulação doutrinária, por isso passarão a ser denominados abreviadamente de sistemas.

Os sistemas podem ser denominados de supersistemas e subsistemas. A nomenclatura a ser utilizada depende da posição em que o analista se coloca. Considerando uma escola como um sistema, os seus órgãos internos, encarregados de promover a administração, formam o subsistema administrativo. Por outro lado, os departamentos governamentais que controlam e apóiam este estabelecimento de ensino constituem o supersistema de ensino do Governo.

Elementos Componentes

Os sistemas possuem os seguintes elementos característicos (Fig. 5):

- entrada;
- processamento;
- saída de:
 - produtos principais;
 - produtos secundários;
 - realimentação.

Estes elementos apresentam-se sucessivamente e são interdependentes. O sistema retira do meio

ambiente, através da entrada, os recursos necessários ao processamento. Este, por sua vez, transforma os elementos de entrada nos de saída. Os produtos resultantes do funcionamento são de três tipos. Os "produtos principais" expressam a razão de ser da existência do sistema. Os "produtos secundários" são os resultantes do processamento, que podem ser, em parte ou no seu todo, reaproveitados no processamento. A "realimentação" é a informação

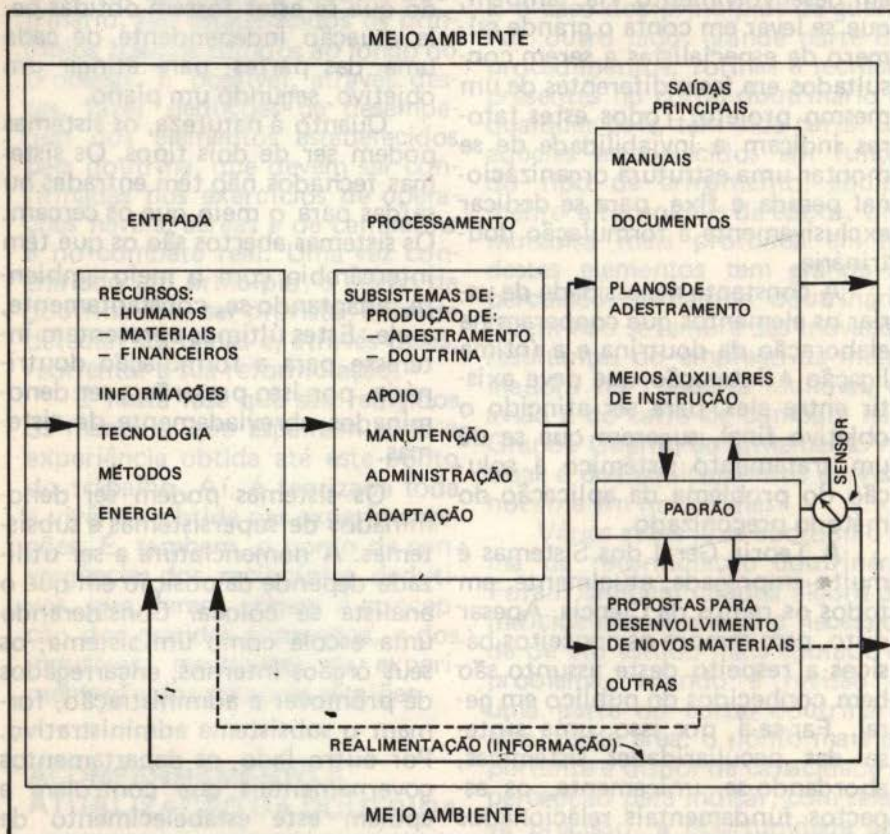


Fig. 5 — Esquema do SAD

resultante da comparação dos produtos elaborados com os padrões preestabelecidos pelo planejamento. A informação é obtida pela utilização de um instrumento de medida, que recebe a denominação genérica de sensor, adequado para realizar a comparação: padrão *versus* produto acabado.

Finalidade

A teoria sistêmica aplicada aos problemas organizacionais visa a obter a conjugação de esforços e a flexibilidade administrativa. Estes são os objetivos que os administradores encarregados de gerir o sistema nunca podem perder de vista, senão correm o risco de perder a sua principal característica: a grande capacidade de, rapidamente, se adaptar às constantes mutações do meio ambiente. A morte ou inoperância de um sistema pode ser decretada pela determinação de que todas as comunicações e ligações administrativas sejam feitas, exclusivamente, através dos canais de comando, que é o procedimento utilizado na organização do tipo linear.

TEORIA SISTÊMICA APLICADA À FORMULAÇÃO DA DOCTRINA

Enlace Doutrina-Adestramento

Durante o estudo do método de elaboração doutrinária, foi destacada a íntima ligação existente entre a formulação da doutrina de

um determinado escalão e a necessidade de planejamento, execução, coordenação e controle do treinamento e adestramento dos elementos envolvidos na fase da experimentação. Neste passo do método, são realizados experimentos diversos e é freqüente a reformulação dos modelos, para atingir os resultados planejados teoricamente. Assim, ocorrem, amiúde, muitas oportunidades para controlar e avaliar as técnicas e métodos mais adequados ao adestramento da tropa empenhada na experimentação. Por isso, ao final do processo, dispõe-se de todos os dados necessários para se estabelecer os procedimentos mais adequados ao treinamento e adestramento daqueles elementos.

A atribuição das tarefas para elaborar a doutrina e planejar o adestramento a um único órgão apresenta algumas vantagens de vulto. Como foi visto, o plano de adestramento é um subproduto da formulação doutrinária. Assim, a reunião destas duas atividades, sob direção centralizada, proporciona uma ponderável redução de custos. A padronização do adestramento é outro aspecto a destacar, não só quanto à expectativa de desempenho da tropa, como, também, pela centralização da produção e uniformização dos meios auxiliares de instrução. É importante ficar bem compreendido que a finalidade deste órgão é planejar o adestramento e, não, efetuar o treinamento da tropa. A sua missão consistiria em elaborar os planos de adestramento, os respectivos meios auxiliares e os padrões

de avaliação, para que os órgãos das Forças Armadas encarregados do adestramento da tropa dispusessem das melhores condições para cumprir a sua missão.

Finalidade e Funcionamento do SAD (Fig. 5)

O SAD tem por finalidade:

- elaborar a Doutrina Militar, e
- planejar o adestramento do pessoal.

O SAD deve elaborar vários produtos e realizar atividades diversas, para atingir essas finalidades. O corpo da doutrina é estabelecido através da publicação de manuais e documentos dos mais variados tipos. Portanto, estes são os mais importantes dentre os "produtos principais". Não é lícito esquecer a razão de ser da criação do sistema — formular doutrina. Os diferentes planos de adestramento e todo o material didático necessário à execução dos mesmos constituem-se nos demais "produtos principais" da saída do SAD. O sistema irá, provavelmente, produzir um grande número de produtos secundários, mas, dentre eles, é importante ressaltar um: as propostas para o desenvolvimento de novos materiais. Estas irão ser reaproveitadas no sistema e, também, entregues ao meio ambiente. Serão responsáveis por fazer a doutrina caminhar à frente da tecnologia. Favorecerão a integração das linhas técnicas e de Estado-Maior, pois, tanto a formulação quanto o desenvolvimento das propostas só poderão ser concre-

tizados através da íntima ligação daqueles elementos. Por outro lado, o sistema precisa desenvolver as seguintes atividades: produção, apoio, manutenção, administração e adaptação (Fig. 5).

A cada atividade desempenhada pelo SAD delinea-se um subsistema para executá-la. O de produção envolve o processamento dos recursos extraídos do meio ambiente, para produzir a doutrina e os planos de adestramento. O de apoio manipula todos os meios necessários, para permitir a obtenção dos recursos e a colocação dos produtos no meio ambiente. O de manutenção visa a colocar os meios de produção dentro das condições técnicas ideais de funcionamento. O de administração planeja, organiza, coordena e controla os demais subsistemas, com o objetivo de maximizar o rendimento do conjunto. Finalmente, o de adaptação tem por objetivo detectar, em relação ao meio ambiente, os desequilíbrios do sistema e provocar as reações necessárias, para adaptá-lo às contingências externas. Os órgãos de pesquisa e de controle pertencem a este subsistema.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO SAD

Características

As idéias que conduziram à formulação do SAD indicam a conveniência de que o sistema seja dotado de estrutura leve, flexível e ágil. Para tanto, deve dispor do menor número possível de órgãos

permanentes e estar capacitado para evocar a cooperação dos elementos apropriados, no momento oportuno. Esta estrutura possibilita grande leveza e flexibilidade. Mas como agilizar o sistema? A correção, a oportunidade e a rapidez das decisões são os fatores responsáveis pela agilidade de uma organização. A forma de como chegar a este ideal dá margem a um sem-número de teorias e o assunto abarca o campo de várias ciências. Porém, dois fatores são essenciais para atingir este objetivo: a maximização da delegação de autoridade aos menores escalões e a flexibilidade da comunicação interna e externa da organização. Estas providências implicam um sério problema: dificultam a coordenação e o controle.

O órgão encarregado de gerir o SAD deve estar no mais alto nível governamental, como única forma capaz de dispor de autoridade, para convocar a cooperação do pessoal e organizações imprescindíveis ao desenvolvimento dos projetos doutrinários, quando necessário. Este posicionamento traz, ainda, a vantagem de dotá-lo de maior capacidade para obtenção dos recursos indispensáveis ao funcionamento do sistema. Não pode, também, ser esquecido o amplo alcance de coordenação e controle que este órgão passa a ter nesta posição. No entanto, o fator positivo para colocá-lo no topo da pirâmide organizacional decorre do fato de a Doutrina Militar ter que ser formulada no mais alto escalão do Governo, uma vez que ela é decorrência da Doutrina de Guerra.

A dificuldade de coordenação e controle, decorrente da descentralização da autoridade e da flexibilidade da comunicação, pode ser contornada, sem transtornos, através do amplo instrumental oferecido pela Ciência Administrativa. O planejamento preciso e adequado é a primeira ferramenta disponível e indispensável de que se dispõe. A correta definição da esfera de autoridade de cada um dos integrantes da organização e a conseqüente atribuição da respectiva responsabilidade contribuem, poderosamente, para construir a harmonia das decisões, em todos os níveis. Nunca se deve perder de vista que a determinação do escalão subordinado de submeter sua decisão, para a execução de um projeto, para aprovação, implica dois graves inconvenientes. Exime o subordinado da responsabilidade da decisão, porque a autoridade superior passa a ser co-responsável pela solução adotada. Por outro lado, a imposição da aprovação retarda a execução.

A criteriosa seleção dos pontos de controle no sistema e a escolha adequada das técnicas a adotar contribuirão de forma decisiva para amenizar as dificuldades apontadas nesta área. Finalmente, o emprego intensivo e extensivo da cibernética, ciência da comunicação e do controle, e da informática, que dá tratamento lógico e sistemático à informação, utilizando equipamento automático, permitirá eliminar os problemas levantados quanto à coordenação e ao controle.

A estrutura organizacional do SAD deve atender às características peculiares anteriormente levantadas. Para tal, parece ser coerente o estabelecimento de um Centro com a finalidade de gerir todo o sistema. Haverá um determinado número de atividades permanentes a serem desenvolvidas pelo Centro para as quais ele necessitará de apoio constante. Somente para atender a estes casos parece ser adequado montar órgãos com esta finalidade específica. Para levar a termo as demais atividades a seu cargo, é mais conveniente a utilização de organizações cooperadoras, as quais, mediante planejamento antecipado, passem à sua disposição.

Elementos Componentes, Funcionamento e Peculiaridades

O organograma circular da Fig. 6 dá uma visão simplificada da organização do SAD. O órgão central do sistema é o Centro de Elaboração, Coordenação e Controle de Adestramento e Doutrina (CECCAD). Excetuando-se os órgãos de apoio e unidades subordinadas a ele, todos os demais elementos componentes da estrutura organizacional são cooperadores. Isto significa que somente fazem parte do sistema quando houver necessidade de empregá-los em determinado o projeto e durante o período que for necessário o seu emprego.

Tome-se o caso do CComTOT, que tem servido como exemplo, para melhor compreensão de co-

mo funcionaria o sistema. Suponha-se que, para montar o modelo do CComTOT, o CECCAD visualiza a necessidade de: empregar o Batalhão de Comunicações do Exército A1; elementos da Rede Operativa da Marinha e da Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Voo do Ministério da Aeronáutica; apoio do Ministério das Comunicações (empresas coligadas e associadas da TELEBRÁS — Companhias Regionais de Telecomunicações, EMBRATEL, ECT; Ministério das Relações Exteriores para aquisição, no exterior, dos equipamentos H1 e H2 etc.

Para este projeto de elaboração da doutrina, seria previsto que no período de X a Y os elementos daqueles órgãos empenhados nesse projeto passariam a cooperar com o CCEAD. Os respectivos comandos e chefias interessados seriam informados que o Centro ligar-se-ia com estes elementos, naqueles assuntos referentes ao projeto, mesmo antes do período previsto para a cooperação. Da mesma forma, as organizações poderiam ligar-se diretamente entre si, desde que tivessem como finalidade coordenar suas ações, dentro do planejamento preconizado.

Em todo o processo de elaboração doutrinária e de planejamento do adestramento destaca-se a influência marcante exercida pelas escolas do sistema de ensino militar e mesmo do civil. É nelas que estão concentrados os recursos humanos voltados exclusivamente para o estudo e a evolução da arte militar e das ciências. O seu potencial é fabuloso e, como

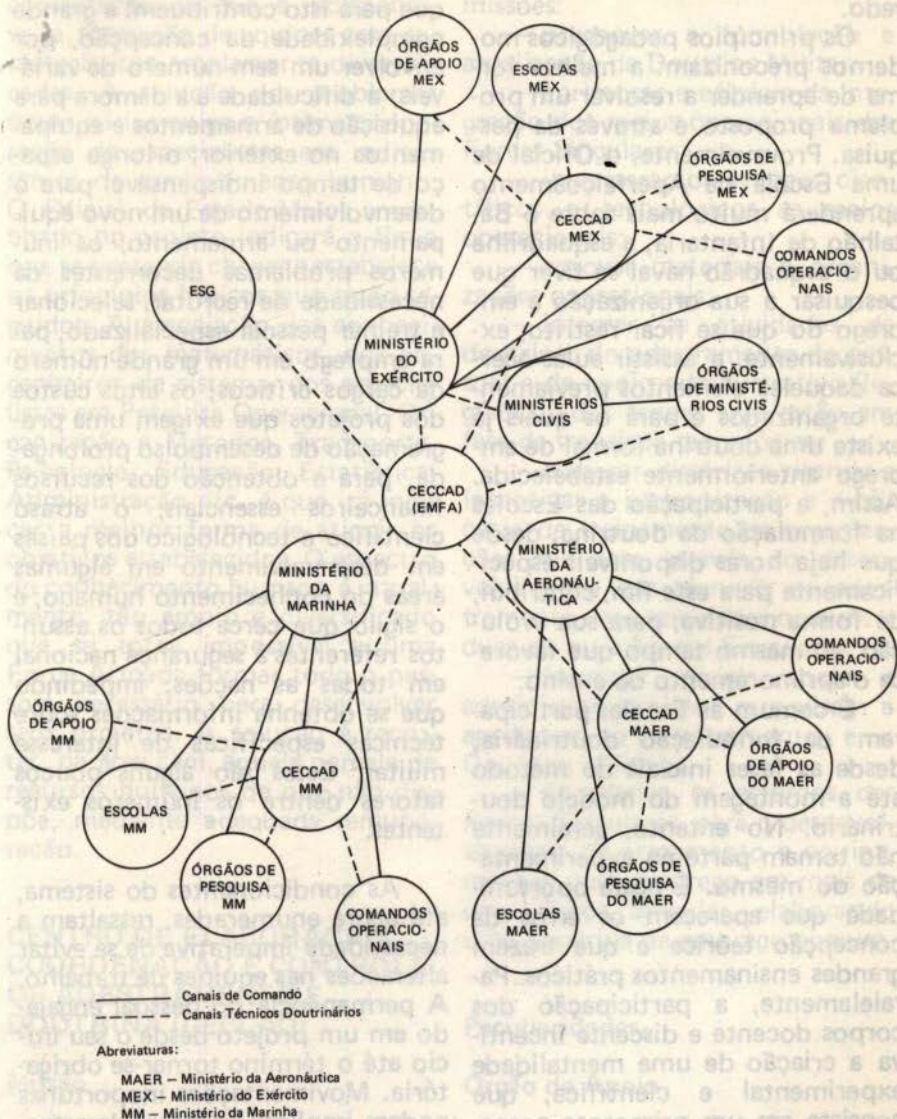


Fig. 6 – Organograma do SAD

tal, deve ser adequadamente explorado.

Os princípios pedagógicos modernos preconizam: a melhor forma de aprender a resolver um problema proposto é através da pesquisa. Provavelmente, o Oficial de uma Escola de Aperfeiçoamento aprenderá muito mais sobre o Batalhão de Infantaria, a esquadilha ou o esquadrão naval se tiver que pesquisar a sua organização e emprego do que se ficar restrito, exclusivamente, a assistir aulas acerca daqueles elementos previamente organizados e para os quais já existe uma doutrina formal de emprego anteriormente estabelecida. Assim, a participação das Escolas na formulação da doutrina, desde que haja horas disponíveis especificamente para este fim, contribui, de forma positiva, para sua evolução, ao mesmo tempo que favorece o aprimoramento do ensino.

É comum as Escolas participarem da formulação doutrinária, desde as fases iniciais do método até a montagem do modelo doutrinário. No entanto, geralmente não tomam parte na experimentação do mesmo. É nesta oportunidade que aparecem os erros da concepção teórica e que trazem grandes ensinamentos práticos. Paralelamente, a participação dos corpos docente e discente incentiva a criação de uma mentalidade experimental e científica, que consiste em um primoroso coroa-mento para o sistema educacional de qualquer Escola.

A execução de um projeto de formulação doutrinária, normalmente, tem um longo processo de

maturação. Muitos são os fatores que para isto contribuem: a grande complexidade da concepção, por envolver um sem-número de variáveis; a dificuldade e a demora para aquisição de armamentos e equipamentos no exterior; o longo espaço de tempo indispensável para o desenvolvimento de um novo equipamento ou armamento; os inúmeros problemas decorrentes da necessidade de recrutar, selecionar e treinar pessoal especializado, para emprego em um grande número de cargos críticos; os altos custos dos projetos que exigem uma programação de desembolso prolongada, para a obtenção dos recursos financeiros essenciais; o atraso científico e tecnológico dos países em desenvolvimento em algumas áreas do conhecimento humano; e o sigilo que cerca todos os assuntos referentes à segurança nacional em todas as nações, impedindo que se obtenha informações sobre técnicas específicas de interesse militar. Estes são alguns poucos fatores dentre os inúmeros existentes.

As condicionantes do sistema, até agora enumeradas, ressaltam a necessidade imperativa de se evitar alterações nas equipes de trabalho. A permanência do pessoal engajado em um projeto desde o seu início até o término tornar-se obrigatória. Movimentações inoportunas podem implicar fracassos desastrosos, com a decorrência de grandes prejuízos financeiros e materiais e provocar a perda de vidas humanas por imperícia dos novos elementos engajados no projeto.

Raciocínio idêntico conduz à constatação de que é indispensável a formação de equipes com características amplamente diversificadas. A solução dos problemas doutrinários exige a íntima cooperação de especialistas em muitos ramos do conhecimento humano. O Oficial de Estado-Maior empenhado no projeto indicará o fim a que se pretende chegar e estabelece os princípios básicos que serão seguidos. A associação dos conhecimentos dos matemáticos, dos engenheiros de sistema, dos especialistas em Pesquisa Operacional, Organização e Métodos, Transporte, Psicologia, Educação, Estatística, Administração etc. é que irá indicar a melhor forma de atingir os objetivos estabelecidos. O espectro do conhecimento humano é, atualmente, tão amplo e diversificado que se torna impossível a uma Força Armada formar todo o pessoal necessário para desenvolver seus projetos. A solução é recrutar, na área civil, aquela parcela de recursos humanos de que não dispõe, mediante adequada remuneração.

CENTRO DE ELABORAÇÃO, COORDENAÇÃO E CONTROLE DE ADESTRAMENTO E DOCTRINA (CECCAD)

Missão

O Centro de Elaboração, Coordenação e Controle de Adestramento e Doutrina é o ponto focal do Sistema de Adestramento e Doutrina. Dentre outras, poderiam

ser a ele atribuídas as seguintes missões:

- promover a formulação e atualização da Doutrina Militar;
- aprimorar a eficácia da integração dos meios operacionais das Forças Singulares;
- incorporar os avanços científicos e tecnológicos aos meios operacionais;
- aprovar materiais e organizações operacionais;
- integrar as atividades da doutrina, do adestramento do pessoal e de apoio administrativo (logístico) das tropas que estão em fase de transição tecnológica;
- elaborar diretrizes visando a incentivar a padronização e a eficácia de treinamento de organizações militares através do desenvolvimento das técnicas de adestramento, nas atividades comuns a duas ou mais Forças Singulares;
- formular, dirigir, apoiar e administrar projetos que visem a aprimorar o adestramento e a Doutrina Militar;
- coordenar os esforços das Forças Singulares, para o desenvolvimento de armamento e equipamentos com emprego em mais de uma Força Singular, elaborando uma doutrina de emprego comum.

Peculiaridades

Órgão de Apoio

O CECCAD é, fundamentalmente, um órgão de planejamento, coordenação e controle. A execução deve, em princípio, ficar a cargo dos órgãos adequados das For-

ças Singulares, que passariam à disposição do CECCAD de acordo com a orientação do projeto em desenvolvimento. No entanto, deve dispor de organizações de apoio permanentes que lhe permitam realizar as atividades comuns a qualquer projeto.

Localização no Espaço

Na análise do SAD, foi constatada a importância das Escolas na formulação doutrinária. Por isso, um dos fatores preponderantes a ser considerado no posicionamento geográfico do CECCAD é a busca do centro de equilíbrio em relação a elas. Apesar de ser parte integrante do mais alto escalão governamental, a sua principal fonte de energia provém das Escolas, que funcionariam como um laboratório de idéias do Centro. Assim, o contato físico dos elementos componentes do Centro com os corpos docente e discente dos Estabelecimentos de Ensino da Força é um aspecto muito importante que merece ser considerado na sua localização.

Outro fator a ser levado em conta é a conveniência de se buscar a proximidade física com os centros intelectuais do País. O atendimento a esta condicionante torna mais fácil e menos dispendioso o recrutamento de pessoal altamente qualificado.

A existência de campos de instrução ou de provas em sua proximidade é um fator secundário. Como foi verificado, durante a apresentação do método, cada projeto

exigirá, normalmente, testes em diferentes tipos de terreno.

Chefia

As ligações a serem estabelecidas pelo Centro, a posição que ocupa na escala hierárquica da organização e o nível em que as decisões devem ser tomadas indicam que ele deve ser chefiado por um Oficial-General de uma das Forças Singulares, no mais alto posto da carreira, da Ativa ou da Reserva. Porém, mais importante do que isto é a necessidade imperativa de sua permanência na chefia por um prazo não menor do que 4 anos, a fim de que as freqüentes mudanças de diretrizes, que fatalmente acompanham a mudança de chefia, em qualquer organização, não venham a prejudicar os projetos em execução.

Atividades

Da análise das missões do CECCAD ressaltam quatro atividades a serem desenvolvidas pelo Centro:

- elaborar e aprimorar doutrina;
- elaborar e planejar o adestramento;
- dirigir a ação dos órgãos cooperadores e subordinados;
- apoiar as três atividades anteriores.

A Fig. 7 apresenta, de modo simplificado, o organograma de uma possível estrutura administrativa, caso seja adotada a organização de tipo funcional para o Centro.



Fig. 7 — Organograma simplificado do CECCAD

Projetos

A complexidade dos projetos a serem desenvolvidos pelo CECCAD e as inúmeras condicionantes a que estão submetidos sugerem que haverá um longo período entre a aprovação e o início da execução dos mesmos. Normalmente, a obtenção de recursos em níveis nacionais impõe como condição uma antecipação mínima de 2 anos. Além disto, só com um planejamento bem antecipado será possível utilizar os órgãos cooperadores sem que haja um prejuízo para o

funcionamento normal dos mesmos. Todos estes fatores indicam que o planejamento de cada projeto doutrinário deve estar pronto 2 anos antes da data estabelecida para o desencadeamento da execução.

CONCLUSÃO

“O método é feito não para arquitetar uma solução. Ele deve ser mais humano. Deve ser aproveitado para fazer brotar as soluções possíveis que o caso pode comportar. Para isso, as suas conclusões

não são absolutas, são relativas. Daí poder haver mais de uma." (Marechal Castello Branco.)¹⁵

O método não é uma camisa-de-força, não devendo ser empregado de forma dogmática. Tem em vista mostrar um caminho lógico. Quem o utiliza, freqüentemente, tem que percorrer o mesmo trecho muitas vezes, em idas e vindas, até alcançar a solução adequada. Quanto a este aspecto, mais uma vez é interessante invocar o pensamento do Marechal Castello Branco: "O dogmatismo militar é um recurso desastroso que desconhece o pensamento e a vontade, as forças que concebem e decidem. Onde ele impera, não tarda o advento irremediável da decadência da arma da guerra."¹⁶

O método não é um fim, é um meio. É imperativo que a Doutrina Militar resulte de estudos profundos e detalhados sobre a arte da guerra. Este é o alicerce que serve de suporte ao chefe que se propõe a formular doutrina. A partir daí ele tem que ser criativo, ter idéias. De posse delas, orientado pelo método e contando com a cooperação de uma equipe técnica, o chefe dispõe do conjunto de recursos indispensáveis à formulação doutrinária. Convém, neste ponto, mais uma vez evocar o pensamento do Marechal Castello Branco: "A ausência de idéias pode não ser a falência do chefe, mas

pode levar ao desastre os seus comandados."¹⁷

Um dos aspectos do método proposto ressalta a necessidade de realizar a experimentação, para formular a Doutrina Militar e as dos diversos escalões das Forças Singulares com constituição fixa. Através dela será possível obter organizações, procedimentos e normas consistentes, coerentes e confiáveis. Seria, no entanto, ilusório se supor que a experimentação nos conduziria à certeza absoluta da vitória. É importante adotar uma atitude favorável a rever idéias, por mais fundamentais e verdadeiras que elas pareçam, mesmo aquelas obtidas através de testes práticos e objetivos.

O experimento doutrinário conduz ao aumento de conhecimento do assunto em estudo. Mas nem sempre responde a todas as perguntas para o qual foi elaborado e, freqüentemente, leva a novas dúvidas que não haviam sequer sido imaginadas. Isto conduz o pesquisador à reflexão, na busca de dados e princípios que sirvam de base para responder aos problemas, induzindo-o a realizar novos experimentos. O método preconizado leva, assim, o analista à alternância sucessiva da reflexão e do experimento, na busca das soluções dos problemas que se propõe a resolver.

A adoção do método aqui proposto, provavelmente, contribuirá, a curto e médios prazos, para a

¹⁵ Castello Branco, *ibid*, pág. 23.

¹⁶ Castello Branco, *ibid*.

¹⁷ *Idem, ibidem.*

formulação de uma doutrina original, confiável, coerente e adequada às condicionantes do País. Este parece ser, no entanto, um benefício secundário. A médio e longo prazos a sua adoção contribuirá para mudança de atitudes e de mentalidade do quadro de Oficiais. Eles serão forçados a criar e não a copiar, desenvolverá a pesquisa, estimulará a objetividade, a criatividade, integrará os componentes dos diversos ramos das Forças Singulares, pois o processo de formulação apontará a interdependência das partes e a importância de cada uma delas.

Sem dúvida, o Marechal Castello Branco foi um dos maiores pensadores militares brasileiros. Por isso, nada mais aconselhável do que encerrar este ensaio transcrevendo a sua visão do processo de formulação doutrinária:

“A elaboração de uma doutrina exige um trabalho contínuo, de pesquisa, avaliações e conclusões, tudo dentro de uma intransigente objetividade. Para fazê-lo, além de se tomar por base uma realidade irrelutável, os seus organizadores têm que empreender uma luta incessante contra o conservantismo e contra a visão simplista de problemas complexos e difíceis. O trabalho tem que ser árduo para que não seja ultrapassado pelo tempo e pelos acontecimentos.”¹⁸

¹⁸ Castello Branco, *ibid.* pág. 267.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACKOFF, R. L.; SASIENI, M. V. *Fundamentals of Operations Research*, New York, John Wiley e Sons, 1968.
2. ÁLVARES, O. “Doutrina Militar”, *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, 643, 1972.
3. ASTI VERA, Armando. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Trad. Maria Helena Guedes Crespo e Beatriz Marques Magalhães. Porto Alegre, Globo, 1978.
4. CERVO, Amado L.; BERVIAN, P. A. *Metodologia Científica*, São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1977.
5. CHIAVENATO, Idalberto. *Teoria Geral da Administração*, São Paulo, Mc Graw-Hill do Brasil, 1979.
6. CUNHA, A. G. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.
7. DESCARTES, R. *Discurso sobre o Método*, Trad. Paulo M. Oliveira. Rio de Janeiro, Athena, 1939.
8. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. *Dicionário de Estratégia*, Rio de Janeiro, ECEME, 1973.
9. ———. *Vocabulário da ECEME*, Rio de Janeiro, ECEME, 1981.
10. Escola Superior de Guerra. *Doutrina Básica*, Rio de Janeiro, ESG, 1983.
11. ———. *Fundamentos da Doutrina*, Rio de Janeiro, ESG, 1983.
12. Estado-Maior das Forças Armadas. *Glossário Contendo Vocábulo e Expressões para Uso das Forças Armadas*, FA-E-02, Brasília, EMFA, 1977.
13. FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
14. LEE, M. S.; MOORE, L. J. *Introduction to Decision Science*, New York, Petrocelli Charter, 1975.
15. Management Division Deputy Chief of Staff for Resource Management. *TRADOC FY 83-84*, Virginia, 1984.
16. PLATT, W. A. *Produção de Informações Estratégicas*. Trad. Maj Álvaro Galvão Pereira e Cap Heitor Aquino Ferreira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, Agir, 1974.
17. RODRIGUES, N. M. “A História, o Chefe e a Doutrina Militar”, *A Defesa Nacio-*

- nal, Rio de Janeiro, 690, 1980.
18. RUIZ, João Álvaro. *Metodologia Científica — Guia para Eficiência nos Estudos*, São Paulo, Atlas, 1978.
 19. SANTOS, Francisco Ruas. *Marechal Castello Branco, Seu Pensamento Militar*, Rio de Janeiro, Imprensa do Exército, 1968.
 20. WEATHERAL, M. *Método Científico*. Trad. Leônidas Hegenberg, São Paulo, Ed. Uni. S. Paulo, Editora Polígono, 1970.



O Cel Art QEMA Oacyr Pizzoti Minervino é graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras (1959), graduado em Administração de Empresas pela Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1978) e Master em International Marketing e International Communication and Adversiting pela Universidade de Long Island, NY, EUA. Ex-Instrutor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Exerce atualmente a função de Professor de Português, no cargo de Assessor Militar Brasileiro na Academia Militar de West Point, NY, EUA. O presente trabalho foi apresentado ao término de seu estágio no Curso CEMCFA da Escola Superior de Guerra.

VENHA TOMAR CONOSCO O MELHOR CAFÉ.

TRISTÃO está presente nos cinco continentes - em 56 países.

Sua contribuição pesa na balança comercial brasileira.

Gera empregos. Contribui para o bem-estar social.

Traz divisas para o país.

TRISTÃO hoje não é só uma empresa de comercialização e industrialização de café. E também corretagem de câmbio e valores - mercado imobiliário - armazenagens - seguro importação e exportação de manufaturados - agroindústria - pecuária - reflorestamento - turismo - hotelaria - indústria eletrônica e processamento de dados.

A receita desse crescimento é uma só: Experiência, Credibilidade e Qualidade.



TRISTÃO





PLANO DIRETOR DO EXÉRCITO: APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO AO PLANEJAMENTO ADMINISTRATIVO

Marcus Aurelius Minervino

"Grande parte dos problemas que embaraçam a administração parece decorrer da ausência de planejamento.

Não quer isto dizer que todos os fracassos possam ser evitados pelo planejamento, mas muitos deles, com certeza, o seriam.

Há relativamente poucos fracassos planejados, mas são inúmeros os que não o foram."

(Robert F. Johnson.)

1. INTRODUÇÃO

a. O Planejamento Estratégico aplicado à administração

O risco e a incerteza estão cada dia mais presentes na vida gerencial moderna, em decorrência, principalmente, da velocidade, profundidade e des-

continuidade das mudanças na ambiência externa.

Não só novas oportunidades são colocadas à disposição da organização, como também novos conhecimentos e a inovação tecnológica exigem a atenção da organização para incorporar internamente esses conhecimentos e adaptar-se a essas inovações.

A resposta das organizações modernas ao risco e à incerteza tem sido o Planejamento Estratégico, para o qual a atual literatura da administração tem dedicado amplo espaço.

Segundo Motta¹, "o Planejamento Estratégico tem a finalidade de garantir um sentido adequado de direção futura, uma vez que sua elaboração pressupõe o máximo conhecimento possível de fatores externos não controláveis e de fatores internos controláveis, ou seja, a compatibilidade de recursos, valores e oportunidades existentes na ambiência externa com os recursos e potenciais internos.

Consiste na habilidade gerencial de converter os recursos e valores externos em planos empresariais para a ação futura.

Difere do planejamento tradicional por ser um processo contínuo

e sistemático de planejamento, controle e avaliação e não um processo ocasional de dimensionar a organização e reavaliar seus objetivos."

O enfoque tradicional recomendava a avaliação ocasional e reformulação de objetivos para adaptação estrutural da empresa a novos fatores do ambiente.

O enfoque moderno parte da premissa de um ambiente em constante mutação e turbulência, que exige um processo contínuo de formulação e avaliação de objetivos, baseado em um fluxo de informações sistemáticas sobre transações entre ambiente e organização.

Ainda segundo Motta, as principais diferenças entre os planejamentos tradicional e estratégico são as seguintes:

Planejamento Convencional

- 1) ocasional e rotativo.
- 2) diagnóstico e solução de problemas.
- 3) análise microeconômica.
- 4) métodos quantitativos.
- 5) análise histórica da organização para diagnóstico e solução de problemas.
- 6) avaliação e controle como fase final de um processo ocasional e rotativo que recomençaria com um novo dimensionamento.

Planejamento Estratégico

- 1) contínuo e sistemático.
- 2) oportunidades e formulação da estratégia.
- 3) análise macroeconômica.
- 4) métodos qualitativos e quantitativos.
- 5) análise antecipatória da ambiência para identificação de ameaças e oportunidades.
- 6) avaliação e controle permanentes, como base para as decisões diárias e correção dos cursos de ação.

Ackoff² distingue três características do Planejamento Estratégico:

- quanto mais demorado for o efeito de um plano e quanto mais difícil for alterá-lo, mais estratégico ele será;

- quanto mais atividades de uma organização forem afetadas por um plano, mais estratégico ele será;

- ele destina-se tanto à formulação de objetivos quanto à escolha dos meios para atingi-los, isto é, orienta-se para os fins e para os meios.

b. O Planejamento Estratégico militar

Nosso conhecimento do futuro, também ensina Ackoff, pode ser dividido em três tipos: certeza, incerteza e ignorância. Cada um requer tipos diferentes de planejamento: compromisso, contingência e adaptação.

Quando há certos aspectos do futuro sobre os quais não podemos estar absolutamente certos, mas que podemos estar razoavelmente seguros de quais são as possibilidades de eles ocorrerem, elaboramos planejamentos para contingências.

O planejamento para contingências é antigo nos meios militares, sendo denominado no Exército de Planejamento Estratégico. Nesse sentido, o Exército tem elaborado planejamentos estratégicos que compreendem:

- o Planejamento do Emprego (Operacional), para organizar e articular suas forças, de modo a possibilitar a formação e a manuten-

ção de dispositivos adequados em face das prováveis hipóteses de emprego, isto é, frente às possíveis ameaças externas e internas;

- o Planejamento do Preparo, voltado não só para o atendimento das necessidades referentes ao emprego operacional, mas também daquelas mais abrangentes, definidas para a evolução do Exército, a curto, médio e longo prazos.

c. A origem do Plano-Diretor do Exército.

Para atender às necessidades levantadas nos planejamentos estratégicos, ou seja, para planejar e executar, no campo administrativo, as medidas conducentes à satisfação das solicitações estratégicas, os métodos convencionais de planejamento, ocasionais e não sistemáticos, são insatisfatórios para alcançar os fins desejados.

Normalmente, as medidas resultantes desses métodos convencionais são fragmentadas e descontínuas, prejudicando, muitas vezes, planejamentos estratégicos bem concebidos e elaborados.

A importância dos planejamentos estratégicos para o presente e o futuro do Exército estavam a exigir, para a implementação das ações neles inscritas, um instrumento adequado, que refletisse um processo contínuo e sistemático de planejamento, de execução, de controle e de avaliação.

Em 4 de abril de 1982³, o Ministério do Exército adotou o Plano-Diretor do Exército (PDE), como instrumento básico para dar curso e materializar, por meio de medidas administrativas, as ações

constantes de seus planejamentos estratégicos e as demais ações de seu interesse, integrantes de outros planejamentos.

Na verdade, o PDE significa a aplicação do moderno conceito de planejamento estratégico ao planejamento administrativo do Ministério do Exército, como veremos a seguir.

2. O PLANO DIRETOR DO EXÉRCITO

a. Definição

O Plano Diretor do Exército é o documento básico do Sistema de Planejamento Administrativo do Ministério do Exército⁴, de caráter permanente, que define, orienta, consolida e coordena as ações a serem empreendidas nos diversos escalões administrativos, de modo a atender às necessidades do Exército, visando ao cumprimento de suas missões.

O Sistema de Planejamento Administrativo do MEx (SIPA/MEx) compreende as atividades de planejamento administrativo, de programação e de orçamento. O PDE, de responsabilidade do Estado-Maior do Exército (EME), engloba as atividades de planejamento administrativo e de programação; a Secretaria de Economia e Finanças (SEF) é responsável pela atividade de orçamento.

Na definição do PDE observamos dois de seus pontos fundamentais, que ficarão claramente demonstrados no decorrer deste artigo: primeiro, ele é um instrumento de caráter permanente, is-

to é, não se esgota com a simples elaboração de planos; segundo, seu campo de atuação é essencialmente administrativo.

b. Finalidades

O PDE foi idealizado, formulado e instituído para atingir, entre outras, as seguintes finalidades:

1) racionalizar e tornar mais eficaz o planejamento administrativo do MEx, por meio de um processo formal, contínuo e sistemático de planejamento, para alocar e orientar a utilização de recursos de toda ordem para uma crescente variedade de missões e atividades;

2) proporcionar a continuidade administrativa, através da antecipação de demandas e necessidades, que resultam procedimentos que auxiliam a tomada de decisões com maiores conhecimentos de suas futuras implicações, garantindo um sentido de direção mais adequado ao Exército;

3) compatibilizar as ações administrativas com as necessidades operacionais do Exército, através da definição, obtenção e manutenção de meios eficazes de alcançar uma situação desejada;

4) harmonizar os esforços desenvolvidos no Exército com os planos e programas do Governo Federal.

c. Composição e Funcionamento

Para definir, orientar, consolidar e coordenar as ações dos diversos escalões administrativos, o PDE utiliza um conjunto de documentos e procedimentos que se atualizam e se repetem no tempo,

indefinidamente, resultando um processo contínuo e sistemático de planejamento, de programação, de execução, de controle e de avaliação.

Para isso, o PDE é estruturado e sistematizado da maneira adiante apresentada:

1) Livro 1

É o documento essencial do PDE, porquanto reproduz as ações e diretrizes fundamentais para o cumprimento das missões do Exército e também orientadoras de sua evolução, a curto, médio e longo prazos.

As principais ações listadas no Livro 1 derivam dos Planejamento Estratégicos e dizem respeito ao Completamento de Equipamento e à Organização e Articulação do Exército, tendo em vista a formação e a manutenção, respectivamente, dos níveis de operacionalidade da tropa e de dispositivos adequados em face de suas prováveis hipóteses de emprego.

Para o Completamento de Equipamento, o Livro 1 relaciona as diversas OM existentes, em ordem de prioridade para o completamento, com os respectivos percentuais a serem atingidos e os equipamentos que deverão ser completados.

No que se refere à Organização e Articulação, o Livro 1 indica as OM que deverão ser organizadas (criadas), transferidas de sede e transformadas (elevação de tipo e mudança de natureza).

Entre as diretrizes constantes do Livro 1 figuram aquelas referentes à Pesquisa e Desenvolvi-

to, nas áreas de material, de pessoal e de doutrina, e outras diretrizes de interesse do PDE, baixadas pelo Ministro do Exército e pelo Chefe do EME.

O Livro 1 é atualizado anualmente, sob a responsabilidade do EME e, após ser apreciado pelos membros do Alto Comando do Exército, é submetido ao Ministro do Exército para aprovação, o que é feito por meio de Portaria.

O Livro 1 tem ampla distribuição, atingindo atualmente até o escalão Brigada e pretende-se estendê-la a todas as OM, com a finalidade de tornar transparentes as ações que o Exército pretende desenvolver, a curto, médio e longo prazos, para todos os seus integrantes.

Desta maneira, como pressupõe o planejamento estratégico, o PDE é um processo gerencial que se inicia nos níveis hierárquicos mais elevados do Ministério do Exército, envolvendo o Ministro do Exército, o Alto Comando do Exército e o EME e prossegue com a participação ativa de todos os demais níveis.

Na verdade, a moderna teoria administrativa enfatiza que o planejamento estratégico não pode ser concebido como atividade clássica de planejamento, delegável a comissões ou grupos de planejamento, porquanto constitui a essência da gerência de alto nível, sobre a qual recai o maior peso da responsabilidade externa e interna pelos rumos da Organização.

Esse fato, além de assegurar o necessário respaldo hierárquico, confere grande vantagem ao PDE,

pois tem-se comprovado que, à medida que a responsabilidade do planejamento estratégico é assumida nos níveis mais elevados, aumenta não só a garantia de sua sobrevivência, mas também sua efetividade e sua produtividade.

2) Livro 2

O Livro 2 é constituído pelos Planos Setoriais, que são documentos elaborados pelos Órgãos Setoriais (Departamentos e Secretarias) e pelo EME e que se destinam a realizar o mapeamento das necessidades, com suas prioridades e custos, para efetivar as ações e cumprir as diretrizes constantes do Livro 1.

Cada Órgão Setorial elabora, através dos respectivos Órgãos de Apoio Setorial (Diretorias), os Planos referentes às atividades de sua área de interesse, tais como:

- Planos de Equipamento de Armamento, de Material de Moto-mecanização, de Material de Engenharia etc., do Departamento de Material Bélico;

- Planos de Equipamento de Material de Intendência de Campanha, de Material de Saúde de Campanha etc., do Departamento-Geral de Serviços;

- Planos de Construção em Aquartelamentos, de Construção de Residências, de Equipamento de Material de Processamento de Dados etc., do Departamento de Engenharia e Comunicações;

- Planos de Desenvolvimento de Meios Militares, de Pesquisa Aplicada — Área de Material etc., da Secretaria de Ciência e Tecnologia.

O EME é responsável pela elaboração dos Planos que envolvem a participação de vários Órgãos Setoriais, como os Planos de Organização, de Transferência e de Transformação de OM.

Os Planos Setoriais não indicam, normalmente, prazos de atendimento, a não ser aqueles referentes à Organização, Transferência e Transformação de OM.

Os Planos Setoriais são atualizados anualmente e são aprovados e mandados incluir no Livro 2 pelo Chefe do EME.

O Livro 2, como um todo, não é distribuído, por conter informações específicas, de interesse apenas do EME e dos Órgãos Setoriais. No entanto, os Planos Setoriais, quando elaborados para determinadas OM, são remetidos a essas OM e aos seus Comandos enquadantes (Bda, RM e Ex).

3) Livro 3

O Livro 3 é formado pelos Programas Plurianuais Setoriais (PPS), que são documentos normalmente trienais, elaborados, pelos Órgãos Setoriais e pelo EME. Da mesma maneira que os Planos Setoriais, o EME é responsável pela elaboração dos Programas Plurianuais de Organização, de Transferência e de Transformação de OM.

Os PPS operacionalizam a execução dos respectivos Planos Setoriais, através da quantificação física e financeira das necessidades levantadas naqueles Planos, de modo parcial ou total, de acordo com os recursos disponíveis e/ou previstos.

Os PPS referentes à Organização, Transferência e Transformação de OM indicam o atendimento total dos Planos correspondentes e, assim, podem abranger períodos de tempo superiores ou inferiores a 3 anos.

Nos PPS são discriminadas, por Projeto/Subprojeto, Atividade/Subatividade, Encargo, Título e Itens e por fonte de recursos financeiros, as metas a serem cumpridas em cada período de tempo, estabelecidas anualmente pelo EME, em ligação com os Órgãos Setoriais.

Os PPS estabelecem, assim, a ligação entre as atividades de planejamento administrativo e de programação e a atividade de orçamento do SIPA MEx, fornecendo elementos para a elaboração das Propostas do Orçamento-Programa (OP) anual e do Orçamento Plurianual de Investimento (OPI) do MEx e do Orçamento do Fundo do Exército.

Para a elaboração dos PPS é considerada a utilização de recursos financeiros de várias fontes, tais como: Orçamento-Programa anual do MEx, Fundo do Exército, Convênios, Operações de Crédito, Créditos Especiais e outras.

Os PPS são atualizados anualmente e são aprovados e mandados incluir no Livro 3 pelo Chefe do EME.

A exemplo do Livro 2 e pelos mesmos motivos, o Livro 3, como um todo, não é distribuído. Não obstante, os Programas Plurianuais, quando elaborados especificamente para determinadas OM, são remetidos, juntamente com os res-

pectivos Planos, a essas OM e aos seus Comandos enquadrantes (Bda, RM e Ex), para fins de conhecimento da ação, acompanhamento da execução e auxílio ao gerenciamento.

4) Execução dos Programas

A execução dos Programas Plurianuais é da responsabilidade dos respectivos Órgãos Setoriais que, através dos Órgãos de Apoio Setorial (Diretorias) e de acordo com os recursos financeiros disponíveis, dão cumprimento às metas anteriormente estabelecidas.

Muitas vezes os recursos financeiros concedidos são insuficientes para o cumprimento das metas, principalmente em períodos inflacionários, havendo necessidade, então, de solicitação de créditos adicionais.

Cabe aqui ressaltar que, pelo fato de o Livro 1 ser atualizado em julho de cada ano, as ações nele incluídas no ano "A" somente poderão ser implementadas, com recursos orçamentários, a partir do ano "A + 2", assim mesmo se esses recursos já não estiverem comprometidos com outras ações anteriormente programadas, pois em julho o orçamento do ano "A" está em execução e o de "A + 1" já foi elaborado e se encontra na SEPLAN para apreciação.

A restrição acima é benéfica, na medida em que reforça a importância da utilização do planejamento e propicia condições para a continuidade administrativa.

Por outro lado, a necessidade de estudo pelo EME, apreciação pelo Alto Comando do Exército e

aprovação do Ministro do Exército, para inclusão de uma ação no Livro 1 do PDE, anestesias certas solicitações inadequadas, não oportunas, de baixa prioridade ou que não beneficiem a Força como um todo.

Essas medidas restritivas não significam, no entanto, um obstáculo ao atendimento de necessidades urgentes ou de emergência, pois o PDE é munido de instrumentos que possibilitam responder a essas necessidades.

Assim, o PDE não é uma camisa-de-força, um guia estático, que deve ser seguido cegamente, restringindo a administração e tolhendo a iniciativa.

Na verdade o PDE, ao buscar a continuidade administrativa, através de seus documentos e procedimentos, procura dirigir a alocação de recursos na direção de utilizações que maximizem a possibilidade de que as metas especificadas sejam atingidas.

5) Gerenciamento de Programas

Para determinados Programas Plurianuais, notadamente aqueles que envolvem na sua execução o concurso de vários Órgãos, são designados Gerentes, que são pessoas físicas responsáveis pelo desenvolvimento físico-financeiro daqueles Programas.

Assim, o EME designa Gerentes para os Programas Plurianuais que exigem a participação de vários Órgãos Setoriais, enquanto estes últimos, por sua vez, designam Gerentes para seus Programas que solicitam o envolvimento de vários Órgãos de Apoio Setorial.

O Gerenciamento é o processo que consiste na realização das ações de acompanhar, coordenar, supervisionar e avaliar Programas, com vistas a assegurar a qualidade e o nível de desempenho desejados na execução dos mesmos.

Para a avaliação dos resultados da execução dos Programas, o Gerente se vale, principalmente, do acompanhamento físico-financeiro, realizado com base em informações dos Órgãos Setoriais e em relatórios periódicos elaborados pela SEF.

Cumpra salientar que a tarefa do Gerente não é controlar os Órgãos encarregados da execução do Programa e sim multiplicar a capacidade de desempenho do todo, através da integração e coordenação de todas as medidas necessárias àquela execução.

O Gerenciamento foi introduzido recentemente no MEx⁵, com a experiência-piloto, ainda em curso, da organização de dois Grupos de Artilharia Antiaérea, o que vem sendo cumprido com absoluto sucesso. Desta maneira:

- a construção dos aquartelamentos e das residências, o desenvolvimento e a aquisição dos diversos materiais, os cursos e estágios no Brasil e no exterior para a capacitação do pessoal e as demais atividades estão ocorrendo de acordo com o previsto nos respectivos Programas;

- o recebimento e o preparo do aquartelamento e do material, a montagem da instrução e a tomada das demais providências necessárias à completa instalação de cada Grupo, de modo que o mes-

mo inicie suas atividades sem quaisquer problemas, ficarão a cargo de um Núcleo de Comando, formado por Oficiais e praças e constituído no ano anterior à entrada em funcionamento da Unidade.

O Comandante de cada Grupo foi nomeado antecipadamente, sendo designado Gerente do Programa de Organização de sua Unidade, função que desempenhará até a assunção do Comando. Confundem-se, então, em determinada fase, Comandante e Gerente, com inegáveis vantagens para a organização e a vida futura da Unidade, pois, além do conseqüente empenho do Gerente, o Comandante terá pleno conhecimento do Grupo ao assumir o seu Comando.

Assim, como mostra a figura a seguir, o PDE, com seus documentos e procedimentos, permite acompanhar uma ação, desde o seu nascimento até a sua completa conclusão, a saber:

- inscrição da ação desejada no Livro 1;
- levantamento das necessidades para efetivar a ação nos Planos Setoriais do Livro 2;
- determinação de como e quando fazer nos Programas Plurianuais do Livro 3;
- obtenção de recursos financeiros para fazer através das diversas fontes;
- execução a cargo dos Órgãos Setoriais;
- coordenação e integração da execução e correção de rumos através do acompanhamento físico-financeiro e do Gerenciamento do Programa.

Fica evidenciado, desta maneira, o PDE como um processo contínuo e sistemático de planejamento, de programação, de execução, de controle e de avaliação, tal como preconiza o moderno conceito de planejamento estratégico.

d. Atualização

Dado que o planejamento pressupõe, por sua própria natureza, avanços e recuos, o PDE é suficientemente flexível para sofrer ajustamentos e correções, em face de novos fatos e modificações.

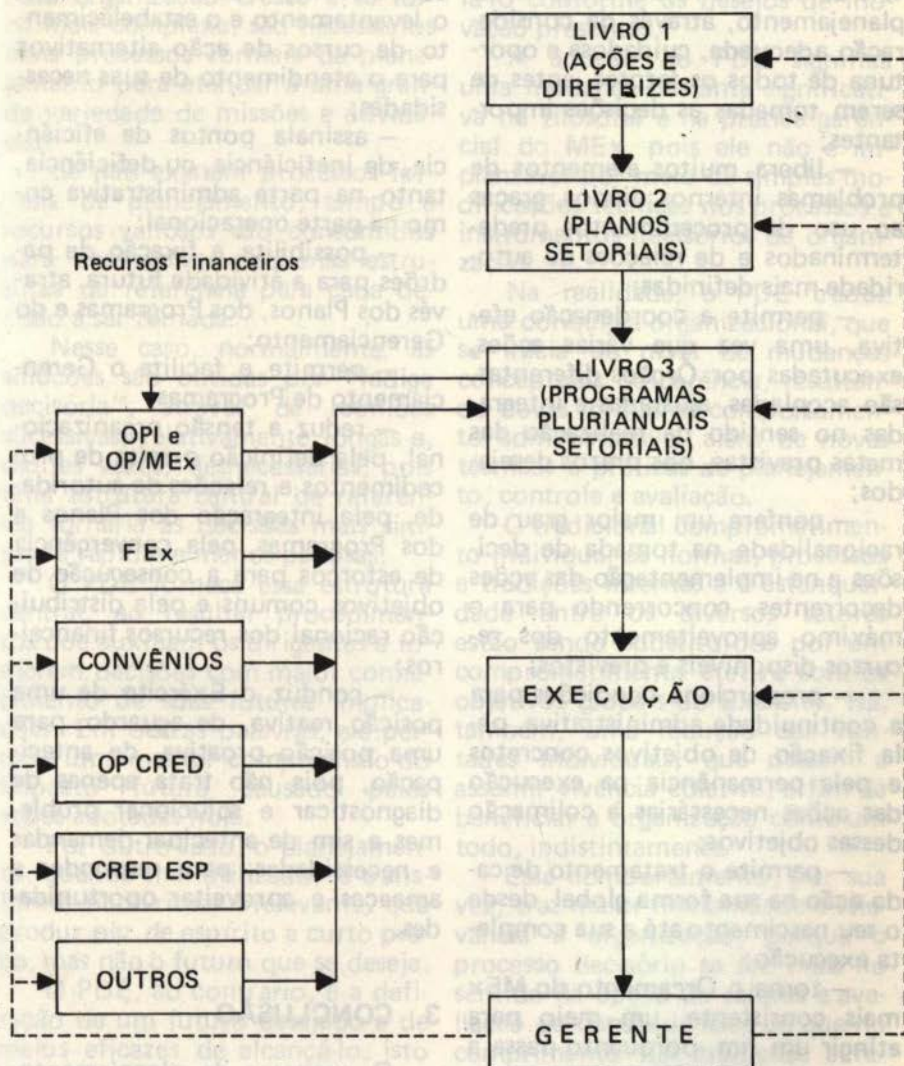
Assim, o PDE é atualizado em decorrência, principalmente, de mudanças estruturais e conjunturais, da avaliação dos resultados da execução dos Programas, da inclusão ou exclusão de ações e de Planos e de solicitações dos Gerentes de Programas.

Essa atualização visa, prioritariamente:

- à inclusão, à exclusão ou alteração de ações, prioridades, Planos, Programas, Projetos e Atividades;
- ao acréscimo de mais um ano na programação;
- à elaboração das Propostas do OP e do OPI do MEx e do Orçamento do Fundo do Exército.

e. Principais resultados e vantagens

Apesar de seu pouco tempo de existência, o PDE tem conseguido obter resultados altamente compensadores no campo administrativo e, por conseqüência, benéficos para a operacionalidade do Exército.



A utilização do PDE, principalmente:

- introduz, em todos os níveis da administração, o hábito do planejamento, através da consideração adequada, cuidadosa e oportuna de todos os fatores, antes de serem tomadas as decisões importantes;

- libera muitos elementos de problemas internos diários, graças ao uso de procedimentos predefinidos e de relações de autoridade mais definidas;

- permite a coordenação efetiva, uma vez que várias ações, executadas por Órgãos diferentes, são acopladas, ajustadas e integradas no sentido da realização das metas previstas, nos prazos desejados;

- confere um maior grau de racionalidade na tomada de decisões e na implementação das ações decorrentes, concorrendo para o máximo aproveitamento dos recursos disponíveis e previstos;

- proporciona condições para a continuidade administrativa, pela fixação de objetivos concretos e pela permanência na execução das ações necessárias à colimação desses objetivos;

- permite o tratamento de cada ação na sua forma global, desde o seu nascimento até a sua completa execução;

- torna o Orçamento do MEX mais consistente, um meio para atingir um fim, porquanto passa a representar uma fonte de recursos financeiros para materializar as ações previstas no Livro 1, planejadas no Livro 2 e programadas no Livro 3 do PDE;

- viabiliza a realização de estudos e projeções de natureza econômico-financeira, relacionados com a evolução do Exército e com o levantamento e o estabelecimento de cursos de ação alternativos para o atendimento de suas necessidades;

- assinala pontos de eficiência, de ineficiência, ou deficiência, tanto na parte administrativa como na parte operacional;

- possibilita a fixação de padrões para a atividade futura, através dos Planos, dos Programas e do Gerenciamento;

- permite e facilita o Gerenciamento de Programas;

- reduz a tensão organizacional, pela definição precisa de procedimentos e relações de autoridade, pela integração dos Planos e dos Programas, pela convergência de esforços para a consecução de objetivos comuns e pela distribuição racional dos recursos financeiros;

- conduz o Exército de uma posição reativa, de aguardo, para uma posição proativa, de antecipação, pois não trata apenas de diagnosticar e solucionar problemas e sim de antecipar demandas e necessidades, para responder a ameaças e aproveitar oportunidades.

3. CONCLUSÃO

O processo de planejamento, incluindo a formulação, a execução e o controle, é crucial para o sucesso a longo prazo de toda instituição, em decorrência de fre-

qüentes e rápidas mudanças em seu ambiente.

De um modo geral, conforme uma organização cresce e se torna mais complexa, são necessários mais processos formais de planejamento para atender a uma grande variedade de missões e atividades.

Se não existem processos formais de planejamento, tempo e recursos valiosos são consumidos para desenvolver pequenas estruturas de referência para cada decisão a ser tomada.

Nesse caso, normalmente, as soluções são obtidas por "fadiga decisória", através de reuniões sucessivas, relativamente longas e, muitas vezes, desnecessárias, pois uma estrutura central de referência tornaria as decisões mais simples e rápidas e menos penosas.

O PDE fornece essa estrutura central, ao resultar procedimentos que auxiliam os dirigentes a tomarem decisões com maior conhecimento de suas futuras implicações. Em outras palavras, ele permite uma melhor compreensão do impacto futuro causado pelas ações adotadas hoje.

Por outro lado, o planejamento, quando mal utilizado, se transforma num ritual irrelevante, que produz paz de espírito a curto prazo, mas não o futuro que se deseja.

O PDE, ao contrário, é a definição de um futuro desejado e de meios eficazes de alcançá-lo, isto é, preocupa-se com os fins e com os meios. Ele se baseia na crença de que o futuro pode ser melhorado por uma intervenção ativa no presente, ou seja, longe de tratar o

futuro como singela correção monetária do presente, representa uma forte preocupação em moldá-lo conforme os desejos de inovação presentes.

A adoção do PDE significa uma mudança bastante significativa na filosofia e na prática gerencial do MEx, pois ele não é implantável por meio de simples modificações técnicas nos processos e instrumentos decisórios da organização.

Na realidade, o PDE traduz uma conquista organizacional, que se inicia ao nível de mudanças conceituais de gerência, resultando novas formas de comportamento administrativo, além de novas técnicas e práticas de planejamento, controle e avaliação.

O tradicional comprometimento individual às normas, processos e tradições internas e a estanqueidade entre os diversos setores estão sendo substituídos por um comprometimento efetivo com os objetivos globais do Exército. Há, também, uma redução das vontades individuais, que passam a assumir vivência coletiva, a fim de beneficiar a organização como um todo, indistintamente.

Esse comportamento, por sua vez, traz maior flexibilidade e relevância à organização, porque o processo decisório se faz mais no sentido da opção de valores e avaliação de conseqüências do que no cumprimento das tradições e regras existentes.

Assim, a inovação proposta pelo PDE não constitui unicamente um problema de mudança dos padrões de racionalidade administra-

tiva, envolvendo reformas de estrutura, processos ou comportamento gerencial. Trata-se, essencialmente, de estabelecer condições organizacionais mais adequadas ao atendimento das demandas ambientais sobre a organização e melhor elaborar o seu produto final — segurança.

Para isso, parte da avaliação estratégica, do futuro alternativo, dos objetivos do Exército, para chegar ao detalhe de integrar todas as medidas para atingir o futuro desejado, através do planejamento, da programação e do gerenciamento da execução.

Suas principais características são: a continuidade, a permanência, a atuação em um horizonte de longo prazo, o sentido de futuro, a ampla participação de todos os níveis e escalões e a ênfase nos objetivos globais do Exército.

Ao agir como catalizador de uma participação enriquecedora, que conduz a decisões mais eficazes, o PDE possibilita que a Alta Administração e os diversos Órgãos do MEX compartilhem de todos os seus passos e colaborem de forma ampla e integrada, sem a perda de seu senso de identidade.

O PDE incorpora, assim, alguns dos princípios básicos da administração para o desenvolvimento, de que nos fala Guerreiro Ramos:⁶

- um clima de inovação;
- operacionalização e compartilhamento de objetivos;
- combinação de planejamento (pensar) e ação (fazer);
- comprometimento efetivo com os objetivos da organização.

Desta maneira, o PDE se enquadra perfeitamente dentro dos conceitos de planejamento estratégico emitidos por Motta, Ackoff e outros, principalmente porque:

— significa um processo contínuo e sistemático de tomada de decisões, de planejamento, de controle e de avaliação e tenta abolir a idéia de planejamento ocasional e rotativo;

— consiste num processo dinâmico de olhar para fora e para frente da organização, traçando rumos para o futuro e enfrentando riscos e incertezas;

— tem a finalidade de garantir um sentido adequado de direção futura, uma vez que sua elaboração pressupõe o máximo conhecimento possível de fatores externos não controláveis e de fatores internos controláveis;

— envolve a participação dos níveis mais altos da hierarquia da organização, ou seja, constitui a essência da gerência de alto nível;

— resulta procedimentos que auxiliam a tomada de decisões com maior conhecimento de suas futuras implicações;

— não é uma tentativa de eliminar riscos nas decisões mas de fazer ocorrer o risco certo;

— visa ao futuro, o que não significa, porém, trabalhar com decisões futuras e sim com a natureza e as implicações futuras das decisões presentes. É tomar decisões no presente com visão de suas conseqüências no futuro, ou seja, é capaz de criar um futuro desejado;

— enfatiza a importância da análise da ambiência externa (aná-

se macro) sobre a análise interna (análise micro) da organização;

— procura não só fazer certas coisas mas, principalmente, fazer as coisas certas.

Para concluir, podemos dizer que o PDE não é uma simples tentativa de determinação de futuros eventos. É, ao contrário, a manifestação de uma vontade tendente a orientar os eventos futuros na direção mais oportuna, desde o ponto de vista dos objetivos do Exército.

Não é uma tentativa de criar uma filosofia única de atuação, de globalizar e formalizar, de gerar coerência e uniformidade organizacional. Ele existe para antecipar demandas e necessidades, proporcionar respostas rápidas às crises e melhor enfrentar riscos e incertezas, garantindo um sentido de direção mais adequado ao Exército.

Não é, também, apesar de todas as suas qualidades e vantagens, um salvação ou uma panaceia; é apenas uma ferramenta valiosa para auxiliar o administrador. Por isso, não se faz sem apoio, aceitação e participação e sem pessoal capacitado e estimulado.

Em resumo, o PDE:

— consolida a experiência coletiva, sem tolher a iniciativa;
— age com realismo, sem perder o idealismo;
— inova, sem destruir.

Por último, queremos dizer que o Plano Diretor do Exército, apesar de exercer sua ação essencialmente no campo administrativo, é um dos elementos que mais

diretamente concorrem para a operacionalidade do Exército, porquanto possibilita materializar os desejos de expansão, de aperfeiçoamento e de evolução expressos nos seus planejamentos estratégicos.

É um instrumento de concepção simples e racional e em boa hora foi instituído no Exército.

Para o seu sucesso, basta, apenas, que todos os níveis e escalões:

— entendam a natureza e os fundamentos de sua elaboração;
— estejam convencidos de sua utilidade;
— desejem dedicar-lhe os esforços necessários, e
— queiram apoiá-lo em todos os seus desdobramentos.

BIBLIOGRAFIA

1. MOTTA, Paulo Roberto. "As Dimensões Gerenciais do Planejamento Organizacional Estratégico", in: *Planejamento Organizacional*, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
———. "Planejamento Estratégico em Organizações Sem Fins Lucrativos", in: *Textos da Disciplina Planejamento Organizacional Integrado*, Rio de Janeiro, Escola Brasileira de Administração Pública/FGV, 1984.
———. "Visão Contemporânea da Teoria Administrativa", in: *Planejamento Organizacional*, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
———. "Doutrinas de Inovação em Administração Pública: a Questão dos Valores

- res", in: *Planejamento Organizacional*, Porto Alegre, Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos, 1979.
2. ACKOFF, Russel L. *Planejamento Empresarial*, Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1983.
 3. *Portaria Ministerial nº 032* — Reservada, de 05 Abr 82 — Aprova o Plano Diretor do Exército.
 4. *Portaria Ministerial nº 948*, de 05 Nov 82 — Instruções Gerais para o Sistema de

Planejamento Administrativo do Ministério do Exército.

5. *Portaria Ministerial nº 623*, de 27 Ago 84 — Normas para o Gerenciamento de Programas no Ministério do Exército.
6. RAMOS, Alberto Guerreiro. "A Nova Ignorância e o Futuro da Administração Pública na América Latina", in: *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Jan/Mar 1983.



Cel Art QEMA Marcus Aurelius Minervino foi Aspirante em 17 de dezembro de 1959. Cursos militares: AMAN, EsAO e ECEME. Cursos Civis: Administração de Empresas — Universidade Gama Filho. Economia — Faculdade Católica de Brasília. Pós-Graduação em Estudo de Problemas Brasileiros — Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública — Fundação Getúlio Vargas. Serve na Seção do Plano Diretor/6ª Subchefia do Estado-Maior do Exército desde 16 de abril de 1982. É o Comandante nomeado do 11º GAAAE, de Brasília - DF e também o Gerente do Programa de Artilharia Antiaérea.



Sempre planejamos com o futuro em mente.
O Bell 406CS leva tecnologia de ponta à
primeira linha de defesa.

O Bell 406 Combat Scout é uma versão derivada do Bell OH-58D AHIP fabricado para atender as rigorosas especificações do Exército dos EEUU.

A combinação de uma estrutura largamente comprovada com um sistema de rotores de última geração proporcionou ao 406CS uma flexibilidade que lhe faculta desempenhar diferentes missões através de rápidas mudanças de configuração, permitindo a seleção do sistema de armamento mais apropriado na frente de combate.

A potente turbina Allison C34C com 735 SHP possibilita equipar o 406CS com uma variada gama de armamentos tais como metralhadoras 7.62 e .50, foguetes de 70mm, mísseis "Tow" e "Stinger" e minigun 7.62mm.

O 406CS pode ser utilizado também como aeronave leve de emprego geral com capacidade para transportar 5 ocupantes.

O rotor de 4 pás que equipa o 406CS é de material composto anticorrosivo assegurando vida mais longa, baixo custo de manutenção, ausência de vibração e melhor desempenho.

A agilidade, alcance, autonomia, reserva de potência do 406 Combat Scout facultam-lhe cumprir todas as missões com maior margem de segurança. É uma plataforma de observação e armamentos estável e altamente manobrável a baixa altitude, cujos componentes exigem manutenção mínima, maximizando a disponibilidade e confiabilidade do produto. Sua pequena silhueta torna o 406CS um alvo difícil de ser atingido.

O tradicional apoio logístico de 24 horas oferecido pela Bell garante o desempenho do produto.

motoravia
 REPRESENTAÇÕES AERONÁUTICAS LTDA.

Av. Beira Mar, 200 — 3º andar — tel.: 262-8722 — Tlx. 212 1516 MRAL BR

Representante exclusiva no Brasil da **Bell Helicopter** **TEXTRON**

A Subsidiary of Textron Inc.



"QUO VADIS", ONU?

Therezinha de Castro

*"Não se vive do que se come,
mas do que se digere."*

(Brillat Savarin.)

INTRODUÇÃO

Entende-se por *organização internacional* a reunião de pessoas representando em geral Estados, exercendo, de modo regular e estável, funções de interesse mundial. Assim pode ser definida a ONU, sigla da *Organização das Nações Unidas*, a instituição base no sistema estrutural do século XX no âmbito das Relações Internacionais.

Fazendo as vezes da Liga das Nações, a ONU se propôs a substituir, nos encontros internacionais, os Pactos, Congressos, Conferências etc., sem, no entanto, anulá-los.

Com a intensificação das Relações Internacionais impostas pelo conseqüente crescimento do número de Estados se inserindo no jogo de xadrez mundial, tornou-se necessária a formação de um

condomínio político. Condomínio político imprescindível ante a derrocada do colonialismo e o nascimento de países sem serem nações, caracterizados obviamente como Estados fracos e cobiçados pelo neocolonialismo, gerando problemas não só políticos como ainda econômicos e sociais; donde a *multiplicidade de competências* atribuídas à ONU.

Embora visando aos mesmos objetivos, mas num cenário geopolítico bem diferente, a Liga das Nações diverge da ONU em gênero e número. Nascida na Conferência de Paz de 28 de abril de 1919, compunha-se a Liga das Nações, originalmente, dos Estados Aliados vencedores da I Guerra Mundial, sendo, como na ONU, *permitida a admissão de outros países*, desde que devidamente aprovada pelo voto de 2/3 da Assembléia-Geral. Por isso, às Po-

tências da época — Inglaterra, França, Itália e, no Oriente, o Japão — vieram a se juntar a Alemanha (1926) e, quase no final, em 1934, a Rússia.

Embora a Liga das Nações, nascida com base em projetos estadunidenses e fruto do idealismo teórico do Presidente Woodrow Wilson, jamais contou com a participação dos Estados Unidos. Observando-se, assim, que foi na prática *uma aliança bem mais continentalista*, num projeto de organização européia em bases inteiramente regionais. Era, em seu conjunto, uma "Liga de Governos" que aceitavam certa limitação de seus direitos soberanos em troca de uma paz assegurada, sem acatar, no entanto, a instituição de um Governo internacional.

Conclui-se, assim, que a Liga das Nações seria dominada pela Europa; mas por uma Europa que iria se desentender ante o confronto de Estados capitalistas liberais (França e Inglaterra) de um lado, ficando, de outro, os totalitaristas tanto de direita (Itália e Alemanha) quanto de esquerda (Rússia).

Mais teórica do que prática, a *Liga das Nações estava fadada à falência* diante da incompetência para resolver conflitos surgidos e sem neles ao menos poder intervir, por não ser dotada de Força Armada Internacional. O problema da Liga das Nações se reflete hoje na ONU ante o confronto de Estados capitalistas de direita e Estados comunistas de esquerda, levando de roldão a maioria tutelada de um Mundo subdesenvolvido, mar-

ginalizado e dependente, ante a impotência de sua Força Armada Internacional.

Sucumbiria, assim, a Liga das Nações, ante o prenúncio da II Guerra Mundial, muito embora a sua dissolução jurídica tenha ocorrido numa reunião em Genebra, entre 8 e 18 de abril de 1946, para que seus bens fossem transferidos para a ONU.

É incontestável, porém, o fator positivo da Liga das Nações, por implantar a *idéia de que na vida dos Estados seria doravante necessária a existência de um organismo internacional*; e justamente essa *vocação universalista* seria a preocupação máxima dos Aliados ainda no transcurso da II Guerra Mundial.

ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO

Com base na *Declaração das Nações Unidas* de 1º de janeiro de 1942, em face do compromisso de 26 Representantes em combater o Eixo, lançavam-se as bases de uma organização internacional que o Presidente Franklin Delano Roosevelt batizou como *Nações Unidas*.

No entanto, na *Declaração de Moscou*, de 30 de outubro de 1945, é que surgia o projeto de criação da ONU expressamente formulado pelos Estados Unidos, Inglaterra e Rússia; concordavam os três países sobre "a necessidade de se estabelecer, assim que possível, uma organização internacional fundamentada no princípio de uma igualdade soberana de todos os Estados pacíficos, da qual po-

deriam fazer parte grandes e pequenas nações, a fim de assegurar a manutenção da paz e da segurança internacionais".

Diante desse fato, de agosto a outubro de 1944, em *Dumbarton Oaks*, através de propostas de Representantes dos Estados Unidos, Rússia, Inglaterra e China, eram fixadas as bases para a elaboração da *Carta das Nações Unidas*.

Ante sucessivas adesões, entre as quais a do Brasil, Representantes de 50 Nações* na *Conferência sobre a Organização Internacional reunida em São Francisco*, de 25 de abril a 26 de junho de 1945, ratificam a Carta. Como, porém, a maioria só ratificou o documento a 24 de outubro, comemora-se nessa data universalmente o *Dia das Nações Unidas*.

O preâmbulo da Carta expressava, na época, os ideais e os propósitos comuns dos Povos cujos Governos se uniam para constituir as Nações Unidas:

"NÓS, OS POVOS DAS NAÇÕES UNIDAS, RESOLVIDOS:

— A PRESERVAR as gerações vindouras do flagelo da guerra, que, por duas vezes no espaço de nossa vida, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade, e a AFIRMAR a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor do ser humano, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações grandes e pequenas, e a ESTABELECEER condições sob as quais a justiça e o respeito às obriga-

ções decorrentes de tratados e de outras fontes de direito internacional possam ser mantidos;

— A PROMOVER o progresso social e melhores condições de vida dentro de uma liberdade mais ampla, E PARA TAIS FINS

— PRATICAR a tolerância de viver em paz, uns com os outros, como bons vizinhos e

— UNIR as nossas forças para manter a paz e a segurança internacionais, e a GARANTIR, pela aceitação de princípios e a instituição de métodos, que a força armada não será usada a não ser no interesse comum;

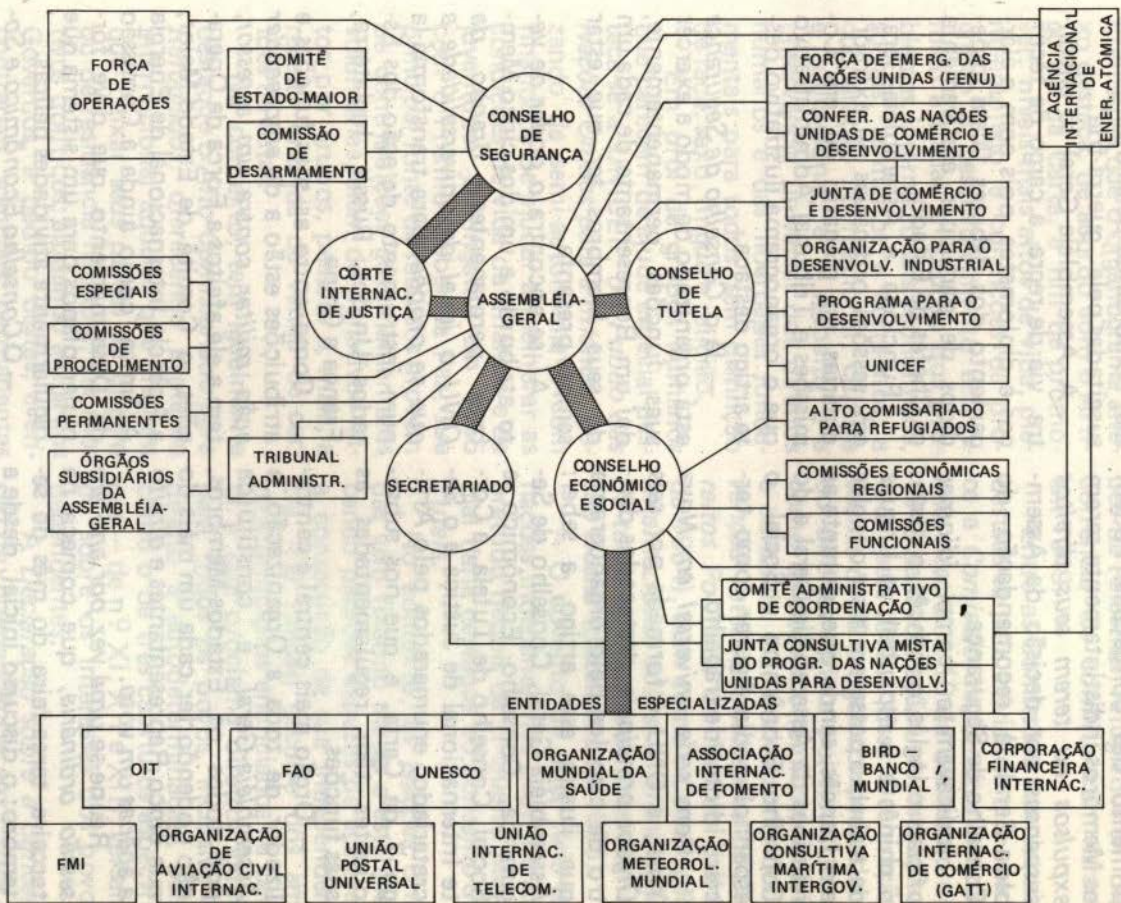
— A EMPREGAR um mecanismo internacional para promover o progresso econômico e social de todos os povos;

RESOLVEMOS CONJUGAR Nossos ESFORÇOS PARA A CONSECUÇÃO DESSES OBJETIVOS."

Pelo preâmbulo observamos que, de um modo geral, a ONU se propunha a ser *um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a consecução de objetivos comuns*, a saber: manutenção da paz e segurança; desenvolvimento de relações amistosas entre as nações; cooperação internacional para resolução de problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário, dentro dos direitos humanos e das liberdades fundamentais.

Passaram a se chamar *Membros-Fundadores* os Estados que haviam tomado parte na Conferência de S. Francisco, ficando, no entanto, implícito que *o direito de tornar-se Membro das Nações Unidas* caberia a todas as Nações amantes da paz que aceitassem os compromissos da Carta e que, a critério da Organização, se mos-

* Embora não representada na Conferência de São Francisco, a Polônia foi dos primeiros países a ratificar a Carta, sendo, por isso, considerada como Membro-Fundador.



trassem aptas e dispostas ao cumprimento das obrigações. Podem os Membros indistintamente serem *expulsos ou terem seus direitos suspensos* por decisão da Assembléia-Geral à recomendação do Conselho de Segurança.

Indicavam-se como *idiomas oficiais* o inglês, o francês, o russo, o chinês e o espanhol; as línguas de trabalho passavam a ser o inglês e o francês, sendo que, durante as reuniões da Assembléia-Geral e do Conselho Econômico e Social, o espanhol podia figurar como terceiro idioma de trabalho.

Com *sede universal em Nova York*, a ONU é formada por *seis Órgãos principais*, destacados dentro de círculos pelo organograma que ilustra esse artigo, a saber: Assembléia-Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, a Corte Internacional de Justiça e o Secretariado, enumerados pelo Artigo 7 da Carta, e que nos subseqüentes têm regulamentadas as suas funções.

— Órgão mais central e centralizador de toda a Organização, a *Assembléia-Geral* é constituída por todos os Estados-Membros, não podendo ter cada um mais do que cinco Representantes e *direito a apenas um voto*.

Reúne-se *uma vez por ano em sessão ordinária*, que começa na terceira terça-feira do mês de setembro; o discurso inicial, desde a fundação da ONU, vem sendo feito pelo Representante do Brasil, o que já se tornou tradição. A duração dessas sessões tende sempre a crescer em face do número con-

siderável de questões na ordem do dia, como ainda pelas divergências suscitadas pela "guerra-fria".

A Assembléia-Geral se encontra, via de regra, a cargo de técnicos e diplomatas, pois com o alargamento dos debates ficam impedidos de participar efetivamente os Chefes de Estado.

Funciona a Assembléia-Geral em sessões ordinárias ou extraordinárias no plenário ou em Comissões e Tribunal Administrativo que o organograma ilustrativo deste artigo destaca.

— Já o *Conselho de Segurança* está organizado de modo a exercer suas funções permanentemente, daí um Representante de cada um de seus Membros ter que estar sempre presente.

Aí se encontra o *poder de veto* atribuído a um dos cinco Membros permanentes, *tirando da ONU o ideal de universalidade a que se propõe*, para transformá-la num instrumento de ação dos Estados Unidos, Rússia, Inglaterra, França e China.

Como entre as suas funções e atribuições estão a de *empreender ação militar contra um agressor*, tem a ele afeitos a Força de Operações, o Comitê de Estado-Maior, a Agência Internacional de Energia Atômica, como ainda a Comissão de Desarmamento que deve formular planos para um sistema que regularmente atividades bélicas.

— O *Conselho Econômico e Social* vem reelegendo sempre para compô-lo, além de outros Estados-Membros, também os "Cinco Grandes". Seu atual Presidente é o brasileiro Sérgio Corrêa da Costa.

Funciona através de Comitês e Comissões que o organograma anexo destaca, de acordo com o Artigo 55 da Carta, a fim de promover: níveis mais altos de vida, pleno-emprego e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social; a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e correlatos; a cooperação internacional, cultura e educacional; e o respeito e a observância universal dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua e religião.

Em prol de grupos humanos que carecem de ajuda especial destaca-se a UNICEF, ou *Fundo das Nações Unidas para a Infância*, gozando de semi-autonomia e com finalidade de ajudar a melhorar as condições de vida da infância e da juventude. Distinguida em 1965 com o Prêmio Nobel da Paz, sua principal fonte de recursos provém de contribuições governamentais voluntárias, além de donativos feitos por grupos, pessoas e, mais, a receita oriunda da venda de cartões de natal.

No contexto, tem igualmente destaque o *Alto Comissariado para Refugiados*, oferecendo proteção internacional àqueles que tiveram que deixar seus países de origem ou de residência habitual, por motivos políticos; ajudando ainda aos Governos, a pedido destes, a encontrarem soluções permanentes para os problemas dos refugiados que concederam ajuda. Em 1955, foi este Escritório distinguido com a concessão do Prêmio Nobel da Paz, sobretudo pela ação

junto a mais de 1 milhão de árabes da Palestina, refugiados em decorrência do conflito com Israel em 1949.

Entre as Comissões Funcionais destaca-se pela atividade que exerce a *Comissão de Direitos Humanos*, nascida a 10 de dezembro de 1948 da Declaração Universal aprovada pela ONU. Essa Declaração consta de 30 artigos compreendendo direitos civis e políticos, bem como direitos econômicos, sociais e culturais. Daí derivaram a *Convenção Internacional sobre os Direitos Políticos da Mulher* (julho de 1954), bem como a *Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial* (dezembro de 1965).

— O advento de uma série de nações independentes ocorrido sobretudo depois da II Guerra Mundial daria destaque ao *Conselho de Tutela*.

No contexto, as Nações Unidas vêm fixando metas e estabelecendo padrões capazes de acelerar a consecução de sua independência. Tal função decorre dos amplos princípios enunciados na Carta e que proclama direitos iguais para todos os povos, inclusive o direito à autodeterminação, bem como o de três capítulos específicos — de nº XI, XII e XIII, versando sobre os interesses dos povos dependentes.

A *Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais* foi aprovada pela Assembleia-Geral em 14 de dezembro de 1960. Afirma textualmente que "a sujeição de povos ao jugo, domínio e exploração estrangeiros

representa uma negação aos direitos humanos fundamentais, é contrária aos preceitos da Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais"; e que "nos territórios sob tutela e nos territórios não-autônomos, assim como em todos os outros territórios que ainda não alcançaram a independência, serão adotadas medidas destinadas a transferir todos os poderes para os povos desses territórios, sem quaisquer condições ou ressalvas, de acordo com a vontade e desejo livremente expressos e sem distinção de raça, credo ou cor, de maneira a poderem usufruir a independência e liberdade completas".

— O Artigo 1º da Carta da ONU destaca como um dos propósitos o ajuste e a solução das controvérsias internacionais por meios pacíficos e em consonância com os princípios da justiça e do direito. Por outro lado, por força do Artigo 13, cabe à Assembléia-Geral "incentivar o desenvolvimento progressivo do direito internacional e a sua codificação". Entre os métodos de solução pacífica enumera a arbitragem e a solução judiciária, donde a importância da *Corte Internacional de Justiça* com suas atividades iniciadas em 1946 em *Haia*.

Principal Órgão judiciário da ONU, em prol do fortalecimento da paz através do direito internacional, aprovou em 1954 quatro Convenções atualmente em vigor sobre o direito dos mares: a *Convenção sobre o Alto-Mar*, a *Convenção sobre o Mar Territorial e a Zona Contígua*, a *Convenção so-*

bre a Pesca e a Convenção sobre a Plataforma Continental.

Em 1961, era aprovada a *Convenção sobre a Redução da Condição de Apátrida*; seguindo-se em 1964 as *Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas e Relações Consulares*.

— E, finalmente, o *Secretariado* exercido por um Secretário-Geral nomeado pela Assembléia-Geral e Conselho de Segurança, com funções precípuas de: servir como principal funcionário administrativo da ONU; chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que, a seu ver, possa comprometer a paz e a segurança internacionais; e apresentar um Relatório anual ou quaisquer complementares que se façam necessários sobre os trabalhos das Nações Unidas à Assembléia-Geral.

Desde a sua fundação a ONU teve cinco Secretários-Gerais: Trygve Lie (1946-53), Dag Hjalmar Agne Carl Hammarskjöld (1953-61), U Thant (1961-71), Kurt Waldheim (1971-81) e Javier Perez de Cuellar, que está vendo a ONU completar os seus 40 anos.

Pelo organograma que ilustra o artigo, observamos que a *ONU goza de complicada infra-estrutura com entidades especializadas* criadas em virtude de acordos intergovernamentais, com amplas responsabilidades nos campos econômico, social, cultural, educacional, sanitário e outros correlatos.

Os acordos que regulamentam sua filiação às Nações Unidas são negociados com as respectivas entidades por um Comitê Permanente do Conselho Econômico e So-

cial; daí as várias entidades especializadas, dentre as quais destacamos 14 delas:

— A *Organização Internacional do Trabalho* ou OIT data de 11 de abril de 1919 quando seus estatutos foram aprovados pelo Tratado de Versalhes (Parte XIII), sendo, em 1946, a primeira entidade especializada a filiar-se à ONU.

São seus propósitos: concorrer para o estabelecimento de uma paz duradoura mediante a implantação da justiça social; melhorar através da ação internacional as condições de trabalho e os padrões de vida, contribuindo para a estabilidade econômica e social.

Com sede em *Genebra*, a OIT, composta por 48 membros, representando Governos, empregadores e empregados, recomenda padrões internacionais mínimos sobre salários, horas de trabalho, idade mínima para emprego, condições de trabalho, férias, previdência social, prevenção de acidentes, liberdade de associação etc.

— A *Organização de Agricultura e Alimentação* ou FAO (*Food and Agriculture Organization*) foi a primeira entidade intergovernamental criada depois da II Guerra Mundial, a 16 de outubro de 1945, quando os estatutos que a regem foram assinados em Quebec.

Com sede em *Roma*, nasceu da esperança expressa na Carta do Atlântico de ver estabelecida uma paz capaz de proporcionar aos habitantes da Terra a certeza de viverem livres da penúria. Assim, são seus propósitos principais: melhorar os padrões de alimentação e as condições de vida; assegurar maior

eficiência na produção e distribuição de alimentos e dos produtos agropecuários, florestais e de pesca; melhorar as condições de vida das populações rurais, contribuindo, conseqüentemente, para a expansão da economia mundial.

A FAO não tem verbas, nem dotações para a compra e distribuição de gêneros alimentícios, fornecimento de adubos e maquinaria agrícola, nem para construir e equipar laboratórios. Conseqüentemente, sua missão se limita a coligir informações básicas sobre a situação alimentar no Mundo, conservação do solo, luta contra pragas e doenças na lavoura e pecuária, etc. e prestar assistência técnica quando solicitada.

— Mais conhecida pela sigla inglesa de UNESCO (*United Nation Educational Scientific and Cultural Organization*), a *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura* foi criada a 4 de novembro de 1946 com sede em *Paris*.

Seu objetivo é o de contribuir para a paz e a segurança mediante o fomento da colaboração entre as nações através da educação, ciência e cultura, de modo a incentivar o respeito universal pela justiça, pelo império das leis, pelos direitos humanos e liberdades fundamentais firmados para todos os povos sem nenhuma distinção. Quanto às finalidades, cabe a UNESCO facilitar o acesso de todos à educação e cultura, minimizando o analfabetismo no Mundo.

— Os estatutos da *Organização Mundial de Saúde*, aprovados a 22 de julho de 1946, deram-lhe vida a

7 de abril de 1948. Trata-se de uma das maiores entidades especializadas da ONU, cujo objetivo é o de conseguir para todos os povos o mais alto padrão de saúde, atuando para tal sob tríplice aspecto: incentivando a pesquisa médica, assistindo a países isoladamente e prestando serviço a nível mundial.

Sua sede é no Palais des Nations, em *Genebra*, de onde se tem estimulado pesquisas médicas sobre o câncer, erradicação da malária, cardiopatias etc. Sua sigla em inglês é *WHO*, ou seja, *World Health Organization*.

— A *Associação Internacional de Fomento* foi fundada com a finalidade precípua de promover a afluência de capitais produtivos, auxiliando as Nações-Membros a reconstruir as zonas devastadas pela guerra e a desenvolver áreas consideradas marginalizadas. Para admissão nessa entidade é preciso que a nação se torne antes membro do FMI.

— Por sua vez, o *Banco Mundial* ou BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento), fundado a 27 de dezembro de 1945, quando Representantes de 28 países assinaram os artigos do Acordo elaborado na Conferência de Bretton Woods (julho de 1944), tem como propósito assistir ao desenvolvimento das Nações-Membros, facilitando a inversão de capitais para fins produtivos.

Com sede em *Washington*, propõe-se a promover a inversão de capitais privados estrangeiros e, quando este não possa ser obtido

em condições razoáveis, proporcionar empréstimos empregando o capital do próprio Banco. É também seu objetivo promover o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional e da balança de pagamentos mediante o estímulo e a inversão internacional para o incremento de recursos produtivos dos Países-Membros.

Com a finalidade de promover internacionalmente o fluxo de capitais para fins produtivos, o Banco empresta dinheiro para o desenvolvimento de facilidades econômicas; tais empréstimos tanto podem ser concedidos a Estados-Membros como também a empresas particulares nesses países.

— Criada em junho de 1956, a *Corporação Financeira Internacional* transformou-se na entidade especializada da ONU a 20 de fevereiro de 1957. Com sede em *Washington*, embora estreitamente ligada ao Banco Mundial, a CFI é entidade jurídica à parte, nada tendo seus fundos a ver com os do BIRD.

O principal propósito da CFI é o de fomentar o desenvolvimento econômico mediante o incentivo à iniciativa privada de caráter produtivo nos Países-Membros, e em particular nas nações carentes. Dentro desta premissa efetua investimento em empresas particulares de produção, de sociedades com investidores particulares e com a dispensa de garantia governamental quanto à liquidação do pagamento, sempre que não houver suficiente capital particular a condições razoáveis; serve, pois, como "Caixa de Compensações".

O *Fundo Monetário Internacional* ou FMI, com a sigla inglesa *Found (International Monetary Found)*, sediado em *Washington*, foi criada em 27 de dezembro de 1946, após o depósito de ratificações do Acordo de Bretton Woods por parte dos países cujas quotas somavam 80% dos recursos do Fundo.

Associação de nações, o FMI visa à cooperação monetária e expansão do comércio internacionais, cabendo-lhe promover a estabilidade cambial, a manutenção de ajustes cambiais equitativos e evitar desvalorizações cambiais competitivas; dentro do propósito de prestar assistência no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos em relação às transações correntes entre Membros e à eliminação das restrições cambiais em moedas estrangeiras, que tanto entravam o comércio mundial.

— A *Organização de Aviação Civil Internacional*, criada a 4 de abril de 1947, estuda os problemas pertinentes do espaço aéreo, estabelecendo padrões e regulamentos internacionais, fomentando o desenvolvimento e planejamento do transporte aéreo.

Com sede em *Montreal*, incentiva o emprego de medidas de segurança, regulamentos uniformes de operação e processos simplificados nas fronteiras internacionais. Dentro de seus propósitos, conseguiu elaborar um padrão de serviços meteorológicos de controle de tráfego, comunicações, frequências e ondas direcionais de rádio, a organização de serviços de busca e salvamento, além de me-

didadas para maior segurança nos vôos internacionais.

Graças à OACI vêm sendo simplificadas as formalidades aduaneiras de imigração e saúde pública no que se refere ao tráfego aéreo internacional.

— A *União Postal Universal*, sediada em *Berna*, foi criada a 1.º de julho de 1875, após a ratificação de um tratado firmado na Capital da Suíça; vem, pois, há mais de 1 século, contribuindo para a movimentação mais ordenada e econômica das malas postais internacionais.

Seu propósito foi o de englobar num único território postal todos os Países-Membros para a troca recíproca de correspondência, organizando e melhorando os serviços de correio e promovendo a colaboração internacional neste setor. Assim sendo, todos os seus Membros se comprometem a transmitir a correspondência dos demais pelos melhores meios utilizados no transporte de suas próprias malas postais; concordando em obedecer aos dispositivos da Convenção, que não só prevê os tipos de correspondência a serem transmitidos internacionalmente, como também proíbe o de certos artigos, como o entorpecente, por exemplo. Em resumo, a *Convenção Postal Universal* e outras legislações da UPU permitem que as trocas postais internacionais se realizem obedecendo a princípios e praxes padronizados.

— A *União Internacional de Telecomunicações* data do ano de 1865 em *Paris*, tendo se filiado à

ONU em 1947, quando passou a funcionar no Palais des Nations em *Genebra*.

Sua função é tríplice: a de manter e ampliar a cooperação internacional para o melhoramento e o uso racional das telecomunicações; a de promover o desenvolvimento e o funcionamento mais eficiente possível das facilidades técnicas, visando ao melhoramento dos serviços de telecomunicações, a fim de torná-los mais amplamente acessíveis; e o de coordenar os esforços das nações para a consecução destes propósitos comuns.

— A *Organização Meteorológica Mundial* ou WMO (*World Meteorological Organization*) funciona, na realidade, desde 1878; por sua vez, a Convenção que criou-a como entidade especializada da ONU data de 1947, entrando em vigor a 23 de março de 1950.

Com sede em *Genebra*, tem como principais objetivos: facilitar a cooperação em escala mundial, visando ao estabelecimento de redes de estações de observações meteorológicas e de centros para a prestação de serviços meteorológicos; promover o estabelecimento de sistemas para o rápido informe de dados climatológicos; padronizar observações meteorológicas, assegurando a publicação uniforme de observações e estatísticas; incrementar a aplicação da meteorologia à aviação, à navegação, à agricultura e demais atividades humanas; e incentivar a pesquisa e a formação meteorológica, bem como auxiliar na coordenação dos as-

pectos internacionais de tais atividades.

Coube à OMN recomendar a criação de um "Registro Mundial do Tempo" baseado nos satélites meteorológicos, estando integrada em pesquisas à luz das conquistas em matéria de espaço ultraterrestre.

— A *Organização Consultiva Marítima Intergovernamental* ou IMCO (*Intergovernmental Maritime Consultive Organization*), com sede em *Londres*, teve sua Convenção em vigor a 17 de março de 1958.

Entre seus objetivos, têm destaque: o de propiciar o mecanismo para a cooperação e a permuta de informações entre Governos em assuntos técnicos referentes à navegação; assegurar a consecução de elevados padrões viáveis em matéria de navegação eficiente e segurança marítima; procurar incentivar a eliminação de ação discriminatória e de restrições desnecessárias por parte dos Governos; tratar de assuntos que digam respeito a práticas restritivas injustas por parte de empresas de navegar; e tratar de assuntos referentes à navegação que possam vir a ser submetidos a qualquer órgão ou agência especializada da ONU.

O *Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio* ou GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*), sediado em *Genebra*, começou suas atividades a 1.º de janeiro de 1948. Sua criação se impôs quando ainda não se havia dissipado a lembrança amarga das restrições impostas ao comércio na década de 1930; e, por se reconhecer se-

bore a necessidade do estabelecimento, de alguma forma, do controle internacional, a fim de evitar a repetição de processos de estrangulamento do comércio.

Conseqüentemente, cabe ao GATT estabelecer um código geral de conduta em matéria de comércio internacional, proporcionando o mecanismo para a redução e estabilização tarifárias, e para a realização de consultas periódicas sobre problemas comerciais. Constitui-se no dispositivo-chave do GATT a garantia do tratamento da "nação mais favorecida", cogitando da redução de barreiras tarifárias mediante negociações multilaterais. As tabelas tarifárias assim estabelecidas são "fixas", ou seja, não podem normalmente sofrer aumentos, constando do Acordo como Anexo, constituindo parte integrante do todo.

Embora, em princípio, se proíba o emprego de restrições quantitativas às importações, são feitas certas exceções, sobretudo em decorrência de dificuldades relacionadas com a balança de pagamentos, ressaltando-se que a principal característica em matéria de aplicação das regras do GATT deve ser a flexibilidade.

Com sede em *Genebra*, no *Palais des Nations*, o GATT surgiu como instrumento para o estabelecimento e manutenção de um sistema de comércio livre e não discriminatório, numa época em que Governos se vêm compelidos a manter e, até mesmo, a intensificar as restrições comerciais.

CONCLUSÃO

Observamos que a ONU se aproxima em vários pontos da falida Liga das Nações; enquanto a instituição criada após a I Guerra Mundial foi um *órgão regional caracteristicamente europeu*, a atual reflete, no contexto internacional, *os desígnios e diretrizes de um forte Eixo Leste-Oeste se impondo sobre o Norte-Sul*. Sobretudo se atentarmos para o fato marcante de *assedes de todos os seus organismos se encontrarem em países do hemisfério norte, europeus e americanos, filiados ao Primeiro Mundo*, a despeito de suas direções serem, por vezes, para dar o cunho internacionalista, entregues a representantes terceiromundistas ou do Segundo Mundo, manobrados pelo Kremlin.

Manobrados sobretudo com base no perfeito *vademecum* publicitário em que se transformou a "Declaração Universal dos Direitos do Homem", assinada a 10 de dezembro de 1948 por todos os Estados-Membros da ONU. Transformou-se esse *vademecum* no ponto de honra em nome do qual se fala para *denunciar, denegrir e desacreditar o poder estabelecido, curiosamente sempre que de direita para dar lugar à esquerda*.

Embora a esquerda seja abso lutamente indiferente a esses valores em si, transformam-nos em nível de motivações para *atrair Esta dos-Clientela*, utilizando-os para atingir outros fins e outros valores. Pelo dinamismo de ação da ONU, com a cumplicidade do Conselho de Tutela, o Mundo povoou-se de

grande número de microestados, países que não eram nações, e até nações inviáveis em face do tribalismo mas, que, mesmo assim, passaram a deter grande número de votos por serem indiscriminadamente aceitas no seio deste Organismo internacional.

Conseqüentemente, a tribuna da ONU vem sendo utilizada através das *antíteses da lista de direitos e valores universais*, tais como: a miséria, o medo, os sofrimentos, o aniquilamento e o massacre; pela escravidão representada pela opressão e arbitrariedade; pela injustiça em face do desprezo aos direitos sagrados, a exploração do homem pelo homem, o abuso do poder e da confiança, os interesses pessoais e as desigualdades; finalmente, pela desumanidade representada pelas torturas e indiferença pelos valores humanos, valores estes na qualidade do contrapoder agindo em nome do "poder negro", "poder indígena", "poder jovem" etc. *Antíteses da lista dos direitos e valores universais, que na ONU se ressalta sempre que desrespeitado pelo mundo ocidental, pois quase nada de tudo isso que ocorre no lado oriental chega até aquele Órgão internacional.*

Por fim, controlando os "Estados-Clientela" da ONU em face dos incidentes fortuitos, das faltas e dos erros do Mundo Capitalista, quando o Bloco Oriental nada tem de bastante atual para explorar, lança mão de "bodes expiatórios", como a CIA ou mesmo a República da África do Sul.

Sabemos que os Estados Unidos são o principal financiador da ONU, pagando sozinhos a quarta parte de seu custo total, em taxas ou contribuições voluntárias; e seria bem maior essa dotação, não houvesse o regulamento impedindo que um só país contribua com mais de 25% do orçamento geral. Por sua vez, a Rússia que tem duas de suas Repúblicas — a Bielorrússia e a Ucrânia na ONU —, como Estados-Membros separados, além de controlar, por isso, três votos na Assembléia-Geral contra um apenas dos Estados Unidos, ainda contribuem juntos com pouco mais da metade da estadunidense. Na realidade, pagam os três apenas 1/4 da contribuição estadunidense, já que Moscou, além de se negar a enviar certas contribuições*, quando participa de algum movimento humanitário, o faz apenas com pequenas somas. Completa ainda o quadro do Segundo Mundo o fato de os países comunistas votarem quase sempre em uníssono com a Rússia, pagando, juntos, quantias que correspondem a menos da metade dos Estados Unidos.

Em face da fórmula de pagamento ser baseada na riqueza, mais de 3/4 partes dos gastos da ONU são financiados por nove países. Notando-se ainda que, destes nove, o Japão, a Alemanha Ocidental, a Itália e o Canadá per-

* Como por exemplo, (negando-se a mandar alimentos para a Etiópia em 1985 — diga-se de passagem, um país "socialista" — sob alegação de que a fome é resquício do colonialismo no qual não tomou parte.

tencem ao Primeiro Mundo, mas não têm sequer o direito de veto no Conselho de Segurança.

Conseqüentemente, o Primeiro Mundo paga para ser atacado na ONU, hoje, uma Organização muito diferente da vislumbrada por seus fundadores; sobretudo porque o cerne da ONU tornou-se a plêiade de Estados novos, muitos dos quais inviáveis e que em geral se alude como peças do heterogêneo Terceiro Mundo.

Esse Mundo, tanto inviável quanto heterogêneo, foi, pouco a pouco, constituindo o sempre crescente número de Estados-Membros da ONU, assumindo indiretamente o seu controle, imbuindo a Organização de seus valores, modelando-a bem a seu feitio. Daí a ONU haver sido transformada numa espécie de tablado do qual distilam suas frustrações, aspirações, simpatias e ódios, conseguindo, quase sempre, mobilizar a opinião mundial. Mas, é fato, uma opinião mundial só revelada no Ocidente, já que a isso não se permite o Bloco Oriental.

As passeatas contra *apartheid*, racismos, desrespeitos aos direitos humanos, armamentismos, colocação de mísseis, instalação de usinas atômicas etc. só são mostradas, divulgadas e contestadas quando no Ocidente, para moldar uma imagem do poder como *policial* e da sociedade como *repressiva* num Estado que *assim se torna ilegítimo*. Trata-se de toda uma orquestração do descrédito de autoridades estabelecidas no Ocidente, cujos primeiros sons partem de instrumentos da ONU.

Historicamente, o ano de 1960 marca o fim do prestígio dos Estados Unidos na ONU e a conseqüente escalada soviética através da "tutela" sobre 17 novos Estados-Membros admitidos com o apoio do Kremlin numa resolução de pôr fim ao colonialismo; a América Latina, que até então gozara do prestígio pelo peso maciço de que dispunha, passava para um segundo plano.

A despeito da guinada, ainda não interessa aos Estados Unidos abandonarem definitivamente a ONU, sobretudo em face do poder de veto de que dispõem no Conselho de Segurança; com este, conseguem, em geral, controlar o Órgão e, assim, levarem, no compasso da "paz morna", a incômoda "guerra-fria".

Interesse idêntico mantém a Rússia na Organização, definida por Jacob Malik, que lá já representou o Kremlin. Para caracterizar a ONU, contou a anedota em que Adão tentava beijar Eva, e esta procurava se livrar do assédio; decorrido algum tempo, Adão ponderou: — "Por que me evitas, será que poderás arranjar mais alguém por aqui?"

É fato, pois, que a ONU vem sendo um mal necessário; mas não restam dúvidas que o Órgão se transformou num fôro contra os Estados Unidos em geral, e contra a direita em particular, já que através do voto "não alinhado" a Rússia vem conseguindo, na maioria das vezes, vencer com 86,2%. Diante da situação, é bem mais provável que os Estados Unidos

acabem se retirando da ONU antes que a Rússia o faça.

Aliás, essa retirada já começou a se realizar de modo sutil pelas bordas, contra o núcleo central propriamente dito. E, o primeiro passo foi a retirada dos Estados Unidos da OIT em 1971, seguida da UNESCO em 1984, sob alegação da aberrante politização desses organismos técnicos.

Quer atacando as economias de livre empresa e preconizando a redistribuição de riquezas, em vez de criá-las, no caso da OIT, quer através de programas culturais controvertidos da UNESCO, esses dois Órgãos vêm-se imiscuindo abusivamente na política, induzindo a própria Inglaterra a declarar que está pretendendo, para muito breve, agir de modo semelhante aos Estados Unidos.

Como exemplo atual, podemos dizer que a UNESCO, sob a direção do terceiromundista Amadou Mahtar M'Bow, promoveu ativos estudos sobre o desarmamento, inicialmente de interesse do Kremlin; tais estudos, no entanto, vistos e revistos, desagradaram aos Estados Unidos e já não correspondem mais aos interesses russos. Nesse contexto, vemos a UNESCO, em novembro de 1985, reunindo-se em Sófia para resolver basicamente como sobreviver, sem a contribuição financeira dos Estados Unidos, que equivália a 25% de seu orçamento, e, por outro lado, o que fazer para evitar que dela se afaste, em 1986, como prometeu, a Inglaterra. Vem, pois, a UNESCO, além de se afastar de seus objetivos, também gastando

em demasia na manutenção de sua luxuosa sede parisiense.

No ano de 1985, a ONU, já combalida e bastante minada, comemorou o seu 40º aniversário com o sugestivo lema: "Por um Mundo Melhor".

Vai ficar realmente o *mundo melhor*, diante de tanto multilateralismo que está levando os Estados Unidos a um afastamento gradativo?

Vai ficar realmente o *mundo melhor* diante do constante e acentuado desrespeito a Resoluções da Assembléia-Geral, e desautorização da Corte Internacional de Justiça por parte de tantos Estados-Membros?

Foi na pequena localidade de Bretton Woods, em New Hampshire, nos Estados Unidos, que se discutiu sobre o acordo que deveria estabelecer um *mundo melhor* através de novas regras de convivência entre as diferentes moedas, base de todos os negócios financeiros e comerciais. Nesse contexto, em nossos dias, embora a versão oficial da História coloque os Estados Unidos como o grande vitorioso, é fato que o acordo vem agradando também a outros países do Primeiro Mundo. Ficará, pois, o *mundo melhor* diante do FMI, sabendo-se que os credores não são os fornecedores de mercadorias e serviços — donde resultar os déficits que assustam sobretudo os Estados-Membros do Terceiro Mundo?

Os credores não são países superavitários, mas sim os agentes financeiros; e como os empréstimos, em sua maior parte, não estão vin-

culados a fornecimentos, trazem em seu bojo frouxas garantias, contribuindo para um *mundo pior*. E, como os países do Terceiro Mundo não podem emitir dólares, nem mesmo têm ativo facilmente transformável em dólares, suas dívidas não podem ser pagas ou amortizadas. Conseqüentemente, a única alternativa não é a de um *mundo melhor*, e sim de um círculo vicioso que causa crescente mal-estar. Não podendo amortizar a dívida, nem mesmo mantê-la estável ante a constante inflação e juros abusivos, só resta, num *mundo pior*, os devedores continuarem a expandir os seus empréstimos.

Na última década as economias do Mundo foram assoladas por uma inflação errante e alta, um lento crescimento e grandes aumentos do preço do petróleo. Por isso o Mundo vive à sombra de suas conseqüências — um crescente índice de desemprego, vultosos desequilíbrios na estrutura dos pagamentos externos e mercados cambiais estáveis.

No *mundo melhor* desejado pela ONU, o quadro sócio-econômico global é sombrio, enquanto no contexto da geopolítica do confronto a humanidade, na década dos 80, viu-se envolvida em problemas de difícil solução.

Por sua vez, os Países-Membros da ONU só recorrem ao Conselho de Segurança quando o conflito já começou ou está prestes a irromper; por isso, as Forças de Paz da ONU só têm tido papel de meros observadores.

As hecatombes do século XX exigiram um *novo direito internacional*, que deveria se ater, em primeiro lugar, ao respeito aos tratados em vigor; no entanto, a ONU não é tão apegada aos pactos, admitindo sua revisão ou mesmo derrogação, já que seu principal objetivo é o de *compelir os Estados-Membros a renunciarem ao recurso da guerra na resolução de seus conflitos*. É fato que nesse sentido a ação da ONU tem sido lenta e indireta, não conseguindo controlar as Superpotências que convivem com base no conceito de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios.

Assim sendo, a ONU, na prática, constitui-se num *reflexo do Mundo de hoje*; mas não de um *mundo melhor*, sobretudo na medida em que se transformou num ressonante tablado para seus membros mais militantes, levando o Órgão a ampliar as vozes da discórdia e encorajar os apelos do Terceiro Mundo. Tais aspectos conflitantes obscurecem as realizações da ONU, criada com *objetivos magnânimos, porém ambiciosos demais*.

Além de agrupar *vários e diversificados Órgãos*, ainda *anexou vários outros* já existentes, inclusive alguns que já existiam no século XIX. Nessa *Organização tanto profusa quanto difusa*, as regras do jogo contrastam hoje entre grupos que jogam com a *democracia de direita* e os que se escudam no *totalitarismo de esquerda*.

Em contrapartida, o regionalismo foi um "vírus" que atacou a Liga das Nações e também a

ONU, embora de modo bem diferente. Enquanto a Liga das Nações se constituiu numa entidade de predominância européia, a ONU, *reconhecendo expressamente a legitimidade de organizações regionais contribuiria para o continentalismo da OEA, para o agrupamento da Liga Árabe e, muito perigosamente, para coligações bélicas representadas pela OTAN e Pacto de Varsóvia.*

Como a Liga das Nações, a ONU surgiu para afastar o "flagelo das guerras"; no entanto, ambas se mostraram impotentes na manutenção desse objetivo pacífico,

co, pois foram manejadas por um Conselho prepotente. Prepotente em face da outorga de cadeiras permanentes com direito de veto que lhes paralisou o funcionamento, destruindo-lhes inclusive a noção de segurança coletiva.

Sofrendo amputações e submetida a pressões, começa a Organização internacional de nossos dias a perder o seu caráter internacionalista, caminhando com passos trôpegos em busca de seu cinquentenário.

Diante do contexto . . . "QUO VADIS", ONU?



Therezinha de Castro é Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UFRJ). Especialização: Geopolítica e Relações Internacionais. Além de outras obras, escreveu Rumo à Antártica, em que defende os direitos do Brasil no Continente Antártico, História da Civilização Brasileira, Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil, África — Geohistória, Geopolítica e Relações Internacionais.

FALE COM QUEM TEM MAIS DE 40 ANOS DE TRADIÇÃO EM REPRESENTAÇÃO DE EQUIPAMENTO MILITAR

contraves

DIRETORES
DE TIRO



MBB

"AMBRUST"
ARMA
ANTI-TANQUE



euromissile



MISSEIS
"ROLAND" E "MILAN"

SELENIA



RADARES, MISSEIS, LASER,
GUERRA ELETRÔNICA

GRETAG



CRIPTOGRAFOS

BORLETTI



ESPOLETAS

MIAR



MINAS SUBMARINAS

HARRIS



EQUIPTO, COMUNICAÇÃO

EXOCET



MISSIL "EXOCET"

FABRIQUE NATIONALE



SCHERMULY



PIROTÉCNICOS

bowas



PRODUTOS EXPLOSIVOS,
CONSULTORIA

REPRESENTANTE
EXCLUSIVO

**Haegler
s/a**

AV. ERASMO BRAGA, 227 - 9º - RIO DE JANEIRO - Tel. 252-4020 - TELEX: (021)21818



REVOLUÇÃO FARROUPILHA — DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS

Cláudio Moreira Bento

INTRODUÇÃO

De 1835-45 teve lugar no Rio Grande do Sul, então Província do Rio Grande de São Pedro, a Revolução Farroupilha. Ela foi resultado, segundo interpretações dominantes, de insensibilidade política do Governo central e intolerância do provincial, em defesa de interesses do que na época eram classificados de "galegalidade", ou lei dos galegos ou portugueses, que ainda exercia grande influência no Brasil, em que pede a Independência, em 7 de setembro de 1822.

Segundo o historiador do Rio Grande do Sul, Arthur Ferreira Filho, esta revolução "foi a mais importante das guerras civis sul-americanas pela sua longa duração, be-

leza de seus ideais e valor de seus campeões".

Nela teve início, em 20 de setembro de 1835, com a conquista farrapa de Porto Alegre, o longo processo revolucionário gaúcho que depois de transitar pelas revoluções de 1893, 1923, 1924-26 e 1930 teve seu epílogo, segundo Osório Santana Figueiredo, em 20 de setembro de 1932, no combate de Cerro Alegre, em Piratini, com a prisão, seguida de exílio, em Pernambuco, do Dr. Augusto Borges de Medeiros.

Esta revolução consagrou, aos 37 anos, como Pacificador da Família Brasileira, ameaçada de dividir-se pelas lutas fratricidas do período 1831-45, e como estrategista e tático, consumando-o maior de nossos Generais, Luís Alves de

Lima e Silva, o Duque de Caxias e atual Patrono do Exército Brasileiro.

PRINCIPAIS FONTES PARA ESTE ESTUDO

As operações ao nível estratégico se desenvolveram em cinco fases distintas, segundo interpreto, com apoio na análise crítica das seguintes obras apresentadas em ordem cronológica:

1. ARARIPE, Tristão de Alencar. "Guerra Civil no Rio Grande do Sul". *RIHGB*, Tomo 43, Parte 2, 1880.
2. ASSIS BRASIL, J. F. *História da Revolução Rio-grandense*, São Paulo, 1887.
3. RODRIGUES, Alfredo Ferreira. *Alm. Lit. e Estat. do RGS*, Rio Grande, Liv. Americana, 1889-1917.
4. VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1933, 6v.
5. LAYTANO, Dante. *História da República Rio-grandense*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1936.
6. FRAGOSO, Augusto Tasso. *A Revolução Farroupilha*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1939.
7. FERREIRA FILHO, Arthur. *História Geral do RGS*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1958, 5ª ed.
8. CALMON, Pedro. *História do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1959, 7v.
9. SPALDING, Walter. *A Epopéia Farroupilha*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1963.
10. FAGUNDES, Morivalde Calvet. *História da Revolução Farroupilha*, Porto Alegre, Martins Livreiro et ali, 1984.

Foram consultados os *Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul*; a coleção do Jornal *O Povo e Ordens do Dia e Ofícios do Barão de Caxias no período 1842-1845*; "Apontamentos", de Ma-

noel A. da Silva Caldeira, e "Memórias", de Chico Pedro, publicados na *RIHGRGS* em 1827 e 1921 etc.

1ª FASE VITÓRIA DA REVOLUÇÃO

20 de setembro de 1835

a 15 de janeiro de 1836

(cerca de 4 meses)

Consistiu na tomada de posse pelos revolucionários de Porto Alegre, em 20 de setembro de 1835, seguida, no mês de outubro, de diversas ações para superar reações apresentadas em Rio Pardo, São Gabriel, Pelotas, São José do Norte, Rio Grande e Colônia São Leopoldo.

Ao final do mês, as principais lideranças militares contra a revolução haviam sido neutralizadas ou obrigados a imigrar. O Presidente da Província deposto havia-se dirigido ao Rio de Janeiro. Ficou assim todo o Rio Grande do Sul em poder dos revolucionários, que colocaram na Presidência da Província o Dr. Marciano Ribeiro (médico mineiro e deputado) e, no local do Comandante das Armas, o Coronel Bento Manuel Ribeiro, há pouco destituído do Comando da Fronteira do Rio Pardo.

A revolução ocorreu de surpresa, aproveitando a situação em que os Comandantes das Armas e da Fronteira do Jaguarão, principais reações esperadas, estavam em suas estâncias, crentes de que o líder político militar do movimento, o Coronel Bento Gonçalves da Silva, Comandante Superior da

Guarda Nacional da Província, encontrava-se em Corrientes, na Argentina, em licença. O Governo central era exercido pelos liberais.

2ª FASE

REPÚBLICA RIO-GRANDENSE PROCLAMADA E INSTALADA É OBRIGADA A IMIGRAR

15 de janeiro de 1835

a 28 de março de 1837

(cerca de 14 meses)

Com a nomeação do novo Presidente da Província, Dr. Araújo Ribeiro, pelo Governo central, esta autoridade assumiu o Governo na Cidade do Rio Grande, em 15 de janeiro de 1836, ponto estratégico militar que retornou ao controle do Governo central através de hábil manobra política. Ponto estratégico que serviu para o Governo, no Rio, introduzir, via marítima, importantes reforços militares terrestres e navais, para consolidar aquela posição e combater, a partir dela, a Revolução. Aderiu à causa legal o Coronel Bento Manuel Ribeiro, fator importante que evitou o ataque de reconquista da Cidade de Rio Grande pelos revolucionários.

No confronto que se seguiu, segundo Canabarro Reichardt¹ houve divergências de estratégias entre Bento Gonçalves, líder político-militar, e João Manoel de Lima e Silva, Comandante das Armas da Revolução. O primeiro foi favorável à concentração para derrotar Bento Manuel para, a seguir, investir a Cidade de Rio Grande. O segundo foi favorável ao investi-

mento, a um só tempo, de Bento Manoel, na Campanha, e da Cidade de Rio Grande. Dessa hesitação decorreu serem os revolucionários batidos por partes, com a perda definitiva de Porto Alegre, em 15 de julho de 1836, reconquistada num ousado golpe-de-mão pelo então Major Manoel Marques de Souza, seguido da prisão do Governo revolucionário enviado para o Rio. Isto provocou a desistência de João Manoel de investir Rio Grande e, pouco depois, a prisão de Bento Gonçalves, em 4 de outubro de 1836, na Ilha do Fanfa. Este fato ocorreu quando retirava-se de Porto Alegre, numa frustrada tentativa de reconquistar aquela Capital ou mantê-la sob sítio terrestre.

Neste quadro extremamente adverso, o Coronel Antônio de Souza Netto, com sua Brigada Liberal, bateu, em Seival, em 10 de setembro de 1836, a força legal de Silva Tavares, proclamado no dia seguinte, em Campo do Menezes, a República Rio-grandense, logo reconhecida pela Câmara de Jaguarão, e a seguir pela de Piratini.

Pressionados por Bento Manoel, os chefes João Manoel e Antônio Netto reuniram suas forças em Piratini, na Serra dos Tapes, escolhida Capital da República Rio-grandense, para a instalarem e estruturarem seu Exército.

Em 4 de dezembro de 1836, sob pressão de Bento Manoel, a República Rio-grandense e o seu Exército foram obrigados a se internar no Uruguai. Deixaram o Rio Grande sob controle militar dos imperiais. Bento Gonçalves foi

escolhido o Presidente da República e Comandante-em-Chefe de seu Exército, quando se encontrava preso no Rio de Janeiro.

Assumiu então a liderança militar farrapa o Coronel Antônio Netto, em substituição ao primeiro General da República, João Manoel de Lima e Silva, que se internou no Uruguai para tratar de ferimento no rosto, recebido no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas. Pois, já se assinalava, nesta altura, reação à sua liderança militar, por estar em condições de saúde precárias.

3ª FASE

RETORNO DA REPÚBLICA DO URUGUAI PARA VIVER SUA

FASE ÁUREA

28 de março de 1837
a 18 de julho de 1839
(cerca de 27 meses)

Desinteligências entre o Presidente da Província, Brigadeiro Antero Ferreira Brito² e o seu Comandante das Armas, o Coronel Bento Manoel Ribeiro, terminaram por modificar o curso da Revolução.

O Presidente saiu de Porto Alegre para prender e destituir seu Comandante das Armas. Mas este antecipou-se e prendeu o Presidente, em 28 de março de 1837, no Passo de Itapevi, em Alegrete. Assim, Bento Manoel, pela segunda e última vez, passou-se para o lado republicano, para onde levou a vitória, como fiel da balança e

novo ponto de inflexão da guerra em favor da Revolução.

Os republicanos então retornaram ao Rio Grande. Restabeleceram a Capital em Piratini, conquistaram Caçapava em 8 de abril de 1837 e colocaram sob sítio, em 13 de maio de 1837, a Capital de Porto Alegre. Este sítio se prolongaria por 3 anos. Conquistaram Triunfo, em 15 de agosto. Três dias depois, em São Borja, teve lugar a morte brutal, depois de emboscado e torturado, do General João Manoel Lima e Silva, aos 32 anos. Era tio do futuro Duque de Caxias.

Os republicanos, ao colocarem Porto Alegre sob sítio terrestre, objetivaram estrategicamente, segundo interpreto:

1) Fixar importantes efetivos na Capital.

2) Impedir apoio mútuo terrestre (Rio Grande — Porto Alegre).

3) Impedir envio de reforços terrestres de Rio Grande a Porto Alegre, pelo litoral, ou a partir de Santa Catarina.

4) Impedir expansão de pontos fortes terrestres, com apoio naval ao longo do Jacuí e seus afluentes, assegurando assim a livre circulação e comunicações republicanas no interior do Rio Grande.

5) Melhor realizar a espionagem dentro dos muros da sitiada Porto Alegre, através de agentes republicanos infiltrados.

6) Assegurar ali a articulação da Campanha com a região serrana (Cima da Serra) e, em decorrência, com Santa Catarina e São Paulo, por terra.

Assim, enquanto os republicanos mantiveram Porto Alegre sob sítio, viveram o período áureo e de maior segurança no campo militar. Foi em razão do alto sentido estratégico do sítio republicano, em Porto Alegre, que, por cerca de 3 anos, o esforço militar imperial empenhou-se em levantá-lo. Desempenhou então destacado papel, para defender e apoiar logisticamente Porto Alegre sitiada, o seu filho, o Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, no comando do célebre Esquadrão da Barra e depois 5º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional.

Tal ação ele a exerceu a partir de outubro de 1837, através do Forte da Picada ou de Chico Pedro, que estabeleceu como sua base de operações em ilha, na foz do rio Jacuí com a Guaíba, ligado à margem oposta do porto de Porto Alegre, por uma picada.

A partir daí, em diversas ações com Cavalaria e Infantaria, ao longo da Lagoa dos Patos até o rio Camaquã e, ao longo do rio Jacuí até Rio Pardo, com apoio naval, realizou memoráveis golpes-de-mão sobre os republicanos, inquietando-os, aprisionando-os e trazendo gado para alimentar as tropas, a população e os hospitais de Porto Alegre, aumentando, assim, a capacidade de resistir da Capital. Atuou como uma espécie, hoje, de tropa de fuzileiros navais, transportando-os, inclusive, pela barca a vapor *A Liberal*, pioneira, no Brasil, em operações militares e construída em Pelotas, em 1832.

Toda essa movimentação revolucionária de 2 anos, até 15 de setembro de 1839, foi realizada com o Governo central nas mãos do Partido Liberal. Neste período, foram enviados ao Sul 1.904 homens, que representaram cerca de 17% do efetivo total enviado até a Pacificação.

Assumindo o Governo o Partido Conservador, foi intensificado o combate à Revolução, com envio de reforços, até abril de 1939, no total de 5.772 homens, cerca de 30% do total enviado até a Pacificação.

Em fevereiro de 1838, o Presidente, General Elzeário de Miranda Brito, visando a derrotar os republicanos que sitiavam Porto Alegre, executou a seguinte manobra: Embarcou suas tropas em Porto Alegre e as desembarcou na margem esquerda do Jacuí. Por uma manobra desbordante dos rios Cai, Sinos e Gravataí, tentou cair sobre os sitiados, pela retaguarda. Estes, ao comando do Coronel José Mariano de Mattos, levantaram o sítio e retraíram para Cima da Serra, de onde avançaram sobre Lages, em Santa Catarina. Bento Gonçalves pressionou Porto Alegre, mas foi rechaçado pelo General Elzeário ao longo do Jacuí, até Rio Pardo. Esta cidade foi retomada pelos imperiais em março de 1838. Os republicanos reagiram e recuperaram Rio Pardo, em 30 de maio de 1838, na maior e mais retumbante vitória das que obtiveram. Logo a seguir, restabeleceram o sítio de Porto Alegre.

A segunda tentativa do General Elzeário de desbordar os sitia-

tes foi anulada com a vitória obtida pelos republicanos, em Cai, em 1.º de fevereiro de 1839, ao comando do General Bento Manoel Ribeiro.

No campo naval os imperiais desalojaram os republicanos dos Fortes do Itapoam e da Ilha do Junco, na estreita entrada da Lagoa dos Patos, no rio Guaíba³. Neutralizaram a interferência de barcos farrapos, na navegação imperial, ao longo da Lagoa dos Patos, por navegarem em comboios. Tentaram destruir o estaleiro republicano no rio Camaquã (Passo do Mendonça).

Logo a seguir, em 1839, teve lugar a expedição republicana terrestre e naval a Santa Catarina visando à conquista de um porto de mar, em Laguna, para República Rio-grandense. O Capitão José Garibaldi, Comandante da Marinha da República, depois de construir os lanchões *Seival* e *Farroupilha* no estaleiro do rio Camaquã, atravessou a Lagoa dos Patos e transportou os barcos para o rio Tramandaí. Fez então longa e épica travessia, com os barcos transportados em enormes carretas. Do rio Tramandaí atingiu o oceano e depois Laguna, em Santa Catarina, somente com o lanchão *Seival*, em razão de o *Farroupilha* haver sido engolido por uma tempestade em alto-mar⁴. Proclamada a efêmera República Juliana, ela teve seu epílogo com a derrota da esquadra republicana pela esquadra imperial, no combate naval de Laguna, de 15 de novembro de 1839.

A expedição a Laguna, em julho de 1839, acompanhada do

abandono definitivo da causa republicana, para um período de neutralidade, pelo General Bento Manuel Ribeiro, em 18 de julho de 1839, teve um lugar com o Partido Liberal no poder no Rio, desde abril de 1839.

Assim, com a malograda expedição a Laguna e abandono da causa republicana pelo General Bento Manuel, encerrou-se a fase áurea da República Rio-grandense, com Capitais em Piratini e Caçapava, de onde editaram o jornal oficial *O Povo*.

4ª FASE DECLÍNIO DA REPÚBLICA RIO-GRANDENSE

18 de julho de 1839

a dezembro de 1842

(cerca de 3 anos e 6 meses)

O ano de 1839 terminou para os republicanos com a derrota naval em Laguna, em 15 de novembro de 1839 e com a vitória terrestre de Santa Vitória (Bom Jesus) a 14 de dezembro de 1839, em que forças retirantes de Santa Catarina, ao comando do Coronel Teixeira Nunes, bateram e dispersaram a Divisão Paulista, ou Divisão da Serra, que invadira Rio Grande, a partir de Lages, em Santa Catarina.

O ano de 1840 foi inicialmente de equilíbrio. Assumiu o comando das Armas da Província o General Manoel Jorge Rodrigues. Ele decidiu logo por atacar os republicanos que sitiavam Porto Alegre.

Planejou desbordar o sítio como o tentara duas vezes, sem êxito, o General Elzeário. Só que agora com mais forças e depois de operar junção, na margem direita do rio Caí, com coluna ao mando do Brigadeiro oriental Izaías Bonifácio Calderón, após partir do canal São Gonçalo, próximo a Pelotas, e atacar Caçapava, a Capital da República. Como resultado desta manobra teve lugar, em 3 de maio de 1840, a indecisa Batalha de Taquari e, no campo estratégico, a consolidação do sítio republicano de Porto Alegre.

O grande endividamento interno e externo da República abalou seu crédito por esta época, com reflexos negativos no apoio logístico à guerra e na unidade do movimento. Tiveram então lugar as primeiras gestões visando à pacificação. Circunstância coincidente com a maioria de D. Pedro II.

Em 10 de julho de 1840, já com o Partido Liberal novamente no poder, no Rio, teve lugar o mais sangrento combate da Revolução, em São José do Norte, mas assinalado por nobres gestos dos Comandantes rivais Bento Gonçalves e Coronel Antonio Soares de Paiva.

A falta de Infantaria tornou-se gritante para os republicanos.

Em 14 de maio de 1841, Bento Gonçalves reassumiu a presidência em São Gabriel.

Assumiu a Presidência do Rio Grande o General Soares Andréia, futuro Barão de Caçapava. Concentrou seu esforço em obrigar os republicanos a levantar o sítio de Porto Alegre.

Andréia, com o concurso de forças navais e terrestres, em torno de Porto Alegre, tentou cercar os republicanos que a sitiavam. Lançou contra eles, a partir de Santa Catarina, uma Divisão ao comando do General Pedro Labatut, reedição da malograda Divisão Paulista ou Divisão da Serra. Assim, Porto Alegre serviria de bigorna e a Divisão Labatut de martelo. Em Taquari, interposto entre Porto Alegre e a Campanha, Andréia deixou forte efetivo destinado a cortar a retirada dos sitiados de Porto Alegre, pretendida reedição da armadilha da Ilha do Fanfa. Para fugir à armadilha, Canabarro e Bento Gonçalves, sucessivamente, deixaram o sítio de Porto Alegre e marcharam para Cima da Serra, ao encontro de Labatut, visando também a atingir Campanha por um amplo movimento desbordante que foi o mais épico feito terrestre farroupista. Eles anularam a manobra de Labatut, conseguiram atingir a Campanha, por Santa Maria, desbordando Taquari, mas enfraqueceram o sítio de Porto Alegre.

Andréia, apesar do insucesso de Labatut, conseguiu uma grande vitória estratégica, alternativa da derrota pretendida dos sitiados, ou seja, obrigá-los a levantar, em definitivo, o sítio de Porto Alegre. A partir dessa vitória, as forças da terra imperiais, com apoio naval, foram-se espraizando e se fixando em pontos fortes e ao longo das barrancas norte do rio Jacuí e afluentes e confinando os republicanos na Campanha Rio-grandense e nas Missões (São Borja e Cruz Alta), tendo como Capitais

São Gabriel e depois Alegrete. Nas Missões, com pontos fortes em São Borja e Cruz Alta. A região de Cima da Serra passou ao controle imperial.

O General João Paulo dos Santos Barreto, agora o Comandante imperial, concentrou seu Exército, forte com 5 mil homens, na região de Cachoeira (Passo São Lourenço). Sua estratégia era penetrar na Campanha e travar uma batalha campal com os republicanos. E, assim, procedeu a uma longa marcha pela Campanha, de 4 de março a 13 de junho de 1841, ao longo da qual sofreu uma guerra de desgaste ou de recursos, eufemismo de guerra de guerrilhas. Chegou ao final, na estância do Carmo, à margem direita de Ibicuí, em 21 de julho de 1841, destituído do comando, com a Cavalaria quase a pé, a Infantaria extenuada e desfalcada pela peste, disenteria e deserções. Enquanto acreditava estar os republicanos fugindo de um combate decisivo, estes estavam desenvolvendo uma guerra de guerrilhas típica da área então chamada guerra de recursos.

Aproveitando o insucesso desse *raid*, imaginaram os republicanos um ataque a Rio Grande que não foi efetivado, mas preocupou seriamente a Corte.

O Governo central, desde março sob controle dos líderes do Partido Conservador, substituiu o General João Paulo pelo Marechal Tomás Joaquim Pereira Valente e Conde do Rio Pardo. Este, durante o longo período de 14 meses, não alterou o quadro estratégico.

O esforço operacional do Império voltava-se então para Minas e São Paulo. Mas dedicou-se a preparar-se logisticamente, ou seja, refazer-se dos desgastes sofridos pelo General João Paulo. Recebeu esforços de 5.450 homens, ou metade do efetivo total dos 11 mil enviados ao Sul, desde 1835.

As revoluções liberais de Minas Gerais e São Paulo haviam trazido um alento moral aos republicanos. Mas este espírito pouco perdurou, pois a discórdia entre os republicanos já começara a lavar. Discórdia que se evidenciou, mais tarde, na instalação da Assembléia Constituinte, em Alegrete, em 1º de dezembro de 1842, ocorrida cerca de 20 dias depois de Caxias haver assumido, em Porto Alegre, a Presidência da Província, cumulativamente com o Comando-das-Armas.

5ª FASE A PACIFICAÇÃO DO RIO GRANDE

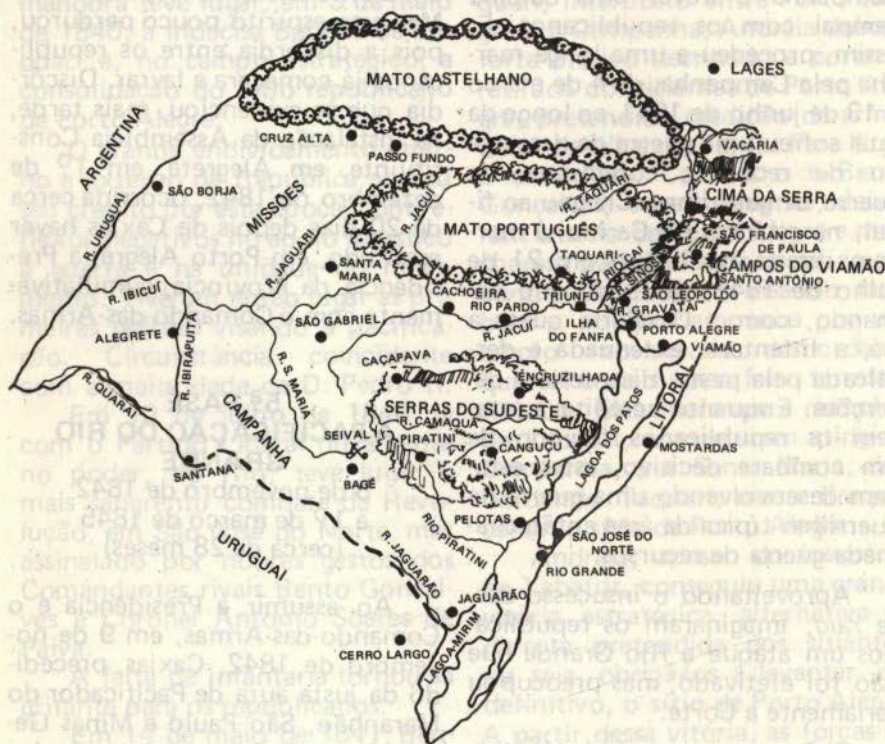
5 de novembro de 1842
a 1º de março de 1845
(cerca de 28 meses)

Ao assumir a Presidência e o Comando-das-Armas, em 9 de novembro de 1842, Caxias, precedido da justa aura de Pacificador do Maranhão, São Paulo e Minas Gerais, encontrou o seguinte quadro estratégico: a tropa imperial, forte de 11.500 homens, mantinha grandes efetivos no corte de São Gonçalo, em Pelotas e em Porto Alegre e em Rio Pardo.

O grosso do Exército acampava no estratégico Passo de São

REVOLUÇÃO FARROUPILHA – DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO E AÇÃO PACIFICADORA DE CAXIAS NO RIO GRANDE DO SUL, DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

TEATRO DA GUERRA

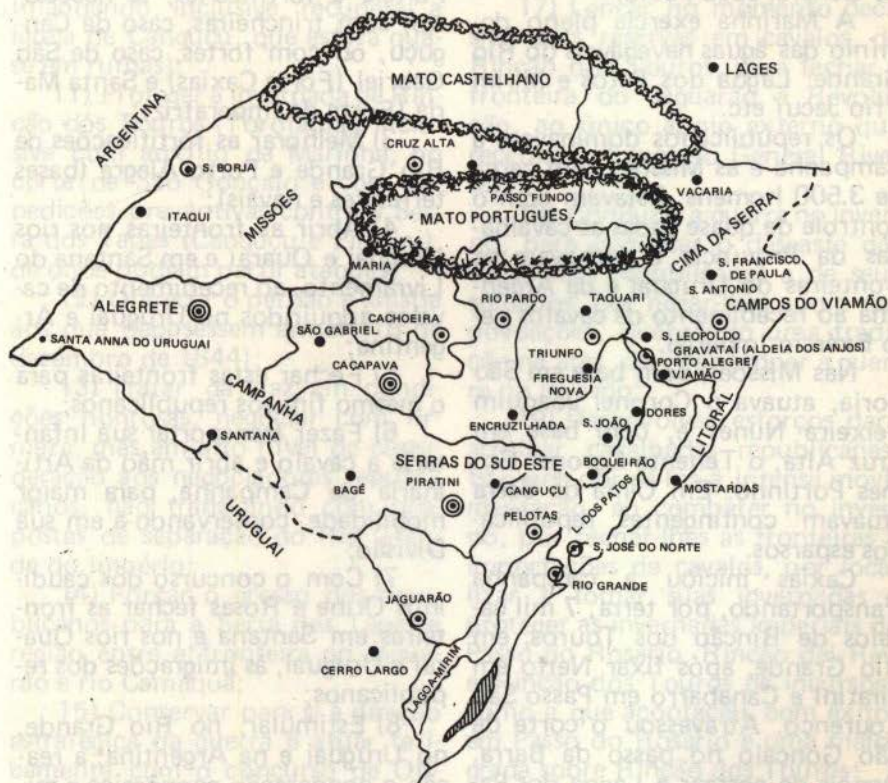


Piratini e Caçapava, as duas primeiras Capitais farrapas,
buscaram abrigo nas serras do Sudeste

ATUAL RIO GRANDE DO SUL DURANTE A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

TEATRO DE GUERRA

- ⊙ Sedes municipais que foram Capitais da República
 - Outras sedes municipais
 - Outras localidades servidas pelos Correios, menos Passo Fundo
- A Campanha no tempo dos Jesuítas chamou-se Vacaria do Mar e depois Estâncias Jesuíticas (em número de 11)
- ~ Divisões municipais
- ✿ Limites



Lourenço, no rio Jacuí, a montante de Cachoeira do Sul. Era passo-chave para o ingresso na Campanha Rio-grandense e nas Missões. Já fora usado para concentrar o Exército Demarcador de Gomes Freire, na Guerra Guaranítica (1754-56), pelo Marquês de Barbacena, para concentrar o Exército do Sul, depois de Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827) e depois pelo General João Paulo em 1841, para investir a Campanha.

O grosso do Exército estava desmontado, mas refeito logisticamente da desgastante expedição do General João Paulo.

A Marinha exercia pleno domínio das águas navegáveis do Rio Grande: Lagoa dos Patos e Mirim e rio Jacuí etc.

Os republicanos dominavam a Campanha e as Missões com cerca de 3.500 homens. Estavam com o controle de quase todas as cavalhadas da Província e fechavam as fronteiras do Uruguai e da Argentina ao recebimento de cavalos pelo Exército Imperial.

Nas Missões, com base em São Borja, atuava o Coronel Joaquim Teixeira Nunes e, com base em Cruz Alta, o Tenente-Coronel Gomes Portinho. Em Cima da Serra atuavam contingentes republicanos esparsos.

Caxias iniciou a campanha transportando, por terra, 7 mil cavalos de Riñcão dos Touros, em Rio Grande, após fixar Netto em Piratini e Canabarro em Passo São Lourenço. Atravessou o corte de São Gonçalo no passo da Barra. Depois de costear a Lagoa dos Patos e o rio Jacuí, por cerca de 80 lé-

guas, atingiu o Passo São Lourenço. Caxias desenvolveu esforços nos seguintes pontos, o que conseguiu plenamente, em que pese desgastante e persistente ação do Exército da República, sob a liderança de Canabarro, de desgastar e evitar o combate (guerra de recursos):

1) Conquistar superioridade em cavalhadas, relativamente aos republicanos, e com isto superá-los em mobilidade ou capacidade de manobrar.

2) Ocupar as povoações da Campanha e Missões com Infataria e Polícia e fortificá-las, se necessário, com trincheiras, caso de Canuguçu, ou com fortes, caso de São Gabriel (Forte Caxias) e Santa Maria (Forte da Imperatriz);

3) Melhorar as fortificações de Rio Grande e Porto Alegre (bases terrestres e navais);

4) Abrir as fronteiras nos rios Uruguai e Quaraí e em Santana do Livramento, ao recebimento de cavalos adquiridos no Uruguai e Argentina;

5) Fechar estas fronteiras para o mesmo fim aos republicanos;

6) Fazer transportar sua Infantaria a cavalo e abrir mão da Artilharia de Campanha, para maior mobilidade, conservando-a em sua Divisão;

7) Com o concurso dos caudilhos Oribe e Rosas fechar as fronteiras em Santana e nos rios Quaraí e Uruguai, às imigrações dos republicanos;

8) Estimular, no Rio Grande, no Uruguai e na Argentina, a reação e cooperação econômica e militar de imperiais ou dissidentes

dos republicanos imigrados naqueles países ou por eles neutralizados no Rio Grande;

9) Desenvolver em Passo do Rosário, Rincão Del Rey, em Rio Pardo, e no Rincão dos Touros, em Rio Grande, junto ao canal São Gonçalo, invernações de cavaleiros para manter a mobilidade de seu Exército superior a dos republicanos;

10) Não levar a guerra contra a população civil, estimulando-a a sobreviver economicamente e não requisitando dela recursos, como havia feito o General João Paulo (mandando, inclusive, recuperar a igreja de Canguçu, que estava quase em ruínas);

11) Proteger a invernação de Rincão dos Touros (Torotama), inclusive com auxílio da Marinha, no corte de São Gonçalo e com expedições preventivas contra a Serra dos Tapes (Canguçu e Piratini), de onde podiam partir ataques;

12) Oferecer o perdão e anistia aos que depusessem armas (18 de dezembro de 1844);

13) Tratar da paz em condições honrosas, negociar com firmeza, mas em alto nível de consideração aos negociadores republicanos, não transigindo com propostas de separação do Rio Grande do Império;

14) Forçar o grosso dos republicanos para a Serra dos Tapes e região entre a fronteira no Jaguarão e rio Camaquã;

15) Conservar para si a direção estratégica da guerra e atuar taticamente com o concurso de Oficiais rio-grandenses especializados naquele modo de luta típica das

coxilhas que se estava travando. Assim, recorreu ao Brigadeiro Bento Manoel e ao Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, ou Chico Pedro, conhecedores da terra e gente rio-grandenses;

16) Lançar no centro do "reduto mais farrapo", a Serra dos Tapes (Piratini e Canguçu) com base de operações em Canguçu, atual, nó orográfico desta serra, a ala direita do seu Exército, ao comando do citado Tenente-Coronel Francisco Pedro de Abreu, o célebre Moringue, o mais competente guerrilheiro imperial;

17) Lançar no momento decisivo suas reservas em cavalos, de Rincão dos Touros, para fechar a fronteira do Jaguarão à Revolução, ao único apoio externo que recebiam através do General Rivera;

18) Conduzir a guerra no inverno, para provocar o desgaste das cavalhadas republicanas e de seus soldados, por negar-lhes apoio nas povoações, quebrando uma tradição na área, de interromper a guerra no inverno;

19) Desenvolver esforços para arruinar cavalhadas republicanas. Isto por obrigá-los à intensa movimentação, ao combater no inverno, por fechar-lhes as fronteiras a importações de cavalos, por localizar e tomar suas invernações e proteger as invernações imperiais de Passo do Rosário, Rincão del Rey e Rincão dos Touros de incursões como a que aconteceu, com êxito, em Passo do Rosário e uma malograda sobre Rincão dos Touros;

20) Procurar apressar a paz para prevenir interferência de Rosas

e até da Inglaterra, que esboçou desejos de proteger os farrapos, segundo Antônio da Fontoura, em seu *Diário*. Não se travaram encontros expressivos nesta fase. Os mais significativos foram os de Ponche Verde, a surpresa de Porongos, dois combates de Canguçu e o combate do Serro de Palma, em Candiota, última vitória republicana. Em 1º de março de 1845, em Ponche Verde, foi selada a Paz da Revolução Farroupilha.⁶

Foi o reencontro da Família Brasileira envolvida em lutas fratricidas desde a Abdicação de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831.

Por desejo dos revolucionários, Caxias foi mantido na Presidência da Província do Rio Grande. De Ponche Verde a Bagé e depois até Porto Alegre, Caxias foi ovacionado.

Ligou-se desde então afetivamente aos rio-grandenses republicanos, que se tornaram seus amigos e colaboradores nas guerras externas contra Oribe e Rosas (1851-52) e da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1865-70).

A Revolução Farroupilha, se por um lado foi mal para a União Nacional, pelas cerca de 3 mil vidas que imolou, resultou um benefício para a preservação da Soberania e Integridade Nacionais, por haver-se constituído num laboratório de táticas e de formação de chefes de Cavalaria para as guerras externas de 1851-52 e 1864-70, onde imperiais e republicanos marcharam irmanados lado a lado, ombro a ombro, em defesa da Soberania e da Integridade do Brasil.

Mais da metade do Exército Imperial esteve no final da Revolução Farroupilha ao comando de Caxias.

Na ação de Caxias, observa-se a ênfase que emprestou aos princípios de guerra da manobra, da ofensiva, da segurança e da unidade de comando.

Com isto pôde enfrentar a estratégia do fraco contra o forte, ou a guerra de guerrilhas nas coxilhas do Rio Grande, baseada nos princípios da guerra da manobra, da segurança, da economia de meios e, fundamentalmente, da surpresa.

CONCLUSÕES

Quando tiveram início as negociações de paz que culminaram com a Paz de Ponche Verde, segundo Henrique Oscar Wiedersphan os farrapos reconheciam a precariedade de sua situação, confinados a uma área da Província quase sem recursos, sem disporem de nenhuma vila ou povoado como base de suas operações, ou para servir de sede ao que restava do Governo e administração civil, vagando sem destino certo e procurando evitar um confronto com a coluna principal de Caxias. D. Pedro II decidiu ainda terminar a guerra nas condições propostas pelos farroupilhas, basicamente estruturadas por Bento Gonçalves, e disto encarregou Caxias que, desde então, declarou "estar disposto a carregar com qualquer responsabilidade, que possa sobrevir, uma vez que tenho consciência de que obro no bem da Província e do Brasil".

Por estar doente, Bento Gonçalves mandou o pelotense Tenente-Coronel Ismael Soares da Silva representá-lo em reunião convocada por David Canabarro para deliberarem sobre a Paz. Independente da representação, mandou sua opinião a respeito, que sintetizo da carta a Canabarro, de 22 de fevereiro de 1845, da Estância do Velho Netto.

"Tendo emitido minha opinião, resta repetir-vos que a paz é absolutamente necessária, que os meios de prosseguir a guerra se escaasseiam, o espírito público (opinião pública) está contra qualquer idéia que tenda a prolongar seus sofrimentos, classificando de caprichosa a continuação da atual. Uma conclusão é sempre preferível aos azares de uma derrota e a *história antiga e moderna nos fornecem mil exemplos que não devemos desprezar*" (o grifo é do autor).

E, em carta de 6 de março de 1845, a Dionísio Amaro da Silva, 5 dias depois da Paz de Ponche Verde, Bento Gonçalves faz justiça a Caxias ao escrever:

"Sabes melhor que ninguém que aceitei a negociação da paz ao ponto de ir convosco ao Campo do Barão de Caxias, depois de muitas viagens que para aquele efeito ali havia ido. Sabes que o mesmo Barão de Caxias havia acordado o meio de uma paz verdadeiramente digna de ambas as partes. . . Por fim temos uma paz em que só conseguimos algumas vantagens pela generosidade do Barão de Caxias. Deste homem verdadeiramente amigo dos rio-grandenses,

que, não podendo fazer-nos publicamente a paz, por causa da péssima escolha dos negociadores e da estupidez sem igual dos que a dirigiram, fez-nos o Barão o que já não podíamos esperar, salvando assim, em grande parte, nossa dignidade."

Finalizando a carta, escreveu:

"Sigo para a minha pequena fazenda unicamente com a ingente glória de achar-me o homem, talvez, mais pobre do país."

Bento Gonçalves em realidade foi quem fez as primeiras sondagens da paz com Caxias e das quais resultou o esboço que se concretizou.

Caxias então mandou responder a Bento Gonçalves que dissesse as condições de paz solicitadas pelos farrapos, que, desde que não fosse a separação da Província, podiam pedir o que quisessem, pois tinha poderes para tratar do assunto e que o envio de emissários à Corte era só para preencher formalidades.

Assinada a paz, Caxias teve dificuldades, por pressão dos escravocratas, de cumprir a Cláusula IV: "São livres e como tais reconhecidos todos os cativos que serviram a República Rio-grandense."

Os escravocratas a julgavam uma afronta ao direito de propriedade. Chegaram a exigir o cumprimento do Artigo 5 das Instruções Reservadas de 18 de dezembro de 1844, enviadas a Caxias;

"Art. 5º — Os escravos que fizeram parte das forças rebeldes apresentadas serão remetidos para esta Corte à disposição do Gover-

no Imperial, que lhes dará o conveniente destino.”

Canabarro ia cedendo, no que foi desestimulado por Vicente da Fontoura. Canabarro entregou 120 soldados negros dos célebres lanceiros negros farrapos do 1º Grupo de Lanceiros e de um Batalhão de Caçadores para serem levados para a Real Fazenda de Santa Cruz no Rio de Janeiro inicialmente como escravos estatizados. Lanceiros negros farrapos sobre os quais escrevemos em *O Negro na Sociedade do RGS* (Porto Alegre, IEL, 1975).

Maç o Barão resistiu à pressão. Concedeu-lhes a alforria prometida, antes de embarcarem para a Fazenda de Santa Cruz no Rio, com a condição de não retornarem ao Rio Grande. Aplicou, então, o Aviso Ministerial de 19 de novembro de 1838, que assegurou liberdade a todos os soldados republicanos ex-escravos que desertassem de suas fileiras e se apresentassem às fileiras imperiais.⁷

Assim, entre cumprir a instrução reservada que implicava manter escravos, fora do Rio Grande, os negros que lutaram pela República, e a libertá-los totalmente, conforme a Convenção de Ponche Verde, conciliou a divergência, libertando os soldados negros da República e enviando-os, nesta condição, para a Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro.

São aspectos importantes de dois destacados chefes brasileiros que foram estudados pelo rio-grandense, filho de Montenegro, Henrique Oscar Wiedersphan, em sua alentada obra sobre a Revolução.

GUERRA DE GUERRILHAS FARRAPA

A guerra de guerrilhas desenvolvida pelos republicanos na Campanha, antigo território de Vacaria do Mar e depois território das 11 estâncias jesuíticas, possui suas raízes na Guerra Guarânica de 1754-56. Então, sob a liderança do índio Sepé Tiaraju e, depois de sua morte, por seus substitutos, foi levada a efeito uma guerra de desgaste contra os Exércitos da Espanha e Portugal, a partir de Bagé e até os Sete Povos.

Na invasão de Vertiz y Salcedo pela Campanha, em 1774, o mesmo tipo de guerra foi levado a efeito por Rafael Pinto Bandeira e seus guerrilheiros contra o invasor.

Este tipo de guerra possui ações preventivas, consistentes em remover dos possíveis caminhos de invasões do Rio Grande o gado vacum, muar e cavalar nele existentes, para afetar a alimentação e transportes do invasor. Ou procurava, como objetivo militar, arrebatá-los dos oponentes suas cavalhadas e vacuns, o que equivalia a tirar sua mobilidade e capacidade de alimentação.

Esta guerra de desgaste aperfeiçoou-se nas guerras ocorridas no Rio Grande até à Revolução Farroupilha e prolongou-se pelo menos até a Coluna Prestes, composta significativamente de gaúchos revolucionários de 1923, hábeis na guerra de desgaste, e sua decorrência, a guerra de movimento, sem a busca de encontro decisivo, ou fuga de um encontro, para durar o

máximo na ação e assim atingir objetivos políticos.

REPUBLICANO FEDERATIVO — SEPARATISMO DOS FARRAPOS

Já faz quase século e meio que se discute o caráter da Revolução Farroupilha. Para muitos foi separatista. Para outros, ela foi republicano-federativa. Entre estes, registro dentre muitos Fernando Luiz Osório e seu filho de mesmo nome, respectivamente filho e neto do Marechal Manoel Luiz Osório, além de biógrafos desse grande cidadão e soldado brasileiro.

O General Souza Docca defendeu ardorosamente esta tese como agora o faz seu sobrinho Calvet Fagundes. Este procura provar que o caráter de República e Federação da Revolução havia sido estratégia definida antes da Revolução, pelo seu estrategista político, o Dr. Marciano Ribeiro, médico mineiro que presidiu o primeiro Governo revolucionário farrapo.

Inclino-me para esta tese e chamo em meu favor o *Manifesto de Bento Gonçalves* emitido de Piratini, em 1838, e, 1 ano depois, a *Proclamação aos Catarinenses*, do Coronel Joaquim Teixeira Nunes, convidando-os a se federarem ao Rio Grande.

Para o filho do General Osório a idéia de separatismo da Revolução Farroupilha, ainda predominante fora do Rio Grande ao seu tempo, era fruto do ambiente con-

juntural fora do Rio Grande ao tempo da Revolução, visando a confundir a opinião pública, através da propaganda imperial, o que é normal num fato dessa natureza. Tempo de guerra é mentira como terra.

Conceito conjuntural que chegou até ele, e até nesses dias, "sem a crítica devida ou curiosidade intelectual de examinar o tema com isenção."

Enfim, é ainda assunto até hoje polêmico entre rio-grandenses e não-rio-grandenses.

Assim sendo, recorreremos aos depoimentos feitos por duas grandes personalidades não-rio-grandenses. O primeiro, do General Augusto de Tasso Fragoso, maranhense, considerado o Pai da História Crítica do Exército ao escrever a *Revolução Farroupilha* (Rio, Bibliex, 1938), o mais importante estudo crítico-militar da Revolução. No citado trabalho, embora apóstolo da unidade e da integridade territorial, ele escreveu:

"Muitos farrapos caíram heroicamente na luta, sem que possamos saber-lhes os nomes e glorificá-los como merecem. Eles foram propagadores de grandes idéias, notadamente da organização republicana e da emancipação dos escravos."

E o grande poeta Olavo Bilac, Patrono do Serviço Militar do Brasil, em sua memorável campanha específica, depois de auscultar a alma nacional de norte a sul, escreveu:

"Os farrapos, esses primeiros criadores de nossa liberdade polí-

tica, não olhavam para si. Olhavam para a estepe infinita que os cercava e para o infinito céu que os cobria. E nesses dois infinitos viam dilatar-se, irradiar e vencer ao ar livre o seu grande ideal de justiça e fraternidade", que se traduzia por República e Federação.

NOTAS

1. REICHART, H. Canabarro. *Vida de David Canabarro*, Porto Alegre, Livraria Globo, 1932.

2. SAN MARTIN, Olyntho. *Bento Manoel Ribeiro*, Porto Alegre, Livraria do Centro, 1935.
3. BENTO, Cláudio Moreira. *Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS*, Porto Alegre, IEL, 1975 (ver Greenfell).
4. ———. *A Grande Festa dos Lanceiros*, Recife, UFTPE, 1971 (Garibaldi, Lanchão Seival, John Griggs).
5. WIEDERSPHAN, H. O. *O General Farroupilha João Manoel de Lima e Silva*, Porto Alegre, Sulina, 1984, f. 130.
6. ———. *Convênio de Ponche Verde*, Porto Alegre, Sulina, 1980.
7. ———. "Anais do Congresso de História do Segundo Reinado", *RIHGB*, 1984. V. 2 (185-244), *op. cit.* nota 6.



O Cel Cláudio Moreira Bento, além dos cursos da AMAN, EsAO e ECEME, possui o de Analista da EsNI e pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras pelo EME. Comissões Principais: Adjunto do Estado-Maior dos IV Exército, II Exército, Estado-Maior do Exército e Assessor do DEC. Instrutor de História Militar da AMAN e ex-Comandante do 4º BE de Combate em Itajubá — MG. Adjunto da Comissão de História do Exército Brasileiro. Membro do Instituto Histórico e

Geográfico Brasileiro, Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Rio de Janeiro e cidades de São Leopoldo e Pelotas. Membro da Academia Brasileira de História e Academia Sul-Rio-grandense de Letras. É atualmente Diretor do Arquivo do Exército. Preside a Comissão de Pesquisas Básicas de História de A Defesa Nacional. Condecorações: Cavaleiro da OMM, Medalhas de Ouro, do Pacificador, da Inconfidência, Santos-Dumont e do Sesquicentenário da PMSP. Trabalhos Publicados: As Batalhas dos Guarapapes, Estrangeiros e Descendentes na História Militar do RGS e o manual Como Estudar e Pesquisar a História do Exército, publicado pelo EME. Participou da pesquisa, elaboração e edição das obras História da Doutrina Militar e Militar do Brasil, editadas pela AMAN em 1979-1980. Seu último trabalho — A História do Brasil através de seus Fortes — foi distribuído como brinde pela GBOEx.



A ESTRATÉGIA NORTE-AMERICANA NO VIETNÃ

João Alfredo Poeck

Muito sucesso nem sempre é desejável; uma derrota ocasional é salutar para homens — e para nações.

(A. T. Mahan, 1897 — 4:81.)

INTRODUÇÃO

A potência mundial e nação líder do Ocidente, vitoriosa nas duas Grandes Guerras, manteve ainda alto o prestígio e a autoconfiança após a participação com a ONU na Coréia. A Guerra no Vietnã, no entanto, não trouxe para as Forças Armadas norte-americanas, para as lideranças democráticas e republicanas que se sucederam no período e, principalmente, para a sua onipresente e influente opinião pública, nem a vitória e nem o prestígio a que estavam acostumadas, abalando profundamente o moral nacional. Esses 12 anos, de 1961 a 1973, influenciaram tão profundamente os EUA que vive-se hoje ali uma era "pós-Vietnã", a era que se sucede

à primeira derrota militar na história norte-americana (7:XIII).

Identificar e empreender uma análise das decisões políticas e militares que levaram os EUA a esta derrota é tarefa ousada para tão poucas páginas. Porém, certas decisões e fatos cruciais que culminaram na "estratégia para a derrota", como amargamente intitula seu livro o ex-Comandante-em-Chefe do Pacífico, Almirante-de-Esquadra Ulisses S. Grant USN(R) (7:1), podem e devem ser alinhados para nosso conhecimento e reflexão, sendo nós militares profissionais. Como numa aquarela, cuja técnica não permite grandes dimensões nem desenho rebuscado, procura este ensaio expressar uma visão global através de traços muito simples, em preto-e-branco.

A moldura

Na primeira década do século, surgiu o forte movimento nacionalista vietnamita, almejando libertar-se da França, a tradicional metrópole colonialista. Dele originaram-se o Partido Nacional do Vietnã, ligado a Chiang Kai-shek, e o Partido Comunista Indochinês, fundado em 1930 por Ho Chi Minh. Os dois movimentos fortaleceram-se na clandestinidade durante a ocupação japonesa, de 1940 a 1945. Após a II Guerra Mundial, a facção liderada por Ho Chi Minh, o Vietminh, junto a outros grupos nacionalistas menores, fundou a República Democrática do Vietnã, com Capital em Hanói. A França, porém, ambicionava recuperar a ex-colônia, rica em terras férteis, jazidas de carvão, estanho, zinco, cobre, cromo e petróleo, na sua plataforma continental (1:681). Empreendeu, então, um jogo duplo: reconheceu a nova República como parte da União Francesa (março de 1946) e estimulou a criação de uma República da Conchinchina, com Capital em Saigon (junho de 1946).

Dividido o país, decide, a seguir, usar a força militar para ampliar e consolidar o poder; bombardeia o porto de Haiphong e ocupa Hanói (novembro de 1946). Ho Chi Minh e seus fanáticos voltam à clandestinidade e iniciam a guerrilha, onde desponta um líder, Vo Nguyen Giap. O ex-imperador Bao Dai é empossado como Chefe de Estado e, em 1950, a situação se internacionaliza: Mao Tsetung apóia o Vietminh e Truman apóia

a França, com material militar. Três anos de uma impopular guerra colonial exaurem o Exército francês até a queda, em maio de 1954, da base fortificada de Dien Bien Phu, na fronteira norte com o Laos, encerrando melancolicamente a era colonial francesa na Indochina (3:287). Os acordos de Genebra (1954), como na solução coreana, estabeleceram o Paralelo 17 como divisão temporária entre os dois Estados, o comunista de Ho Chi Minh, ao norte, e a República do 1º Ministro Ngo Dinh Diem, ao sul, sob proteção dos EUA. São marcadas eleições gerais para 1956, que nunca se realizaram (Fig. 1).

Nos anos seguintes, define-se a moldura do quadro histórico, que se radicaliza gradativamente. Com efeito, em 1960 é fundada a Frente Nacional de Libertação do Vietnã do Sul, orientada por Hanói e, quando estão implantadas as bases rurais e urbanas em 1 ano, inicia-se a guerrilha Vietcong, seu braço armado. O novo Presidente, John Kennedy, envia em 1961 assessores militares e, em 1962, cria o Comando Militar dos EUA em Saigon. Tem início a escalada (Fig. 2).

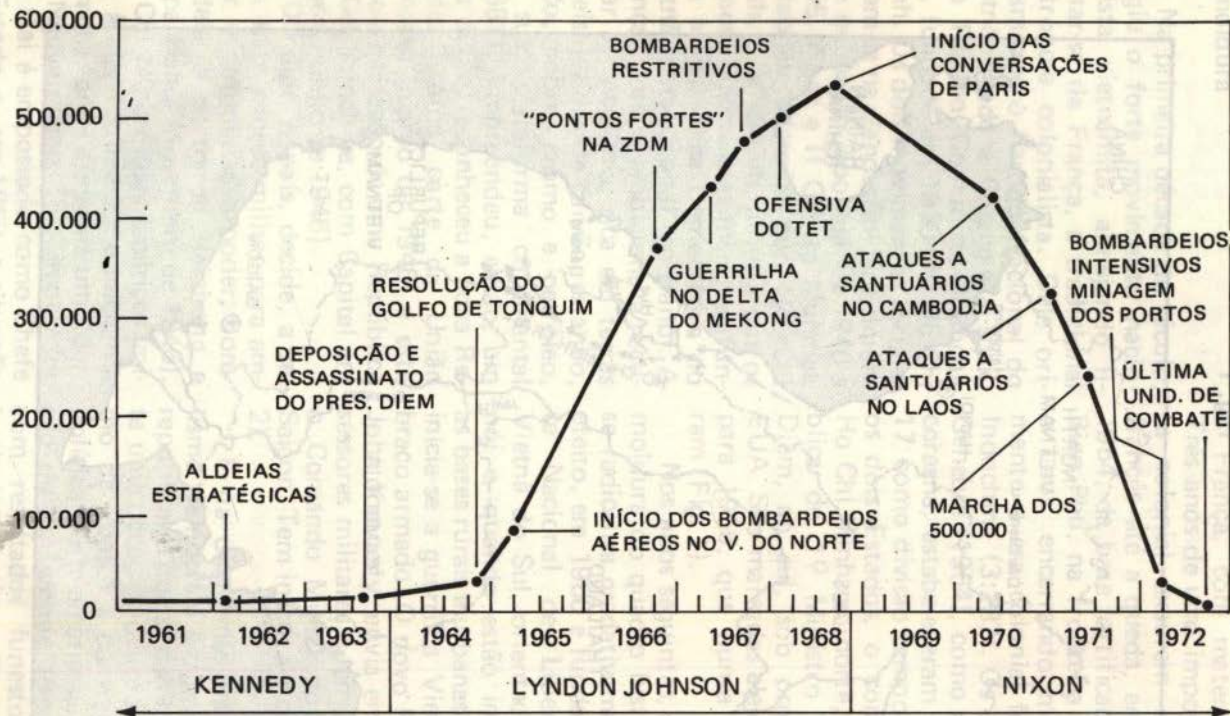
É na dicotomia entre o idealismo democrata e o pragmatismo republicano que se debaterá durante uma década o delicado mecanismo de "pesos e contrapesos" da política norte-americana, em função de um grande tema: Vietnã, com resultados funestos para a instituição militar. Em nossa opinião, a moldura que dá suporte ao quadro é completada, nos anos

Fig. 1



O TEATRO DE OPERAÇÕES (11:XIV)

Fig. 2



EFETIVOS AUTORIZADOS DE TROPAS DOS EUA NO VIETNÃ DO SUL
E PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICO-ESTRATÉGICOS
(10:12-14; 217)

do Governo Lyndon Johnson, pela ação de um grupo de acadêmicos civis, assessores do Secretário de Defesa Robert McNamara, todos brilhantes estatísticos, analistas teóricos e especialistas de computadores. Frequentavam eles os Gabinetes do Pentágono ao Capitólio, desdenhando a crua e realista visão da guerra dos Comandantes militares, e manifestando uma arrogante ojeriza às "limitações da mente militar" (7:XIV). Comenta a esse respeito o AE Grant:

"Eles também intencionalmente ignoraram os inequívocos sinais de que o duro inimigo comunista não se convencia absolutamente com o gradualismo e com a ambigüidade. A velha e sábia voz da História deve servir de cautela quando a guerra é necessária" (7:269).

O quadro

Determinadas decisões ao nível de Presidência, durante os Governos dos EUA que foram herdando a crise do Vietnã, compõem um desenho de traços hoje nítidos, que não forma, porém, um conjunto harmonioso. É nossa opinião que nunca houve uma estratégia norte-americana para a guerra, mas sim várias decisões de cunho estratégico, independentes, equivocadas na sua concepção política e erradas quanto à direção da guerra como um todo.

Eisenhower talvez tenha sido o Presidente que, com mais acuidade, tivesse percebido a verda-

deira natureza político-militar do problema, não fosse ele um experiente Comandante e estadista. Julgava serem imprescindíveis duas condições para que as forças do EUA intervissem *com êxito*: a aprovação do Congresso e a reorientação, mediante negociações, da política colonialista francesa (6:91). Estas condições nunca se concretizaram e o resultado foi a derrota de Dien Bien Phu, ausentes as forças norte-americanas no Sudeste Asiático. Com os Acordos de Genebra e, em setembro do mesmo ano, a Organização do Tratado do Sudeste Asiático (OTASE), no mesmo figurino da OTAN no Atlântico Norte, passam os EUA a ser o principal ator no cenário, retirando-se a França, já às voltas com outra crise colonial na Argélia.

É oportuno relembrar as palavras de Vo Nguyen Giap, em uma arenga propagandística pela Rádio Hanói, no ano de 1961: "A força militar é o meio essencial do Partido (Comunista) para a obtenção de qualquer objetivo político" (3:6). A estratégia militarista norte-vietnamita esteve sempre definida em seu caráter totalitário.

Os EUA, por sua vez, iniciam a seqüência das "aldeias estratégicas", da "escalada", da "guerra limitada", dos "pontos fortes" e da "negociação progressiva", *pari passu* com os bombardeios "restritivos". *Estranha Guerra, Estranha Estratégia* é o título do livro do General dos Fuzileiros Navais, Lewis W. Walt, que ali combateu por duros anos (11:1)...

O democrata John Kennedy, ao assumir a Casa Branca, deu uma clara diretriz: não hesitaria em apoiar países aliados ameaçados pelo expansionismo comunista. Declarou ele ao *Times*: "Temos um problema em fazer com que o nosso poder seja pertinente, e o Vietnã parece ser o lugar" (10:8); enviou, então, os "boinas-verdes" do Exército até um total de 15 mil homens, tecnicamente denominados "assessores", pois o Congresso não aprovara o envio de "combatentes". No início de 1962, tem início a operação das "aldeias estratégicas", organizadas para conquistar o apoio das populações rurais e assim neutralizar o recrutamento e o apoio logístico aos vietcongs.

Em princípios de novembro de 1963, comete ele o "desafortunado erro. . .", segundo testemunho do Gen Westmoreland, de apoiar a deposição do corrupto presidente sul-vietnamita Ngo Dinh Diem, posteriormente assassinado, o que ". . . moralmente imobilizou os EUA no Vietnã" (idem) (10:8). Em nossa opinião, foi esse o grande erro em política externa, no Sudeste Asiático, uma dúvida iniciativa que instilou fortes receios na sensível opinião pública dos EUA, o que geralmente traz resultados negativos naquela sociedade aberta. Eis a questão: sair significava violar a diretriz assumida, ficar significava enredar-se cada vez mais na politicagem interna de Saigon, ambas soluções inaceitáveis para influentes grupos políticos nos EUA. Começou aí o infortúnio da rejeição desta guerra nos

EUA, e o impasse psicológico se instala.

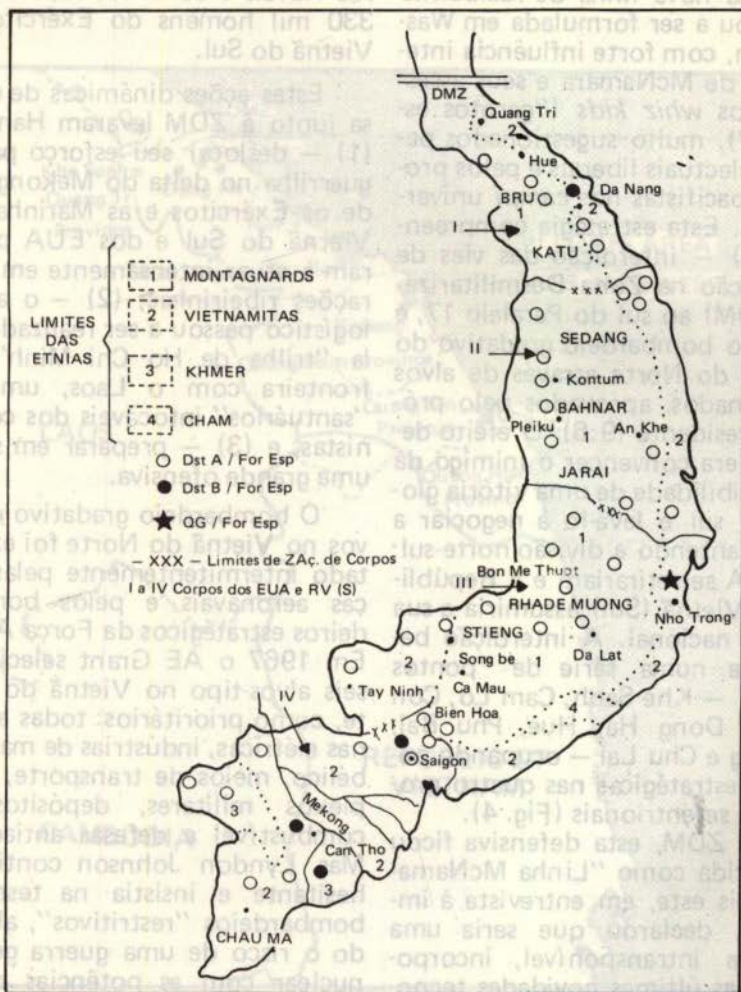
Kennedy é tragicamente assassinado no final do mesmo mês e o vice-presidente Lyndon Johnson assume a Casa Branca, com a nação traumatizada. O problema Vietnã, à deriva, passa a gerar os seus próprios fatos, e os EUA assumem lentamente a postura fatalista de reagir com a própria crise, sem outra solução à vista para comandar o processo e solucioná-lo com honra e vitória.

O Vietnã do Norte percebe a vulnerabilidade e há o incidente dos dois destróieres da Marinha norte-americana com as lanchas torpedeiras. O Presidente autoriza bombadeios da aviação naval sobre as bases das lanchas ao norte do Paralelo 17 e, conseqüentemente, o Congresso aprova a histórica "Resolução do Golfo de Tonquim", endossando as medidas militares que o Presidente julgasse necessárias para "prevenir e repelir agressões" (10:12). Contraditoriamente, nenhuma ofensiva decisiva foi empreendida até 1968, embora os efetivos militares tivessem atingido a impressionante cifra de 500 mil homens (10:217).

Estes 4 anos merecem uma cuidadosa análise da flutuação do pensamento estratégico nos EUA, configurando a mais contraditória fase da "era Vietnã".

As "aldeias estratégicas" tiveram êxito somente entre os *montagnards*, as tribos rebeldes nos platôs centrais, mas falharam no seu propósito geral na medida em que crescia, dia a dia, o terroris-

Fig. 3



ALDEIAS ESTRATÉGICAS (10:66, 74)

Obs.: Os Destacamentos tipo A e B das Forças Especiais (Exército/EUA) correspondem a grosso modo, à localização de mais de 2 mil "aldeias estratégicas" (ou "aldeias fortificadas") no 1º semestre de 1963.

mo, especialmente no delta do Mekong (Fig. 3).

Uma nova linha de raciocínio começou a ser formulada em Washington, com forte influência intelectual de McNamara e seus assessores, os *whiz kids* ("garotos esportivos"), muito sugestionados pelos intelectuais liberais e pelos protestos pacifistas nos *campi* universitários. Esta estratégia compreendia: (1) — interdição das vias de infiltração na Zona Desmilitarizada (ZDM) ao sul do Paralelo 17, e (2) — o bombardeio gradativo do Vietnã do Norte através de alvos selecionados, aprovados pelo próprio Presidente (9:6). O efeito desejado era convencer o inimigo da impossibilidade de uma vitória global no sul e levá-lo a negociar a paz, mantendo a divisão norte-sul; os EUA se retirariam e a República do Vietnã (Sul) assumiria a sua defesa nacional. A interdição baseava-se numa série de "pontos fortes" — Khe Sanh, Cam Lo, Con Thien, Dong Ha, Hue, Phu Bai, Danang e Chu Lai — ocupando posições estratégicas nas quatro províncias setentrionais (Fig. 4).

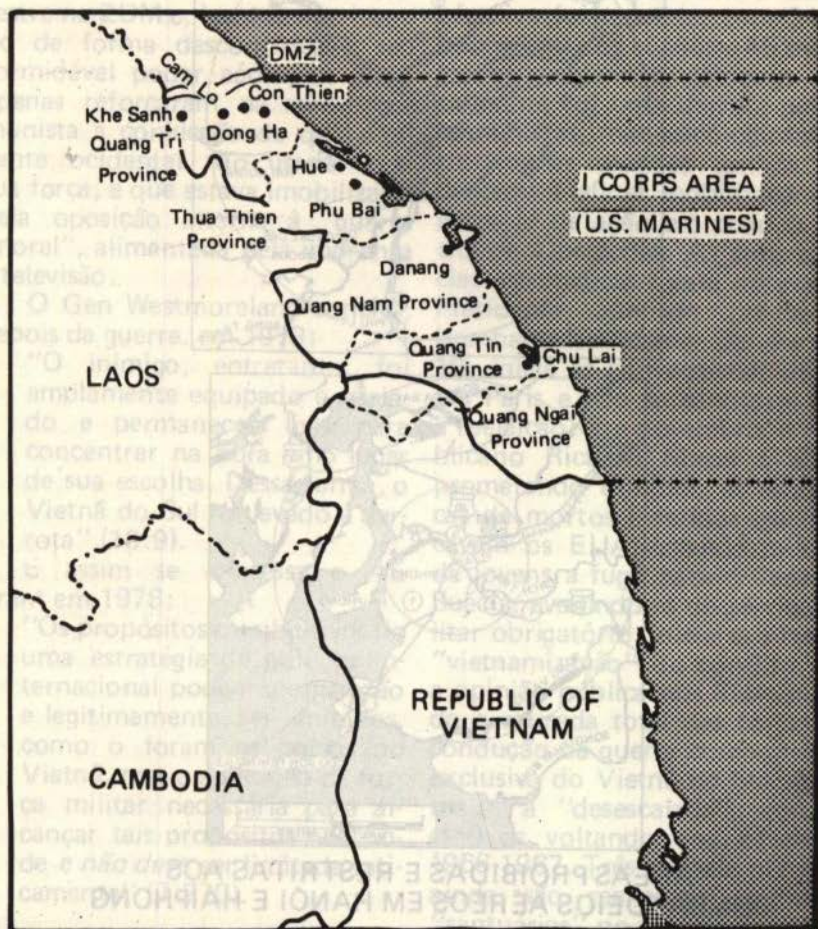
Na ZDM, esta defensiva ficou conhecida como "Linha McNamara" pois este, em entrevista à imprensa, declarou que seria uma barreira intransponível, incorporando as últimas novidades tecnológicas como sensores eletrônicos, desfolhantes, minas etc. (10:120). O Gen Westmoreland, Comandante-em-Chefe, opunha-se a esta defesa linear imaginada por cientistas amadores na arte da guerra. Implementou uma defesa em profundidade com ações de contra-

ataque e para tal empregou 385 mil homens do Corpo de Fuzileiros Navais e do Exército, além de 330 mil homens do Exército do Vietnã do Sul.

Estas ações dinâmicas de defesa junto à ZDM levaram Hanói a: (1) — deslocar seu esforço para a guerrilha no delta do Mekong, onde os Exércitos e as Marinhas do Vietnã do Sul e dos EUA passaram a atuar intensamente em operações ribeirinhas; (2) — o apoio logístico passou a ser realizado pela "trilha de Ho Chi Minh", na fronteira com o Laos, um dos "santuários" intocáveis dos comunistas; e (3) — preparar em sigilo uma grande ofensiva.

O bombardeio gradativo de alvos no Vietnã do Norte foi executado intermitentemente pelas forças aeronavais e pelos bombardeiros estratégicos da Força Aérea. Em 1967 o AE Grant selecionou seis alvos-tipo no Vietnã do Norte, como prioritários: todas as usinas elétricas, indústrias de material bélico, meios de transporte, complexos militares, depósitos de combustível e defesas antiaéreas. Mas Lyndon Johnson continuou hesitante e insistia na tese dos bombardeios "restritivos", alegando o risco de uma guerra geral e nuclear com as potências comunistas, URSS e China. Criaram-se assim "áreas proibidas e restritas", respectivamente de 10 e 30 milhas náuticas em torno de Hanói, e de 4 e 10 milhas náuticas em torno do porto de Haiphong. Dentro destas áreas, obviamente, os norte-vietnamitas concentraram todas

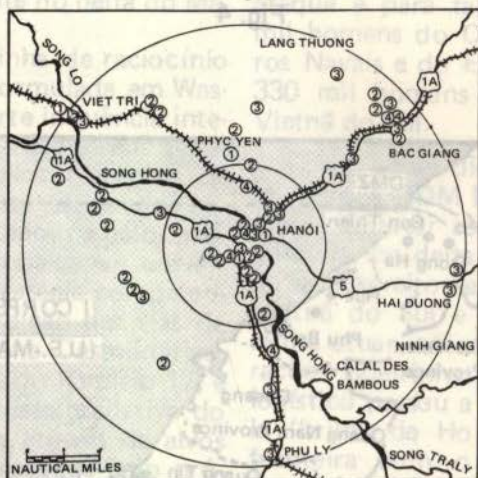
Fig. 4



ÁREA DE OPERAÇÕES — AS PROVÍNCIAS AO NORTE, NA ZONA DESMILITARIZADA ("DMZ"), E OS "PONTOS FORTES".

(11:XV)

Fig. 5



ÁREAS PROIBIDAS E RESTRITAS AOS BOMBARDEIOS AÉREOS EM HANOÍ E HAIPHONG

- (1) aeroportos
- (2) instalações militares inclusive quartéis, quartéis-generais, depósitos de suprimentos e de munições e estações-rádio.
- (3) alvos sobre os meios de transporte: pontes, pátios ferroviários e nós rodoviários.
- (4) alvos industriais: indústrias químicas, usinas termoeletricas e pátios de transformadores.

(7:100 e 101)

as suas vitais instalações militares e logísticas (7:100 e 101) (Fig. 5).

Sem uma ação decisiva, empregando defensivamente o poder terrestre na ZDM e, igualmente, usando de forma descontínua o seu formidável poder aéreo, os EUA apenas reforçaram na mente comunista a convicção de que o gigante ocidental não usaria toda sua força, e que estava imobilizado pela oposição interna à "guerra imoral", alimentada pela imprensa e televisão.

O Gen Westmoreland conclui, depois da guerra, em 1979:

"O inimigo, entretanto, foi amplamente equipado e apoiado e permaneceu livre para concentrar na hora e no lugar de sua escolha. Dessa forma, o Vietnã do Sul foi levado à derrota" (10:9).

É assim se expressa o AE Grant em 1978:

"Os propósitos ou objetivos de uma estratégia de política internacional podem, com razão e legitimamente, ser limitados, como o foram os nossos no Vietnã, mas a aplicação da força militar necessária para alcançar tais propósitos não pode e *não deve* ser limitada taticamente" (7:270).

A trágica visão

O ano de 1968 foi decisivo, com uma intensa e rápida sucessão de eventos cruciais. Em janeiro, nos feriados do Ano-Novo Lunar budista — Tet —, irrompeu a ofensiva geral comunista, tentando fe-

char a grande tenaz sobre Saigon, com a guerrilha no delta e com as tropas regulares no norte e na fronteira do Laos. Em 3 dias, a ofensiva foi repelida, com 21 mil baixas entre os aliados e 45 mil entre os regulares e vietcongs. Militarmente foi uma derrota para os comunistas, mas psicologicamente trouxe-lhes grandes ganhos: evidenciou a eficaz mobilização e liberdade de ação em todo o Teatro de Operações. As consequências estratégicas foram notáveis: o Presidente Johnson proíbe os bombardeios acima do Paralelo 19, inicia as conversações de paz em Paris e não se candidata mais à reeleição. Em novembro, o republicano Richard Nixon é eleito, prometendo diminuir as estatísticas de mortos e feridos que chocavam os EUA, levando milhares de jovens a fugir para o Canadá e Suécia, evadindo-se do serviço militar obrigatório. Inicia-se a fase da "vietnamização" do conflito, i.e., a opinião pública nos EUA exigindo a retirada total das forças e a condução da guerra como questão exclusiva do Vietnã do Sul. Acentua-se a "desescalada", com os efetivos voltando aos níveis de 1966-1967. Três grandes ofensivas ainda são realizadas contra os "santuários" no Camboja (1970) e Laos (1971), e com bombardeios intensivos no norte, incluindo a minagem marítima de Haiphong (1972). Isto evidencia uma percepção estratégica mais madura da guerra, mas já era tarde demais. As grandes manifestações pacifistas, como a que reuniu 500 mil manifestantes em Washington, servi-

ram de catalizador psicológico final.

Resumindo, as negociações de paz em Paris (1973) entre Kissinger, Secretário de Estado, e Le Duc Tho, um dos fundadores do Vietminh (10:10), acertam o cessar-fogo, a retirada e a troca de prisioneiros de guerra. Em agosto de 1972, sai a última unidade de combate dos EUA e, durante ainda 2 anos, as forças sul-vietnamitas resistem à grande ofensiva norte-vietnamita, perdendo terreno gradativamente. Em abril de 1975, tropas comunistas conquistam Saigon e a denominam Cidade Ho Chi Minh.

A crítica

A guerra tem leis e princípios imutáveis. Um destes é o do *objetivo*; sobre ele devem convergir todos os esforços. Em nossa opinião, o Vietminh e o Vietcong estabeleceram, desde o início de suas atividades, um claro objetivo — Saigon — e o perseguiram tenazmente. O que os franceses tentaram — “dividir para reinar” — os comunistas, com sua noção de poder, decidiram eliminar pela força das armas, dosando táticas convencionais e não-convencionais. Tiveram um objetivo estratégico coerente, Saigon, porque, caindo Saigon, cairia o Vietnã do Sul e porque, se não caísse militarmente a Capital, continuariam em vigor os Acordos de Genebra, e o domínio não seria total. Os EUA não tiveram uma estratégia definida, apenas uma proposta subjetiva e reativa: manter o *statu quo* e impedir o

avanço norte-vietnamita. Mesmo com todo altruísmo político e poder militar, nunca chegaram as lideranças democratas e republicanas a estabelecer um objetivo que os seus militares pudessem fixar como final, que fosse compatível com as leis e princípios da guerra, que lhes desse a convicção íntima de, através dele, chegar à vitória e alcançar o propósito geral político da missão que receberam. Não é sobre estes, portanto, que deve recair a responsabilidade final da derrota. Ela pertence aos políticos e pseudoestrategistas em Washington, que nunca chegaram a entender a irredutível mentalidade ideológico-militarista do opositor. É na sua indecisão política e diletantismo militar que está a causa da *débâcle*. Em nossa opinião, nunca prevaleceu nestes grupos, que influíam nas decisões nacionais mais importantes, uma vontade firme e inabalável, que enfrentasse os pesados custos políticos, internos e externos, da única estratégia que poderia abrir caminho ao que almejavam: a pressão militar contínua e sem fronteiras contra Hanói. Esta é a grande lição: a guerra é um fenômeno absoluto e não admite gradualismos unilaterais.

Conclui o AE Grant, ao encerrar seu contundente livro:

“A maioria das guerras tem em comum o fato de que foram vencidas por um lado ou outro. Esta foi uma exceção. A real tragédia do Vietnã é que esta guerra não foi vencida pelo outro lado, Hanói, ou Mos-

cou, ou Pequim. Ela foi perdida em Washington, DC. Ali e somente ali está a resposta para a nossa questão final — acontecerá novamente?" (7: 271).

Usando uma certa licença literária, comparamos o presente ensaio a uma aquarela, definida por vezes como uma arte de menor expressão. Porém, mesmo simples pinceladas em preto-e-branco podem reproduzir a contento idéias que encerram profundas lições e que merecem a nossa reflexão profissional, como as que vemos no quadro *Vietnã*, já com um certo afastamento no tempo e no espaço.

BIBLIOGRAFIA

1. *Almanaque Abril 1984*, São Paulo, 1984.
2. DAWSON, Alan, *55 Days: The Fall of South Vietnam*, New Jersey, Prentice-Hall, 1977.
3. FALL, Bernard. *Street Without Joy*, Harrisburg, Pennsylvania, The Stackpole Company, c. 1961.
4. HEINL, Robert Debs. *Dictionary of Military and Naval Quotations*, Annapolis, Maryland, US Naval Institute, c. 1966.
5. MCGEE, Gale W. *The Responsibilities of World Power*, Washington, The National Press, 1968.
6. SAUNDERS, Richard M. "A Crise de 1954 na Indochina", *Military Review*, Kansas, 58 (4): 80-92, abr. 1978.
7. SHARP, Ulisses S. Grant. *Strategy for Defeat: Vietnam in Retrospect*, San Rafael, California, Presidio Press, c. 1978.
8. *Strategy for Conquest: Communist Documents on Guerrilla Warfare*, Coral Gables, Florida, University of Miami Press, 1970, p. 165-261.
9. PIEDRAS, Rubens Almeida Moreira. *A Estratégia Norte-americana no Vietnã*, Rio de Janeiro, EGN, 1982. Ensaio apresentado no C-SGN em 1982.
10. *The Vietnam War: The Illustrated History of the Conflict in Southeast Asia*, New York, Salamander Books, c. 1979.
11. WALT, Lewis W. *Strange War, Strange Strategy*, New York, Funk & Wagnalls, 1970.



O Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) João Alfredo Poeck é paranaense de Curitiba, PR. Ingressou na Marinha em 1955 no Colégio Naval. Além da Escola Naval, possui os cursos da carreira: Básico da EGN, Curso de Comando e Estado-Maior e Curso de Política e Estratégia Marítimas. Extra-Marinha destacam-se os cursos da EsAO e o Command and Staff College do United States Marine Corps, em Quantico, Virgínia, EUA. Exerceu diversas funções no CFN, entre as quais o

Comando de Subunidades operativas no Batalhão Riachuelo, Estado-Maior do CFN e Comandante do Batalhão de Comando da Divisão Anfíbia. Foi instrutor na Escola Nacional de Informações e atualmente é o Encarregado de uma Área de Ensino na Escola de Guerra Naval. Possui a Ordem do Mérito Naval, Cavaleiro; Ordem do Mérito Aeronáutico, Cavaleiro; Medalha Militar de Prata e Medalha Mérito Tamandaré. Colaborador de A Defesa Nacional, possui diversos trabalhos publicados na Revista Marítima Brasileira, O Anfíbio, Coleção L e Boletim do Clube Naval.



Seja assinante da Bibliex e receba sempre bons livros

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA COLEÇÃO GENERAL BENÍCIO

A Bibliex já preparou o Editorial para 1986, composto de 10 títulos, que os assinantes receberão durante o corrente ano em qualquer ponto do Brasil e sem nenhum acréscimo ou despesa além do valor da assinatura anual de Cz\$ 132,00.

OBRAS QUE JÁ FORAM SELECIONADAS:

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Volume 2 — Tomo V

General Paulo de Queiroz Duarte

Mais um volume dando continuidade a esta interessante obra sobre aqueles jovens voluntários de 1865/70.

CONFLITO DAS MALVINAS

Volumes 1 e 2

General Paulo de Queiroz Duarte

Uma descrição ordenada e uma interpretação segura de um historiador militar sobre aquele recente conflito no Atlântico Sul.

DEUS SÓ RECEBE AOS DOMINGOS

Virgil Gheorghiu

Romance do mesmo autor de "A Espiã" e "25ª Hora".

MISSÕES SILENCIOSAS

Vernon A. Walters

Alguns aspectos autobiográficos deste oficial norte-americano que conviveu com a FEB e participou de fatos de grande interesse para o conhecimento da política internacional dos Estados Unidos.

O PODER DA PERSONALIDADE NA GUERRA

General Barão Hugo Von Freitag-Loringhoven

Um clássico da literatura militar Alemã.

RETRATO DO BRASIL — Atlas-Texto de Geopolítica

Therézinha de Castro

Um estudo ricamente ilustrado a cores, abordando a Geopolítica brasileira.

SETE COMBATES NO VIETNAM

John Albright

Apresenta síntese de episódios militares daquele conflito, ao alcance de civis e militares, inclusive com emprego de helicópteros em campanha, assunto de grande atualidade.

ESTRATÉGIA

General Carlos de Meira Mattos

Um livro de grande utilidade para os estudiosos de estratégia e de assuntos da atualidade.

OBRAS EM ESTUDO

PARA COMPLETAR O EDITORIAL DE 1986

YALTA, A PARTILHA DO MUNDO

Arthur Conte

Uma descrição de importantes acontecimentos que cercaram aquela Conferência, cujos reflexos a humanidade ainda decanta.

A ARTE DA LIDERANÇA

W. W. Roskill

Com opiniões seguras e inéditas sobre a influência da personalidade, da família e da cultura do oficial em sua capacidade de liderança.

A ESPADA E A PENA

Liddell Hart

Mais um clássico da literatura

GEHLEN, O GÊNIO DA INFORMAÇÃO

Charles Whriting

Uma bibliografia militar de grande utilidade para o entendimento da espionagem e sua importância na guerra. (Do original GEHLEN, O ESPÃO DO SÉCULO).

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO EDITORA

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25 — Ala Marcílio Dias — 3º andar
CEP 20455 — Rio de Janeiro — RJ — Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

**Valor da
assinatura
de 1986
Cz\$ 132,00**

A Bibliex ainda dispõe de pequena quantidade destas duas coleções à sua disposição.

EDITORIAL DE 1984

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo III

General Paulo de Queiroz Duarte

GEOPOLÍTICA E TRÓPICOS

General Carlos de Meira Mattos

BRASILEIROS NO SINISTRO TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

Vice-Almirante Arthur Oscar Saldanha da Gama

JOSÉ BONIFÁCIO E A UNIDADE NACIONAL

Therezinha de Castro

UMA VISÃO DA ANTÁRTICA

Coronel Elber de Mello Henriques

A ARTE DE SER CHEFE

Gaston Courtols

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 1

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

J. B. MASCARENHAS DE MORAES — MEMÓRIAS — Vol. 2

Marechal J. B. Mascarenhas de Moraes

O INCRÍVEL PADRE LANDELL DE MOURA

Ernani Fornari

TEORIAS GEOPOLÍTICAS

Coronel Octavio Tosta

EDITORIAL DE 1985

OS VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA NA GUERRA DO PARAGUAI

Vol. 2 Tomo IV

General Paulo de Queiroz Duarte

HIPÓLITO DA COSTA, Idéias e Ideais

Therezinha de Castro

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO NAVAL BRASILEIRO

Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira Vidigal

O PEQUENO PRÍNCIPE

Antoine de Saint-Exupéry

EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA

CANUDOS — Seu Aspecto Marcial

General Tristão de Alencar Araripe

NOSSO EXÉRCITO, ESSA GRANDE ESCOLA

General A. de Lyra Tavares

TERCEIRO BATALHÃO — O Lapa Azul

Agostinho José Rodrigues

MARECHAL JOSÉ PESSOA —

A Força de um Ideal

TC Hiram de Freitas Câmara

MEMÓRIAS DE UM SOLDADO

General Ernani Ayrosa da Silva

MONTESE — MARCO GLORIOSO DE UMA TRAJETÓRIA

Coronel Adhemar Rivermar de Almeida

Valor da assinatura de 1984

Cz\$ 40,00

Valor da assinatura de 1985

Cz\$ 43,80



**BIBLIOTECA
DO EXÉRCITO
EDITORA**

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25
Aia Marçílio Dias — 3º andar — CEP 20455 — Rio (RJ)
Tels.: 253-4637 — 253-7934 — 233-0261

DESEJO RECEBER O(S) EDITORIAL (AIS)
ABAIXO E PARA TANTO ENVIO A IMPOR-
TÂNCIA CORRESPONTE DA MANEIRA
ASSINALADA AO LADO.

☐ 1984

☐ 1985

☐ 1986

PEDIDO DE ASSINATURA

NOME (em letra de forma)

ENDEREÇO (para remessa do livro)

Bairro

Cidade

Est.

CEP

Data

Assinatura

☐ — VALE POSTAL-AGÊNCIA 520641 CORREIO QG I Ex

☐ — CHEQUE NOMINAL N° _____ BANCO _____



O DESENVOLVIMENTO DO EXÉRCITO E O OFICIAL DE ESTADO-MAIOR

Davis Ribeiro de Sena

*“A realidade do campo de batalha é que ali
não se estuda; simplesmente se faz o que
se pode para aplicar o que se sabe.
Logo, para poder um pouco é
necessário saber muito e bem.”*

(Foch.)

ENSINAMENTOS*

Findas as hostilidades da prolongada e cruenta campanha da Tríplice Aliança, o Exército Brasileiro regressava, glorioso e exausto, à Pátria. Foram superiores a 100 mil as baixas sofridas no maior conflito jamais tra-

vado na América do Sul e os nossos combatentes veteranos, por vezes perplexos, retornavam à vida civil, desamparados e sem condições sociais para a sobrevivência.

O Exército, profissionalizado, não podia absorver o elevado efetivo herdado da guerra e empreendia as atividades de desmobilização aceleradamente, estimulado, por um lado, pela desconfiança do Imperador, que temia uma intervenção armada, visando à sua queda e, por outro, pela precária situação financeira que o Império atravessava¹.

* Os autores consultados para a elaboração deste trabalho têm seus nomes conhecidos no decorrer da leitura do texto e das notas do autor, que, ainda, utilizou a bibliografia indicada em seus artigos publicados anteriormente.

A soldadesca dispensada, composta em grande parte por negros alforriados, não tinha condições — nem intenções — de retornar às plantações e aos engenhos, refugiando-se nos morros existentes nas cercanias da capital imperial, fugindo ao sistema escravocrata vigente. Estava caracterizado o início do êxodo rural brasileiro e fundadas as primeiras favelas no País.

Por todo o 2.^o Reinado, a administração do Exército esteve, na maioria das vezes, em mãos de políticos civis que, embora fossem personalidades de reconhecida dignidade, estavam distanciados do aperfeiçoamento técnico-profissional que a instituição reclamava (37 ministros civis e 26 militares, a maioria “doutores”, no período 1840-89) e eram representantes de uma filosofia que preconizava a redução drástica do orçamento destinado ao Exército e dos efetivos a ele pertinentes (inferior a 13 mil homens, ao ser proclamada a República). Ademais, estando o Exército preterido por uma milícia paramilitar — A Guarda Nacional, subordinada ao Ministério da Justiça —, inclusive na captação de recursos humanos, restava-lhe recrutar o pessoal (Oficiais e praças) na faixa menos favorecida da população, fato que, somado aos fatores acima apontados, quase lhe valeu a perda de sua característica de força terrestre nacional, ameaçando-lhe, inclusive, a coesão e a disciplina.

A Constituição do Império previa, em seu Artigo 145, que “todos os brasileiros são obrigados a pegar em armas para sustentar a

independência e a integridade do Império, e defendê-lo de seus inimigos externos e internos”. A esse respeito, Handelman esclarece: “Segundo a lei de 8 de outubro de 1831, são obrigados a entrar para a milícia (Guarda Nacional) todos os cidadãos entre 18 e 60 anos, que possuam renda de 200 mil réis, nas grandes cidades marítimas (Rio, Bahia, Pernambuco e Maranhão) e 100 mil réis nos outros lugares do Império. Os Oficiais subalternos, até Capitão, são eleitos pelas praças; o Comandante do Batalhão (Tenente-Coronel) e o seu Major Assistente são eleitos pelos Oficiais, ao passo que é reservado ao Governo central nomear os Comandantes das legiões (Coronel) e seu Major Assistente.”

A Guarda Nacional cabia “defender” a Constituição, a liberdade, a independência e a integridade do Império; manter a obediência às leis, conservar e restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas e auxiliar o Exército de linha na defesa das fronteiras e costas.”

Tão ampla missão confinava o Exército nas remotas fronteiras e guarnições da costa, voltado exclusivamente para a defesa externa e distante dos centros de decisões políticas, o que resultava conflitos pessoais e ressentimentos de classe entre as duas organizações. Desprestigiado, embora vitorioso, “o Exército era visto como organização sem função específica, ou como instituição dispensável”, debatendo-se em ambiente desfavorável e valendo-se das formas brutas para o recrutamento militar, da aplicação de castigo físico co-

mo norma disciplinar e do tempo demasiadamente longo na prestação do serviço militar, sofrendo, ainda, as conseqüências financeiras do atraso sistemático no pagamento do parco soldo.

Já existia o *Almanaque de Oficiais do Exército*, denominado Livro Mestre e eram quatro as modalidades de promoção: antiguidade, merecimento, escolha (apenas para os postos de Oficiais-Generais) e bravura (os Oficiais-Generais não concorriam), sendo obedecido, como hoje, o critério de interstício mínimo de permanência nos diferentes postos.

Nos tempos coloniais, não havia um Exército nacional, homogêneo, com unidade de comando, como o entendemos nos dias atuais. Ao contrário, as forças terrestres eram locais, quase privadas, com atribuições policiais e sob o controle pessoal do Comandante das Armas das capitanias, que acumulava esse cargo com a chefia do poder público da área.

A primeira tropa organizada aqui, com certas características de força nacional, foi o Exército do Sul, que expedicionou as terras do Continente do Rio Grande, em fins do século XVIII, aproveitando, inclusive, quadros oriundos da Insurreição Pernambucana, geratriz do amor pátrio brasileiro². Foi seu Comandante o General Böhm, discípulo e conterrâneo do Conde de Lippe, que, mercê de sua eficiente ação, deu início à admiração por parte de significativo segmento de Oficiais brasileiros, pelo militarismo germânico.

A formação profissional dos Oficiais era feita em Portugal, para os portugueses e raríssimos brasileiros, sendo que os últimos não tinham acesso aos postos mais elevados (Tenente-Coronel e Coronel) da hierarquia militar, particularmente no último quartel do século XVIII, momento em que se acentuou o temor da Metrópole pela independência da Colônia. Desde esse tempo e mesmo durante o regime imperial, as promoções, até o posto de Major, eram realizadas mediante concurso e os candidatos ao primeiro posto, recrutados entre os Sargentos e Cadetes de bom comportamento.³

A Carta Régia de 4 de dezembro de 1810, estabelecendo o funcionamento da Academia Real Militar, numa sala da Casa do Trem, no Calabouço (Rio-RJ), onde hoje está instalado o Museu Histórico Nacional, marcou a gênese da organização do ensino castrense na então Colônia, fruto da translação forçada da sede da monarquia portuguesa, para a Cidade do Rio de Janeiro. O curso na nossa primeira academia era de 7 anos (!) com a previsão de mais 1 ano destinado à História Militar — “a funcionar quando houvesse biblioteca” — e tinha como objetivo “formar Oficiais para os Corpos de Artilharia e de engenheiros”. No entanto, apenas através do Decreto de 1º de dezembro de 1824, foi lavrada a certidão de nascimento do Exército Brasileiro, lançando-se os fundamentos jurídicos indispensáveis à sua existência como instituição militar nacional e per-

manente. Vale dizer: após a Independência.

Coube, ainda, à Força Terrestre (FT) a tarefa de dirigir técnica e administrativamente a primeira fundição de ferro a funcionar em nosso país, então Reino Unido: a Fábrica de Ferro de São João de Ipanema (1818, Sorocaba-SP), atividade estimulada, posteriormente, com a criação do Arsenal de Guerra de General Câmara (RS), em 1828.⁴

A seguir, na reorganização das forças de terra, empreendida em 9 de maio de 1831, logo após a abdicação, aparecia, pela primeira vez, a palavra "Estado-Maior" (de 1ª e de 2ª classes), para designar o quadro de Oficiais, de 2º Tenente a Coronel, mandados servir nos comandos de "praças" e de arsenais e no Ministério da Guerra, além do Estado-Maior General, composto pelos Oficiais-Generais. Utilizando essa incipiente organização de cúpula, entramos na Guerra do Paraguai, pois foram mínimas as mudanças até a sua eclosão.

Concluído o conflito, foi reformado, em 1874, o regulamento da Escola Militar, passando a compreender quatro cursos distintos: Infantaria e Cavalaria (2 anos), Artilharia (3 anos), Estado-Maior de 1ª Classe (4 anos) e Engenheiros (5 anos). Surgia, pela 1ª vez no Exército, um curso de Estado-Maior, embora não existisse o órgão correspondente. A rigor, tratava-se de uma tentativa de concretizar, no Brasil, as atividades de Estado-Maior, tal como as concebera a Prússia, vencedora da guerra de

1870, e postas em prática pelas nações adiantadas do globo.

Pouco antes da República (fevereiro de 1889) procedia-se a uma reforma do ensino, sendo a Escola Militar da Corte repartida em duas: Escola Militar (Infantaria e Cavalaria) e Escola Superior de Guerra (Artilharia, Estado-Maior e Engenharia). Estava regulamentada a divisão da oficialidade entre "tarimbeiros" e "doutores", que causou tantos malefícios ao Exército, pois, se os primeiros se consideravam bons soldados, eram julgados incultos pelos segundos que, por sua vez, se se orgulhavam de sua superioridade intelectual, eram desprezados pelos "tarimbeiros", que os achavam possuidores de reduzida dedicação profissional.

Essa dicotomia esgotou-se no final do século XIX, ao mesmo tempo em que se constituía um novo e influente grupo de jovens decididos, liderados por Benjamin Constant — os "positivistas" —, que divergiam da orientação dos chefes mais antigos, forjados nas campanhas militares do Império e acostumados aos rigores disciplinares do código do Conde de Lippe⁵. Esses velhos soldados, como Câmara e Deodoro, desconfiavam da emergente filosofia do "cidadão-soldado", que atribuía aos subordinados o direito de manifestar livremente seus pensamentos, sem cometerem transgressão disciplinar, podendo, desse modo, pregar, abertamente, a derrubada da Monarquia.

Daí à Proclamação da República, os veteranos chefes milita-

res tornaram-se sensíveis aos argumentos da oficialidade jovem e a Realeza, sem a proteção da liderança incontestada de Caxias e da presença carismática de Osório, já falecidos, não teve as mínimas condições de resistência, sendo apeada do poder, com facilidade. Precedeu-a a Questão Militar (1884), impulsionada pelos surgimentos da Biblioteca do Exército (1875) e do primeiro porta-voz da cultura castrense, a *Revista do Exército Brasileiro*, em 1882. Reduzido à luta pela própria existência, a República teria sido "o artifício de que se serviu o Exército para não perecer", nas palavras de Mascarenhas de Moraes.

Em 12 de abril de 1890, foi efetuada a reforma do ensino denominada "Regulamento Benjamin Constant", a mais importante dessa fase. No que interessa a esse estudo, continuavam os infantes e cavaleiros — desta vez em companhia dos artilheiros — sendo formados conjuntamente, agora em três escolas militares (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Ceará) e os Cadetes de Engenharia e de Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra (Rio de Janeiro).

O ensino era ministrado enfatizando-se as ciências exatas. Concluído o curso, exageradamente longo, o Exército dispunha de verdadeiros físicos e matemáticos, porém possuidores de pequenas noções sobre a profissão, conhecimentos que seriam obtidos por experiência e esforço próprios nas Unidades a que eram destinados para servir. Paralelamente, iniciava-se a formação de Sargentos,

também na Capital Federal (Realengo), por intermédio de um curso — pasmem! — de 4 anos. Eram os reflexos da mentalidade nacional, excessivamente bacharelesca e pouco pragmática.

Inexorável, o tempo passava. Entretanto, o nosso Exército pouco evoluía. Paula Cidade analisa, com propriedade, a doutrina de combate que, em sua obsolescência, mesmo para a época, salientava a bravura pessoal, em detrimento da racionalidade na progressão no terreno e da adaptação aos novos armamentos empregados: "As chamadas Instruções de Moreira César, aprovadas em 1884 e que predominavam nos domínios da tática. . . refletiam apenas o pensamento militar português e, assim mesmo, com grande atraso. A sua doutrina mais ou menos faz tábula rasa sobre a intervenção das outras armas no desempenho das missões que lhe podem caber nos campos de batalha. Tudo há de girar em torno do Batalhão, o qual, esquematicamente, terá em combate metade de suas companhias avançadas e em ordem mista — isto é, em ordem unida precedida de cordões de atiradores — e as restantes, à retaguarda, em ordem unida. Sua força, diz textualmente o referido regulamento, ficará distribuída em quatro linhas, ou sejam, quatro agrupamentos. Progredindo e fazendo fogo em movimento e até manobrando, sob a ação das armas do inimigo, o Batalhão deve aproximar-se até 100 metros do adversário. Af, o Comandante, tendo dado ao fogo vivo a máxima intensidade, manda

tocar 'preparar para a carga' e, depois, 'avançar e carregar', que serão repetidos por todos os corneiros e tambores. . . Já sabemos quais os resultados que um tal dispositivo deu em presença de nossos jagunços armados com fuzis de repetição."

Evidentemente, esse descompasso entre a realidade dos novos tempos, impulsionada pela revolução industrial e a explosão tecnológica, e o moroso desenvolvimento do Exército, em um período em que os demais — particularmente os europeus e o norte-americano — realizavam impressionantes progressos na formação dos quadros e no adestramento e no emprego da tropa, era retratado na disciplina pouco consistente que abalava a estrutura das Forças Armadas: a Revolta da Esquadra (1891), as rebeliões dos Fortes de Santa Cruz e de Lages (1892), os sucessivos pronunciamentos do Clube Militar e da Escola Militar, o manifesto dos 13 Generais (1892), e a Revolta da Armada (1893), esta última com desdobramento nacional e ameaça de intervenção estrangeira. A República iniciava seus primeiros passos tendo que superar agitações de vulto, em parte causadas pela frase explícita no Artigo 176 da Constituição de 1891 — "obediência dentro dos limites da lei" —, que transferia a todo cidadão, em última análise, a interpretação e o julgamento dos atos dos governantes.

Prossigamos. Em 1896, iniciava-se nova etapa na evolução da instituição militar: a criação do Estado-Maior do Exército, em substi-

tuição à Ajudância-General. Sem ter definidas, com exatidão, as suas tarefas, o novel organismo direcional, contudo, já se firmava em diretrizes essenciais ao seu funcionamento, objetivando libertar-se da improvisação e dos processos empíricos até então utilizados. Elas podem ser enumeradas como segue, de acordo com J. B. Magalhães:

a) prover a organização do Exército e planejar e coordenar os exercícios militares;

b) organizar os planos gerais de defesa, de distribuição dos efetivos, da ordem de batalha, de mobilização e de transporte;

c) propor os meios necessários à consecução da instrução e à manutenção da disciplina da tropa.

Tentativa válida na direção da formalização de um método científico de trabalho, traduzido na exposição de linhas de ação, por assessores especializados e de confiança, à autoridade detentora do poder decisório, poupando-a, ao máximo, de ações regidas pela "conduta de combate", isto é, de decisões exclusivamente individuais e intuitivas.⁶

DESENVOLVIMENTO

Escritores e memorialistas militares da estatura de Bertoldo Klinger, Leitão de Carvalho, Demerval Peixoto etc. discorreram sobre as rotinas então existentes nos corpos de tropa, no início do século, e ressaltaram o marasmo que entendia os quadros durante o expediente, com a instrução re-

duzida aos serviços internos e externos, faxina e formaturas e os soldados entregues aos sargentos monitores e "cabos velhos", para as seções de ordem unida.

O Comando dos corpos de tropa era constituído pelo Comandante (Tenente-Coronel ou Coronel); Major Fiscal (hoje, Subcomandante); Estado-Maior: Capitão Adjudante e Tenente Secretário (cujas funções até hoje persistem), Quartel-Mestre (hoje, Fiscal Administrativo), Cirurgião-Mor, e Agente do Rancho, cargo exercido pelos Oficiais subalternos da Arma, em sistema de rodízio de 30 dias e que, nos nossos dias, seria o Aproveitador (não existia, ainda, o Serviço de Intendência, cuja criação Canudos comprovava ser impositiva); e o Estado-Menor (práticas burocratas).

Uma vez por mês, normalmente, era publicada em Boletim Interno (denominado *Detalhe*) a realização de um "exercício geral", ou seja, para todo o efetivo da Unidade, porquanto a instrução não era regular, diária, padronizada, e variava de quartel para quartel. Não existiam programação nem datas previstas para a incorporação e o desligamento das praças de pré, de modo a permitir um ano de instrução com início, meio e fim. Os regulamentos de instrução e os manuais técnicos e de campanha, específicos, por assunto, eram praticamente desconhecidos, até a sua difusão pela Missão Militar Francesa (MMF), de 1920 a 1938. Anteriormente, eram adotados manuais abrangentes, fruto dos ensinamentos trazidos por jo-

vens Oficiais mandados estagiar no Exército alemão, depois da reorganização de 1908, tais como os famosos RISG (Regulamento de Instrução e Serviços Gerais) e RSA (Regulamento dos Serviços Administrativos).

Durante o Governo Hermes, um grupo de jovens Oficiais fora mandado estagiar no Exército alemão e, ao retornar, iniciou uma intensa pregação do aperfeiçoamento profissional. Reforçada pela campanha cívica de Olavo Bilac, foi estabelecida a diretriz que considerava o serviço militar obrigatório um dos fundamentos da defesa nacional, considerando-se a sua existência desde os tempos de paz. Foram apelidados de "jovens turcos" — inicialmente, de forma pejorativa — e tinham a idéia básica de que a missão primordial do Exército é a defesa externa e que esta só pode ser concretizada pela existência de uma força terrestre adestrada, equipada e afastada do proselitismo político e, ainda, capaz de mobilizar, em curto prazo, uma Reserva, para atender às necessidades da segurança nacional.

Para veicular essas idéias e introduzi-las nos diversos níveis de comando, fundaram a Revista *A Defesa Nacional* (1913), cujo lema, "Rumo à Tropa", já era uma referência à situação reinante. No editorial do primeiro número da revista, manifestaram aqueles Oficiais a impossibilidade de sua convivência com a política partidária e o seu inconformismo com a acomodação profissional, que impediam o Exército de se modernizar. O seu programa de reformas era

extenso; constituição do Exército em Grandes Unidades, desde os tempos de paz; circunscrição mediante obrigatoriedade do serviço militar; instrução e ensino orientados para o combate convencional; construção de campo de instrução em todas as guarnições; aquisições de armamento moderno; fabricação nacional de munição e de estojos; distribuição de fardamento e de calçados adequados e, por fim, contratação de uma Missão Militar estrangeira, para colaborar na remodelação e no aperfeiçoamento profissional do Exército (visava-se à orientação alemã).

Se a presença dos "jovens turcos" traduziu o ingresso real do Exército no século XX e o começo do fim do predomínio da teoria positivista no meio da oficialidade, por outro lado representou a eclosão do movimento oposto chamado "tenentismo", que, após várias experiências revolucionárias na década de 20, veio a desaguar na revolução de outubro de 1930, vitoriosa, apesar da oposição ideológica dos primeiros.

Continuemos. A procura de identidade própria, o Estado-Maior do Exército dava seqüência às suas atividades e enfrentava problemas de vulto, a saber:

- dificuldade de mobilização, pois sendo um Exército profissionalizado, inexistiam condições de expansão do seu efeito, em caso de necessidade. Vejam bem, não havia Reserva;

- insuficiência de meios para a preparação e a renovação dos próprios quadros;

- verbas orçamentárias diretamente distribuídas pela União às OM, segundo seu efetivo estabelecido em lei, caracterizando uma excessiva autonomia dos Comandantes de Unidade, responsáveis, igualmente, pela incorporação dos conscritos;

- acúmulo de trabalhos administrativos, em detrimento de sua missão precípua.

Não obstante, no setor administrativo, foram tomadas providências de envergadura, tais como: a determinação de uma única data para a apresentação dos novos contingentes, a proibição de reengajamento a ex-praças, a fixação do período de serviço militar obrigatório por 1 ano civil (inicialmente, por sorteio), a adoção da Carteira de Reservista, a regulamentação da promoção de Sargentos ao oficialato, a organização dos Tiros de Guerra, a vinculação legal das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros, a extinção da Guarda Nacional, a construção da Vila Militar, o aumento de efetivos, a supressão dos castigos corporais, a fabricação de munições e de explosivos, a criação das Diretorias de Saúde e de Material Bélico, a aquisição de carros de combate e de canhões de campanha, culminando com a criação do Ministério da Aeronáutica, em 1941.

A Escola de Estado-Maior do Exército (ECEME), que fora criada em 1905, iniciava os seus primeiros passos inserida, obviamente, no contexto escolar já relatado. Em que pese a importância trans-

cidental do evento de sua fundação, no sentido de que o Exército Brasileiro caminhasse com suas próprias pernas, era acadêmica em excesso.

A Missão Militar Francesa (MMF), ao chegar, deu início, no mais curto prazo, à preparação dos novos Oficiais de Estado-Maior, à atualização dos conhecimentos dos antigos, através de um estágio de revisão e ao redirecionamento da doutrina ministrada pela ECEME. Se os "germanófilos" tinham o Exército alemão como modelo, a realidade do resultado da I Grande Guerra determinou a lógica escolha.

Tasso Fragoso, quando Chefe do Estado-Maior do Exército, comenta, com a autoridade que o caracteriza, a benéfica influência daquela missão na reestruturação da ECEME: "... seus antigos professores, verdadeiros autodidatas, buscavam nos livros, com louvável empenho, o ensino que deviam transmitir aos alunos, mas falariam de operações a que, na verdade, nunca haviam assistido. ... Os franceses, além da preparação teórica escolar, tinham vivido o drama da guerra, labutando, anos a fio, na conquista da vitória definitiva. Por isso, o ensino que nos proporcionam tem um sinal de realidade impressionadora e convincente. Devemos confessar, com absoluta lealdade e sem o mínimo vexame, que só aprendemos realmente o serviço capital de Estado-Maior, isto é, a arte de dirigir tropas e de provê-las, depois que a Missão não-lo ensinou."

Aos franceses devemos, ainda, a organização da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais — com o sistema de "Unidades-Escola", que funciona exemplarmente até os nossos dias — e a definição dos Grupos de Combate, como as menores frações de tropa com comando próprio, no organograma das unidades das armas-base, além da criação da Aviação Militar, da Artilharia Antiaérea e dos CPOR.

É oportuno ressaltar a significativa jornada efetuada simultaneamente por jovens Oficiais do quadro de instrutores da Escola Militar do Realengo, no sentido de elevar o nível das aulas e seções de instrução e modernizar o anacrônico método de ensino ali adotado, destacando-se, pelos expressivos trabalhos inovadores junto aos cursos de Cavalaria e de Artilharia, Euclides de Figueiredo e Lima e Silva, respectivamente. Tendo sido selecionados por concurso, sua ação reformadora — adquirida em estágio realizado no Exército alemão — deu novo alento a instrutores e instruendos, sendo denominada Missão Indígena, em contraposição à Missão Francesa, então recém-chegada ao nosso País.

Independentemente da influência de ambas, em 1928, foi criada a Escola de Engenharia, hoje denominada Instituto Militar de Engenharia (IME). Nesse conceituado estabelecimento de ensino foram formadas as primeiras turmas de engenheiros metalúrgicos brasileiros, que iriam semear a indústria siderúrgica nacional. Logo após, em 1931, cumprindo diretrizes do Presidente da República, o Minis-

tro da Guerra constituía a Comissão Nacional do Aço, composta por civis e militares, a qual traçou a política brasileira nesse setor da economia, vindo a tornar-se realidade com a Companhia Siderúrgica Nacional (1943). Iniciava-se, assim, o grande diálogo entre o empresariado nacional, que surgia, e as Forças Armadas (FA), assegurando o sistema econômico vigente em nosso País, reafirmando, depois, através do firme relacionamento estabelecido pela Escola Superior de Guerra (ESG), a partir de 1949. A convergência dos interesses da segurança nacional — representados pelo Exército Brasileiro — com os do setor empresarial nativo, resultou a nacionalização da indústria metalúrgica — em oposição ao ingresso do capital estrangeiro na produção de aço, insumo fundamental para a manufatura de armamento — e o estabelecimento, a seguir, do Conselho Nacional do Petróleo, formador da Petrobrás. A liderança militar constatava que a capacidade industrial independente — particularmente a indústria pesada — era o suporte da capacidade militar.

As inaugurações da Academia Militar das Agulhas Negras e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, na Praia Vermelha, bem como a implantação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, do Instituto Militar de Engenharia e da Escola de Sargentos das Armas, além das escolas de ensino de especialização e de extensão e dos diversos cursos de aperfeiçoamento de Sargentos, alicerçaram o Exército em bases de

ensino sólidas e modernas. Seus quadros têm formação e reciclagem adequadas aos novos tempos e aos progressos alcançados pela ciência militar, nivelando-se aos melhores padrões existentes.

O surgimento de Brasília materializou a interiorização do Brasil — iniciada com a criação da Fundação Brasil Central — fazendo-o voltar-se para o interior e o estreito relacionamento com os seus vizinhos da América do Sul, redimensionando a sua estratégia global. Tornando-se um país continental, evoluiu nosso País da antiga tradição herdada de Portugal — e fundamentada no imenso litoral de 8 mil quilômetros e no transporte de cabotagem — então preponderante, que o considerava um país marítimo.

A Revolução de 31 de Março desenvolveu o poder militar do Estado, em virtude da imperiosa necessidade de garantir a riqueza material e as fronteiras terrestres — que representam o dobro do litoral marítimo — e de assegurar a expansão das comunicações e a multiplicação da malha rodoviária do País. Poder consolidado, mais tarde, pela oportuna decisão presidencial a respeito da adoção de uma política nuclear independente.

Os anos de 1959 a 1977 são datas marcantes para o Exército: no primeiro, iniciou-se a formação de Oficiais pertencentes ao Quadro de Material Bélico, na Academia Militar das Agulhas Negras, dando início à especialização da oficialidade, no mesmo nível das Armas e do Serviço de Intendência; e, no segundo, houve a denún-

cia unilateral brasileira dos tratados de assistência militar norte-americana, deixando claro que, dali para a frente, o Exército Brasileiro seria equipado com material e empregaria doutrina e tecnologia nacionais. Os frutos já estão sendo colhidos: a tropa mecanizada está dotada desse material e o Brasil figura, nos dias de hoje, como um dos principais exportadores de material bélico produzido por uma nascente indústria pesada, que utiliza capital, mão-de-obra e técnicos exclusivamente nacionais, incentivada pela Indústria de Material Bélico (IMBEL), empresa intimamente ligada ao Ministério do Exército.

Sabidamente, o nível de operacionalidade da Força Terrestre é a resultante dos seguintes fatores: pessoal, material (com ênfase no binômio armamento-munição), adestramento (doutrina) e estrutura organizacional.

Essas condicionantes têm peso específico, semelhante, contudo, caso a primeira incógnita seja negativa, a equação está definitivamente inviabilizada: é óbvio que o homem é o fator essencial para que a tropa exista fisicamente e, munido de sua arma, concretize a Força. Ele é o único parâmetro constante, enquanto os demais variam de acordo com os progressos tecnológico e cultural da sociedade que os abrange. É notório que pequenos grupos de guerrilheiros derrotaram efetivos superiores de tropa convencional, mais bem armados e instruídos, contando com pouca disponibilidade

de material, o que torna lícito concluir que o homem, por intermédio do condicionamento mental — a Vontade —, desde que armado, prepondera sobre os demais fatores da operacionalidade. Evidentemente, o adestramento militar e o preparo físico são fatores primordiais na formação do combatente, mas é a sua total identificação com a causa pela qual arrisca a vida a motivação decisiva. Para isso, ele deve estar permanentemente bem informado sobre a realidade do campo de batalha, bem como consciente politicamente e solidário com a sociedade que integra como cidadão. Ao progredir sobre o objetivo a conquistar, deverá fazê-lo certo de estar com a razão, acreditando resolutamente na causa que defende. Só assim advirá o êxito. Entretanto, a adequação do material, da doutrina e do organograma não deve ser minimizada e, para que se tenha uma força armada estruturada, profissional, são imprescindíveis a existência harmoniosa dos quatro fatores, colocados sob um comando único e capaz.

O nosso Exército, evoluindo ao longo do tempo, abordou simultânea e criteriosamente as componentes apresentadas. A estrutura organizacional da Força Terrestre foi edificada, muitas vezes, utilizando os ensinamentos adquiridos em lutas e combates internos e externos; outras, por simples intuição; outras, ainda, buscando aperfeiçoar-se valendo-se de seus próprios esforços ou da experiência alheia, sendo, hoje, considerada uma tropa operacional.

Malgrada essa comprovação, a busca do aprimoramento é permanente.

APRIMORAMENTO**

Durante muitos anos, a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército contribuiu de forma limitada para a formulação de uma doutrina militar terrestre brasileira, adequada às disponibilidades e necessidades da FT, atendendo, portanto, às limitações, peculiaridades, possibilidades e aos problemas do País. Tal fato ocorreu porque era norma e mera absorção de doutrina alienígena: a francesa, como vimos, e, posteriormente, a norte-americana, depois da participação na campanha da Itália, ocasião em que tivemos acesso físico aos novos materiais e às técnicas modernas⁷. Só a partir da década de 60, a ECEME, influenciada pela Escola Superior de Guerra, passou a tratar da adoção de doutrina para o Exército, concentrando o esforço principal ao nível tático e transformando-se em laboratório bem sucedido na formulação da doutrina de emprego da tropa no Teatro de Operações (TO). No entanto, pequena tem sido a sua contribuição para a doutrina desse emprego, em nível mais elevado, definindo a estratégia nos campos

da mobilização, do transporte e do suprimento da Força Terrestre.

Esta lacuna decorre de fatores vários: históricos, estruturais e, sobretudo, de controvérsias em torno da percepção do fenômeno estratégico na área militar que, no conceito de alguns, transcende do clássico para um universo mais amplo, que inclui a concepção de políticas e o planejamento de ações referentes à organização, preparo e alta administração da FT. Na realidade, têm faltado à ECEME condições para o desenvolvimento e a aplicação de um método de planejamento para induzir objetivos e reduzir as ações relativas ao adestramento e ao emprego, tomadas em sentido abrangente.

A ESG desenvolveu, com êxito, um método visando a racionalizar a ação política no que diz respeito às responsabilidades do Governo Federal para a formulação da política nacional e o estabelecimento das estratégias correspondentes. Curiosamente, a ECEME não dispõe da doutrina, nem dos métodos, para estudar e propor a participação da Força Terrestre nos problemas militares analisados e avaliados naquele nível mais elevado, completando assim o trabalho da ESG.

Essas observações podem encaminhar a apreciação da questão sobre a preponderância ou não da Tática sobre a Estratégia nos estudos da ECEME, devendo esta estudar tão bem a Estratégia como já o faz em relação à Tática. O nivelamento do interesse da ECEME pela Tática e a Estratégia visa a evitar a persistência da omissão

** As idéias desenvolvidas neste capítulo não pertencem ao Autor, que apenas as sintetizou de um depoimento do Exm^o Gen Div Diogo de Oliveira Figueiredo, ex-Comandante da ECEME.

que hoje existe na formação de Oficiais de Estado-Maior: excelentes nas preocupações de ordem tática, envolvem-se em dificuldades quando solicitados a interpretar, em sua devida complexidade, as questões estratégicas da Força Terrestre.

Essa dedicação equilibrada, integrando Tática e Estratégia, só pode ser obtida na ECEME aproveitando a eficiente estrutura organizacional que atingiu e, por intermédio de dois cursos de níveis diferentes: o Curso de Comando e Estado-Maior (CEEM) e o Curso Superior de Comando (CSC) ou Curso Superior de Altos Estudos Militares (CSAEM), como o denominou recente diretriz ministerial.

O estudo de matérias de cultura geral está embutido no mesmo objetivo. O fato de se englobar, sob este título, assuntos como Geografia, Geopolítica, História, Economia, Sociologia etc. emprestou-lhe caráter ornamental, parecendo ser temas supérfluos, quando são essenciais: eles embasam o conhecimento da realidade conjuntural e possibilitam a análise e a avaliação do problema militar.

Esta é a grande importância das matérias — coloquemos entre aspas — “de cultura geral”, pois, na verdade, pertencem ao grande grupo de Assuntos Estratégicos, essenciais para a formação completa do Oficial, tornando-o apto a exercer, com segurança, as funções existentes nos mais altos níveis de planejamento e comando da FT: aquelas que tratam de políticas e estratégias.

Criando uma imagem para esclarecer a compreensão, pode-se afirmar que a ECEME se limita a estudar as atividades da Zona de Combate (ZC) e, quando muito, atinge a Zona de Administração (ZA). Urge ampliar esse trabalho, deslocando-o para um ponto de perspectiva mais amplo, de onde pudesse avaliar todo o quadro conjuntural que cerca os problemas castrenses.

Não se chegou, todavia, ao desenvolvimento e à aplicação de um método de análise do ambiente conjuntural, com olhos e sensibilidade militares, para dele defluir conclusões de ordem estratégica do interesse da preparação e do emprego da FT. Este é o problema: a ECEME necessita de método que integre estudos acurados de assuntos de embasamento estratégico com as necessidades de planejamento de alto nível da Força Terrestre. Isto é, um estágio ou período complementar ao de Estado-Maior de Grande Comando, ou, melhor dizendo, um curso em que se trate não mais do *know-how* dos assuntos militares e, sim, do “*know-why*”.

Ela não se dedicou, ainda, a elaborar uma metodologia para o estudo da Estratégia para a Força Terrestre e esse deve ser o papel essencial de Curso Superior de Comando. O CSC não é alheio à ECEME e sua organização naquela Escola será o momento culminante de sua evolução, pois é indispensável em um instituto de altos estudos militares.

Não se trata do simples retorno ao curso de 3 anos, como vigia

nos anos anteriores a 1977 e aparenta significar à primeira vista. Considerando imprescindível a criação do CSC, no mais curto prazo, uma visão sintética desse curso poderia ser sugerida, do modo que se segue:

- sua realização seria após o curso de 2 anos da ECEME, mas não imediatamente após;

- teria 1 ano de duração;

- seria efetuado na mesma Escola, isto é, no memo prédio, "de mãos dadas", sob a mesma direção, utilizando a mesma administração, um complementando o outro;

As turmas seriam compostas de 25 a 30 Tenentes-Coronéis, ou Coronéis modernos. Esses Oficiais possuiriam, no mínimo, 5 anos de experiência em trabalhos de Estado-Maior de GU e 2 anos de Comando de Unidade valor Batalhão, o que lhes daria razoável visão dos problemas do Exército:

- O currículo seria repartido em três grandes grupos de assuntos: Estratégia, Logística e Método (estes dois últimos visando à Estratégia); coerente com o curso de EM de 1º nível, que também deveria abranger três grandes conjuntos de matérias: Tática, Logística e Método (estes dois para atender à Tática). Dessa forma, a ECEME, como um todo, se dedicaria a quatro setores de ensino: Tática, Estratégia, Logística e Método. Posteriormente, através do Curso de Estado-Maior e Comando das Forças Armadas (CEMCFA), o educando selecionado teria acesso a conhecimentos a nível de Forças Armadas.

Criando o CSC, a ECEME contribuiria com o melhor dos esforços ao encontro do que vem realizando o EME, no sentido de subordinar todo o planejamento à definição da concepção estratégica da Força Terrestre. A lacuna existe porque a ESG não forma estrategistas para a Força Terrestre, haja vista que, no CEMCFA, são preparados Oficiais das três Forças Armadas (FA) para estudar uma doutrina de FA e, no Curso Superior de Guerra, estuda-se a formulação e aplicação de doutrina de ação política, posta a nível de política e estratégia nacionais de desenvolvimento e segurança. Presentemente, não existe órgão que habilite o estrategista a nível de Força Terrestre.

Este assunto é de tal magnitude que, para a formulação do currículo, tanto a própria ECEME como o EME poderiam desenvolver estudos a partir daqueles existentes em Escolas de outros Exércitos ou nas demais Forças Singulares brasileiras:

- ESG, ECEMAR, EGN, ESNI (quanto a Informações Estratégicas);

- Escolas congêneres da Itália, da França, da Alemanha e dos EUA.

O grande problema seria estabelecer um método de estudo estratégico para a FT, paralelamente à formulação da doutrina, que seria aperfeiçoado, progressivamente, pelos corpos discente e docente do Curso. O aspecto essencial envolveria desde a identificação dos problemas militares do Brasil, passando pelas organização e articu-

lação da FT até o apoio logístico para as ações estratégicas, e os estudos do CSC seriam voltados, também, para a política e o planejamento estratégico setoriais, visando ao aperfeiçoamento, fortalecimento e emprego da FT.

Abbrangeria o exame crítico da doutrina e dos métodos, considerada e analisada a problemática da segurança e da defesa interna e externa, inclusive os aspectos relativos aos meios político, econômico e psicossocial que sustentam, animam e modelam o organismo militar terrestre.

Abordando a didática, ousaria observar que a metodologia de ensino da ECME, que foi inovadora, criativa, corajosa, um exemplo de modernização no pós-II Grande Guerra, ao passar do tempo, vem carecendo de procedimentos mais ágeis e adequados. A ECME poderia conduzir o ensino, os estudos e a aprendizagem, reduzindo a carga horária referente a aulas e substituindo-a por discussões e debates dirigidos, trabalhos de grupo e relatórios escritos individuais e de grupo.

Não apenas explorando tópicos ou temas, mas efetuando pesquisas, estudos e análises, visando à solução de problemas de caráter militar e desenvolvendo, assim, a percepção e a sensibilidade do aluno, levando-o a refletir, a argumentar, a concluir, a criar e a redigir, com lógica, coerência e conhecimento de causa.

Seria a aplicação em larga escala de didática de nível superior, usual em cursos de mestrado e doutorado, ocasião em que não ca-

beria mais o papel convencional do "instrutor" — responsável pelo ensino de habilidades — mas o papel do mestre, do professor, do orientador dos estudos, das pesquisas, dos trabalhos e da aprendizagem.

Essa mudança de atitude em face da didática é complexa, porquanto é indispensável que os instrutores e alunos a compreendam e a aceitem como a melhor, para o êxito de sua aplicação, obedecendo aos parâmetros da disciplina intelectual.

Está ultrapassada a tradicional fórmula da aula valorizada pela eficiência com que o instrutor verbaliza, com que ele coloca os conceitos que a "Casa" julga serem de conhecimento indispensável. O posicionamento do ensino de nível superior não é o de matéria verbalizada, apresentada, matéria sabida. O conceito correto é o de que o ensino deixa de valer pelo desempenho do expositor-professor (típico do ensino médio) e passa a valer pelo estímulo à aprendizagem do aluno, pela provocação ao seu raciocínio, pelo desafio à sua reflexão, à sua criatividade e ao seu talento.

Se a matéria é simples, não há razão para ser focalizada dentro do conceito antigo de "dar a matéria". O instruendo deve tomar a iniciativa de ler, interpretar e reter os conceitos fundamentais, preparando-se para debater questões sobre os pontos duvidosos ou de alguma complexidade. Se ele, ostensivamente, não apresentar dúvidas, o professor deve motivá-lo, visando a esclarecer os assuntos

julgados de mais difícil percepção.

É preciso uma disciplina intelectual rigorosa e é fundamental que ambos, orientador e aluno, acreditem no método. O primeiro deve ser rigoroso porque o segundo tentará levá-lo à exposição da matéria e se ele ceder, o método regredirá, na medida em que o aluno tende a não estudar em domicílio, esperando a exposição do instrutor. Perguntas sobre assuntos óbvios não devem ser explanadas, antes o orientador deve determinar a realização de pesquisas nos textos distribuídos e na bibliografia indicada.

O essencial é levar o formando a pesquisar, a analisar, a refletir, a expor, a argumentar, a debater, a concluir, preparando-se para avaliar e criar, tarefas fundamentais do Oficial de Estado-Maior que, através da constante busca do aprimoramento profissional — tanto no nível tático como no estratégico — representa o fato gerador de um Exército apropriado à realidade brasileira, atualizado e comprometido com o futuro, eis que esteado num passado pleno de realizações e rico de ensinamentos.

NOTAS DO AUTOR

¹ Vejamos a preocupante situação fiduciária do Império, extraída do livro de Valentim F. Bouças, *História da Dívida Externa da União*, após concluída a campanha:

“Nesse mesmo decênio (1860-70), os gastos do Ministério da Marinha passaram de 7.903:253\$000 a 16.952:788\$000 e dos do Ministério da Guerra, de 11.505:722\$000 a 59.888:152\$000, sendo a receita arrecadada de 639.481:039\$000 e a despesa de 1.003.468:377\$434, o que produziu o formidável déficit de 363.987.337\$448”.

Para cobrir o saldo negativo, foi negociado o empréstimo de 5 milhões de libras esterlinas aos bancos ingleses e a circulação de papel moeda passou de 28.090:000\$000, em 1864/5 a 151.078:550\$000, em 1870/1. Esses pesados encargos monetários forçaram a criação de novos impostos e taxas, gravaram os vigentes e aumentaram a emissão de apólices em cerca de 184.000:000\$000. Tudo encareceu o custo de vida, aviltou o câmbio de divisas, abalou o sistema de crédito interno e acelerou a dívida externa, resumo que bem caracteriza essa ruínosa década financeira, consequência do enorme ônus imposto ao Império pela guerra de 1864/70.

² Antecederam ao Exército do Sul as legiões, forças de caráter regional, que enquadram tropas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia e atuavam independentemente, concretizando o emprego combinado das Armas, o que as caracteriza como a lídima precursora das atuais Brigadas. Elas foram extintas, por transformação, pelo Decreto de 19 de dezembro de 1824, gênese do Exército Brasileiro unificado e distribuído em todo o território nacional.

³ Vale a pena tomar conhecimento do que diz Paula Cidade sobre a criação dos “Cadetes”, na segunda metade do século XVIII, categoria destinada a interessar os nobres pelo serviço militar. Eram eles jovens fidalgos ou filhos de Oficiais-Generais e de mestres-de-campo, admitidos com 15 a 20 anos de idade, limite posteriormente dilatado. Usavam uniforme de Oficial (desprovido de galões, bordados e alamares) e freqüentavam esse círculo, “sem serem obrigados a usar bigodes”. Não concorriam às escalas de cavalaria e de sentinela das armas, prestando apenas o serviço externo de patrulha, em condições iguais aos sar-

gentos e furriéis. Podiam ser promovidos ao oficialato, sem tempo determinado de praça.

Em 1820, surgem os "Segundos Cadetes" e "soldados particulares", para aproveitar os filhos de família de menor nobreza, de Oficiais, de negociantes abastados e de personalidades de prestígio. Tal sistema funcionou até 1888. Hoje, em homenagem ao passado, os alunos da Academia Militar são designados Cadetes, como sabemos.

⁴O início das atividades industriais em nosso País ocorreu em 1762, através da Casa do Trem, depois Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro. A Fábrica de Pólvora, estabelecida, em 1808, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, na Cidade do Rio de Janeiro (depois transferida para Estrela-RJ), foi a precursora da indústria genuína nacional.

Assegura Pondé que "... o Tratado de Comércio, assinado em 1812, entre Portugal e a Inglaterra, determinando, para as mercadorias britânicas, um pagamento na Alfândega de, no máximo, 15% *ad valorem*, incrementou bastante a importação brasileira de produtos ingleses, tais como casimiras, louças, queijos, manteiga e tecidos. Este Tratado, que vigorou até 1844, garroteou o Brasil, e o conservou com sua estrutura orientada, em quase 1 século, para exportar matérias-primas e gêneros alimentícios. O Brasil não acompanharia o surto de industrialização que se processou em outras nações, sobretudo na segunda metade do século XIX, quando o País dispunha apenas de 50 empresas industriais, incluindo-se nelas suas ainda precaríssimas salinas. No fim do século XIX, apesar das iniciativas de Mauá, conseguimos atingir, no máximo, 636 indústrias."

⁵A maneira mais eficiente encontrada pelos colonizadores para assegurar o *status-quo* foi a manutenção de rígido código disciplinar destinado a sufocar — pelo seu excessivo rigor — qualquer sentimento de desagrado dos nativos e reduzi-lo à submissão. Assim descreve J. B. Magalhães as punições vigentes, na época:

"'Condenação a 'polé' era menos bárbara que 'mutilação', pois consistia apenas em levantar a vítima ao alto, por uma corda, e deixá-la cair de súbito, várias vezes. Chamava-se a isto 'dar tratos de polé'."

Em fins do século XVIII, a disciplina era mantida, principalmente, tratando-se de faltas

leves, com prisão e multa. No tempo do General Böhm, a multa era de 1 vintém por dia e ele, achando isto ineficaz e prejudicial ao soldado, propôs sua substituição por bengaladas ou pranchadas."

A punição a polé foi suprimida após a Guerra do Paraguai e as pranchadas (pançadas aplicadas com a parte larga da espada, nas costas do condenado) foram utilizadas até o advento da República.

⁶Há notícias da convocação, pelo Comandante das operações em curso, dos chamados Conselhos de Guerra — compostos de todos os Oficiais participantes da ação —, excepcionalmente, nos momentos de extrema crise militar, a partir de 18 de abril de 1763, quando foi decidida a rendição do Forte de Santa Teresa às tropas de Pedro Ceballos, bem superiores em número. A mais célebre dessas conferências — o resultado era obtido através de votação nominal e configurava a "tomada da decisão" pelo Comandante, retirando-lhe a responsabilidade pessoal da ação a executar — foi a efetuada na noite de 28 de dezembro de 1864, ocasião em que o Ten Cel Herme-negildo Portocarrero retirou-se do Forte de Coimbra, no limiar da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Sem dúvida, são o embrião das atuais reuniões de Estado-Maior, porquanto era feito, grosso modo, o Estudo da Situação: forças em confronto — amigas e inimigas — (1ª e 2ª Seções), meios disponíveis (4ª Seção) e possíveis linhas de ação (3ª Seção).

⁷A brilhante trajetória da Força Expedicionária Brasileira (FEB), no Teatro de Operações europeu, foi o marco decisivo para a modernização e a comprovação do valor e da competência de nossa Força Terrestre. As atividades castrenses, desde a tática e a logística, passando pelo desenvolvimento de nova doutrina, pela provisão e o emprego dos blindados, pela aquisição de novas técnicas e de materiais de Artilharia, de Engenharia e de Comunicações, tudo foi equacionado e desenvolvido com método e dinamismo. A FEB teve, acima de tudo, a prerrogativa de contagiar o Exército com o seu idealismo, inoculando-lhe um espírito jovem, inovador, autêntico, que remodelou a sua estrutura organizacional, impulsionou o seu progresso material e aperfeiçoou o adestramento dos quadros e da tropa,

retemperando o combatente brasileiro, ausente dos campos de batalha desde a Campanha da Tríplice Aliança. O episódio dos combates

na Europa foi o marco que definiu o princípio do fim da influência francesa e o advento da escola norte-americana.



O Cel Cav R/1 Davis Ribeiro de Sena tem os cursos da Academia Militar das Agulhas Negras, Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. No campo civil, tem os cursos de Administração de Empresas (Bacharel), de Organização e Métodos, de Administração de Pessoal e o Curso de Introdução a Computadores para Executivos. Entre as comissões militares desempenhadas destacam-se: Chefe da 3ª Seção da 6ª Brigada de Infanteria Blindada (Santa Maria, RS), Chefe da Divisão Cultural e Histórica do Centro de Documentação do Exército (Brasília, DF), Chefe da 4ª Seção da Inspetoria Geral das Polícias Militares (Brasília, DF) e Comandante do 17º Regimento de Cavalaria (Amambai, MS).



A DEFESA NACIONAL

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros

PEDIDO DE ASSINATURA

Nome (em letra de imprensa)

Identidade

Posto, graduação ou profissão

Endereço (rua, número e bairro)

Cidade

Estado

CEP

Assinatura de 1986: Cz\$ 67,20

— PAGAMENTO:

Em cheque

☐

Emitido em nome de "A DEFESA NACIONAL", podendo ser da praça de origem do assinante.

Em vale postal

☐

A favor de "A DEFESA NACIONAL", pagável na Agência Postal Telegráfica "QUARTEL-GENERAL" — Rio de Janeiro.

A DEFESA NACIONAL

Palácio Duque de Caxias — Praça Duque de Caxias, 25

20455 — Rio de Janeiro — RJ

Tel.: 253-4628



Assinatura do NE

Os militares, particularmente da reserva, que desejarem fazer uma assinatura semestral do "Noticiário do Exército", deverão enviar o pedido para:

Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias — Quartel-General do Exército — Setor de garagens — SMU — CEP 70.630 — Brasília—DF — Tel.: (061) 225-0260 Ramal 2939.

O valor da assinatura semestral será de Cr\$ 24.300,00 (vinte e quatro mil e trezentos cruzeiros) e a quantia deverá ser remetida através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a Agência QGEx — BSB, por Vale Postal, em nome do Estabelecimento General Gustavo Cordeiro de Farias.

O pedido deverá conter os seguintes dados: Nome completo, Endereço, Bairro, Cidade, Estado, CEP e número do Vale Postal.

O NE será remetido diariamente.



EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO DE OFICIAIS

Clarke M. Brintnall

(Tradução do Cel Art QEMA
Luiz Paulo Macedo Carvalho)

O Brasil e os Estados Unidos estão ligados por um grande tesouro de princípios e ideais comuns, por uma história de campanhas das quais participamos juntos e de duradouros interesses mútuos. Como cidadãos de países livres, acreditamos firmemente em que nossas vidas são mais bem vividas, nossos valores mais bem preservados e nossos ideais mais bem alimentados quando as nossas nações estão em paz. Mas compreendemos, também, que a paz é mantida através da força.

Primeiramente, gostaria de salientar que os conceitos e idéias, apresentados no bojo desta palestra, não são de minha autoria, mas do Gen Ex William Richardson, Chefe do Comando de Instrução e Doutrina do Exército dos Estados Unidos da América. Dado o Gen Richardson manifestar interesse pessoal e profissional pelas Forças Armadas brasileiras, autorizou-me a valer-me de seus pontos de vista, que considero de grande valia universal.

O segredo da força e da paz é a competência total em fazer a guerra. Preparando-nos integralmente, capacitando nossos soldados e nossas Unidades para a luta, o risco da guerra é assim reduzido. Esta é uma obrigação que nós, do Exército, partilhamos e uma obrigação que aceitamos, tanto como um imperativo moral, quanto profissional.

Contudo, a preparação para a guerra é um esforço difícil e exigente e, de vez em quando, somos obrigados a examinar se não poderíamos estar fazendo mais do que estamos. Uma expressão amplamente difundida e particularmente influente tem insinuado nossa inadequação para esta tarefa, lembrando-nos de algo que não desejamos que nossos Oficiais demonstrem.

Refiro-me à expressão "a mentalidade militar", que primeiro se tornou um lema, depois conquistou certa aceitação, começou a parecer exprimir o óbvio e, agora, é, às vezes, utilizada como equivalen-

te a uma prova de incompetência. Esta expressão atinge a imaginação da maioria das pessoas tão poderosamente que faz com que qualquer explicação pareça uma redundância. Todos sabem o que querem exprimir ao usá-la e, quando o fazem, são totalmente compreendidos. A "mentalidade militar" não tem imaginação, falta-lhe criatividade e sua flexibilidade é insuficiente. Caricaturas cinematográficas e sátiras literárias nos provam isto.

Esta crença tem sido também apoiada por muitos escritores cultos. Samuel Huntington, em seu livro clássico *O Soldado é o Estado*, observou que a mentalidade militar é considerada "disciplinada, rígida, lógica e científica", mas não "flexível, tolerante ou intuitiva". H. G. Wells acreditava que a mentalidade profissional militar era "necessariamente inferior e desprovida de imaginação", e Bernard Brodie escreveu que, "quando se torna realmente conspícua como tal, a mentalidade militar, geralmente, está agindo obtusamente".

Portanto, nada há de novo ou de inusitado em se exprimir ansiedade com relação à proficiência militar. Na verdade, podemos nos acostumar a isto, aceitando a expressão de tais receios como tópicos normais e apropriados a exercícios literários sociológicos, históricos, políticos, poéticos e outros mais. Às vezes, reconhecemos este comentário como manifestação grosseiramente simplificada do passado e como reflexos de um pendor para altas generalizações,

amplas e infundadas. Sentimos que tais generalizações deliberadamente ignoram as tradições de pensamento profissional refletidas nas carreiras de Oficiais como o Marechal Humberto Castello Branco. Sabemos, também, que elas não levam em consideração os gênios de Comandantes como Luís Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias.

No entanto, não devemos nos tornar complacentes, nem insensíveis, nem indiferentes à crítica. Porque, neste mundo perigoso, onde buscamos a competência que primeiro manterá a paz e depois prevalecerá, caso a guerra venha a ocorrer, cada um de nós deve desenvolver uma mentalidade militar — no sentido positivo. Ela deve ser uma mentalidade impregnada dos métodos, processos e fundamentos da profissão, mas audaz, original e criativa em sua aplicação; uma mentalidade que seja taticamente competente e tecnologicamente atual, mas sensível aos fatores humanos variáveis e incalculáveis quando de uma guerra; uma mentalidade que compreenda a utilidade do conhecimento e da inteligência, a importância da adequação e o poder do caráter digno.

Deve ser uma mentalidade temperada por instrução sistemática, alargada por uma educação progressista e aprofundada por uma experiência crescente, tanto real quanto delegada. Em resumo, deve ser uma mentalidade que busque, rigorosa e continuamente, dominar a arte e a ciência da guerra.

Esta introdução nos leva ao tema desta palestra: "Educação e Instrução de Oficiais". Tanto o

Exército Brasileiro quanto o dos Estados Unidos estão empenhados em desenvolver uma sólida mentalidade militar em seus Oficiais, em enriquecer sua competência e em prepará-los, meticulosa e sistematicamente, para a guerra. Como realizamos este empreendimento é algo muito importante e constitui o foco de nossas observações de hoje. Especificamente, queremos indicar, em linhas gerais, algumas atitudes e condições que têm influenciado o desenvolvimento profissional dos Oficiais, examinar que efeito tem surtido e, finalmente, sugerir uma direção para o futuro. Na maioria das vezes, os senhores sentirão que estaremos falando sobre o Exército dos Estados Unidos. Mas também me utilizarei da História e da experiência do Exército Brasileiro, sempre que me parecer ilustrativo. O que nossos dois países estão tentando fazer — cremos nós — é criar uma mentalidade militar esclarecida.

Nossa esperança é de que estas reflexões sobre um assunto de importância mútua lhes forneçam perspectivas de utilização e que contribuam para uma compreensão de nossos interesses comuns no futuro.

É, certamente, vital que os Oficiais de hoje estejam constantemente conscientes dos fatores proeminentes do pensamento e da prática militar que irão moldar o campo de batalha do futuro. As razões são suficientemente claras.

Diariamente, uma verdadeira barragem de notícias enfatiza o perigo em potencial: a contínua proliferação das armas nucleares;

as condições econômicas e a desordem social continuamente piores em numerosas partes do mundo; o crescente surgimento de vários movimentos revolucionários militantes; a progressiva intensificação e difusão do terrorismo; o número sempre maior de Exércitos tecnicamente sofisticados; e a nossa permanente dependência de acesso a mercados e materiais estrangeiros. Naturalmente, no caso das Falklands ou Malvinas e de Granada, nós reaprendemos a esperar o inesperado.

Extremamente perturbador é o terrível poderio militar agora encontrado nas mãos de líderes cujas ideologias e cujos objetivos são incompatíveis com os nossos. Durante as duas últimas décadas, a União Soviética abertamente empreendeu uma vasta ampliação de sua capacidade militar e ampliou sua influência, bem como sua presença militar, por todo o globo.

Hoje em dia, no Exército dos Estados Unidos, precisamos ser capazes de nos defender contra forças terrestres poderosas, contra seus bem equipados representantes e contra forças paramilitares e terroristas nativas. Precisamos ser capazes de operar em selvas, em montanhas, cidades ou em ondulantes planícies. Precisamos estar preparados para lutar com outras forças singulares e outros aliados e ser capazes de dispor nossas tropas rapidamente. Precisamos fornecer o apoio necessário à manutenção de operações de combate. E precisamos dispor de recursos táticos e técnicos para vencer.

Estes desafios são tremendos, mas existem outros mais. O ritmo de adiantamento dos sistemas de armamento, de organização e doutrina se acelerou. O alcance e a complexidade aumentados das operações, o andamento acelerado dos combates e a rápida modificação da tecnologia representam mudanças quantitativas. As Divisões de hoje terão amanhã de operar como os Corpos de Exército de ontem. Os Comandantes de Batalhão de hoje precisam pensar como os Generais de ontem. E os especialistas em logística de hoje precisam ser mais audaciosos e mais criativos do que seus predecessores, a fim de manter e reabastecer as forças em combate.

Tudo isto exige excelência no sistema de formação profissional de um Oficial. No entanto, qualquer pessoa familiarizada com as complexidades existentes em formar e colocar em campo um Exército diante de recursos limitados sabe que é preciso equilibrar necessidades conflitantes. Dinheiro gasto para aumentar a capacidade de mobilização não pode ser utilizado para melhorar as forças já existentes. A economia nacional, as necessidades sociais, a política e outros assuntos externos influenciam o tamanho do Exército, o número de Batalhões e Divisões, o treinamento e os exercícios e o grau de desenvolvimento de armas e equipamentos. Precisam ser estabelecidas prioridades e respeitados os reclamos legítimos de outros setores quanto aos recursos nacionais. De qualquer forma, é preciso que homens capazes e com prática

na arte e na ciência da guerra sejam preparados hoje, ou não estarão disponíveis amanhã.

Existe, sugerimos nós, uma correlação entre a nossa situação hoje em dia e a nossa capacidade futura. Se desejamos avaliar a vitalidade, a capacidade e a eficiência no Exército de amanhã, nenhuma medida melhor pode ser encontrada do que o estado de desenvolvimento de nossos Oficiais neste momento. A longo prazo, não faz sentido limitar nossa avaliação a custos e vantagens a curto prazo. Educando e instruindo Oficiais, total e minuciosamente, desenvolveremos hábitos de pensamento e pesquisa que tornarão estes Oficiais incuravelmente curiosos quanto à sua profissão e a seu aperfeiçoamento.

Os estilos e a substância da educação e instrução de Oficiais se modifica de acordo com a época. E, na verdade, tem de ser assim. Mas as tarefas fundamentais continuam as mesmas: desenvolver uma visão da natureza da guerra futura e preparar Oficiais para lutar e vencer. Como Subcomandante da Escola de Infantaria do Exército dos Estados Unidos na década de 1930 e, mais tarde, como Chefe do Estado-Maior, durante a II Guerra Mundial, o Coronel George C. Marshall disse aos corpos docente e discente de Fort Benning "que estudassem os primeiros 6 meses da próxima guerra". Marshall era muito convincente no incentivo à preparação correta de Oficiais para um futuro incerto, fornecendo como subsídio a este

objetivo conceitos extraordinariamente originais e valiosos.

Muito se tem escrito sobre o fato de a Prússia ter emergido como grande potência militar na Europa se dever às reformas introduzidas após sua derrota em Iena, em 1806. Mas a derrota no campo de batalha não precisa ser o único impulso para a reforma. A experiência dos Estados Unidos entre as duas Guerras Mundiais nos dá um exemplo disto.

O Exército dos Estados Unidos daquela época era uma força limitada, que consistia de cerca de 150 mil homens e estava espalhada por várias guarnições pequenas em todo os Estados Unidos e seus territórios. Para alguns, aquele período foi, realmente, um agradável interlúdio de jogos de golfe, passeios a cavalo e vida social. Mas a maioria dos Oficiais aproveitou o tempo para se aperfeiçoar em sua profissão.

Em Leavenworth, no War College, como em outras escolas, Oficiais aprendiam a planejar, a pensar e a decidir, através de exercícios de logística, mobilização e tática. A competição era intensa, particularmente em Leavenworth. Mas também se dava ênfase ao trabalho de equipe, que pagaria altos dividendos durante a II Guerra Mundial em termos de manobras de Divisões e Corpos de Exército e de abastecimento dos Teatros de Operação. Se este período foi a época áurea da preparação e instrução de Oficiais do Exército dos Estados Unidos — e estamos lembrando que o foi —, a razão disto foi que treinamento, ensino e ins-

trução eram vistos como serviço meritório pelos maiores cérebros da época.

Já mencionamos George Marshall. Ele se destaca como uma figura obstinadamente singular e exemplar. Marshall era singular em sua crença inabalável nas possibilidades e na potencialidade da educação e da instrução. Era exemplar em sua capacidade de abrir as mentes e de inspirá-las.

Como Subcomandante da Escola de Infantaria, imediatamente dedicou-se a ensinar a toda uma geração de Oficiais a pensar claramente sobre o campo de batalha. Insistia em que a Escola “descesse às coisas essenciais, tornasse claras as dificuldades reais e expurgasse o falatório inútil, as complicações e as dificuldades”. A par de enfatizar a simplicidade e a flexibilidade, acentuava os métodos e princípios de comando, e o valor de rijos e exigentes exercícios práticos de campo.

Antes de chegar à Escola de Infantaria, Marshall havia observado um exercício em que um Oficial fracassa ao executar um cerco porque não tinha conhecimento suficiente para redigir uma ordem meticulosa. Ao saber que aquele homem fora o primeiro aluno de sua Turma de Infantaria, Marshall resolveu tomar a Escola em suas mãos e ensinar a realizar operações sob condições normais de guerra. Durante o tempo em que Marshall dirigiu a Escola, os alunos muitas vezes recebiam cartas estrangeiras ou antiquadas, informações incompletas, eram forçados a agir sem dispor de meios de comunica-

ção, era-lhes dado pouco tempo para planejar e, rotineiramente, eram levados a lutar com o inesperado. Engenhosidade e imaginação eram enfatizadas.

Uma das primeiras ordens de Marshall foi a de que "qualquer solução aprovada pela Escola, mas que demonstrasse pensamento criativo independente, fosse tornada pública para a classe". A História Militar foi salientada. Sob a tutela de Marshall, os alunos publicaram *A Infantaria em Combate*, um dos melhores livros históricos jamais escritos no Exército dos Estados Unidos. Talvez a maior força de Marshall residisse em sua capacidade de ensinar e inspirar pelo exemplo. Certa vez, um aluno se queixou de que os 20 minutos que Marshall lhe concedera para apresentar uma palestra sobre História Militar era muito pouco tempo. A resposta de Marshall foi levantar-se de sua cadeira e resumir a Guerra Civil Americana em 5 minutos.

Durante a gestão de 5 anos de Marshall na Escola de Infantaria, 150 futuros Generais da II Guerra Mundial passaram pela Escola na qualidade de estudantes e outros 50 lá serviram como instrutores. No entanto, sua influência não pode ser quantificada facilmente. Inspirados por professores brilhantes reunidos por Marshall, como Major Omar Bradley, milhares de Oficiais dos Estados Unidos se transformaram em estrategistas, planejadores, instrutores e líderes amadurecidos.

O que a experiência norte-americana entre as guerras nos mostra é que o sucesso na área de educa-

ção e instrução é um prognosticador de sucesso na profissão e a correlação se torna ainda maior quando a qualidade da instituição é levada em consideração.

Uma boa experiência escolar aumenta tanto o conhecimento teórico quanto o prático, bem como a capacidade e a motivação para adquirir mais. Afora encaminhar Oficiais a carreiras estimulantes, as Escolas desenvolvem novas idéias e servem de pioneiras para novos métodos. Elas incentivam a visão, a imaginação, a originalidade e o conhecimento da diferença entre correr riscos e se aventurar. Instrutores e alunos são igualmente obrigados a pensar sobre a guerra e sua condução e a transmitir seu pensamento de forma clara e completa. Isto dá oportunidade a que se capte e se divulgue por todo o Exército uma melhor compreensão da guerra.

Em 1946, dirigindo a palavra a Oficiais Superiores dos Estados Unidos no Pentágono, Sir Winston Churchill destacou a preparação intelectual dos Oficiais dos Estados Unidos anterior à guerra como fator significativo na vitória final.

Declarou ele:

"O fato de que os senhores foram capazes de preservar a arte, não apenas de criar Exércitos poderosos como que em um passe de mágica, mas também de liderar e guiar estes Exércitos em uma escala incomparavelmente maior do que qualquer coisa jamais preparada ou sequer sonhada, constitui um presente do Corpo de Oficiais dos Estados

Unidos à sua Pátria em época de crise que, sinceramente espero, jamais será esquecido aqui. . . Insistirei sempre em que a tendência do futuro seja a de ampliar os cursos das Escolas de Formação, em lugar de abreviá-los, e a de equipar nossos jovens Oficiais com aquele conhecimento técnico-profissional especial que os soldados têm o direito de esperar daqueles que lhes podem dar orgens, se necessário, até para irem de encontro à morte. Sucesso profissional, baseado em estudo prolongado e coletivo nos estabelecimentos de ensino, posto por posto, idade por idade — estes são os títulos dos Comandantes dos futuros Exércitos e do segredo de futuras vitórias."

Estamos bastante cômicos de que o Exército dos Estados Unidos de hoje não é aquele da década de 1930. Obviamente, muitas coisas mudaram. Mas acompanhando essas mudanças houve uma modificação clara na atitude dos Oficiais dos Estados Unidos com relação à educação e à instrução dos quadros. Algo desta atitude — parece-nos claro — acompanha correntes vindas do passado.

Historicamente, os Oficiais dos Estados Unidos têm sido avessos a praticar e a estudar sua profissão.

O início da Guerra Civil Americana mostrou rapidamente que a maioria dos Oficiais era incapaz de organizar, instruir ou combater Unidades maiores que um Batalhão, embora tivessem se formado

em West Point e fossem bons engenheiros.

O medo de inovar, assim como a complacência intelectual, era típica em um número relativamente grande deles. A tendência, mesmo agora, a presumir que alguém mais está incumbido de pensar, inovar, avaliar e escrever tem sido amplamente admitida. Lamentando o que ele chamava de "mentalidade limitada" dos Oficiais dos Estados Unidos, o antigo Chefe do Estado-Maior, General E. C. Meyer, identificou como as "principais perdas" as do "pensamento criativo, da aplicação inovadora e do discurso lógico".

Então, a atitude difundida em muitos Oficiais de que a educação e a instrução não têm utilidade já existe há muito tempo. Parece haver reaparecido de novo no Exército dos Estados Unidos no decorrer da década passada. Se ela também veio à tona no Exército Brasileiro é, naturalmente, uma questão que ultrapassa o nosso conhecimento. Mas, realmente, parece que estas coisas são cíclicas. Assim sendo, desejamos citar alguns exemplos e implicações de atitudes dos Estados Unidos com relação à educação e à instrução, deixando aos senhores determinar se são relevantes quanto à sua experiência atual.

A atitude infeliz que ora descrevemos se expressou através da crença de que a tarefa principal dos Oficiais é administrar, dirigir e dar ordens e que a educação e a instrução estão fora do fluxo principal do Exército. Alguns Oficiais, cultivando a imagem do homem

de ação, têm considerado o estudo sério de sua profissão como um passatempo indigno de um militar. Outros se têm dedicado a uma série de assuntos que compreendem toda a escala das disciplinas acadêmicas. Mas poucos se têm aplicado, com vigor e disciplina, a dominar a arte e a ciência da guerra.

Alguns têm insistido em que o desenvolvimento profissional seja relegado a Unidades e que só os Comandantes sejam responsáveis por aquilo que seus Oficiais aprendam e conheçam. Este argumento, sem dúvida, tem um certo atrativo monetário. Precisamos ter Comandantes que sejam professores e existe muito para os Oficiais aprenderem em uma Unidade. No entanto, os Oficiais não podem receber uma instrução militar de primeira classe enquanto atendem a encargos de sua Unidade. Precisam atuar nas Unidades, na maioria das vezes, baseados no que já sabem. Os fundamentos de uma compreensão total da arte e da ciência militares devem ser lançadas nas salas de aula. No entanto, vários fatores fundamentam e reforçam o ceticismo quanto à eficácia das escolas militares.

Primeiro, durante a década passada, as nossas Escolas não tiveram um sucesso absoluto na preparação de Oficiais para um desempenho tão bom quanto o que nós desejávamos que o fizessem e muitos teriam lucrado enormemente se tivessem recebido a instrução que nunca receberam. A proliferação de várias opções curriculares levou a uma redução correspondente nos cursos sobre a ar-

te e a ciência da guerra. Ensinou-se a toda uma geração de Oficiais que o estudo de liderança, tática, estratégia e história militar eram mais adornos da educação militar do que sua finalidade precípua.

Nas Escolas militares, os Cadetes se preocupavam mais em se tornar engenheiros, economistas e administradores e cada vez menos em se tornar combatentes e líderes em combate. Em cursos a nível de Companhia, a instrução restringia-se muito frequentemente às salas de aula, de modo que os jovens Oficiais raramente aplicavam o que aprendiam em campanha. Nas Escolas de Estado-Maior e similares, os cursos sobre tática, estratégia e planejamento eram preteridos por outros sobre administração, ciência política e psicologia.

Neste ínterim, Oficiais mais graduados, selecionados para o Estado-Maior e para postos de Comando, muitas vezes freqüentavam universidades civis. Lá, seus colegas de turma eram executivos em ascensão de companhias civis. Os princípios e técnicas ensinados se dirigiam a como administrar uma empresa comercial.

As conseqüências destas tendências foram de dois tipos. Primeiro, foi dada atenção insuficiente a intangíveis qualidades humanas tão críticas na guerra. Segundo, foi ensinado erroneamente aos Oficiais que, no campo de batalha, a tecnologia é mais importante do que a tática. Hoje, o Exército está empenhado em um programa destinado a inverter estas tendências

do passado e a corrigir as coisas que não deram bons resultados.

Além de ensinar os assuntos apropriados, as instituições educacionais e de instrução militar precisam fornecer o ambiente correto para a aprendizagem, um ambiente que seja resultado de se reunirem valores comuns e seriedade intelectual. O papel representado pelos instrutores na criação deste ambiente é capital. Ex-Comandantes e Oficiais de Estado-Maior transmitem seu conhecimento à próxima geração, de modo que os alunos sintam a relação existente entre as técnicas que estão aprendendo e suas responsabilidades futuras. Esta atmosfera, uma vez perdida, é de difícil recuperação. Quando os instrutores não o experimentaram em seu próprio caso, não estão em posição de ajudar a criar um tal clima para outras pessoas.

Embora se esteja realizando um ensino ativo e inspirado nas Escolas do Exército dos Estados Unidos, ainda nos falta criar a atmosfera animadora que desejamos. Oficiais experientes, forçados a optar entre ampliar os horizontes de uma geração mais jovem ou aceitar qualquer uma de uma série de outras tarefas, geralmente escolhem esta última, principalmente em decorrência da idéia mantida quanto ao lugar e à situação do trabalho do professor. Nos Estados Unidos hoje em dia, as reputações profissionais não são criadas dentro das escolas e existe um sentimento de ambivalência com relação ao ensino, porque este não é

considerado como um trabalho de primeira.

Diferentemente do que ocorre em seu próprio Exército hoje em dia, em que todo Oficial-General já ensinou na AMAN, na EsAO ou na ECEME, aqueles que ensinam no Exército dos Estados Unidos são tipicamente menos respeitados e recompensados do que aqueles que dedicam seus talentos a outras áreas.

Felizmente, entretanto, estamos começando a mudar esta perspectiva. Estamos empenhados em melhorar o nível de experiência de nossos corpos docentes, em forçar a especialização nas Escolas militares, e em restabelecer correlação entre o trabalho prestado às Escolas e o sucesso no Exército.

As atitudes dos Estados Unidos com relação à educação e instrução de Oficiais também têm sido afetadas pela especialização. As funções que os Exércitos desempenham têm-se expandido enormemente e um maior número de Oficiais se torna cada vez mais interessado em finanças, suprimento, relações públicas, administração de pessoal, pesquisa e desenvolvimento e em uma dúzia ou mais de tarefas especializadas. Poucas pessoas negariam a necessidade de especialistas, ou a necessidade de enviá-los a universidades civis a fim de prepará-los com seriedade e lhes dar tempo para dominarem as complexidades de seus cargos. Certamente, a proficiência técnica e administrativa é um trunfo valioso e um requisito necessário para que qualquer Oficial funcione eficientemente.

Mas uma tendência outrossadia pode ter, em certos aspectos, fugido ao nosso controle. Ao incentivar a busca da especialização, nós nos arriscamos a perder a especialização tática, a liderança, e o sentido de propósito dos quais depende o sucesso do Exército em combate.

Os Oficiais dos Estados Unidos hoje em dia são atraídos por forças antagônicas: por um lado, manter a competência nas questões maiores que concernem à sua profissão e com elas manter contato. Por outro lado, dedicar seu tempo e seus esforços a uma atividade que não é diretamente relacionada com a guerra. Dadas as exigências do campo de batalha hoje em dia, é necessária uma imersão total nos fundamentos e nas complexidades de nossa profissão. . . não apenas um mergulho ocasional!

O Corpo de Oficiais deve ser composto principalmente daqueles que são, em primeiro lugar, líderes treinados praticamente no campo de batalha. A especialização aqui necessária vai muito além do campo de atividade de qualquer interesse limitado.

O que, então, deve ser exigido na educação e instrução de Oficiais no futuro? Os requisitos exatos são um tanto indefiníveis. Mas podemos identificar as considerações principais e fazer valer alguma experiência a elas pertinente. O que buscamos, pensamos nós, é a mistura de objetivos e tradições permanentes com a disposição de mudar, à luz de tempos mutáveis.

Basicamente acreditamos que a eficiência e as possibilidades de sucesso dos Oficiais dependem grandemente de três áreas: caráter, conhecimentos e habilidades específicas, e a capacidade de aplicar o julgamento e a análise militares. Focalizamos agora a primeira delas: o caráter.

Nós, da profissão das Armas, temos sempre sustentado que existe um vínculo necessário entre aprendizado e conduta, e que a formação do caráter constitui a pedra angular sobre a qual o resto da formação de um Oficial se erguerá, a seu tempo. Instituições militares têm-se ocupado não somente com o que os Oficiais sabem, mas com o que eles são e com o que fazem. Foi um professor de desenho de West Point, no início do século, quem sugeriu que o Exército deveria "guiar as mentes para a verdade moral, ensinar a disciplina da paixão, e cultivar o poder de percepção e de ação rápidas". As instituições militares não devem apenas esposar estes valores; elas têm de insistir para que os Oficiais os tornem seus.

Ao desenvolver o caráter, surge um problema quanto ao relacionamento entre as normas de comportamento civis e militares. No que se refere ao profissional militar, ele precisa ser, em primeiro lugar, um servidor leal do país e de seus ideais. Mas também é verdade que os valores necessários para defender uma sociedade livre não são idênticos aos valores daquela mesma sociedade. Nossa tarefa é produzir condutores de homens em campanha que possam treinar e li-

derar Unidade capazes de cumprir missões sob condições de sérias dificuldades, de emoções empedernidas e de perigo extremo. Este requisito precisa de uma grande variedade de atividades que, inquestionavelmente, seriam consideradas dúbias em uma universidade civil. No entanto, este fato nem sempre é aceito ou compreendido.

O que intriga a alguns é a possibilidade de eliminar, ou de pelo menos diminuir, a lacuna que separa uma instituição militar como West Point de uma boa universidade. Existem os que argumentam totalmente contra a formação do caráter, alegando que isto traz laivos de elitismo. A própria palavra "caráter" — dizem eles — evoca o espectro de uma idéia outrora usada para guardar os privilégios dos ricos ou dos bem-nascidos, e sugere uma certa classe de cultura. Existe também um outro tipo de argumento, que conduz ao mesmo ponto. Ele incentiva o relaxamento de padrões de conduta e de funcionamento tradicionalmente associados com a formação do caráter. Seus defensores sustentam que menos disciplina, maior liberdade e mais autonomia pessoal são incentivos ao desenvolvimento do julgamento e da maturação. Embora atraente em princípio, a aplicação deste argumento raramente comprovou suas esperanças otimistas. O que falta é a perspectiva e a avaliação do impacto a ser causado a longo prazo.

Admitimos que o processo pelo qual o caráter é formado e os valores militares são instilados é um caso complicado. Mas dois fa-

tores cruciais se destacam. São eles: a necessidade de altos níveis de desempenho e a disciplina sólida. A experiência tem mostrado que a maioria dos jovens é capaz de fazer mais do que, de costume, eles próprios se exigem, em condições de liberdade total. Claramente, a preocupação com métodos autocráticos não moldará bons Oficiais ou inspirará a dedicação. Mas padrões elevados, disciplina sólida e desempenho sob tensão são condições prévias para a formação do caráter e da capacidade de liderança adequados.

A influência das instituições militares sobre os alunos deve ser no sentido de incentivar a prática de hábitos e cânones que só são dominados por autodesenvolvimento e autodisciplina vigorosos. As Escolas militares devem exigir tarefas difíceis, devem requerer a distribuição acertada de energias e ser rigorosas quanto a um alto padrão de conduta e de comportamento. Elas precisam aplicar estas injunções, não apenas às matérias curriculares, mas a toda gama de atividades. Em resumo, elas precisam imbuir naqueles que elas instruem e ensinam o forte e ordenado senso de dever que tem caracterizado todos os exemplares Oficiais de sucesso. O preço da derrota é grande demais para que se abandone o desenvolvimento do caráter e dos valores que tem, historicamente, sido exigidos no campo de batalha. Certamente, da era do Vietnã uma lição ficou clara. Quando os Oficiais não estão seguros de seus valores, confusos quanto a seus objetivos e lideram

de forma dificilmente sancionadas por suas tradições, os soldados, as Unidades e o país estão mal servidos.

Uma segunda atribuição da educação e da instrução é aumentar o conhecimento e as habilidades específicas. Os Oficiais precisam conhecer sistemas de armas, táticas, o inimigo e como escrever e falar eficientemente sobre estas coisas. Devem ser capazes de enfrentar o combate segundo o escalão que ocupem e ser bem versados nas atividades de seus comandados. Empregar técnicas de fogo e de movimento, embasar metralhadoras, designar alvos para a artilharia e identificar sistemas de armas inimigas são fundamentos da condição de soldado e um número demasiado grande de Oficiais tem levado suas desvantagens, baseadas em deficiências nestas áreas, a graus mais elevados.

Além disso, os Oficiais que não sabem realizar tarefas que são esperadas dos soldados não possuem confiança em si mesmos e não conseguem conquistar o respeito de seus comandados. A tendência, então, é fugir às responsabilidades de liderança e se concentrar, em vez disto, em tarefas administrativas.

O treinamento institucional desempenhá papel vital no desenvolvimento das habilidades necessárias. No entanto, como já mencionei anteriormente, a responsabilidade também é partilhada com a cadeia hierárquica de Comando.

Os Comandantes não podem aceitar como artigo de fé a competência tática e técnica dos Oficiais.

Os Oficiais mais graduados devem ensinar seus subordinados; estes, por sua vez, seus subordinados, e assim sucessivamente. A fim de adquirir as vantagens que se seguem à exploração total da iniciativa em campo de batalha, por exemplo, os Comandantes têm de expor seu esquema tático geral claramente e depois dar a seus subordinados flexibilidade para executá-lo.

Antes que isto possa ser feito, entretanto, os Oficiais precisam ser ensinados a como aplicar princípios táticos às infinitas variações de local. Devem ler o terreno em que vão lutar e conhecer seu impacto sobre as armas e equipamentos sob sua responsabilidade. Precisam identificar suas vantagens e desvantagens, a fim de pensar com antecedência, desenvolver planos alternativos de ação, tomar a iniciativa e apresentar ao inimigo situações mutáveis que provoquem seu colapso. Devem deslocar-se rapidamente de posições dispersas para o ponto crítico da batalha. Precisam compreender os efeitos da escuridão, da chuva, da neve, do nevoeiro e do gelo.

Na defesa, precisam conhecer a localização, o tamanho, a direção e a extensão das vias de acesso do inimigo às suas áreas. Na ofensiva, devem explorar as rápidas oportunidades para manobra e reagir prontamente a mudanças súbitas. Precisam simultaneamente, improvisar, aceitar riscos e agir.

Tudo isso requer um bom ensino, aliado a instintos táticos que são refinadamente cultivados na sensibilidade de um líder tático

amadurecido para o campo de batalha. O cerne desta sensação consiste na aquisição de um conjunto de conhecimentos referentes a técnicas. Tais técnicas, ou modos de fazer as coisas no campo de batalha, são desenvolvidas através de treinamentos de combate, manobras inovadoras, e processos de comando e controle. Os Oficiais devem dominar as técnicas já existentes e — muito mais difícil — aprender a criar, eles próprios, técnicas novas e melhores. Disto tudo, muito pouco é adquirido na sala de aula. A diferença entre o conhecimento prático e o abstrato tem sido ignorada por tempo demasiado.

Ninguém tampouco se torna líder dominando os pontos mais intrincados e os aspectos mais abstrusos da ciência do comportamento. A tarefa mais árdua com que se defronta qualquer Oficial é inspirar e engendrar a coragem necessária para vencer a incerteza e o medo, a morte e a destruição da guerra. No entanto, ao apreciarmos o tratamento dado por nós à liderança em anos recentes, vemos-lo geralmente seguindo as mutáveis correntes da teoria acadêmica. Por muitos anos ensinamos a teoria dos traços dominantes, a teoria da situação, a teoria interacionista, a teoria humanística, a teoria contingencial, a teoria de permuta, para não mencionar cerca de uma dúzia ou mais de modelos de liderança. Quando ficava provado que as características de personalidade que haviam sido ensinadas a um grupo de Oficiais eram ineficientes para se diferenciar bons líderes de

maus líderes, um outro grupo era criado para reestruturar situações que se adaptassem à sua personalidade. Quando estas também provavam ser irrealizáveis, um terceiro grupo era ensinado a construir redes de liderança e incentivado a procurar um estilo de liderança mais específico.

O que todas estas teorias têm em comum é a aceitação tácita de que um líder só precisa encontrar o método certo, o processo definitivo, e então todos os problemas de liderança devem, inevitavelmente, ceder a ele. No entanto, o que existe de difícil na liderança é capacitar as pessoas a desenvolverem qualquer potencial que possam ter. E este é antes um problema prático do que teórico, um caso de preocupação, cuidado, improvisação e prática, mais do que um sistema.

As Escolas do Exército dos Estados Unidos hoje abandonaram o tratamento teórico do passado e recolocaram o ensino da liderança em bases práticas. Agora está sendo dada ênfase aos elementos principais, à capacidade de prover o bem-estar dos soldados, de ensinar e de se comunicar com eficiência; de aconselhar os outros, de supervisionar suas atividades; de construir a competência tática e técnica; de planejar eficientemente e de tomar decisões.

A terceira área em que é necessária especialização é a das capacidades de análise e de julgamento militar. Ambas são importantes, não somente para se prepararem planos bons, com também para se evitarem erros horripíeis.

Isto nem sempre tem funcionado como queríamos. Em 1919, um Tenente-Coronel comparou o tratamento dado por West Point à arte da guerra com "ensinar matemática exigindo-se que o aluno memorize teoremas e princípios sem aplicá-los em exemplos". Anos depois, J. F. C. Fuller perguntava: "Por que tão poucos soldados pensam? Porque tantos deles nunca foram ensinados a fazê-lo."

O que ainda não estamos fornecendo, entretanto, é oportunidade suficiente para a prática. Nossas escolas, acreditamos, realizam um trabalho muito melhor ao colocar jovens Oficiais em situações em que está envolvido algo do que Clausewitz chamava de "atrito". É essencial que nos concentremos mais em desenvolver em nossos Oficiais a liderança prática que é aprendida através da aplicação em campanha.

Há vários anos a Army War College examinou a situação do planejamento no Exército dos Estados Unidos e concluiu que a capacidade de criar planos eficientes e exeqüíveis, particularmente em moldes inovadores e não-tradicionais, constituía uma grande deficiência. Parte do problema foi atribuída ao ambiente operacionalmente permissivo da época do Vietnã, que deixou de reforçar a necessidade de planejamento minucioso e lógico. Mas o cerne do problema era que nossas Escolas não estavam ensinando os Oficiais a pensar, a planejar e a decidir.

Hoje em dia, precisamos enfatizar como pensar, mais do que o

que pensar. Isto requer ênfase no processo, tanto quanto no produto, em usar e aplicar os instrumentos analíticos básicos de nossa profissão, mais do que em chegar à solução da Escola. Os Oficiais precisam saber como fazer um estudo ou uma apreciação da situação, como desenvolver linhas de ação alternativas, e como redigir o conceito das operações. Conquanto estes instrumentos analíticos não sejam fins em si mesmos, a disciplina intelectual que resulta de seu uso habitual é crítica. Fornecem um processo sistemático para que se proceda através dos detalhes de missão, inimigo, terreno, meios disponíveis, e tempo para chegar a uma decisão acertada. Deveriam ser incutidos no pensamento de todos os Oficiais por meio de prática constante.

Claramente, parte da sofisticação necessária que os Oficiais devem possuir para tomar decisões é compreender onde os fatos desaparecem e o julgamento assume o controle. Tem sido dito que ser capaz de fazer esta distinção é especialmente importante para um Oficial de Estado-Maior, porque ele deve aspirar a fornecer ao Comandante apenas os fatos. Não posso aceitar isto totalmente, mas certamente os Oficiais de Estado-Maior, tanto quanto os Comandantes, devem conhecer a diferença.

Vários tipos de conhecimento prático e teórico são relevantes para o bom julgamento militar: estes incluem o conhecimento das capacidades dos sistemas de armamento e de apoio; a compreensão

de doutrinas e táticas; e a sensibilidade para as características únicas dos soldados e das várias Unidades; e apreço pelo princípios e ensinamentos fornecidos pela História Militar.

Os senhores já podem ter ouvido a estória sobre os idos das antigas Escolas de Estado-Maior em que se dizia aos Oficiais que havia uma força inimiga localizada por trás de uma colina, visível à distância. O instrutor então observava a classe para ver que alunos procuravam a solução nas cartas e quais os que olhavam para a colina. Os primeiros eram considerados estrategistas; os últimos, especialistas em tática. Os Oficiais de hoje têm de ser as duas coisas. Precisam basear suas decisões em uma sólida compreensão do que está na carta e as realidades do terreno. Certamente precisam conhecer os princípios da guerra, ler História, fazer jogos de guerra e cultivar o pensamento inovador e criativo. Mas, depois, têm de testar seus resultados nas dificuldades sempre inerentes a movimentos e operações no terreno. O domínio da arte e da ciência da guerra repousa igualmente em um fundamento teórico e um fundamento prático, e que estes sejam bons. Não vemos qualquer outra maneira.

Ao resumir estes pensamentos sobre a educação e a instrução de Oficiais, gostaríamos de destacar que o Exército é uma profissão e exige a busca do excelente. Mesmo no caso do Oficial mais brilhante, ainda existe oportunidade de melhorar. A nossa orientação quanto à nossa profissão deveria ser a de

enriquecer aquelas áreas em que o potencial aberto à contribuição é maior. Às vezes, nossa atenção pode ser desviada, e temos de trazê-la de volta aos assuntos fundamentais. Sugerimos nesta palestra que essas preocupações, hoje em dia, devam ser: fortificar o caráter e os valores, ampliar o conhecimento e as habilidades profissionais e melhorar o julgamento militar. Dissemos que um ambiente disciplinado e altos níveis de exigência são pré-requisitos para o desenvolvimento do caráter. Tentamos também transmitir nossa convicção de que conhecimento, habilidade e julgamento são melhores desenvolvidos por meio de uma experiência institucional, seguida de uma aplicação em campanha, realista e cheia de tensão.

Como soldados profissionais, à arte e à ciência da guerra deve ser concedida a medida certa de nossa energia, de nosso estudo, de prática e de respeito. Então, algum dia, em algum lugar, em alguma época, quando formos chamados a cumprir aquela responsabilidade da qual nós, e somente nós, estamos moral e profissionalmente encarregados, estaremos prontos para lutar e vencer.



O General-de-Brigada Clarke M. Brintnall, do Exército dos EUA, é formado pela Academia Militar de West Point em 1958, possui o curso da Escola de Comunicações (Fort Monmouth, Nova Jersey), de pára-quedista, realizado em Fort Benning (Georgia), e da Escola de Guerra do Exército de seu país. Além disso, tem mestrado em Administração de Comércio Internacional e Governo efetuados, respectivamente, na Universidade Norte-Americana e no Arizona, bem como diploma de pós-graduação em Segurança Nacional

e Internacional da Universidade de Harvard. Serviu na Alemanha, no Irã e no Vietnã, onde comandou o Destacamento de Informações da 1ª Divisão de Cavalaria Aerotransportada. Integrou, também, o Estado-Maior do Comando Sul, no Panamá, o Comando de Forças de Emprego Rápido, na Florida, o Gabinete da Junta de Chefes de Estado-Maior, a Comissão Brasil-Estados Unidos de Defesa, a Junta Interamericana para Defesa e a Comissão México-Estados Unidos para Defesa. Foi encarregado da Região Interamericana no Gabinete do Subsecretário de Defesa para Assuntos de Segurança Internacional, adjunto do Adido Militar e Adido Militar dos EUA no Brasil, cargo que acaba de deixar para tornar-se chefe de todos os Adidos aeronáuticos, navais e do Exército norte-americano, no Pentágono.



A INVASÃO DO MATO GROSSO (1864-1865)

José Messias de Britto Filho

A história da Guerra do Paraguai é normalmente estudada na parte referente ao Teatro de Operações principal, Rio Grande do Sul. O estudo das operações na Província do Mato Grosso é pouco conhecido, apesar de esta região muito ter sofrido na mão do invasor paraguaio.

Vivia o Brasil sob o Governo imperial em 1864, enquanto o Paraguai constituía-se numa República. Seu Presidente, Francisco Solano Lopes, nutria más disposições para com o Império. As questões de limites e o choque de interesses para a hegemonia da navegação fluvial eram constantes motivos de discórdia entre os dois vizinhos.

O Império tinha grande preocupação com o isolamento em que se mantinha a Província Central, pela distância dos grandes centros e dificuldade de acesso, prejudicando a importação e a exportação. Além disto, o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação era constantemente violado pelos paraguaios, criando embaraços para o seu cumprimento.

Solano Lopes há muito tempo imaginava invadir o Brasil pelas

terras da Província do Mato Grosso. Para isso, organizou um Exército de 28 mil homens com uma reserva bastante numerosa, uma esquadra com 11 vapores modernos apoiada por unidades auxiliares menores, completou a ligação ferroviária de Assunção a Paraguari, estendeu uma linha telegráfica da Capital ao Passo da Pátria e dotou o país de estaleiros e arsenais, ficando na expectativa da ocasião propícia.

INÍCIO DAS HOSTILIDADES

Em 1864, estava o Império Brasileiro às voltas com problemas de invasão de terras e violências e maltratos a estancieiros brasileiros na fronteira com o Estado oriental do Uruguai. O Governo brasileiro apresentou suas reclamações ao Governo uruguaio e este não as reconheceu legítimas. Estava criado o clima de instabilidade e o Brasil ameaçou invadir o Uruguai.

Nesta ocasião, o Paraguai se ofereceu para mediar a questão e o Império recusou o oferecimento. Despeitado por não ter sido aceito, Solano Lopes lavrou um

longo e pretensioso protesto considerando causa de guerra a ocupação de qualquer parte do território oriental por forças militares brasileiras.

O Governo imperial não reconheceu o protesto, mas ficou bem caracterizada a pretensão do Paraguai de guerrear contra o Brasil. Neste ambiente, continuava livre a navegação pelos rios da Bacia do Prata. A 11 de novembro de 1864, chegava a Assunção o navio brasileiro *Marquês de Olinda*, trazendo a bordo o Coronel Frederico Carneiro de Campos, que iria assumir o Governo de Mato Grosso, além de volumosa carga, verba para os cofres públicos, correspondência e material bélico. A marcha desta embarcação, desde Humaitá, vinha sendo vigiada pelas autoridades paraguaias com informações diretas ao ditador. No dia seguinte, às 14h, o *Marquês de Olinda* levantava ferros e rumava para Corumbá.

O Ministro uruguaio das Relações Exteriores, sediado em Assunção, Vazquez Sagastume, bem como o Chefe da Esquadra paraguaia, Capitão-de-Fragata Pedro Meza, mostraram a Lopes que aquela era uma ótima oportunidade para uma ação imediata, acrescentando ainda que o barco transportava contrabando de armas, o que se constituía numa rica presa.

Finalmente, às 16h, o melhor navio de guerra da Marinha paraguaia, o *Taquari*, zarpava rio acima, com toda a força nas caldeiras, em perseguição ao *Marquês de Olinda*.

Cerca de 30 milhas acima de Assunção, o navio paraguaio alcançava o brasileiro e com um tiro o abordou e obrigou a retroceder para Assunção. A tripulação e os passageiros foram internados como prisioneiros de guerra e o vapor sumariamente incorporado à Marinha paraguaia.

No dia 13 de novembro foram declaradas rompidas as relações entre os dois países.

USO DA ESPIONAGEM PELOS PARAGUAIOS

Antes de prosseguir no relato da guerra, julgo importante e interessante falar nos atos de espionagem levados a efeito pelos paraguaios na preparação da invasão do Mato Grosso.

Esta invasão vinha sendo preparada como parte do golpe contra o Império. O domínio da imensa província significava a posse de um território onde havia grande rebanho bovino que serviria de fonte de suprimentos aos exercícios no principal setor da luta. Além disto, a posse geraria um grande efeito moral que colocaria o Paraguai em condições de fazer imposições na busca de solução para os problemas fronteiriços.

O plano fora cuidadosamente elaborado, com estudo prévio das particularidades mesológicas e topográficas da região a ser invadida e com uma antecedência mínima de 2 anos. Para isso, tinha sido lançado o serviço de espionagem, feito justamente por elementos que, mais tarde, voltariam em funções

de comando. As autoridades provinciais nem sequer se aperceberam dos intuitos dos agentes secretos e ingenuamente foram as primeiras a facilitar a execução da tarefa.

No início de abril de 1863, zarpava de Assunção a escuna *Ulisses*, sob o comando do Tenente Andrés Herrero. Vinha debaixo das mais amistosas aparências, com o objetivo, segundo se propalava, "de estreitar as relações e intercâmbio comerciais entre o Paraguai e Mato Grosso". No entanto, a sua missão era a de fazer um levantamento geral, anotando tudo que fosse de interesse militar. Recebida a tripulação em Corumbá, com todas as honras e manifestações de hospitalidade, visitou Herrero as localidades de Coimbra e Albuquerque, o estabelecimento naval de Dourados, subiu até São Lourenço e Cuiabá, não tendo chegado à Capital por não terem as baixas águas permitido calado a seu navio. Em agosto regressava a Assunção, com registros que devem ter sido da mais alta valia para os planos futuros. Em princípios de 1865, as ações no Paraguai superior e seus afluentes competiriam exatamente àquele oficial de Marinha, então perfeito conhecedor dos segredos da navegação nesse trecho fluvial.

A 25 de novembro de 1863, desembarcava em Corumbá um cidadão paraguaio, que se identificava como Don Francisco Isidoro, interessado, ao que dizia, na aquisição de terras em Mato Grosso. Acompanhado por um guia nativo, que lhe foi confiado, visitou demoradamente os Municípios de Miranda, Nioaque e Coxim, vol-

tando a Corumbá em fevereiro de 1864, declarando-se encantado com a zona que percorrera. O falso fazendeiro outro não era que o Tenente-Coronel José Isidoro Resquin, que, em fins de 1864, à testa da coluna invasora, entrava em Mato Grosso pelo sul, progredindo justamente através do eixo que reconhecera.

Outros agentes devem ter sido empregados clandestinamente no reconhecimento do território, máxime pela fronteira seca, pouco vigiada, de modo que, ao deflagar o conflito, o Teatro de Operações estava completamente desvendado, sabidos os núcleos de resistência, levantados os seus efetivos.

Suspeita-se, com forte razão, que Lopes contasse ainda com uma "quinta-coluna" organizada entre estrangeiros de várias nacionalidades, domiciliados principalmente em Corumbá e que lhe remetiam informações preciosas de interesse a seus propósitos.

COMPARAÇÃO DAS FORÇAS

Solano Lopes mandou preparar duas expedições para invadir a Província do Mato Grosso, de acordo com os reconhecimentos feitos (Fig. 1).

Uma delas partiria de Assunção e seguiria por água, comandada pelo Coronel Vicente Barrios, subindo os rios até chegar à Capital Cuiabá, da qual se apoderaria.

A outra partiria de Concepción e, por terra, vasculharia o centro da Província na direção de Miranda e depois até encontrar a expedição fluvial em Cuiabá. Seria

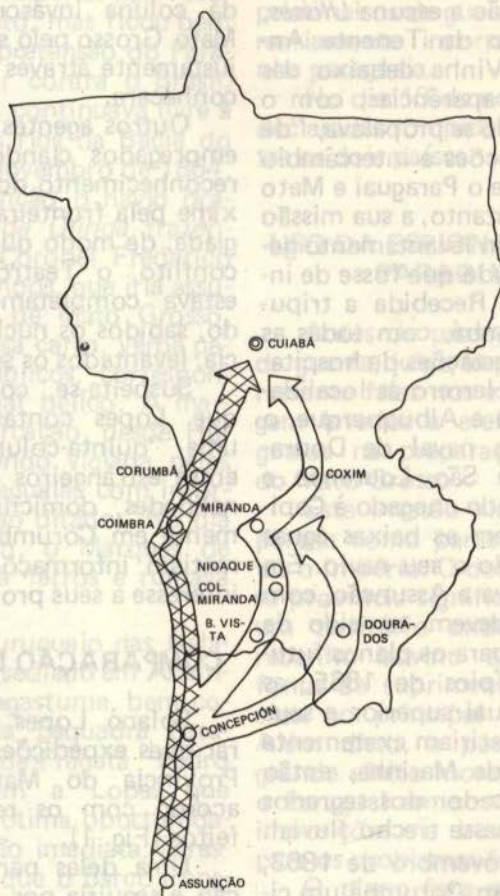


Fig. 1

comandada pelo Coronel Isidoro Resquin.

A expedição fluvial estava organizada da seguinte forma:

E M B A R C A Ç Õ E S	TIPO	NOME	CANHÃO
	V	<i>Tacuary</i>	6
		<i>Paraguay</i>	4
	A	<i>Igurey</i>	5
		<i>Rio Branco</i>	5
	P	<i>Iporá</i>	4
	O	<i>Rio Apa</i>	3
		<i>Jejuy</i>	3
		<i>Salto de Guayra</i>	4
	R	<i>Marquês de Olinda</i>	4
		<i>Independência</i>	2
	ESCUÑA	<i>Aquidabam</i>	1
		<i>Rosário</i>	1
	PATACHO	<i>Humaitá</i>	4
	LANCHÃO	<i>Cerro León</i>	8

T R O P A	NATUREZA	QUANTIDADE	EFETIVO
	Batalhão de Infantaria	04 (6º, 7º, 10º e 30º)	3.200
	Regimento de Artilharia	01	250
	Regimento de Cavalaria	02	1.000

A Divisão do Norte, expedição por terra, totalizando cerca de 4.650 homens, estava composta por:

- seis Regimentos de Cavalaria, com 3 mil homens;
- duas Baterias de Infantaria (a cavalo), com 1.600 homens;

— uma Bateria de Artilharia (a cavalo), com seis canhões e 50 homens.

Para se contrapor à expedição fluvial paraguaia, os baluartes de defesa brasileira eram:

- FORTE DE COIMBRA
- 11 peças estavam nas canho-

neiras frente ao rio em condições de atirar (a munição era abundante);

- cerca de 115 homens formavam a guarnição do forte (a munição era escassa — cerca de 100 tiros/homem);

- havia ainda 10 índios caaiúés da tribo do cacique Lixagota, cinco guardas da Alfândega de Corumbá (destacados para o serviço do fisco), cinco colonos de Albuquerque (guardas nacionais, sem instrução militar), 18 presos; dois civis;

- canhoneira *Anhambaí*, com dois canhões de calibre 32 e com 34 homens.

- **CORUMBÁ**

- 2º Batalhão de Artilharia a pe.

Contra a Divisão do Norte, os brasileiros dispunham das seguintes forças:

- **NIOAQUE**

- um corpo de Cavalaria, com cerca de 130 homens.

- **CUIABÁ**

- Guarda Nacional, com cerca de 230 homens.

- **MIRANDA**

- Batalhão de Caçadores, com cerca de 200 homens.

- **DOURADOS**

- Elementos destacados de Guarda de Fronteira.

INVASÃO SECA

A Coluna paraguaia que invadiria o Brasil por terra denominou-se Divisão do Norte e era comandada pelo Coronel Isidoro Resquin.

Partiu de Concepción, onde chegou transportada pelo rio, em dezembro de 1864.

Dividiu-se em duas colunas:

- uma, comandada pelo próprio Resquin, penetrou no Brasil atravessando o rio Apa na direção de Bela Vista e daí partiu para Nioaque e Miranda;

- a outra, comandada pelo Major Martin Urbieda, foi empregada como uma flancoguarda, deslocando-se na direção Cerro Corá, Colônia Militar de Dourados, Rio Brilhante, Nioaque e Miranda, onde encontraria o restante da coluna.

Em Miranda, com o encontro das duas colunas, a Divisão prosseguiria para Coxim e finalmente Cuiabá, Capital da Província.

A coluna do Major Urbieda realizou seu deslocamento sem encontrar resistência que dificultasse seu movimento, já que as Forças brasileiras eram de efetivo reduzidíssimo e basicamente de Guardas de Fronteira. Como exceção, sabe-se do episódio ocorrido na Colônia Militar de Dourados, onde imortalizou-se a figura do Tenente Antônio João Ribeiro.

Antônio João, ao saber da aproximação dos paraguaios, mandou que os habitantes abandonassem a Colônia e permaneceu no destacamento com 15 homens. Enviou notícia da invasão ao Comandante da Colônia de Miranda e ao Comandante do Corpo de Cavalaria de Nioaque.

Com a chegada do grande efetivo invasor, travou-se o combate, morreu o Tenente Antônio João e os homens que sobreviveram de-

bandaram. Após este episódio, a coluna continuou seu deslocamento até Miranda sem nenhum novo combate.

A coluna do Coronel Resquin chegou à Colônia de Miranda e a encontrou abandonada. Prosseguiu para Nioaque, onde defrontou-se com o Corpo de Cavalaria, que não apresentou grande resistência em decorrência do seu pequeno efetivo (130 homens), sendo recalçada para Miranda.

De Miranda, as tropas brasileiras iniciaram um movimento de retirada deixando livre a penetração para os paraguaios.

Realmente, Resquin encontrou Miranda abandonada e, reunindo-se à coluna de Urbieda, lançou-se para Coxim.

Os pantanais do Piquiri criaram grandes dificuldades ao movimento da Divisão do Norte, que não logrou chegar a Cuiabá.

INVASÃO PELO EIXO FLUVIAL

1. O ATAQUE À COIMBRA (Fig. 2)

A 26 de dezembro, pelas 21h, a esquadra inimiga estacionava a 9 quilômetros abaixo de Coimbra. Na calada da noite, procedeu-se ao desembarque, na margem direita, do 6º e do 7º Batalhões de Infantaria, encarregados do assédio às fortificações, enquanto a Artilharia, progredindo pela margem esquerda, tomava posição nas proximidades do Morro da Marinha, para bater os alvos ao iniciar-se o bombardeio. Somente pela manhã, dissipadas as névoas, quase que

concomitantemente fora a frota divisada pelas sentinelas das amuradas e pelos vigias dos mastros da *Anhambaí*. Soado o sinal de "inimigo à vista", foram os postos de combate prontamente guarnecidos, tanto os de bordo como os de terra.

Ainda pela manhã, Barrios enviava ao Comandante do Forte um emissário, com bandeira branca, portador de insolente e autoritária intimação para uma rendição incondicional. Não tardou a resposta, altiva e sensata, fazendo lembrar a outra que, 63 anos antes, Ricardo Franco endereçara a Lázaro de Ribeira.

O rompimento das hostilidades iria ser desencadeado pela *Anhambaí* que, avançando rio abaixo por volta das 10h30m, abriu fogo contra a esquadra inimiga com os seus dois canhões de proa. Consumada a proeza, voltou a se postar ao lado do Forte, a aguardar a marcha dos acontecimentos.

Às 11h, a esquadra paraguaia iniciava o bombardeio do Forte mas, mantendo-se cautelosamente a excessiva distância, não conseguia enquadrar as salvas, explodindo as granadas aquém das amuradas. Ao mesmo tempo, as peças assentadas na outra margem do rio, nas fraldas do Morro da Marinha, juntamente com um grupo de infantess, alvejavam incessantemente as defesas, também sem resultado.

Somente às 14h começaram as primeiras descargas dos canhões de Coimbra, quando foram considerados dentro de seu alcance os obje-

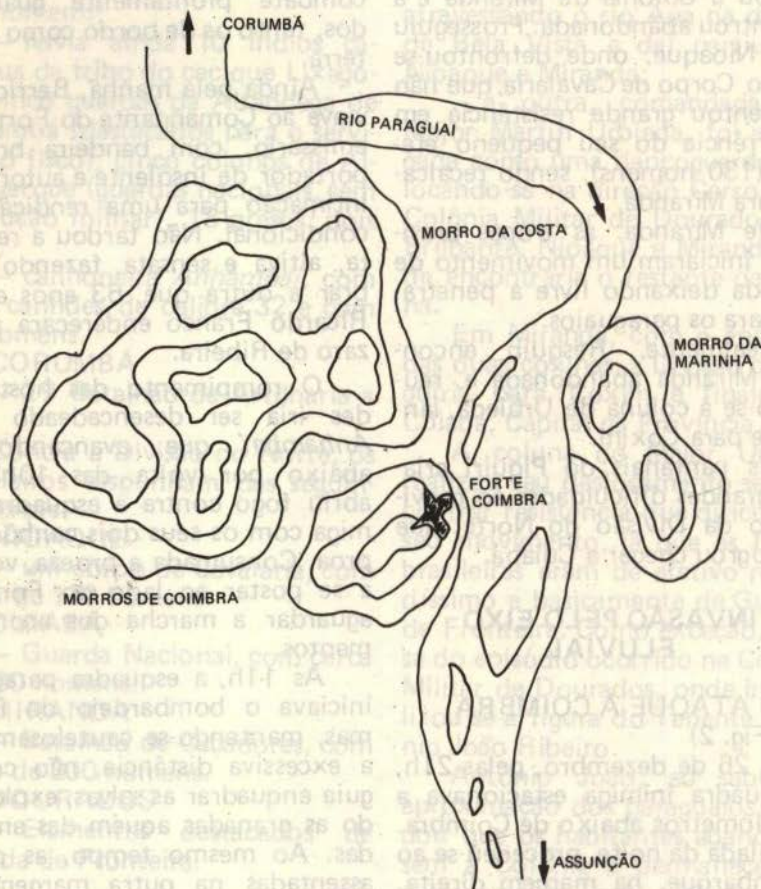


Fig. 2

tivos. Desenvolveu-se, então, intenso duelo de artilharia entre os dois lados, com mais eficácia da parte de terra que, apoiada pela *Anhambai*, teve como consequência o desalojamento das baterias e dos franco-atiradores da margem esquerda.

Enquanto tais fatos se desenvolveram, o 6º Batalhão de Infantaria, considerado o melhor do Exército paraguaio, avançava através dos terrenos encobertos pela vegetação espessa, para assaltar os defensores da praça. O 7º Batalhão permanecia desembarcado, na reserva.

Os agressores foram recebidos por nutrida fuzilaria, partida das seteiras e de cima dos parapeitos, arrefecendo o entusiasmo das vagas de assalto que se sucediam umas às outras. O resto da tarde escoou-se nesse renhido combate até que, ao cair da noite, retiraram-se os componentes do 6º Batalhão de Infantaria para a base de partida, deixando sobre o campo apreciável número de mortos e feridos. Da parte dos defensores, nenhuma baixa se verificou.

A 28 de dezembro, desde às 7h, entraria em atividade a artilharia contrária, porém com a mesma ineficácia do dia anterior, por continuarem as embarcações, com exagerada prudência, a longa distância. As tropas de choque redobriariam de ímpeto, durante a tarde, naquela data. De início, lançado o 6º Batalhão ao ataque com férrea disposição. Os brasileiros respondiam galhardamente aos golpes desferidos. O ardor dos assaltantes iria decrescer, quando,

atingido por uma bala, o seu denodado Comandante, Major Gonzáles, teve de se retirar. Então foi acionado o 7º Batalhão, com elementos descansados, que iriam se portar com a mesma energia dos seus parceiros.

A situação de Coimbra tornara-se insustentável, com a munição de infantaria quase esgotada, justamente a que era indispensável para a manutenção dos postos, não sendo talvez suficiente para meia hora de fogo. O Tenente-Coronel Portocarrero convocou, em caráter de urgência, um conselho, ao qual compareceram todos os Oficiais, realizado logo após ter-se iniciado o período de tréguas noturnas. É decidido o abandono do Forte. A *Anhambai* fica à disposição do Comandante para os transportes de retirantes, deslocando-se para a boca do canal existente no lado norte. Arriada a bandeira do mastro, às 21h, silenciosamente e em ordem iniciou-se o embarque, desfilar em primeiro lugar as mulheres e as crianças, com a imagem de N. Sa. do Carmo, padroeira do Forte, conduzida pela filha do Portocarrero; depois as praças de pré e por último os Oficiais, não tendo ficado esquecidos o arquivo e estandartes.

Às 23h largava a *Anhambai* rio acima, em direção a Corumbá, sem que a sua partida fosse percebida pelo inimigo.

Ao amanhecer de 29, observaram os invasores, surpresos, não mais tremular no mastro o pavilhão imperial. Temendo alguma cilada, foi ordenado um cauteloso reconhecimento, para se apurar o

que se passava. Penetrando no Forte, a patrulha apenas encontrou os feridos patrícios, humanitariamente atendidos e ignorantes da retirada.

Constatado o abandono, foi o fato incontinenti comunicado ao Comandante da coluna. Por volta de meio-dia, debaixo dos clamores de vitória, foi feita a ocupação sumária da fortaleza e despachado a Assunção um dos navios para a transmissão da notícia, recebida na Capital com as maiores manifestações de júbilo.

2. OCUPAÇÃO DE CORUMBÁ

Evacuado o Forte de Coimbra, procuraram os brasileiros estabelecer nova resistência em Corumbá. Na altura de Albuquerque, a *Anhambaí*, que transportava os fugitivos, encontrou-se com as lanchas *Corumbá* e *Jauru*, que desciam com um reforço de 50 praças e dois Oficiais do 2º Batalhão de Artilharia a Pé. Sabedores da queda do Forte, retornaram as duas Unidades ao porto de partida, o qual atingiram, juntamente com a *Anhambaí*, na manhã de 30.

A chegada à vila das três embarcações e dos retirantes provocou visível mal-estar na população, a despeito das tranqüilizadoras declarações das autoridades, pois pensava-se que Coimbra ainda continuava a resistir e que não seria tomada.

A 31 de dezembro, Barrios, em Coimbra, ordenava o deslocamento de suas forças em direção à Vila de Corumbá. Desdobrou em duas a sua coluna: uma, a progredir por terra, tendo por primeiro

objetivo Albuquerque, para passar depois por Piraputanga; outra, por via fluvial, que, largando no dia 1º de janeiro de 1865, devia visar diretamente a Corumbá. Ao alcançar Albuquerque, no dia 1º de janeiro, o escalão terrestre encontrou a povoação completamente vazia, evacuada que fora desde 27 de dezembro, e nada mais lhe coustou que ocupá-la sumariamente.

Em Corumbá, tornara-se caótico o ambiente. O Coronel Carlos Augusto de Oliveira, que prometera resistir, começava a se mostrar indeciso.

Na manhã do dia 20, não mais avaliando conseqüências, requisitava ao chefe da flotilha transporte para as tropas de seu Comando e, pouco depois, dava-se a debandada geral da qual, constrangidos, participavam os mais briosos, em cumprimento a ordens superiores, acabrunhados pela mancha da vergonha e da desonra.

A 3 de janeiro, a Divisão paraguaia, navegando cautelosamente, sob o receio de qualquer surpresa, aporta a Corumbá. No mesmo dia é efetuada a ocupação da Vila.

A ocupação de Corumbá, efetuada sem glória para os invasores, é uma triste página da História Militar.

Sabedor que a *Anhambaí* havia-se evadido com a tropa a que estava afeta à defesa da praça, Barrios determina, no dia 4, a sua perseguição pelas *Iporá* e *Rio Apa*.

No dia 6, pela manhã, dava-se o encontro entre os vapores paraguaios e a *Anhambaí*, em condições de flagrante inferioridade para a canhoneira.

Caía, assim, a *Anhambai* em poder do inimigo.

Com esse sucesso estava consumada a ocupação paraguaia de Mato Grosso, uma vez que as tropas de Resquin, entradas pela fronteira meridional, tinham consolidado as suas posições nos principais pontos estratégicos da zona compreendida entre o Miranda e o Apa. A ligação entre as duas colunas achava-se praticamente assegurada e uma larga faixa do território da Província, indiscutivelmente a mais rica, caía em mãos dos invasores.

3. REFLEXOS EM CUIABÁ

A queda de Coimbra e o abandono de Corumbá provocaram medo na população cuiabana, e preocupação nas autoridades governamentais da Província, que teriam que se preparar para a defesa da Capital.

Foram apresentadas várias propostas e levantados os meios disponíveis para a resistência.

Foi vencedora, afinal, a proposta do Chefe-de-Esquadra Augusto Leverger, para que se estabelecesse a linha de defesa na colina de Melgaço, posição que dominava vantajosamente o rio Cuiabá, em um estirão estreitado a 25 léguas abaixo da Capital.

Na carência de tropas de linha, foi convocada a Guarda Nacional e criaram-se Batalhões de Voluntários para que fossem atendidas as necessidades prementes. Investiram-se das funções de Comandantes da Guarnição e do Corpo de

Voluntários, respectivamente, o Tenente-Coronel Portocarrero e o Major José Félix Bandeira.

No dia 14 de janeiro, às 17h, estava formada no Largo da Marinha, em Cuiabá, uma força de mais de mil homens, constituída pelo 3º Batalhão, uma ala do 1º e do 2º, três Batalhões de Guardas Nacionais, um contingente de artífices do Arsenal de Guerra e muitos voluntários que, sob o comando de Portocarrero, tinham por destino as colinas de Melgaço.

Instalados em excelentes posições, o estado de espírito da tropa não era satisfatório, a começar pelos superiores e Oficiais que, na maioria, não possuíam capacidade para as respectivas funções. Apenas 1 dia depois de ocupado o posto, por instância dos Oficiais, era assinada a ata da resolução do abandono de Melgaço.

Foi nessa crítica emergência que o Chefe-de-Esquadra Augusto Leverger, já avançado em idade, temeroso da sorte da Capital da Província, resolve, no dia 20, oferecer os seus serviços ao Presidente da Província e pede-lhe que o mande para Melgaço.

Reorganiza a defesa, monta convenientemente as peças de artilharia, distribui as Unidades de Infantaria pelas alturas dominantes, promove exercícios simulados de defesa com tiros reais e inimigo figurado e fica à espera do invasor.

O inimigo jamais apareceria, fosse pela sua própria incapacidade para tão arriscada empresa, fosse pelo respeito que lhe inspirava o aureolado nome de Leverger.

RESULTADO DA INVASÃO

As duas expedições paraguaias não chegaram a Cuiabá.

Na verdade não lograram, nem mesmo, realizar a junção. A expedição fluvial não pôde prosseguir além do Passo do Sará, ao sul da Foz do Rio São Lourenço, em face da pequena profundidade do rio em relação ao calado dos navios paraguaios. A expedição terrestre esbarrou nos pantanaís do Piquiri, sofrendo as agruras daquela região, sendo obrigada a retornar para Coxim.

Estavam, contudo, donos de extensa área da Província: Forte de Coimbra, Albuquerque, Corumbá, Dourados, Colônia de Miranda, Vila de Nioaque e Vila de Miranda.

Em abril de 1865, Lopes reduziu o Exército de Ocupação pois precisava de tropas para as operações no sul do Império e sabia que os brasileiros não dispunham de meios para expulsá-lo da Província.

A fácil invasão mostrou ao Governo imperial o erro cometido ao deixar a Província de Mato Grosso em completo isolamento, sem comunicações seguras pelo interior e sem contar com suficientes elementos de defesa para manter tão extensas fronteiras.

O Governo brasileiro procurou reforçar as tropas na Província, convocando elementos da Guarda Nacional, mas por cerca de 2 anos as operações estabilizaram-se neste teatro de Operações.

Em 1867, o Coronel Carlos Morais Camisão realizou a marcha de retomada da Província rumam-

do de Coxim para o rio Apa, percorrendo as terras ocupadas pelos paraguaios. Praticamente não encontrou inimigo.

Ao tentar penetrar o território paraguaio, ao sul do rio Apa, sofreu inúmeros ataques que provocaram o episódio da Retirada da Laguna.

Em fevereiro de 1868, pressionado pelas forças brasileiras, Lopes ordenou a retirada de Mato Grosso, ficando livre definitivamente a Província.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo é fazer com que todos aqueles que o leem tenham sua atenção voltada para fatos históricos ocorridos em uma importante área do Brasil, durante a invasão da Província do Mato Grosso pelo Paraguai, nos idos de 1864-1865, e que permanecem esquecidos.

Gostaríamos, entretanto, de salientar dois aspectos:

Primeiro, o valor profissional, a coragem, o destemor e, principalmente, o sentimento patriótico dos nossos antepassados. É um dever de justiça nomear aqui todos aqueles que heroicamente defenderam nosso território, só sendo vencidos em virtude da grande desproporção de efetivo em favor do invasor paraguaio. Podemos destacar, entre tantos:

— 1.º Tenente Balduino José Ferreira de Aguiar, Comandante da canhoeira *Anhambaí*, responsável por várias manobras decisivas nos combates travados ao longo do rio Paraguai;

— Comandante - de - Esquadra Augusto Leverger, Barão de Melgaço, por sua coragem e desprendimento, principalmente na defesa de Cuiabá;

— Coronel Carlos de Moraes Camisão, Comandante do 2º Batalhão de Artilharia, que desejou defender Corumbá a qualquer custo e, inclusive, ensinou combater o inimigo com guerra de guerrilha caso não fosse possível manter a Vila;

— 1º Tenente Antonio João Ribeiro, Comandante da Colônia Militar dos Dourados, que protestou contra a invasão do solo brasileiro dando sua própria vida;

— 2º Tenente João de Oliveira Melo, subalterno no Forte de Coimbra, herói da defesa de Coimbra e guia de um grupo de civis e militares em marcha difícil através

do pantanal entre Cuiabá e Corumbá.

Segundo e muito importante aspecto, o exemplo que a História nos legou de atenção para com a nossa fronteira, procurando sempre sua manutenção com tropas do Exército cada vez mais aptas ao cumprimento da missão de guarda do Território Nacional e defesa de nossa Soberania.

BIBLIOGRAFIA

1. GUIMARÃES, Jorge Maia de Oliveira — *A Invasão de Mato Grosso*.
2. MELLO, Raul Silveira de — *História do Forte de Coimbra*.
3. FRANCO, Afonso Arinos de Melo e QUADROS, Jânio — *História do Povo Brasileiro*.
4. VASCONSELLOS, Victor Natalício — *Lições de História Paraguaya*.
5. SOUZA, Lécio Gomes de — "A Invasão de Mato Grosso através do Eixo Fluvial" (artigo publicado na *Revista Militar Brasileira*).



O Major de Infantaria QEMA José Messias de Britto Filho, natural do Rio Grande do Sul, pertence à turma de formação de 1967. Das funções que exerceu destaca-se a de instrutor da AMAN por dois períodos (1971 a 1974 e 1979 a 1980). Atualmente, serve no Comando da 2ª Brigada Mista Ricardo Franco, Corumbá, Mato Grosso do Sul.



INFORMAÇÕES

EMBRAER VAI PRODUZIR 31 BRASÍLIA EM 86

A EMBRAER está preparando a linha de montagem do EMB-120 Brasília com o objetivo de produzir e entregar 14 unidades de série da aeronave no primeiro semestre do próximo ano. Segundo previsões da empresa, a produção total do Brasília

em 86 atingirá 31 unidades visando a atender os primeiros pedidos firmes assinados por empresas aéreas regionais deste país. Os primeiros EMB-120 Brasília de série já começaram a operar na empresa regional norte-americana ASA (Atlantic Southeast Airlines), apresentando um excelente índice de disponibilidade para voo. A DLT, empresa regional alemã subsidiária da Lufthansa encomendou seis unidades, sendo que a primeira foi entregue em janeiro/86.



ENTREGAS

O EMB-120 Brasília, com o certificado de homologação definitiva do CTA, no Brasil, e do Federal Aviation Administration, dos EUA, é o mais avançado avião brasileiro que incorpora princípios e melhorias tecnológicas do mais alto nível atualmente disponível na indústria aeronáutica mundial. Comparado com seus competidores, que também estão chegando agora ao mercado internacional, o EMB-120 Brasília voa mais rápido, é o mais leve, é o mais silencioso e o mais econômico. Essas condições colocam-no em posição privilegiada em vendas no mercado internacional. O total de unidades já comercializadas, somadas as opções, chega a 151 unidades, sendo 54 no interno e 97 no internacional. As vendas firmes totalizam 60 unidades e, entre os países compradores, estão os Estados Unidos (42), Austrália (5), França (1), Vanuatu (2), Alemanha (6), Brasil (2), Bophuthatswana (2).

Mesmo mantendo a liderança de vendas entre os aviões de sua categoria, o EMB-120 Brasília continua sendo permanentemente promovido pela EMBRAER, como na recente convenção da NBAA (National Business Aviation Association), realizada em New Orleans, nos EUA, onde foi mostrada uma maquete da nova versão executiva da aeronave ou num giro de demonstração para companhias aéreas regionais do mesmo país, quando o avião brasileiro foi apresentado para 12 empresas, seis das quais pediram apresentação imediata de propostas de venda. Além da ASA (Atlantic Southeast Airlines), que recebeu seis unidades no ano passado e receberá as demais encomendas no primeiro semestre de 86, ainda receberão EMB-120 Brasília a regional alemã DLT e a Air Midwest, que ficará com seis das 14 unidades produzidas neste semestre. A holding United Technologies Corporation vai operar a primeira versão executiva do EMB-120 Brasília, também no primeiro semestre deste ano.

De acordo com os planos da EMBRAER, até o final de 86, 38 unidades estarão entregues a operadores do EMB-120 Brasília, prevendo-se também o aumento da produção para 40 unidades no ano seguinte. No Brasil, no segundo semestre de 86, o Ministério da Aeronáutica receberá a primeira unidade encomendada.

BIBLIEX 1986

A Bibliex está distribuindo, entre os assinantes da Coleção General Benício, uma pesquisa de opinião com a finalidade de colher subsídios para a formulação de uma política editorial o mais possível de acordo com suas tendências. Em decorrência dessa pesquisa, pretende-se realizar um trabalho de mercado com o objetivo de ampliar o número de assinantes dessa Coleção, através do aspecto mais essencial da atividade editorial, que é sua aceitação. Constitui tarefa complexa compatibilizar as preferências de um universo relativamente heterogêneo de leitores, embora haja entre eles, civis e militares, o interesse comum pelas coisas da guerra.

Editorial 86

O plano editorial da Coleção General Benício para 1986 incluirá o Volume 2, Tomo V de Os Voluntários da Pátria na Guerra do Paraguai, do General Paulo de Queiroz Duarte. Ainda na primeira remessa do ano que se inicia, seguir-se-ão os dois volumes de um bem elaborado trabalho desse fecundo historiador militar, intitulado Conflito das Malvinas. Espera-se que esse livro preencha uma lacuna na bibliografia sobre esse importante fato histórico.

Estão cogitadas para as remessas seguintes dessa Coleção as seguintes obras: Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro, do General Alfredo Malan (obra póstuma), um livro sobre Estratégia, do General Carlos de Meira Mattos, e um novo estudo geográfico e geopolítico sobre a América do Sul, da Professora Therezinha de Castro. Ampla correspondência para o exterior tem sido despachada pela Direção da Bibliex, no sentido de obter direitos autorais de livros de interesse atual e que até hoje não foram publicados no Brasil.

Coleção Taunay

A Coleção Taunay, destinada a assuntos de História, será enriquecida, na medida do possível, com uma série "Letras Militares", através da publicação de obras de grande valor literário e histórico já completamente esgotadas. Dentre estas, figurarão Uma Viagem ao Redor do Brasil, do General João Severia-

no da Fonseca, editada em 1880, A Batalha do Passo do Rosário, do General Augusto Tasso Fragoso, e, numa só brochura, as três obras do Visconde de Taunay, Inocência, Diário de um Exército e A Retirada da Laguna. O Conselho Editorial da Bibliex e sua Seção de Pesquisa estão em busca de outros livros de igual valor para esta série que, por certo, projetará a cultura militar brasileira.

NORUEGA ADOTA MÍSSIL ANTIAÉREO DA BOFORS

Um substancial contrato foi assinado recentemente em Oslo entre o Ministério da Defesa da Noruega e a firma AB Bofors, com vistas à entrega do míssil RBS 70, de defesa antiaérea, ao Exército



noruegues. A encomenda é da ordem de 700 unidades, para entrega no período de 1987 a 1990. As unidades móveis do Exército norueguês serão supridas com mísseis RBS 70, escolhidos depois de amplas avaliações técnicas e de terem suplantado a concorrência

com o míssil francês Mistral e com o norte-americano Stinger. O contrato inclui ainda uma opção que dá à Artilharia de Costa e à Defesa Antiaérea norueguesas a possibilidade de articular futuros desenvolvimentos no campo da defesa aérea ao acordo recém-assinado.



LIVROS

International Defence Equipment Catalogue, três tomos, 1134 páginas, Monch Publishing Group, Bonn, República Federal da Alemanha.



A primeira edição do International Defence Equipment Catalogue apresenta, em três volumes individuais que totalizam 1134 páginas, produtos de defesa (projetos, subsistemas e componentes) de cerca de 600 firmas de 23 diferentes países. O Grupo Editorial Monch cumpre, dessa forma, sua promessa,

feita em 1983 ao editar o volume Nato's Sixteen Nations Defence Equipment Catalogue, de oferecer também uma "exposição" dos países não-aliados. Em comparação com o catálogo anterior, a extensão do IDEC é quase três vezes maior. Não contém publicidade alguma, a não ser aquela que implicitamente veicula, de forma padronizada, informações técnicas e fotos dos produtos. As inserções dos produtos foram facilitadas pelas próprias empresas fabricantes contra pagamento. Assim, pela primeira vez exibem seus produtos países em desenvolvimento como o Brasil, Egito, Paquistão, Chile, Cingapura, Turquia e Grécia. Todos aqueles que se utilizam de informações militares técnicas (Forças Armadas, Quartéis-Generais, Departamentos de Material Bélico, Embaixadas, Consulados,

Serviços Logísticos e até a própria indústria de 130 países) encontrarão subsídios valiosos e comprovarão a qualidade do serviço que o Tomo I oferece, elaborado conjuntamente com as autoridades competentes dos respectivos países.

O International Defence Equipment Catalogue é único em seu gênero em todo o mundo. Segundo informa o Editorial Monch, junto com a edição certificada cartorialmente de 10 mil exemplares, também é grande o número de pessoas interessadas no fornecimento do Catálogo em forma de microfilme, o que facilita a remessa além-mares.

O General Farroupilha João Manoel de Lima e Silva, Tenente-Coronel Art Ref Henrique Oscar Wiederspahn, Porto Alegre, EST, Sulina, EDUCS, 1984, 142 pp.

Depois de dedicar-se a estudar a Guerra Cisplatina (1825-28), que traduziu fundamentalmente na obra Campanha de Ituizangó (Bibliex, 1956 - Menção Honrosa Prêmio Tasso Fragoso), e brindar a História Militar com pesquisas sobre a Paz de Ponche Verde na Revolução Farroupilha, onde ressaltou aspectos relevantes e pouco conhecidos da ação de Caxias (Convênio de Ponche Verde, Porto Alegre, Sulina, 1979 e "Anais do Congresso de História do Il Reinado", RIHGB, 1984, v.2), o Autor, incansável historiador do Exército, acaba de estudar o General João Manoel, que foi o primeiro General da República rio-grandense, cujo Exército ele organizou, e foi o primeiro Comandante-em-Chefe. Em recente pesquisa constatamos que João Manoel

e José Mariano de Mattos, Majores do Exército Imperial por ocasião da Revolução de 20 de setembro, eram os únicos Oficiais revolucionários egressos da Academia Real Militar do Largo do São Francisco, razão por que lhes foi confiada a organização do Exército Farrapo, o primeiro como Comandante-em-Chefe e o segundo como Ministro da Guerra. Pelo estudo de Wiederspahn, conclui-se que circunstâncias várias levaram João Manoel a um comprometimento na Revolução, embora fosse irmão do Regente Lima e Silva e, portanto, tio do mais tarde Duque de Caxias, bem como irmão do futuro Ministro da Guerra de Feijó, Manoel da Fonseca Lima e Silva, Barão de Surur, tio e cunhado de Caxias.

Seu comprometimento foi de tal ordem que não permitiu recuo. Foi a atitude que tomou o então Tenente Manoel Luiz Osório, que apoiou em 20 de setembro de 1835, mas não acompanhou, em 11 de setembro de 1836, a Proclamação da República rio-grandense, embora republicano de coração como declarou ao pai.

Assim, João Manoel, de Major de Infantaria Comandante do 8º BC, num passe de mágica passou a ser uma espécie de Chefe do Estado-Maior do Cel Bento Manoel Ribeiro, que assumiu o Comando revolucionário das Armas da Província do Rio Grande. O Comando caiu-lhe nas mãos ao ter lugar a contra-revolução liderada então pelo mesmo Cel Bento Manoel. Casado na família Corte Real, o comprometimento de João Manoel foi progressivo.

Depois de ocorrer, em 1836, a prisão do Governo revolucionário em Porto Alegre em 15 de junho, Proclamação da República rio-grandense em 12 de setembro e prisão de Bento Gonçalves na ilha do Fanfa em 4 de outubro, João Manoel tornou-se a maior autoridade militar da Revolução. Nesta altura, não lhe foi mais possível voltar atrás. Dirigiu-se a Piratini onde organizou o Exército da República e foi aclamado seu primeiro General.

Pressionado, foi obrigado a marchar para a fronteira e convencido a passar o Comando a Antonio Netto, por julgarem que ele não possuía condições de saúde e de liderança para dirigir a revolução naquelas difíceis circunstâncias. A seguir, internou-se no Uruguai, onde tentou buscar solução para ferimento a bala que recebera no rosto no combate de São Gonçalo, de 2 de junho de 1836, em Pelotas.

Retornando mais tarde à República, não foi recebido como desejaria. Foi enviado para um posto secundário nas Missões, onde caiu numa emboscada e foi barbaramente assassinado em 18 de agosto de 1837, com 32 anos. Posteriormente, seus restos mortais foram exumados e dada sepultura solene em movimentada e concorrida cerimônia fúnebre em Caçapava do Sul, então Capital da República rio-grandense. Logo a seguir, uma incursão imperial profanou o túmulo de João Manoel e espalhou seus restos mortais.

Este é basicamente o roteiro e o triste fim do fluminense João Manoel, primeiro General republicano do Brasil, que não teve a mesma sorte de seu amigo José Mariano, Ministro da Guerra e Presidente interino da República rio-grandense e que veio a ser Ajudante-General de Caxias na Guerra contra Oribe e Rosas (1851-52), Brigadeiro do Exército Imperial e Ministro da Guerra do Império em 1864.

O presente trabalho parece encerrar o ciclo de estudos históricos militares de um dos mais destacados historiadores do Exército da atualidade. O ciclo tem início na Guerra da Independência, passando pela Confederação do Equador (1824), Guerra Cisplatina (1825-28) e Revolução Farroupilha (1835-45), quase que coincidente com o Ciclo Federalista Brasileiro (1824-1845) iniciado e terminado no Nordeste com a Confederação do Equador e encerrado com a Revolução Praieira (1948). O autor não conseguiu obter elemento para caracterizar a reação dos Lima e Silva à atuação do membro da família, hoje herói farrapo. Não conseguiu romper a barreira do silêncio.

Wiederspahn demonstra, e outros relatos o comprovam, que João Manoel no campo militar honrou as tradições guerreiras dos Lima e Silva ao comandar quatro vitórias farrapas em Capané, Passo dos Negros, São Gonçalo e Candiota, sendo que na primeira conseguiu bater a maior espada da Revolução, o sorocabano Bento Manoel Ribeiro, cujas posições, ora a favor da Revolução ora a favor do Império, foram pontos de inflexão a favor do lado em que se colocou.

Cel Cláudio Moreira Bento



REGISTROS

GEN DIV ANÁPIO GOMES FILHO NOVO DIRETOR-PRESIDENTE DE "A DEFESA NACIONAL"



Em Assembléia-Geral Extraordinária realizada no dia 20 de fevereiro, foi eleito Diretor-Presidente da Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional" o Exmo. Sr. Gen Div Anápio Gomes Filho, em substituição ao Gen Div Antenor de Santa Cruz Abreu que foi transferido para o Comando da 6ª Região Militar. O General Anápio é o atual Diretor da DATED — Diretoria de Assuntos Culturais, Educação Física e Desportos. Como Oficial de Estado-Maior, foi Instrutor da ECEME, Conferencista do Centro de Estudos de Pessoal (CEP), Membro do Corpo Permanente de Instrutores da Escola Superior de Guerra (ESG), Comandante do 5º

Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsada (Curitiba-PR), Chefe do Estado-Maior da 12ª Brigada de Infantaria (Caçapava-SP), Vice-Presidente Executivo da Comissão de Desportos do Exército, Chefe do Estado-Maior da 23ª Brigada de Infantaria de Selva (Marabá-PA) e Chefe da 1ª Assessoria do Departamento de Material Bélico (Brasília-DF).

Como Oficial-General, o Gen Anápio foi Comandante da Artilharia Divisionária da 4ª Divisão de Exército (AD/4 — Pouso Alegre-MG), Comandante da Artilharia Divisionária da 1ª Divisão de Exército (AD/1 Rio de Janeiro-RJ) e Comandante da 12ª Região Militar (Manaus-AM).

EMBRATEL CONFIRMA LANÇAMENTO DO SATÉLITE BRASILEIRO

O presidente da Embratel, Pedro Jorge Castelo Branco, confirmou o lançamento do foguete Ariane levando o satélite Brasilsat II da base de Kourou, na Guiana Francesa, para o dia 19 de março próximo.

O Ariane subirá pela 17ª vez no dia 12, levando a bordo o satélite brasileiro e um norte-americano, o G-Star II, que também será utilizado para telecomunicações. "O lançamento foi adiado para o dia 19 porque o Ariane apresentou um pequeno defeito numa das mangueiras do depósito de oxigênio", explicou.

A cobertura de plástico transparente da cabina do piloto do avião inglês tem um reforço metálico na sua primeira seção, com o objetivo de dar maior proteção. Tem também um sistema suplementar de frenagem sob a fuselagem, que não existe no modelo original brasileiro.

Seguirão 10 aviões Tucano montados aqui para a Inglaterra. As demais 145 unidades serão montadas em Belfast, na Irlanda do Norte. O contrato da Embraer com o Governo britânico é para 155 aviões, ao valor de US\$ 210 milhões. Ou seja, cada Tucano vale US\$ 1,2 milhão.

Otimista com o lançamento do Brasilsat II — um satélite reserva do Brasilsat, que está funcionando bem —, Castelo Branco não vê perigo de explosão no lançamento semelhante ao que ocorreu com a Challenger norte-americana e disse ter tomado conhecimento do defeito há alguns dias. "Mas o atraso não vai influir nas transmissões já que o Brasilsat não apresenta nenhum defeito", explicou o presidente da Embratel.

TUCANO PARA A FORÇA AÉREA BRITÂNICA

O primeiro avião Tucano de treinamento militar, a ser entregue à Real Força Aérea britânica, já está em fase de testes, e será apresentado oficialmente no dia 26 de março à Princesa Anne, que visitará as instalações da Embraer, em São José dos Campos. Esse avião seguirá para a Inglaterra em voo, com escalas em diversos países.

O novo Tucano tem um motor mais potente do que o original, capaz de garantir uma velocidade de 268 nós (500 quilômetros horários). O **Short Tucano**, como é chamado o modelo inglês, tem suas alterações mais sensíveis e visíveis na cabina de pilotagem e no sistema de freio.

LEIA NO PRÓXIMO NÚMERO

PÁGINAS DE GLÓRIA DE NOSSA ENGENHARIA MILITAR

Gen Aurélio de Lyra Tavares

OFICIAL DA RESERVA DA MARINHA: NÃO FIQUE SÓ NA SAUDADE.



Os bons tempos podem voltar: há uma promoção esperando você.

Em apenas um mês, sem prejudicar suas atividades atuais, você mergulha num curso de reciclagem e sobe de posto mesmo na reserva.

Escreva para a Caixa Postal 828(CEP 20001)-Rio de Janeiro-mandando seu nome e endereço ao Ministério da Marinha.

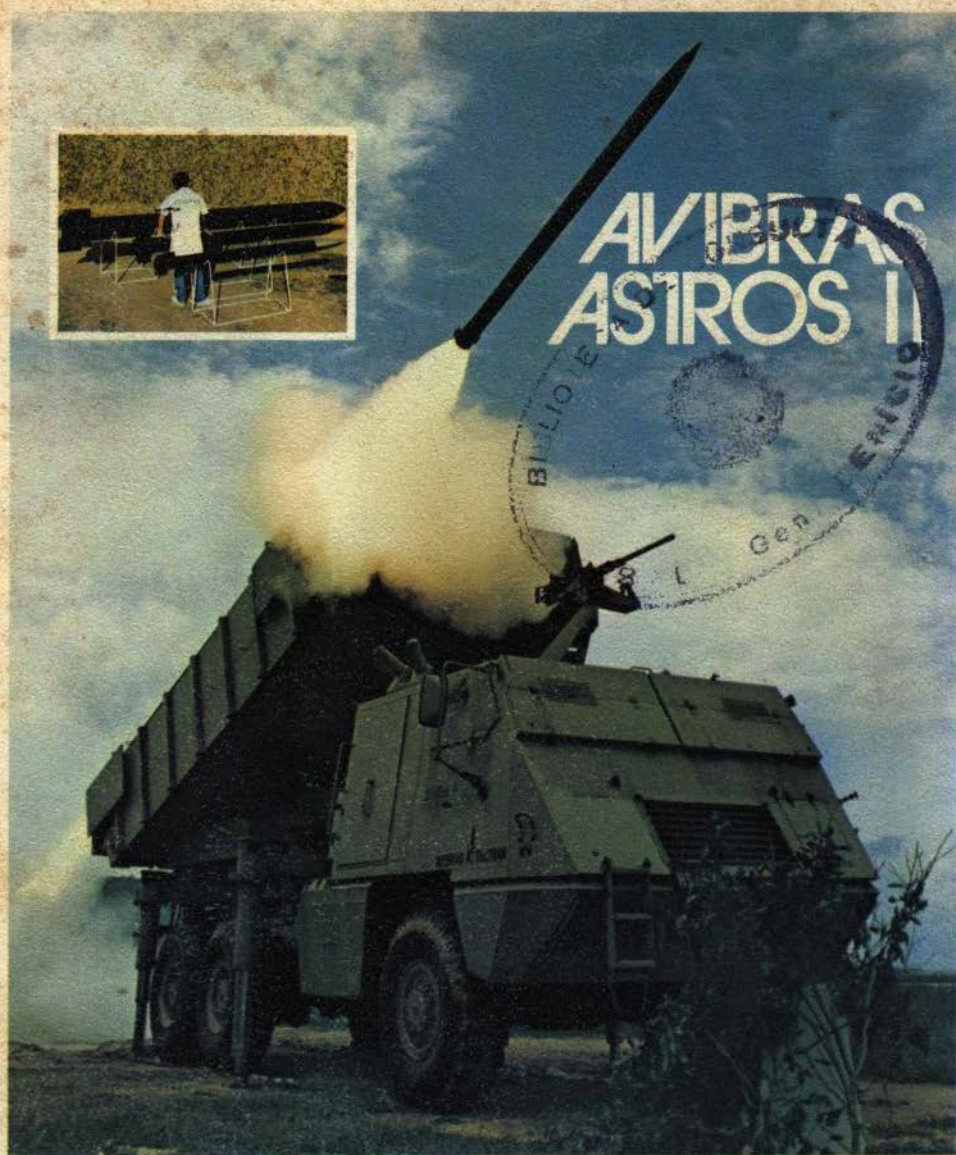
Escreva hoje mesmo.

A Marinha não vai deixar você na saudade.

**MINISTÉRIO
DA MARINHA**



AVIBRAS ASTROS II



○ mais completo
e versátil sistema
de foguetes de
saturação disponível
no mundo...

...para atender
as necessidades
de nosso
Exército e de
nações amigas

AVIBRAS AEROSPAIAL S.A.

Antiga Estrada de Paraibuna, Km 118 - Caixa Postal 229-12200 - São José dos Campos - S.P.
Brasil - Tel.: (0123) 21-7433 - Telex.: (011) 33493 AIAE BR.